



esboços

histórias em contextos globais

DEBATE

Colapso ambiental e histórias do capitalismo

2021
set./dez.

V. 28
N. 49

ISSN
2175-7976





esboços

histórias em contextos globais

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Reitor

Ubaldo César Balthazar

Vice-Reitora

Alacoque Lorenzini Erdmann

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretora

Miriam Furtado Hartung

Vice-Diretor

Jacques Mick

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Chefe

Flávia Florentino Varella

Coordenador do Programa de Pós-Graduação

Fábio Augusto Morales

Catálogo na fonte pela DECTI da Biblioteca da UFSC

Esboços: histórias em contextos globais / Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.-- v. 1, n. 1 (1994). – Florianópolis : PPGH/UFSC, 1994 -

Semestral 1994-2018; Quadrimestral 2019 –
Resumo em inglês e espanhol

A partir de 2008, disponível no portal de periódicos da UFSC em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/>
ISSN 1414-722x
E-ISSN 2175-7976

1. História – Periódicos. I. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em História.

CDU: 9

Elaborado pelo bibliotecário Jonathas Troglio – CRB 14/1093

PUBLICAÇÃO INDEXADA EM:

CLASE - Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades
Dialnet

DOAJ - Directory of Open Access Journals

Diadorim - Diretório de políticas editoriais das revistas científicas brasileiras

ERIH PLUS - European Reference Index for the Humanities and Social Sciences

Genamics JournalSeek

LATINDEX - Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal

LIVRE - Revistas de Livre Acesso

PKP – Public Knowledge Project Index

Portal de Periódicos - CAPES

Redalyc - Rede de Revistas Científicas da América Latina e Caribe, Espanha e Portugal

REDIB - Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico

Scopus

Sumarios.org - Sumários de Revistas Brasileiras



EDITORA-CHEFE

Flávia Florentino Varella, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

CONSELHO EXECUTIVO

Beatriz Mamigonian, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
Carlos Riojas, Universidad de Guadalajara, Ocotlán, JAL, México
Êça Pereira da Silva, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, TO, Brasil
Fábio Augusto Morales, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
Flávia Florentino Varella, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
João Júlio dos Santos Júnior, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil
José Cal Montoya, Universidad de San Carlos de Guatemala, Ciudad de Guatemala, Guatemala
Juliana Salles Machado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
Rodrigo Bonaldo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

CONSELHO EDITORIAL

Alexandre Fortes, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Aldo Marchesi, Universidad de la Republica, Montevideú, Uruguai
Andrea de Souza Lobo, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil
Edmé Dominguez, University of Gothenburg, Gotemburgo, Suécia
Eunice Sueli Nodari, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
Henrique Espada Lima, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
João Júlio Gomes dos Santos Júnior, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil
Rafael Chambouleyron, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil
Thiago Nicodemo, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil
Uiran Gebara da Silva, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, PE, Brasil

CONSELHO CONSULTIVO

Adriene Baron Tacla, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil
Aldrin Moura de Figueiredo, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil
Aline Dias da Silveira, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
Ana Livia Bomfim Vieira, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA, Brasil
Andréa Doré, Universidade Federal do Paraná, Paraná, PR, Brasil
Benito Bisso Schmidt, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil
Cristina Scheibe Wolff, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
Élio Cantalício Serpa, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil
Erick Assis de Araújo, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil
Hugo Antonio Fazio Vengoa, Universidad de los Andes, Bogotá, Colômbia
João José Reis, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil
José Antonio Piqueras, Universitat Jaume I, Castelló de la Plana, Espanha
Karin Hofmeester, University of Amsterdam, Amsterdã, Holanda
Kostas Vlassopoulos, University of Crete, Creta, Grécia
Leandro Duarte Rust, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, Brasil
Mateus de Faria Pereira, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG, Brasil
Norberto Luiz Guarinello, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil
Paulo Fontes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Rafael de Bivar Marquese, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil
Sebastian Conrad, Freien Universität Berlin, Berlim, Alemanha
Sergio Serulnikov, Universidad de San Andrés, San Fernando, Argentina
Tamar Hodos, Bristol University, Bristol, Inglaterra



ESTAGIÁRIOS

Beatriz Mamigonian, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
Carlos Riojas, Universidad de Guadalajara, Ocotlán, JAL, México
Êça Pereira da Silva, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, TO, Brasil
Fábio Augusto Morales, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
Flávia Florentino Varella, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
João Júlio dos Santos Júnior, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil
José Cal Montoya, Universidad de San Carlos de Guatemala, Ciudad de Guatemala, Guatemala
Juliana Salles Machado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
Rodrigo Bonaldo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

CAPA

Pablo Figueiredo

PROJETO GRÁFICO

Lara Benedet
Pablo Figueiredo

DIAGRAMAÇÃO

João Carlos Furlani – Editora Milfontes

NORMALIZAÇÃO

Victor Wobeto

REVISÃO DE INGLÊS

Sunny Traduções

APOIO

Programa de Pós-Graduação em História - UFSC

AVALIAÇÃO DOS ORIGINAIS

Visando garantir a qualidade e idoneidade do processo de avaliação, a *Esboços*: histórias em contextos globais adota a avaliação “duplo-cega” na qual nem o nome do autor, nem o nome do parecerista são revelados. A revista mantém uma comissão permanente de avaliadores em seu Conselho Consultivo e conta também com revisores *ad hoc*, convidados conforme sua especialidade e reconhecimento na área, para emitir parecer sobre as contribuições recebidas.

As opiniões expressas nos textos publicados são de responsabilidade dos autores.

ESBOÇOS

Programa de Pós-Graduação em História
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Santa Catarina
Campus Universitário – Bairro Trindade
Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
CEP 88.040-900
Telefone: + 55 48 3721 4136
Website: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos>
E-mail: esbocos@contato.ufsc.br
ISSNe 2175-7976
Periodicidade: Quadrimestral





COMMODITY CHAINS AND THE GLOBAL ENVIRONMENTAL HISTORY OF THE COLONIAL AMERICAS

Leonardo Marques

 <https://orcid.org/0000-0003-1276-2769>

Email: lm@id.uff.br

Universidade Federal Fluminense, Institute of History, Department of History, Niterói,
RJ, Brazil

DEBATE

Colapso ambiental e histórias do capitalismo

ABSTRACT

The present article explores some of the problems that the contemporary environmental collapse brought to the writing of history and suggests, following in the footsteps of other scholars, that one of the main present challenges is to combine a global history of capital with the time of nature. Approaches based on the history of specific commodities are discussed in light of contemporary historiographical debates. In the last section I explore two examples — the histories of Brazilian gold and North American ships — to show how the method can help develop a global environmental history of the colonial Americas from a critical perspective, i.e. a history of capital that transcends the methodological nationalism that is still part of the discipline and effectively incorporates the time of nature as part of a unified analytical perspective.

KEYWORDS

Commodity Chains; Capitalism; Colonial America.

Is global history still possible, or has it had its moment? With this question, Jeremy Adelman argued in a 2017 essay that “it is hard not to conclude that global history is another Anglospheric invention to integrate the Other into a cosmopolitan narrative on our terms, in our tongues” (ADELMAN, 2017). A cosmopolitan global history that at times resembles a history of globalization did indeed seem to be the ideal narrative for the world that emerged after the end of the Cold War. Such an association has been common among critics, and for good reasons, but it is not exclusive to the global turn of recent decades. The central metanarrative of the historiography (and the broader social sciences in general) has been a product and producer of the processes of inclusion and extension of democracy in the contemporary world, which in turn allowed it to be combined with developmentalist narratives, whether we consider the classic formula of modernization theory of the post-WW2, whether we look at the post-1989 globalizing world. Such modernizing narratives can be read as manifestations of a triumphant centrist liberalism, to use Immanuel Wallerstein’s (2011) term, which have been shaping the structures of knowledge since the nineteenth century.

According to Adelman, the ascension of the new right across the world in recent years has shown the limits of this cosmopolitan global history. The bigger problem, however, is that the limits of the broader developmentalist paradigm has been evidenced by a crisis that has put humanity itself into question: the environmental collapse. Some call it the Anthropocene, others Capitalocene, but the conclusion is only one: the era in which human beings have become a geological force is in the process of making the planet uninhabitable for most living beings.¹ At the basis of this crisis is the same world that presented itself as universalizable in the aftermath of World War 2 and as inevitable after the Cold War. “The mansion of modern freedoms”, Dipesh Chakrabarty argues, “stands on an ever-expanding base of fossil fuel use. Most of our freedoms so far have been energy-intensive” (2009, p. 208). The problems that have inspired much of the historiography in recent decades are still here: reducing inequalities, stimulating inclusion, and expanding citizenship. But the possibilities for such a project have to deal with concrete material limitations that have been largely ignored in contemporary debates on inequality (MARQUES; PARRON, 2021).

The current environmental collapse is clearly global. The devastation of the Amazon or the many Latin American environmental disasters of recent years are tied to the dramatic proletarianization and urbanization processes in China (which in turn are connected to broader exchanges that include all of the developed and developing world) (ARBOLEDA, 2020; SVAMPA, 2019). The accumulated evidence of this global environmental collapse shows not only the failure of a modernizing project, but also calls for an approach that can effectively integrate the systemic dimensions of our past and present problems. The global history described by Adelman does not seem prepared to deal with these challenges, which does not mean that a global approach has become unnecessary, as the author himself notes in his conclusion. The effort of global historians to transcend the methodological nationalism that has been part of the discipline since the nineteenth century, with its role in the legitimation of emerging nation states, must be further explored; not because the world of free trade will generate prosperity across the world, but because global processes as we have seen

¹ For a summary of the debate focusing on Brazil, see Pádua (2016). On the concepts of Anthropocene and Capitalocene, see Moore and Parenti (2016).

are the foundation of the environmental collapse of our times. Thus, one of the main challenges for scholars is to develop a more effective and critical global perspective that manages to incorporate the times of nature.

Chakrabarty points in that direction when he mentions the insufficiency of global history (at times treated as a synonym with a history of capital) and the need to think of a history of the species but offers little beyond reaffirming the tension between the two approaches. Unfortunately, the author quickly dismisses previous generations of environmental historians for their interpretation of humanity as a biological agent instead of a geological agent, as a “maker of climate”.² The emphasis of environmental historians of the twentieth century may have been on man as a “prisoner of climate,” but they nonetheless offer valuable insights to deal with the problems raised by Chakrabarty and others. Donald Worster, who has been calling for a “planetary history” since the late 1980s, offered a stimulating model based on three levels of analysis that dynamically interacted with each other: a first one focusing on natural ecosystems over time (including human beings and, therefore, somewhat similar to the history of the species that Chakrabarty has been calling for); another one dealing with the different forms of political-economic organization and their interactions with nature, the so-called “mode of production”; finally, a third level should look at the mental structures through which people deal with the other two levels. In other words: nature, political economy, and thought (WORSTER, 1990a).³ Worster’s piece was the object of a debate at the time of its publication that anticipated many of the issues — such as the problem of scales and the limits of the discipline — that have been currently debated among global historians. “If we get too obsessed with particularities,” Worster replies inspired by Crosby, “the public may not be truly helped by our writings to think clearly and coherently about the larger issues of our time — the relation of nature and capitalism, the collective myths and institutions of nations and civilizations, the workings of imperialism, the fate of the earth” (WORSTER, 1990b, p. 1143).

A global environmental history capable of transcending the modernizing paradigm that came with the triumph of centrist liberalism is one of the most urgent tasks for historians in the context of the current environmental collapse. Some of the main recent efforts to develop a global environmental history, however, have been marked by a strong methodological individualism that continues to pervade the social sciences. Daniel Headrick’s recent book, *Humans Versus Nature: a Global Environmental History*, for example, offers a long and detailed environmental history of humanity based, on the one hand, on the human impacts on the rest of nature and their changes over time and, on the other hand, on how nature had an impact on humans through natural disasters and other less catastrophic forms. Although talking about change over time, Headrick’s perspective does not allow to effectively analyze it: “What

² A careful reading of the fourth chapter of Braudel’s *Mediterranean*, for example, does not fit very well in this description. “Everything changes, even the climate. Nobody now believes in the invariability of the elements of physical geography,” Braudel argues in his discussion of the Little Ice Age. He then continues: “Everything changes and climates with the rest’. But if they do change, it may be because of man’s intervention. In one place climate change might be the result of large-scale deforestation, in another the result of neglected irrigation, or abandoned crops which can be disastrous in arid regions” (BRAUDEL, 1972, p. 267-268).

³ See contributions of Cronon, White, Merchant and others, as well as Worster’s response in the same edition.

has changed over time was not the desire of humans to exploit their environments, but the technological and organizational means they developed and employed against the rest of nature — and their consequences” (HEADRICK, 2020, p. 2-3). Humanity itself is characterized as having an intrinsic impulse to extract as many natural resources as possible, depending only on existing technologies in order to do it on a larger or smaller scale. The annihilation of history comes with the universalization of an indistinct humanity seeking to explore nature to the fullest degree.

Headrick’s book is only the latest example of a traditional historiographical tendency to project an indistinct humanity as the motor of history and main source of all contemporary environmental problems, a view that is attuned to some of the main perspectives in the Anthropocene debate (HORNBORG, 2010).⁴ If we consider, for example, pre-Columbian native societies we can find a number of differences in the ways they deal with nature. Interpretations that describe all of them as having an unsustainable relationship with the environment are as untenable as those reviving the myth of the “Noble Savage”.⁵ Scholars such as William Balée e Eduardo Góes Neves have shown that native groups of the Amazon, for example, radically manipulated and transformed the forest without necessarily producing the processes of destruction and social collapse that have fascinated other observers of ancient societies (BALÉE, 2013; NEVES, 2012). Outlining this diversity is key to understanding the conflicts over nature and its resources that continues to shape the world today. The model offered by Worster and his emphasis on the role of specific modes of production — with a more open interpretation of the concept — has the merit of avoiding the frequent flattening of history that can be found in a number of global environmental histories, thus contributing to the development of an approach that can effectively track structural changes over time (WORSTER, 1987).

WHO FEARS WORLD-SYSTEMS? A BRIEF HISTORY OF THE HISTORY OF COMMODITIES

If capitalism as a historical system (or mode of production, if we continue with Worster) is one of the main forces behind the current environmental collapse, then one of our main tasks must be to understand its development over time. Henri Lefebvre offers a good starting point when suggesting that

capitalism has many facets: landed capital, commercial capital, finance capital — all play a part in practice according to their varying capabilities, and as opportunity affords; conflicts between capitalists of the same kind, or of different kinds, are an inevitable part of the process. These diverse breeds of capital, and of capitalists, along with a variety of overlapping markets — commodities, labour, knowledge, capital itself, land — are what together constitute capitalism (LEFEBVRE, 1991, p. 10).

⁴ This problem in environmental histories is a product of the widespread influence — not always explicit — of rational choice theory in the social sciences.

⁵ For an example of the first, see Elizabeth Dore (1994).



The combinations that form the system can be explored in more concrete ways by tracking the historical trajectory of specific commodities, an approach that has become very popular in recent decades, especially after the global turn.⁶ Histories of commodities are not part of a coherent body of work in theoretical and methodological terms, but the examples that have been produced over the last half century can offer important insights for dealing with the issues discussed earlier.

Despite important precursors such as Harold Innis's "staple thesis" or the famous "economic cycles" of historians such as João Lúcio de Azevedo and Roberto Simonsen, world-system scholars connected to the Fernand Braudel Center, at Binghamton University, played a central role in the development of a specific approach to the history of commodities. In several articles, Immanuel Wallerstein and Terence Hopkins developed the concept of commodity chain as a strategy to track not only how capitalism combined multiple forms of labor in global processes of production over time, but also how the non-commodification of some of its links allowed for even larger profits in capital accumulation processes. According to the authors, capitalism is characterized by an international division of labor and "the boundaries of this division of labor are therefore appropriately defined by the effective geographical reach of the production and labor processes thereby integrated, and not by town or national boundaries" (HOPKINS; WALLERSTEIN, 1986, p. 158). They also offer a few suggestions on how to develop the approach, with a preliminary analysis of two specific commodities, ships and wheat, but the procedure also appears in other moments of the work of Wallerstein and other scholars associated with the Fernand Braudel Center. It is important to note that their focus is on the process of production:

take an ultimate consumable item and trace back the set of inputs that culminated in this item — the prior transformations, the raw materials, the transportation mechanisms, the labor input into each of the material processes, the food inputs into the labor. This linked set of processes we call a commodity chain (HOPKINS; WALLERSTEIN, 1977, p. 128).

The concept of global commodity chain in turn appeared in a 1994 work organized by Gary Gereffi and Miguel Korzeniewicz that was clearly inspired by the work of Hopkins and Wallerstein, who also contributed with one chapter in the book. According to the editors, "the analysis of a commodity chain shows how production, distribution, and consumption are shaped by the social relations (including organizations) that characterize the sequential stages of input acquisition, manufacturing, distribution, marketing, and consumption" (GEREFFI; KORZENIEWICZ; KORZENIEWICZ, 1994, p. 2).

One of the works that best exemplifies the strength of an approach based on specific commodities, which came from a very strong dialogue with the world-system perspective, is Sidney Mintz's *Sweetness and Power: the Place of Sugar in Modern History*, first published in 1985. In this work Mintz develops a few insights that had already appeared in previous works, as in his famous article on proletarians and slaves. After noting the problems that can be found in the then current definitions of "proletarian" and "slave" that looked at the two categories isolated from each other,

⁶ The best-known example may be *Empire of cotton: a global history* (BECKERT, 2014).

without noting the articulations of both to the world economy that produced them, Mintz concluded that it was necessary to show in more detail how the fruits of labor of European proletarians and Caribbean slaves produced specific economic articulations between them. Those articulations would be further explored in *Sweetness and Power*, which gives equal weight to the production and consumption of sugar. One of its great merits is to put sugar at the center of a mutually constitutive relationship between the Caribbean and Europe, thus avoiding treating the commodity merely as the background of a history of slavery and slave trade, as a large part of the historiography had been doing until then. This history includes not only the efforts of enslaved Africans to survive in this new setting, a theme to which his previous production had already made crucial contributions, but also the place of this history in the making of modernity.

The first sweetened cup of hot tea to be drunk by an English worker was a significant historical event, because it prefigured the transformation of an entire society, a total remaking of its economic and social basis. We must struggle to understand fully the consequences of that and kindred events, for upon them was erected an entirely different conception of the relationship between producers and consumers, of the meaning of work, of the definition of self, of the nature of things (MINTZ, 1978; 1986, p. 214).

Mintz's book has been justly lauded as the best precursor of the recent wave of works on the history of commodities. Since its publication, many academic and non-academic works on specific commodities have appeared. Unlike Mintz, however, part of these works has been repeating some of the problems described earlier. The volume edited by Steven Topik, Carlos Marichal, and Zephyr Frank, for example, offers great examples of the strength of an approach based on commodity chains. Seminal articles such as those by Paul Gootenberg on cocaine or Marichal's analysis of the cochineal show how the commodity chain can be a powerful analytical tool (TOPIK; FRANK; MARICHAL, 2006). When taken together, however, and especially with the introduction and conclusion of the book, in which the editors repeatedly recognize some important precursors to the approach but make every possible effort to distance themselves from old systemic perspectives, the essays seem to have stopped halfway in the analysis. In the words of Arnold Bauer:

the editors of this book are acutely aware of politics and power, but by straining to distance themselves from the long list of previous, and largely Marxist-inspired, 'theories' in order to create a new niche for the 'commodity chains approach' we are left with strands of interesting research along with an unassuageable hunger for an approach that might, more comprehensibly, further an explanation of fundamental problems (BAUER, 2007).

The limits of an excessive disciplinization of the approach based on commodity chains appear in *From Silver to Cocaine* in two different ways. First, despite the promise to analyze production, circulation, and consumption as an integrated process, most chapters focus on the middle part of this equation — trade — the sector that has historically produced the largest volume of primary sources. The focus on production appears as an old-fashioned procedure, as revealed in a few footnotes, while



consumption is the object of much less attention than initially promised. Secondly, in their efforts to avoid old systemic approaches, thus developing a perspective that attributes a similar dynamism to all stages of the chain and rejects old notions of center and periphery, the authors explored the commodity chain as a unit of analysis instead of a unit of observation. For Hopkins and Wallerstein, however, the commodity chain is a tool to analyze systemic processes and not an end in itself. This systemic component was ejected from the book edited by Topik, Marichal, and Frank, as has been the case with other historians who are suspicious of classic explanatory models in the social sciences.

Returning to the classic uses of the concept of commodity chain can offer a powerful instrument to understand the plurality of times of capitalism as a historical system and its shifts over time. When Hopkins and Wallerstein argued that non-commodified links of chains could produce larger profits they were pointing to these different times. This also appeared in a 1966 article by Giovanni Arrighi that showed how not all proletarianization processes (looking more specifically at Rhodesia) favored the accumulation of capital. The analysis of commodity chains, therefore, can map out the heterogeneity of capital accumulation processes, which have made use of multiple forms of labor as a simple look at the iPhone today quickly shows (MERCHANT, 2017, Chapter 2). When doing field work in the Amazon during the 1970s, sociologist José de Souza Martins found a number of cases of coerced labor and chains of indebtedness that tied laborers to their employers, links of commodity chains that not rarely involved the activities of great multinational enterprises. “The time of capital,” Martins concludes, “is concretely not only the unilinear time of progress, of modernization, of the rational conduct in relation to ends and development” (MARTINS, 1994, p. 7; CAMPOS, 2017). Arrighi argues in a similar direction when saying that

the problem with the simple “proletarianization as capitalist development model” is that it ignores not just the realities of southern Africa’s settler capitalism, but also many other cases, such as the United States itself, which was characterized by a totally different pattern — a combination of slavery, genocide of the native population and the immigration of surplus labor from Europe (ARRIGHI, 2009).

The heterogeneity of historical capitalism also includes the different forms of appropriation of nature, bringing us back to Worster’s three levels. A certain concern with the times of nature was already implicit in the world-systems perspective but was better developed later by the works of Stephen Bunker and, more recently, Jason Moore. Considering as his starting point the history of the Amazon in the long *durée*, Bunker emphasized the interdependence between productive and extractive activities in the world system. Since they depended on the specific location of natural resources, extractive activities tended to be geographically dispersed while the productive sectors of central zones could be concentrated in specific areas. The centrality of natural resources for the existence and reproduction of the capitalist world system made Bunker skeptical about perspectives that excessively focused on determinations coming from the center, leading him to emphasize the importance of the local in global developments. And the tool for integrating these multiple scales of the system was precisely the commodity:



A focus on exported commodities allows analysis of the modes of production and extraction from which the commodity emerges at the regional and local levels and of the technological and market changes which determine demand for it at the global level. [...] They serve as a bridge between different levels of analysis. A focus on specific commodities also permits analysis of the ecological, social organizational, and demographic effects both in the region of extraction and in the region where its eventual transformation contributes to the acceleration of production and consumption (BUNKER, 1985, p. 49).

Jason Moore raised similar issues in his eco-historical reading of Wallerstein's work, especially with his concept of "commodity frontier". The many commodity frontiers (which, according to Moore, were different from the pre-capitalist *resource frontiers*) that are at the center of global capitalism in its historical trajectory made use of extra-human nature as a substitute for technological transformations that could increase the rate of profit in capital accumulation processes: "land (forests, silver veins, fertile soils) was organized by empires, planters, seigneurs, yeoman farmers and many others, as a *force of production in servitude to the commodity form, as a mechanism for maximizing the productivity of labour*" (MOORE, 2010, p. 36, emphasis in original). Although using a different language and conceptualization, Moore echoed Bunker's concern with the multiple scales of historical capitalism so that extractive processes in the peripheries could be incorporated as fundamental elements of the system as a whole.

The 'local' environmental transformations precipitated by these frontiers were not simply *consequences* of European expansion; they were in equal measure constitutive of such expansion, condition as well as consequence. Degradation and relative exhaustion in one region after another were followed by recurrent waves of global expansion aimed at securing fresh supplies of land and labor, and thence to renewed and extended cycles of unsustainable development on a world-scale (MOORE, 2003, p. 309, emphasis in original).

Finally, there is an elusive aspect of capital that cannot be so easily captured by the analysis of commodity chains (and that is absent in the definition offered by Lefebvre at the beginning of this section). The generalization of commodity production in capitalism is marked by the production of abstractions, as demonstrated by Marx in the famous first chapter of *Capital* and by a voluminous bibliography that has explored the concept of commodity fetishism and attempted to develop a critical theory of value. In the words of Marx himself,

the commodity-form, and the value-relation of the products of labour within which it appears, have absolutely no connection with the physical nature of the commodity and the material relations arising out of this. It is nothing but the definite social relation between men themselves which assumes here, for them, the fantastic form of a relation between things (MARX, 1990, p. 165).

The synchronization of different forms of concrete labor through the world market thus produces a “real abstraction,” the real abstraction of value, whose endless accumulation operates then as a determining factor in the planetary dynamics of capitalism.⁷

It was precisely this absence in the histories of commodities offered by Mintz and Eric Wolf (whose classic *Europe and the Peoples Without History* had been published a few years before *Sweetness and Power*) that called the attention of Michael Taussig in a critique of both books, which he saw as examples of an undertheorized anthropological interest in history (TAUSSIG, 1989). However, theorizing capital and capitalism does not eliminate the need to think about its historical development. The trajectory leading to the dissemination of the commodity form and the abstract domination of life in which everything can be exchanged for everything — and that includes the making of an abstract nature that can also be commodified and exchanged — concretely depended and continues to depend on an array of heterogeneous relations, as we have seen with José de Souza Martins and Giovanni Arrighi, a heterogeneity that can be tracked by following the circuits of the commodity. In this sense the critical theory of value asked by Taussig must be combined with the analysis of the “trajectories of commodities as ‘tracers’ through the veins and arteries of a developing political and economic system,” as Mintz and Wolf argued in their reply (MINTZ; WOLF, 1989). This is certainly a difficult synthesis, but still a necessary one. In the words of William Sewell Jr., “we need to keep both sides of the dialectic between abstract reversible temporality and concrete irreversible temporality in view at all times” (2008, p. 532). Reproducing only the abstract temporality of capitalism is the object of economists obsessed with mathematical models that, according to him, “reproduces the abstraction of universal exchange as if it were the whole truth about the economy, rather than one dialectical pole in a fundamentally contradictory complex” (SEWELL, 2008, p. 527).

THE PRODUCTION OF CIRCULATION: SHIPS AND GOLD

Two more concrete examples of the history of commodities — ships and gold — can help explore some of the issues discussed above. The two commodity chains are related to my current projects: an environmental history of the transatlantic slave trade and a global environmental history of mining in Brazil. Both cases could be explored in all their geographical and chronological extension, but I will follow here a “national” starting point — focusing on North American ships and Brazilian gold — to emphasize issues related to methodological nationalism and to show how the approach also allows for more specific temporal and spatial framings. The larger objective is showing how the history of commodities offers one way to integrate society and nature within a systemic perspective.

Floating forests

The strong methodological nationalism of U.S. historiography has become one of the main targets of a number of works associated with the global turn. At the

⁷ There is a vast bibliography on commodity fetishism and value form theory. For an excellent overview, see Peter Hudis’ *Marx’s concept of the alternative to capitalism* (HUDIS, 2012).



center of nationalistic narratives of U.S. exceptionalism is the history of New England, considered by many to be the main motor of a march for progress that allegedly characterized the nation since its early days. It was against this sort of parochialism that Thomas Bender called for a “wider cosmopolitanism” in *A Nation Among Nations: America’s Place in World History* (2006). According to him, the history of the United States can only be fully understood within a global context since its early days. Not coincidentally, references to New England in Bender’s book are very few. His narrative of the colonial era in fact focused on the slave colonies of the South, framing this history within the broader developments of Atlantic slavery. The perspective offered by Bender has some strengths since this North American exceptionalism centered on New England played an important role in erasing the importance of black slavery for the region and, consequently, for the nation, turning it into the “peculiar institution”.⁸

But is ignoring the history of New England the best strategy for this? Tracking the main commodity chains of the region may reframe its history within a broader context, making clearer not only the role of coerced labor and natural resources in its development, but also its importance for the history of capitalism.⁹ The slave system that proved to be crucial for the development of New England was in fact located outside North America, more specifically in the Caribbean. The initial settlement of New England had fishing, the fur trade, and exports of timber as its main goal, but in all three cases England offered only a relatively small market for them. Despite the demand for masts and pitch for its naval industry, for example, the flows of these goods from the Baltic remained cheaper. After experiencing a crisis in the mid-seventeenth century, and a decline in the migratory flows from England, New England became articulated to an expanding Caribbean (besides a persisting and important connection to the Madeira, the Canary Islands, and the Iberian Peninsula). The most fundamental motor of this connection was the plantation revolution in the Caribbean, which radically reshaped places like Barbados, Jamaica, Guadeloupe, Martinique, and Saint Domingue. Northern North America supplied a large volume of cod to feed the growing population of enslaved Africans of the Antilles, timber for the construction of the plantations, slave quarters, boxes, and barrels for transporting goods (the slave plantation was one of the greatest forces behind the devastation of New World forests), and even whale oil to illuminate the sugar mills (since labor during harvest took place 24 hours a day) (KIMBALL, 2009, p. 430).

An important merchant sector emerged in New England over the seventeenth and eighteenth centuries for the shipping of goods from the Caribbean slave societies and US southern colonies, a sector that emerged associated with a powerful shipbuilding industry. The latter was probably the main manufacturing sector in colonial North America, providing ships not only to New England merchants, but also as an important

⁸ The fact that American temperate zones generated societies with slaves instead of slave societies facilitated later ideological constructs that erased the history of slavery in those regions. Southern Brazil offers a clear parallel, with the development of “a different Brazil”, in the famous title of Wilson Martins’ work. Recent works have emphasized the centrality of indigenous and African slavery in New England in spite of the absence of great export plantations. See Melish (1998), Warren (2016) and Newell (2015).

⁹ A focus on endogenous explanations, with great contributions from the social history of the 1970s, disconnected the history of New England from the history of capitalism (based on analysis of the culture and mentality of rural producers in the region). For an overview of this scholarship, see Naomi R. Lamoreaux (2003).

export product. By the second half of the eighteenth century, ships were the fifth main North American export in terms of value. If we combine the gains from the shipping of goods, the contribution of this sector to the North American balance of payments was close to that of tobacco, the main export good coming from Chesapeake. Something between one third and 40 percent of all vessels of the British Royal Navy were built in the United States, according to estimates from different scholars. As John McCusker and Russell Menard show (1991), the shipbuilding industry was a product of the fortuitous combination between, first, vast extractive resources — in this case, the huge trees from New England forests, which were excellent for masts; secondly, the free time that family rural labor typical of New England offered and that could be used in other industries; and, third, the great international demand that accompanied the ascension of England, which did not have the necessary resources for its navy and continued to depend on the Baltic trade.

A relatively small number of workers performed the necessary labor in North American shipyards, with their numbers varying from one to six according to the different stages of building a ship, from putting together the hull to the rigging and setting up the sails. The bibliography on the subject is relatively thin, but the presence of slaves and servants seems to have been common, even if in small numbers. Most shipyards were in the North, especially in Massachusetts. Poor children were frequently given to shipyard owners to learn the arts of shipbuilding, living with indentured servants and a few enslaved Africans, who worked in the many different activities related to shipbuilding (GOLDENBERG, 1976, p. 54-76). The necessary products for building a ship were basically timber (for the hull and masts), iron (anchors, tools, and nails), linen and hemp (sails and rigging), pitch and tar (for sealing the hulls and the cordage). Slave ships followed a similar pattern, although with differences in the design and perhaps a larger demand for iron for the collars and chains (although this also varied over time and space).¹⁰

Let's take a more careful look at timber (which also stimulated other commodity chains such as iron for the axes to cut the trees or to be used in the sawmills). The largest forests that provided most of the material for building ships were located in northern New England, in the colonies of New Hampshire and Maine. Similarly to the Amazon, forests in the region had been the object of manipulation by various indigenous groups for centuries before the European invasion, including the selection and maintenance of specific trees that were important sources of food, such as oaks, chestnuts, hickories, and walnuts. Consequently, these trees could be found in large numbers by the time European settlers arrived, who commodified the forests of the region in response to Atlantic demands (and therefore made use of the “dead labor” of the indigenous who had manipulated the forest for centuries). The white oak was used to plank the ships and to produce staves for the barrels that were used to pack Caribbean sugar and Iberian wines. The black oak in turn was used in those ship parts that remained underwater for their resistance to tropical worms. The chestnuts were also used for their resistance. As demand for timber increased in the mid-seventeenth century, a significant number of sawmills were quickly established across the Piscataqua river on the frontier of the present-day states of New Hampshire and Maine (ROBERTS, 2019, p. 101).

¹⁰ A comparison between different slave ships can be found in Radburn and Eltis (2019).

Extracting timber was hard work, usually performed during the winter when the snow cushioned the fall of trees and facilitated their transportation to the nearest river. Some lumbermen froze to death. Animals were necessary to carry the timber to the river, from where it was taken to the sawmills. The timber was then processed into different formats, including the highly sought masts made with oaks. The volume of wood used on a ship was significant. According to Wallerstein, a Dutch warship used around 2,000 century-old oaks, which meant 50 acres of forest (WALLERSTEIN, 1974). “No other technical object, perhaps with the exception of fire,” Diogo Cabral argues, “consumed so much timber like the building and maintenance of a ship”. Something around 3,600 cubic meters of wood — two times the annual average of brazilwood exports in the sixteenth century — were necessary only for the basic structure of a ship (CABRAL, 2014, p. 172). A task that remains to be done is to calculate the volume of wood that was used in the construction of the millions of slave ships that crossed the Atlantic, allowing us to visualize and articulate the human and environmental costs of the transatlantic slave trade.

The demand for timber, as William Cronon notes, did not produce deforestation to the worrying level that pervaded the writings of local authorities (the third level offered by Worster, which had a number of implications for the relationship between British authorities and New England settlers). Still, a few species were devastated by the commodification of the forest and their use in the shipbuilding industry, especially the white pine, an extremely tall tree that did not exist in Europe and was excellent for producing masts. Shipbuilding demands therefore produced an expansion of the frontier in search for specific trees without necessarily producing generalized deforestation (although this also happened to some extent).¹¹ The timber industry, however, stimulated associated sectors such as cattle-raising and foodstuff production, two great consumers of forests (CRONON, 2003, chap. 6).¹² Not coincidentally, a large number of conflicts with native groups in western New England and their French allies took place at the turn of the seventeenth century. As the commodity frontier advanced, conflicts with indigenous peoples increased (CLARK, 1970, chap. 5).

The great naval potential of North America soon reflected on the transatlantic slave trade, with the production of ships for US slave traders as well as for exports, including for merchants from other nations.¹³ US-built ships appeared in the transatlantic slave trade before US slave traders themselves because of the monopoly of the Royal African Company (founded in 1672) over this commerce. The end of the monopoly would only come after the Glorious Revolution and the actions of independent slave

¹¹ A similar process took place in Brazil as the gold rush stimulated the building of canoes to be used in the riverine routes connecting São Paulo to Mato Grosso, leading to the disappearance of specific tall trees in certain areas in the Brazilian countryside. See *Caminhos e fronteiras*, (HOLANDA, 2008, p. 178).

¹² On the tensions produced by British perceptions over deforestation and its consequences for British naval power, see Roberts (2010).

¹³ Despite the large Luso-Brazilian role in the slave trade, there is very little data on the origins of Portuguese slave ships, especially for the colonial era (there are, in fact, few works on shipbuilding as a whole for the period). The Dutch shipbuilding industry in turn was fundamental for the construction of its commercial hegemony in the seventeenth century, stimulating the expansion of the commodity frontier (as well as pitch and tar) in Scandinavia and the Baltic. There is also little data on the place of construction of Dutch ships, but most seems to have been built in Amsterdam. The best documented branch of the traffic is the British, with more than 8,000 voyages indicating the place of construction of vessels, followed by the French (323) and the US (251).

traders in the British public sphere, opening the way for a more active participation of US-based merchants. This participation, however, was only possible after the development of another key New England staple: rum. While the sugar from British and French Caribbean plantations was sent to Europe, the molasses that came out of those same units went mainly to North America, especially to New England, which became the home of a large number of distilleries. The product satisfied specific demands in Africa, especially on the Gold Coast, which then became the main slave trading area for US-based merchants. Sean Kelley (2018) finds a few cases in which basically all captives were exchanged for full cargoes of rum. A non-negligible number of those slaves were carried to North America (including Massachusetts, where a small number ended up in the shipyards, building the ships that would carry other slaves), but the great majority went to the French and British Caribbean, especially to Barbados, where they produced not only sugar, but also the molasses (and coffee and indigo, among a few other staples) that would be transformed into rum to be exchanged for other captives that would then be carried on North American ships to the Americas.¹⁴

The strength of the North American shipbuilding industry acquired new meaning after US independence, with the development of new ship designs in the context of wars against the old metropolis (especially the war of 1812), ultimately leading to the construction of the fastest ships in the world. Its efficiency reflected, for example, on US dominance in whaling industry and the widespread presence of US-built ships in the transatlantic slave trade. Merchants involved in the traffic to Cuba and Brazil purchased many US ships (eventually also using the US flag to circumvent British authorities). By the mid-nineteenth century US-built ships carried around 60 percent of all captives illegally disembarked in Brazil (MARQUES, 2016).

The nature of money

Similarly to the histories of New England, endogenous explanations have also been extremely influential in the Brazilian historiography of the last half century. In both cases, the focus on local, regional, and national developments were combined with the conclusions established by new economic historians, who separated the development of Europe from the history of colonialism. A great number of works that had explored the connections between capitalism, empire, and slavery came to be seen as outmoded, allowing historians to focus on their national and regional histories on both sides of the Atlantic. In Brazil, these conclusions were embraced by scholars eager to disconnect the history of colonial Brazil from the history of capitalism. The problem, as Patrick O'Brien (2005) would later recognize, was that the bricks of research in local and national archives did not automatically lead to the construction of a solid explanatory structure, something that became clear after the contributions of experts on Asian history such as Dennis Flynn, Kenneth Pomeranz, and Bin Wong, among others, all of them central figures in the global turn of recent decades.¹⁵

The scholarship on internal markets in Portuguese America is vast and extremely rich, as a quick glance at the prize-winning collection *História de Minas Gerais* shows.

¹⁴ All estimates come from www.slavevoyages.org, unless otherwise noted.

¹⁵ For a brief overview of this debate, see *Unidades de análise, jogos de escalas e a historiografia da escravidão no capitalismo* (MARQUES, 2020).

Its section on economy exemplifies the wealth of historiographical developments from the 1970s to the present; the structures of everyday life and the linkages produced by mining in the region are explored in detail. References to the global processes of which these regional developments were part, however, are very few. João Antonio de Paula (2007, p. 298-299) offers a few paragraphs on the centrality of gold for the “so-called primitive accumulation of capital”, outlining some of its effects on the Portuguese economy. In the opening text, José Newton Coelho Meneses also makes a few remarks on this: “neither separated nor an exclusive reflection of the Metropolis, this economy is presented with its peculiarities and as part of the vast Portuguese world” (2007, p. 275).

Approaches such as a renewed imperial history and Atlantic history have also inspired a number of works in Brazil, but it is striking how they remained separated from a systemic perspective.¹⁶ Historians reacted to the Anglocentrism of Atlantic history by developing the concept of South Atlantic and offering rich studies of its peculiarities and weight (after all, Portuguese America was the main destination of enslaved Africans in the early modern era). But the concept also became reified, being used only in a few occasional formal comparisons.¹⁷ The possible entanglements between the North and the South Atlantic disappeared. It is easy to see how global history may become some form of imperial history under new guise (to go back and expand on Adelman’s point on global history as an Anglospheric invention). There is little room in the recent historiography on the Portuguese empire for articulations that transcended the formal limits of the empire itself. Despite the many perspectives connecting Portuguese America to Portugal, Angola, Goa, among other Portuguese overseas possessions, the main question remains: what was the broader world of which the Portuguese empire was part?¹⁸

One possible strategy to reintegrate this history into these wider processes is to track the commodity chain of gold. Searches for the yellow metal were at the basis of European overseas expansion in the late Middle Ages, with African gold playing a central role in this process as the classic works of Fernand Braudel and Vitorino Magalhães Godinho showed (BRAUDEL, 1953; GODINHO, 1963). The conquest of America increased the volume of gold circulating in the world, but it was actually silver that shaped the first two centuries of colonial history in the New World. Some gold continued to come out of Africa and increasingly from New Granada, but the scale of its circulation was effectively transformed only with the gold discoveries of Minas Gerais by the late seventeenth century. By the mid-eighteenth century the value of gold extracted from the Americas came close to that of silver, followed by the boom in Mexican silver that came with the Bourbon reforms (TEPASKE, 2010, p. 16).

What were the uses of these precious metals? O’Brien offers a good description of their main function in the early modern era:

as universally acceptable forms of purchasing power, and as durable reserve assets of intrinsic and (supposedly) stable

¹⁶ For an overview of this reception, see Marques (2013).

¹⁷ An important exception here is the book *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII* (ALENCASTRO, 2000).

¹⁸ For broader takes on the Portuguese empire, see Novais (1979) and Adelman (2006, p. 13-55).

value — backing and promoting the gradual evolution of diverse forms of paper credit — precious metals had long been highly significant for the functioning of states, for the development of national economies, and for internal and international commerce (O'BRIEN, 2005).

The history of money is therefore the history of the creation of a world market, the development of European fiscal-military states, and the institution of specific economic environments, marked by a number of financial innovations. This history, however, has been frequently told within certain methodological limits. While a number of debates around larger questions marked the first half of the twentieth century, such as those raised by Earl J. Hamilton's classic work on the role of New World metals in the European price revolution, the second half of the century witnessed the growing dominance of endogenous explanations of European development. The recent global history debates challenged much of this methodological nationalism by putting the history of money at the center of the debate and giving a renewed attention to the role of silver in Asian trade, in this way connecting the history of places like Potosí and Zacatecas to the creation of global trade circuits.¹⁹

This shift in the terms of the debate, however, came at a certain cost, especially with the abandonment of efforts to conceptualize capitalism as a historical system and integrate these different dimensions of its history (the creation of a world market, financial revolutions, the expansion of states, and the interrelated exploitation of labor and appropriation of nature on global scale). The history of money allows us to reconnect these different aspects, including its colonial dimensions, with an interpretation capable of integrating the multiple times of capitalism. This plurality of times includes the abstract temporality of capital, which is largely based on the history of money: "it is however precisely this finished form of the world of commodities — the money form — which conceals the social character of private labour and the social relations between the individual workers, by making those relations appear as relations between material objects, instead of revealing them plainly" (MARX, 1990, p. 168-9). Thus, the history of money is strategic for understanding the system as a whole, but for this it is necessary to unroll the many threads of this process, looking, for example, at how the emergence of London as the financial capital of the world was connected to the labor of enslaved Africans who were forced to dive into the cold waters of Minas Gerais to gather the gold that would eventually end up in British banks. The history of money will remain incomplete if it does not fully incorporate the processes of material production that made these changes possible, among which was mining in the Americas.²⁰

What were the effects of the production of money in eighteenth century Brazil? Some of them are well known: frontier violence and enslavement (especially in the early moments of expansion) of native peoples, inflows of thousands of enslaved

¹⁹ For a brief overview of the debate, see Marques (2020, p. 91-93).

²⁰ It is striking how books on the history of money, such as the one by Christine Desan, tend to ignore the colonial dimensions of the production of coins. The colonies here appear only in the discussion on the circulation of coins in colonial North America (DESAN, 2014). More recently, the stimulating book by David McNally, which sought to emphasize the violent aspects of the history of money, and including the laudable effort to incorporate slavery into the history of capitalism, remains centered on the Anglophone world (MCNALLY, 2020).

Africans, and the devastation of the Atlantic forest. Hal Langfur and Maria Leônia Chaves de Resende estimate that 86 violent conflicts involving Portuguese settlers and native groups such as the Botocudo and the Puri took place between 1760 and 1808 (LANGFUR, 2014, p. 139). At the same time, the flows of enslaved Africans into the colonial space reached unprecedented levels, going from 460,000 people in the second half of the seventeenth century to almost 900,000 in the following half century. A large number of these slaves were carried to the mining zones or to the associated sectors that formed the economic space of gold. As we have seen with New England timber, the gold also stimulated a number of other activities such as cattle raising and foodstuff production, which in turn increased the demand for enslaved laborers in the more connected internal markets of the eighteenth-century colonial space (CARRARA, 2007; MATHIAS, 2012; OLIVEIRA, 2011). These commodity frontiers had large environmental costs in the Brazilian interior. According to Warren Dean estimates, gold extraction in eighteenth century Brazil led to the devastation of 4,000 km² of the Atlantic Forest (DEAN, 2013).

At the other end of this chain were the global uses of gold, also producing multiple effects on different parts of the world. Quantification of the global flows of gold is complicated because gold — circulating in the form of coins, bars, and dust — is almost synonymous with contraband so that much of this discussion is based on very shaky evidence. Historians Leonor Freire Costa, Maria Manuela Rocha, and Rita Martins de Sousa have offered what may be the only global estimates of the Brazilian gold flows (COSTA; ROCHA; SOUSA, 2013, p. 51). According to them, Europe received only 72 percent (618,1 tons) of the total volume of gold extracted from Brazil (estimated at 856,5 tons by Noya Pinto). 44 percent of this volume (272 tons) remained in Europe, the rest flowing into other continents, especially Asia. Still according to Costa, Rocha, and Sousa, this means that 240,4 tons of gold did not reach Europe. Their work focuses on the flows to Europe, but there were flows of gold directly from Brazil to the rest of the Americas, Asia, and Africa. Much of this gold remained within the colony, allowing — along with long chains of indebtedness — for the emergence of growing internal markets that supplied the mining zones. A small part of it also went to the neighboring Spanish American territories but there have not been any attempts at quantification for this so far. Equally unknown is the amount of gold that went directly from Brazil to Asia. In the case of Africa, in a co-authored article with Gustavo Acioli Lopes, we have suggested that almost 47 tons of gold were carried to the Bight of Benin and the Gold Coast during the first half of the eighteenth century (MARQUES; LOPES, 2019). Thus, the amount of gold that stayed in Brazil was probably around 193,4 tons (leaving aside the flows into Spanish America and Asia).

While silver was the main force behind European participation in the Asian trade, the fragmented economies of the Indian sub-continent did have some demand for gold (PARTHASARATHI, 2011). The Portuguese government sent remittances of both silver and gold to finance its political presence in India while individual merchants sent bullion as part of exchanges in the *Carreira da Índia*, the trade route that connected Lisbon to Goa. The Brazilian gold boom intensified this route and there are a few indications that some gold was smuggled directly from Salvador to India through the Cape of Good Hope (LAPA, 2000, p. 269; RUSSEL-WOOD, 2014, p. 221). Brazilian gold also intensified the Asian trade conducted through the Levant, with ships from northwest Europe stopping at Lisbon on their way to the Mediterranean. One of the key goods exchanged by the bullion carried by Europeans were Indian textiles, which became

a critical component of the transatlantic slave trade.²¹ Combined with cheap tropical goods such as sugar and tobacco, this Asian trade also contributed to the expansion of consumption and new patterns of labor in Western Europe (LEMIRE, 2018).

In Africa, Brazilian gold allowed for Luso-Brazilian slave traders, mostly coming from Bahia and Pernambuco, to consolidate their participation in the slave trade at Costa da Mina, from where they had been expelled by the Dutch in the mid-seventeenth century. Bahian and Pernambucan tobacco were important to open those doors already by the late seventeenth century, but Brazilian gold provided a fundamental dynamism that ensured the success of that trade. British, Dutch, French, and even Danish slave traders sought merchants coming from Brazil in the hope of exchanging slaves for gold. African authorities at Costa da Mina in turn tried to establish direct connections to the Luso-Brazilians to access the yellow metal, which was used to pay for armies in local conflicts. The Gold Coast became an importer instead of an exporter of gold (and an exporter instead of an importer of slaves). The ascension of Dahomey on the Slave Coast and of the Ashanti on the Gold Coast were strongly connected to the flows of Brazilian gold into the continent. Terms like “gold slaves” and “Portuguese slaves” became widespread to describe those considered to be the best slaves, who were selected for merchants coming from Brazil (MARQUES; LOPES, 2019).

Most of the gold extracted from Brazil, however, went to Europe through the traditional Brazil-Portugal route. The effects on the Portuguese economy have been the object of some debate, which should continue to be explored. A significant part of that gold, however, perhaps most of it, went to Great Britain as a result of trade relations and political and diplomatic arrangements that marked the relationship between the two empires by the early eighteenth century. Estimates of the total volume of gold arriving in England varies from one to two thirds of the total volume that went to Europe. As Braudel notes, this English drain of gold was largely a product of political intervention since the fixing of the guinea gold coin at 22 shillings of silver (followed by 21 shillings and 6 pence in 1699 and 21 shillings in 1717) by the government kept the value of gold in England high while silver coins could make their way into Asia. These large inflows of gold helped create a healthy financial environment and a growing intensification of market exchanges in England without great price oscillations and with long term consequences for the Great Divergence of the nineteenth century (BRAUDEL, 1984, p. 361; DESAN, 2014, p. 381-386; MARQUES; MARQUESE, 2020, p. 112).

AN IMMENSE COLLECTION OF COMMODITIES

Slavery in Portuguese America directly contributed to the construction of the slave Caribbean with the transmission of knowledge, technologies, and capital carried by the Dutch in the mid-seventeenth century, as shown by the pioneering work of Alice

²¹ The Venice mint significantly increased its production of gold coins and Rene Barendse has suggested that “the sequin made from Brazilian gold turned in the eighteenth century to the most common coin for the long-distance trade of the Arabian seas” (BARENDSE, 2009, p. 938, 961). On silver and gold, Barendse offers an interesting example of a voyage from Lisbon to Goa in which the merchant was instructed to carry silver and a few other goods to be exchanged for Indian textiles to be used in the slave trade from Angola. After Goa, the merchant was supposed to go to Salvador and exchange those textiles for gold before travelling back to Lisbon.

Canabrava (2005). In the following century the labor of enslaved Africans in the cold waters of Minas Gerais, Goiás, and Mato Grosso gave a new contribution, this time by giving England the monetary stocks that allowed for the development of a true financial revolution. The new financial instruments were at the basis of the expansion of new investments in productive enterprises, meaning not only the production of manufactures in Great Britain, but also the slave plantations of Barbados and Jamaica (INIKORI, 2002; PRICE, 1991). Stocks of gold also allowed for larger flows of silver towards Asia, where it was exchanged for Indian cotton textiles, which in turn were at the center of the transatlantic slave trade that supplied captives for the Caribbean plantations. In other words, Brazilian gold was fundamental not only for the development of the South Atlantic in the eighteenth century, but also for the expansion of the North Atlantic, which had the slave Caribbean as one of its most dynamic and crucial poles.

In the wheels of commerce of the eighteenth century, Brazilian gold also became connected to North American ships. As the slave Caribbean expanded, so did New England, home of most shipyards during the colonial era. It seems likely that some of those ships even entered into the South Atlantic slave trade. In the early eighteenth century, as a great deal of gold flowed into Portugal, British observers noted how New England merchants built their ships and carried a great volume of timber to be sold in Portugal, occasionally selling the ships themselves (which were probably exchanged for the Brazilian and Portuguese gold coins that increasingly circulated in British America) (PINKERTON, 1812, p. 357).²² Part of the North American ships were also incorporated by the British merchant fleet, which carried much of the gold between Portugal and Britain (EBERT, 2011). The key point here, however, is that the main factor behind the growth of New England, as more than one scholar has noted, were the “invisibles,” the provision of services — namely shipping — that the New England merchant community came to dominate in intra-colonial and inter-colonial trade (since they were not restricted to the British Caribbean), a world that depended on slavery and the slave trade to exist (BAILEY, 1990; RICHARDSON, 1991). North American vessels became increasingly important for the shipping of goods (including living commodities) between Africa, the Caribbean, the Iberian Peninsula, and North America. The growth of New England in turn, with a strong consuming market of British manufactured products, played a central role in the development of England and the Industrial Revolution.²³

Wealth in historical capitalism presents itself as an “immense collection of commodities,” with their double nature. The monetization of Europe allowed for the lubrication of exchanges and the commodification of everything, including human beings and the rest of nature, with value coming to dominate the world of production and consumption. The generalization of money was one of the central components of this process. “One of the main features of what is schematically referred to as the ‘transition from feudalism to capitalism,’” Pierre Vilar argues, “is the transition from a system of social relations where monetary arrangements are secondary and subordinate, to one in which money (in the broadest sense) plays a major role” (1976, p. 25). In historical terms, this process took the more specific form of a system based on the relationship between precious metals and financial innovations that allowed

²² About gold coins in British America, see Solomon (1976, p. 36-37).

²³ Although underestimating the weight of Caribbean economies, see Harley (2015).

for the making of an unified space for the multiplication of money, or the making and accumulation of capitalist money. “Enterprises, wage labour and market exchange existed to some small degree, at least, in many previous economic systems,” Geoffrey Ingham contends, but “their expansion into the dominant mode of production was made possible by the entirely novel institution of a money-producing banking system” (INGHAM, 2008, p. 87-88). At the other end of this process were the enslaved Africans working in the rivers of Minas Gerais and New Granada, indigenous people in the Peruvian and Mexican mines, peasants, servants, and slaves in the shipyards and forests of New England, in all cases producing significant environmental impacts. Each commodity that was consumed was made possible by the wide articulation of different worlds, which allowed for circulation itself with the production of coins as well as ships to carry those same coins. In this sense, the world of commodities depended and continues to depend on the organic relationship between the appropriation of nature and the exploitation of human labor, a relationship that is mediated by value, which shapes the contemporary world, including its structures of knowledge. Fortunately, a long tradition contesting those same structures in and out of academia offer us a glimpse of hope in the context of environmental collapse.

REFERENCES

- ADELMAN, Jeremy. *Sovereignty and revolution in the Iberian Atlantic*. Princeton: Princeton University Press, 2006.
- ADELMAN, Jeremy. Is global history still possible, or has it had its moment? *Aeon*, London, Mar. 2017. Available at: <https://aeon.co/essays/is-global-history-still-possible-or-has-it-had-its-moment>. Accessed: November 28, 2018.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ARBOLEDA, Martín. *Planetary mine: territories of extraction under late capitalism*. La Vergne: Verso, 2020.
- ARRIGHI, Giovanni. The winding paths of capital. *New Left Review*, London, n. 56, 2009.
- BAILEY, Ronald. The slave(ry) trade and the development of capitalism in the United States: the textile industry in New England. *Social Science History*, Cambridge, v. 14, n. 3, p. 373-414, 1 Oct. 1990.
- BALÉE, William L. *Cultural forests of the Amazon: a historical ecology of people and their landscapes*. Tuscaloosa: University of Alabama Press, 2013.
- BARENDSE, R. J. *Arabian Seas, 1700-1763*. Leiden; Boston: Brill, 2009.
- BECKERT, Sven. *Empire of cotton: a global history*. New York: Knopf, 2014.



BENDER, Thomas. *A nation among nations: America's place in world history*. New York: Hill and Wang, 2006.

BRAUDEL, Fernand. *The Mediterranean and the Mediterranean world in the age of Philip II*. New York: Harper & Row, 1972.

BRAUDEL, Fernand. *The Perspective of the World*, v. 3: Civilization and Capitalism, 15th-18th Century. New York: Harper & Row, 1984.

BRAUDEL, Fernand. Moedas e civilizações: do ouro do Sudão à prata da América. *Revista de História*, São Paulo, v. 6, n. 13, p. 67-83, 7 Mar. 1953.

BAUER, Arnold. Commodity Chains. *A Contracorriente: uma revista de estudos latinoamericanos*, Raleigh, v. 4, n. 3, p. 171-187, 1 Feb. 2007.

BUNKER, Stephen G. *Underdeveloping the Amazon: extraction, unequal exchange, and the failure of the modern state*. Urbana: University of Illinois Press, 1985.

CABRAL, Diogo de Carvalho. *Na presença da floresta: Mata Atlântica e história colonial*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

CAMPOS, André. *Tramontina comprou madeira de serraria flagrada com trabalho escravo*, 2017. Available at: <https://reporterbrasil.org.br/2017/03/tramontina-comprou-madeira-de-serraria-flagrada-com-trabalho-escravo/>. Accessed: November 15, 2020.

CANABRAVA, Alice Piffer. *História econômica: estudos e pesquisas*. São Paulo: HUCITEC; ABPHE; UNESP, 2005.

CARRARA, Angelo Alves. *Minas e currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais, 1674-1807*. Juiz de Fora: UFJF, 2007.

CHAKRABARTY, Dipesh. The climate of history: four theses. *Critical Inquiry*, Chicago, v. 35, n. 2, p. 197-222, 2009.

CLARK, Charles E. *The eastern frontier: the settlement of Northern New England, 1610-1763*. New York: Knopf, 1970.

COSTA, Leonor Freire; ROCHA, Maria Manuela; SOUSA, Rita Martins de. *O ouro do Brasil*. Lisbon: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2013.

CRONON, William. *Changes in the land: Indians, colonists, and the ecology of New England*. New York: Hill and Wang, 2003.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

DESAN, Christine. *Making Money: Coin, Currency, and the Coming of Capitalism*. 1st ed. Oxford: Oxford University Press, 2014.



DORE, Elizabeth. Alternativas Latinoamericanas: Una interpretación socio-ecológica de la Historia minera Latinoamericana. *Ecología política*, Barcelona, n. 7, p. 49-68, 1 sem., 1994.

EBERT, Christopher. From gold to manioc: contraband trade in Brazil during the Golden Age, 1700-1750. *Colonial Latin American Review*, London, v. 20, n. 1, p. 109-130, 1 Apr. 2011.

GEREFFI, Gary; KORZENIEWICZ, Miguel; KORZENIEWICZ, Roberto P. Introduction: Global Commodity Chains. In: GEREFFI, Gary; KORZENIEWICZ, Miguel (ed.). *Commodity chains and global capitalism*. Westport: Greenwood Press, 1994, p. 1-14.

GODINHO, Vitorino de Magalhaes. *Descobrimientos e a economia mundial*. Lisbon: Arcadia, 1963.

GOLDENBERG, Joseph A. *Shipbuilding in colonial America*. Published for the Mariners Museum, Newport News, Virginia. Charlottesville: University Press of Virginia, 1976.

HARLEY, C. Knick. Slavery, the british Atlantic Economy and the Industrial Revolution. In: PRETEL, David; LEONARD, A. B. (ed.). *The Caribbean and the Atlantic World Economy: circuits of trade, money and knowledge, 1650-1914*. London: Palgrave Macmillan GB, 2015, p. 161-183.

HEADRICK, Daniel R. *Humans versus nature: a global environmental history*. New York: Oxford University Press, 2020.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3rd ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

HOPKINS, Terence K.; WALLERSTEIN, Immanuel. Commodity chains in the world-economy prior to 1800. *Review (Fernand Braudel Center)*, New York, v. 10, n. 1, p. 157-170, 1 jul. 1986.

HOPKINS, Terence K.; WALLERSTEIN, Immanuel. Patterns of development of the modern World-System. *Review (Fernand Braudel Center)*, New York, v. 1, n. 2, 1977.

HORNBORG, Alf. Toward a Truly Global Environmental History: A Review Article. *Review (Fernand Braudel Center)*, New York, v. 33, n. 4, p. 295-323, 2010.

HUDIS, Peter. *Marx's concept of the alternative to capitalism*. Leiden; Boston: Brill, 2012.

INGHAM, Geoffrey K. *Capitalism*. Cambridge: Polity, 2008.



INIKORI, J. E. *Africans and the industrial revolution in England: a study in international trade and economic development*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2002.

KELLEY, Sean M. American Rum, African Consumers, and the Transatlantic Slave Trade. *African Economic History*, London, v. 46, n. 2, p. 1, 1 Jan. 2018.

KIMBALL, Eric Bartholomew. *An essential link in a vast chain: New England and the West Indies, 1700-1775*. Dissertation (PhD) – Dietrich School of Arts and Sciences, History, University of Pittsburgh, Pittsburgh, 2009.

LANGFUR, Hal. *Native Brazil: beyond the convert and the cannibal, 1500-1900*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2014.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a Carreira da Índia*. Ed. fac-sim. São Paulo: HUCITEC; UNICAMP, 2000. (Coleção Estudos Históricos, n. 42).

LAMOREAUX, Naomi R. Rethinking the Transition to Capitalism in the Early American Northeast. *The Journal of American History*, Bloomington, v. 90, n. 2, p. 437-461, 2003.

LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford; Cambridge: Blackwell, 1991.

LEMIRE, Beverly. *Global trade and the transformation of consumer cultures: the material world remade, c. 1500-1820*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2018.

MARQUES, Leonardo. O ouro brasileiro e o comércio anglo-português de escravos. In: RÉ, Henrique; SAES, Laurent; VELLOSO, Gustavo (ed.). *História e historiografia do trabalho escravo no Brasil: novas perspectivas*. São Paulo: Publicações BBM, 2020. p. 87-124.

MARQUES, Leonardo. Unidades de análise, jogos de escalas e a historiografia da escravidão no capitalismo. In: SALLES, Ricardo; MUAZE, Mariana (ed.). *A Segunda Escravidão e o Império do Brasil em perspectiva histórica*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2020. p. 53-74.

MARQUES, Leonardo; MARQUESE, Rafael de Bivar. Ouro, Café e Escravos: O Brasil e a 'assim chamada acumulação primitiva' In: MARQUESE, Rafael de Bivar (ed.). *Os tempos plurais da escravidão no Brasil: Ensaios de História e Historiografia*. São Paulo: Intermeios, 2020. p. 105-32.

MARQUES, Leonardo. *The United States and the transatlantic slave trade to the Americas, 1776-1867*. New Haven; London: Yale University Press, 2016.

MARQUES, Leonardo; LOPES, Gustavo Acioli. O outro lado da moeda: estimativas e impactos do ouro do Brasil no tráfico transatlântico de escravos (Costa da Mina, c. 1700-1750). *CLIO (Online)*, Recife, v. 37, n. 2, p. 5-38, jul./dez. 2019.



MARQUES, Leonardo; PARRON, Tâmis. Os sete pecados capitais da literatura sobre desigualdades. In: FERRERAS, Norberto. *Desigualdades globais e sociais em perspectiva temporal e espacial*. São Paulo: Hucitec, 2021. p. 234-275.

MARQUESE, Rafael de Bivar. As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e historiografia sobre a escravidão brasileira. *Revista de História*, São Paulo, v. 0, n. 169, p. 223-253, 17 Dec. 2013.

MARTINS, José de Souza. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. *Tempo Social*, São Paulo, v. 6, n. 1/2, p. 1-25, 1994.

MARX, Karl. *Capital: a critique of political economy*. v. 1. London; New York: Penguin Books; New Left Review, 1990.

MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. *As múltiplas faces da escravidão: o espaço econômico do ouro e sua elite pluriocupacional na formação da sociedade mineira setecentista, c.1711 – c.1756*. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2012.

MCCUSKER, John J.; MENARD, Russell. *The Economy of British America, 1607-1789*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1991.

MCNALLY, David. *Blood and money: war, slavery, finance, and empire*. Chicago: Haymarket Books, 2020.

MELISH, Joanne Pope. *Disowning Slavery: gradual emancipation and “race” in New England, 860*. Ithaca: Cornell University Press, 1998.

MENESES, José Newton Coelho. Introdução. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (org.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas, volume 1*. Belo Horizonte: Autêntica Companhia do Tempo, 2007. p. 273-278.

MERCHANT, Brian. *The one device: the secret history of the iPhone*. 1st ed. New York: Little, Brown and Company, 2017.

MINTZ, Sidney W. *Sweetness and Power: the place of sugar in Modern History*. New York: Penguin Books, 1986.

MINTZ, Sidney W. Was the Plantation Slave a Proletarian? *Review (Fernand Braudel Center)*, New York, v. 2, n. 1, p. 81-98, 1 Jul. 1978.

MINTZ, Sidney W.; WOLF, Eric R. Reply to Michael Taussig. *Critique of Anthropology*, London, v. 9, n. 1, p. 25-31, 1 Apr. 1989.

MOORE, Jason W.; PARENTI, Christian (ed.). *Anthropocene or Capitalocene? nature, history, and the crisis of capitalism*. Oakland: PM Press, 2016.



MOORE, Jason W. The Modern World-System as environmental history? Ecology and the rise of capitalism. *Theory and Society*, London, v. 32, n. 3, p. 307-377, 1 Jun. 2003.

MOORE, Jason W. 'Amsterdam is standing on Norway', Part I: The alchemy of capital, empire and nature in the Diaspora of Silver, 1545-1648. *Journal of Agrarian Change*, London, v. 10, n. 1, p. 33-68, 2010.

NEWELL, Margaret Ellen. *Brethren by nature: New England Indians, colonists, and the origins of American slavery*. Ithaca: Cornell University Press, 2015.

NEVES, Eduardo Góes. *Sob os Tempos do Equinócio: oito mil anos de História na Amazônia Central (6.500 AC-1.500 DC)*. 2012. 303 p. Tese (Título de Livre-Docente) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: HUCITEC, 1979.

O'BRIEN, Patrick K. The Global Economic History of European Expansion Overseas. In: BULMER-THOMAS, V.; COATSWORTH, J.; CORTES-CONDE, R. (ed.). *The Cambridge Economic History of Latin America*. v. 1. The Colonial Era and the Short Nineteenth Century. [s.l.]: Cambridge University Press, 2005, p. 7-42.

OLIVEIRA, Tiago Kramer de. Decifrando hieróglifos: o capital mercantil no centro da América do Sul (1718-1750). *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 20, n. 3, p. 661-690, 2011.

PÁDUA, José Augusto. Brazil in the History of the Anthropocene. In: ISSBERNER, Liz-Rejane; LÉNA, Philippe (ed.). *Brazil in the Anthropocene: conflicts between predatory development and environmental policies*. New York: Routledge, 2016. p. 19-40.

PAULA, João Antônio De. A mineração de ouro em Minas Gerais no século XVIII. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (org.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas, volume 1*. Belo Horizonte: Autêntica Companhia do Tempo, 2007. p. 279-302.

PARTHASARATHI, Prasannan. *Why Europe grew rich and Asia did not: Global Economic Divergence, 1600-1850*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2011.

PINKERTON, John. *A General Collection of the Best and Most Interesting Voyages and Travels in All Parts of the World*. London: Longman et.al., 1812.

PRICE, Jacob M. Credit in the slave trade and plantation economies. In: SOLOW, Barbara L. (ed.). *Slavery and the rise of the Atlantic system*. Cambridge; New York: W. E. B. Du Bois Institute for African and African-American Research, Harvard University, 1991. p. 293-339.



RADBURN, Nicholas; ELTIS, David. Visualizing the Middle Passage: the Brooks and the reality of ship crowding in the transatlantic slave trade. *Journal of Interdisciplinary History*, Cambridge, v. 49, n. 4, p. 533-565, 7 Mar. 2019.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (ed.). *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica Companhia do Tempo, 2007.

RICHARDSON, David. Slavery, trade, and economic growth in eighteenth-century New England. In: SOLOW, BARBARA L. (ed.). *Slavery and the rise of the Atlantic system*. Cambridge; New York: W. E. B. Du Bois Institute for African and African-American Research, Harvard University, 1991. p. 237-264.

ROBERTS, Strother E. *Colonial Ecology, Atlantic Economy: transforming nature in early New England*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2019. (Early American Studies).

ROBERTS, Strother E. Pines, profits, and popular politics: Responses to the White Pine Acts in the colonial Connecticut River Valley. *The New England Quarterly*, Boston, v. 83, n. 1, p. 73-101, Mar. 2010.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Histórias do Atlântico Português*. São Paulo: UNESP, 2014.

SEWELL, William H. The temporalities of capitalism. *Socio-Economic Review*, Oxford, v. 6, n. 3, p. 517-537, 1 Jul. 2008.

SOLOMON, Raphael E. Foreign specie coins in the American colonies. In: NEWMAN, Eric P. (ed.). *Studies on money in early America*. New York: American Numismatic Society, 1976. p. 25-42.

SVAMPA, Maristella. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

TAUSSIG, Michael. History as commodity: in some recent American (anthropological) literature. *Critique of Anthropology*, London, v. 9, n. 1, 1 Apr. 1989.

TEPASKE, John J. *A new world of gold and silver*. Leiden; Boston: Brill, 2010.

TOPIK, Steven; FRANK, Zephyr; MARICHAL, Carlos (ed.). *From Silver to Cocaine: Latin American commodity chains and the building of the world economy, 1500-2000*. Durham: Duke University Press, 2006.

VILAR, Pierre. *A history of gold and money, 1450-1920*. London: NLB, 1976.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O Sistema Mundial Moderno, v. II: o mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia, 1600-1750*. Porto: Afrontamento, 1974.



WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System IV: Centrist Liberalism Triumphant, 1789-1914* (1). Berkeley: University of California Press, 2011.

WARREN, Wendy. *New England bound: slavery and colonization in early America*. New York: Liveright Publishing Corporation, 2016.

WORSTER, Donald. Transformations of the Earth: Toward an Agroecological Perspective in History. *The Journal of American History*, New York, v. 76, n. 4, p. 1087-1106, 1990a.

WORSTER, Donald. Seeing Beyond Culture. *The Journal of American History*, New York, v. 76, n. 4, 1990b.

WORSTER, Donald. The Vulnerable Earth: Toward A Planetary History. *Environmental Review*, Durham, v. 11, n. 2, p. 87-103, 1987.

AUTHOR'S NOTES

AUTHOR DETAILS

Leonardo Marques: Ph.D. Professor, Universidade Federal Fluminense, Institute of History, Department of History, Niterói, RJ, Brasil.

CORRESPONDING ADDRESS

Rua Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis, s/n, Campus do Gragoatá, Bloco O, Sala 509, São Domingos, 24210-201, Niterói, RJ, Brasil.

ACKNOWLEDGEMENTS

I would like to thank the following individuals and research groups: Gisele Batista Candido, Fabio Morales, Waldomiro Lourenço, Juliana Machado, Rafael Faraco Benthien, Coletivo Braudel, GEEWOB e LabHeN.

FUNDING

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - 88887.466409/2019-00 and Faperj APQ1, Processo: E-26/210.359/2019.

ETHICS COMMITTEE APPROVAL

Not applicable.

CONFLICT OF INTEREST

No conflicts of interest were reported

LICENSE OF USE

© Leonardo Marques. This article is licensed under the Creative Commons License CC-BY. With this license, you can share, adapt, create for any purpose, as long as the authorship is properly attributed.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Graduate Program in History. UFSC Journal Portal. The ideas expressed in this article are the sole responsibility of its authors, and do not represent, necessarily, the opinion of the editors or the University.



EDITORS

Fábio Augusto Morales

Flávia Florentino Varella (Editor-in-chief)

HISTORY

Received on: April 27, 2021.

Approved on: August 23, 2021.

How to cite: : MARQUES, Leonardo. Commodity chains and the global environmental history of the colonial Americas. *Esboços*, Florianópolis, v. 28, n. 49, p. 640-667, Sept./Dec. 2021.





CADEIAS MERCANTIS E A HISTÓRIA AMBIENTAL GLOBAL DAS AMÉRICAS COLONIAIS

Commodity chains and the global environmental history of the colonial
Americas

Leonardo Marques^a

 <https://orcid.org/0000-0003-1276-2769>

E-mail: lm@id.uff.br

^a Universidade Federal Fluminense, Instituto de História, Departamento de História, Niterói,
RJ, Brasil

DEBATE

Colapso ambiental e histórias do capitalismo

RESUMO

O presente artigo explora alguns dos problemas impostos pelo colapso ambiental contemporâneo à escrita da história e sugere, na esteira de outros pesquisadores, que um dos principais desafios atuais é combinar uma história global do capital com o tempo da natureza. Para tanto, abordagens que tomaram a história de mercadorias específicas como estratégia de análise são retomadas e avaliadas à luz de debates historiográficos contemporâneos. Na última parte do texto, dois exemplos concretos — as histórias do ouro do Brasil e dos navios norte-americanos — são explorados para ilustrar como o método permite caminhar na direção de uma história ambiental global das Américas coloniais em perspectiva crítica, ou seja, uma história do capital que transcenda o nacionalismo metodológico ainda vigente na historiografia e consiga incorporar o tempo da natureza em um movimento unificado de análise.

PALAVRAS-CHAVE

Cadeias mercantis; Capitalismo; América colonial.

ABSTRACT

The present article explores some of the problems that the contemporary environmental collapse brought to the writing of history and suggests, following in the footsteps of other scholars, that one of the main present challenges is to combine a global history of capital with the time of nature. Approaches based on the history of specific commodities are discussed in light of contemporary historiographical debates. In the last section I explore two examples — the histories of Brazilian gold and North American ships — to show how the method can help develop a global environmental history of the colonial Americas from a critical perspective, i.e. a history of capital that transcends the methodological nationalism that is still part of the discipline and effectively incorporates the time of nature as part of a unified analytical perspective.

KEYWORDS

Commodity Chains; Capitalism; Colonial America.

A história global ainda é possível ou terá seu momento passado? Com essa pergunta, Jeremy Adelman colocava em um ensaio de 2017 que era “difícil não chegar à conclusão que a história global é outra invenção anglosférica para integrar o Outro em uma narrativa cosmopolita em nossos termos, em nossas línguas” (ADELMAN, 2017). Uma história global cosmopolita, que se confunde com uma história da globalização, parecia, de fato, a narrativa ideal para o mundo que emergiu com o fim da Guerra Fria. Tal associação tem sido recorrente entre seus críticos, e com razão, mas está longe de se restringir à guinada global dos últimos anos. A metanarrativa central da historiografia (e das ciências sociais) foi produto e produtora dos processos de inclusão e ampliação da cidadania e da democracia no mundo contemporâneo, o que, por sua vez, permitiu que fosse combinada com narrativas desenvolvimentistas, fosse com a fórmula clássica das teorias da modernização do pós-Segunda Guerra, fosse no mundo globalizado pós-1989. Tais narrativas modernizantes, por sua vez, podem ser lidas como manifestações de um liberalismo-centrista triunfante, para usar os termos de Immanuel Wallerstein (2011), que desde o longo século 19 vem moldando as estruturas do conhecimento.

De acordo com Adelman, os limites dessa história global cosmopolita foram demonstrados pela ascensão dos novos movimentos de direita em escala global dos últimos anos. O que está em xeque, contudo, é o paradigma modernizante que tem inspirado as ciências sociais, cujos limites estão sendo evidenciados por uma crise mais profunda e que coloca em risco a própria existência da humanidade: o colapso ambiental. Alguns chamam de antropoceno, outros de capitaloceno, mas o diagnóstico é o mesmo, a era na qual seres humanos se tornaram uma força geológica está em vias de transformar o planeta em um enorme espaço inabitável para a maioria dos seres vivos”.¹ E na base dessa crise está o mesmo mundo que se apresentava como universalizável após a Segunda Guerra Mundial e inevitável com o fim da Guerra Fria. Dipesh Chakrabarty resume bem o dilema quando coloca que “a mansão das liberdades modernas repousa sobre uma base de uso de combustíveis fósseis em permanente expansão. A maior parte de nossas liberdades até hoje consumiu grandes quantidades de energia” (CHAKRABARTY, 2009, p. 208). Os problemas que animaram a historiografia das últimas décadas permanecem vivos: redução de desigualdades, inclusão, cidadania. Mas as possibilidades de concretização e expansão dessa agenda esbarram em limites materiais concretos que passam ao largo da maioria das discussões contemporâneas sobre desigualdades. (MARQUES; PARRON, 2021).

O colapso ambiental em curso tem uma evidente dimensão global. A devastação da Amazônia ou os desastres ambientais latinoamericanos dos últimos anos, para ficarmos apenas naquilo que nos é mais próximo, estão amarrados com o processo vertiginoso de proletarização e urbanização da China (que, por sua vez, faz parte de um conjunto mais amplo de trocas que inclui o resto do mundo desenvolvido) (ARBOLEDA, 2020; SVAMPA, 2019). As evidências acumuladas do colapso ambiental global explicitam os limites do paradigma modernizante, mas também pedem por uma abordagem que consiga efetivamente integrar as dimensões sistêmicas de nossos problemas, ontem e hoje. A história global descrita por Adelman não parece capacitada para enfrentar tal empreitada, o que não significa que abordagens globais

¹ Para um resumo do debate com foco na história do Brasil, ver Pádua (2016). Sobre os conceitos de antropoceno e capitaloceno, Moore and Parenti (2016).

se tornaram desnecessárias, como o próprio autor reconhece na conclusão de seu texto. O esforço para superar o nacionalismo metodológico empreendido pela história global, que busca transcender as marcas de nascença da disciplina no século 19, como o seu papel de legitimação dos estados-nações emergentes, deve não apenas ser mantido, mas aprofundado; não porque um mundo de livre comércio irá trazer a prosperidade mundial, mas porque processos globais, como vimos, estão também na base do colapso ambiental de nossos tempos. Um dos principais desafios que se apresenta, portanto, é o de desenvolver uma perspectiva global crítica que seja capaz de incorporar propriamente os tempos da natureza.

Chakrabarty aponta nessa direção quando fala da insuficiência da história global (tratada por ele como sinônimo de uma história do capital) e da necessidade de se pensar uma história da espécie, mas oferece poucos caminhos para além de afirmar a tensão existente entre as duas abordagens. Infelizmente, o autor apressadamente rejeita gerações anteriores de historiadores ambientais como reféns de uma leitura da humanidade como agente biológico, que não os permitiriam perceber o ser humano também como agente geológico, como um “criador do clima”.² Ainda que a ênfase de historiadores ambientais ao longo do século 20 tenha recaído sobre o “homem como prisioneiro do clima,” esses pesquisadores fornecem ferramentas preciosas para lidar com os dilemas descritos por Chakrabarty. Donald Worster, que falava da necessidade de uma “história planetária” já em fins dos anos 80, formalizou um estimulante modelo baseado em três níveis de análise, que deveriam ser vistos em interação dinâmica entre si: um deles dedicado aos ecossistemas naturais no tempo (incluindo seres humanos e, portanto, se aproximando do que Chakrabarty chama de história da espécie); outro com as diferentes formas de organização político-econômica de interação com a natureza, o chamado “modo de produção”; finalmente, um terceiro focado nas estruturas mentais pelas quais as pessoas se relacionam com os outros dois níveis. Em outras palavras: natureza, economia política e pensamento (WORSTER, 1990a).³ Por ocasião de sua publicação, o modelo de Worster foi objeto de um debate que antecipou muitas das questões — como o problema de escalas e os limites da disciplina — atualmente discutidas em torno da história global. “Se ficarmos muito obcecados com particularidades,” Worster responde aos críticos, “o público pode não ser efetivamente ajudado por nossos escritos a pensar clara e coerentemente sobre os grandes problemas de nossos tempos — a relação entre a natureza e o capitalismo, os mitos e instituições coletivas das nações e civilizações, as dinâmicas do imperialismo, o destino do planeta” (WORSTER, 1990b, p. 1143).

Uma história ambiental global que consiga se desamarar da herança modernizante do liberalismo-centrista se faz mais urgente que nunca no contexto do colapso ambiental. Alguns dos principais esforços recentes para pensar a história

² Uma leitura atenta, por exemplo, do quarto capítulo do Mediterrâneo de Braudel não parece se enquadrar muito bem na descrição de Chakrabarty. “Tudo se modifica, até mesmo o clima. Hoje ninguém mais crê na imutabilidade dos elementos da geografia física,” diz Braudel na abertura de sua discussão sobre a Pequena Era do Gelo. No parágrafo seguinte, complementa: “Tudo se modifica, os climas como tudo o mais¹. Porém as modificações são geralmente obra dos homens. Aqui por causa dos extensos desmatamentos, ali devido à interrupção da irrigação ou das culturas, quase sempre catastrófica nas regiões áridas” (BRAUDEL, 1972, p. 267-268).

³ Ver as contribuições de Cronon, White, Merchant e outros, bem como a réplica de Worster, na mesma edição.

ambiental em perspectiva global, no entanto, têm sido marcados por um forte individualismo metodológico, que continua a permear as ciências sociais. O livro recente de Daniel Headrick, *Humans Versus Nature: a Global Environmental History*, por exemplo, oferece uma longa e detalhada história ambiental da humanidade baseada, por um lado, nos impactos que humanos tiveram no resto da natureza e suas mudanças no tempo e, por outro, em como a natureza impactou humanos por meio de desastres naturais e outras formas menos catastróficas. Apesar de falar em mudança no tempo, a perspectiva de Headrick não permite efetivamente tratá-la: “o que mudou no tempo não foi o desejo de humanos de explorar seus ambientes naturais, mas os meios tecnológicos e organizacionais que desenvolveram e empregaram contra o resto da natureza — e suas consequências” (HEADRICK, 2020, p. 2-3). A própria humanidade é caracterizada por uma motivação inata em extrair o máximo de recursos possíveis da natureza, dependendo apenas das tecnologias existentes para fazê-lo em maior ou menor escala. A aniquilação da história se dá por uma projeção e universalização de uma humanidade indistinta exploradora da natureza.

O livro de Headrick é apenas o exemplo mais recente de uma longa tendência historiográfica de projetar uma humanidade indistinta como motor da história e principal fonte de todos os problemas ambientais contemporâneos, uma visão que está afinada com algumas das principais perspectivas em torno do papel da espécie humana no chamado antropoceno (e que tem sido objeto de inúmeras críticas desde o seu surgimento).⁴ Se tomarmos o exemplo das sociedades indígenas nas Américas pré-colombianas, no entanto, o que encontramos é uma grande diversidade de formas de se relacionar com a natureza. Interpretações que as descrevem como necessariamente destrutivas do meio ambiente são tão convincentes quanto a versão romantizada do “bom selvagem” (HORNBORG, 2010).⁵ O que pesquisadores como William Balée e Eduardo Góes Neves têm demonstrado é que grupos nativos da Amazônia, por exemplo, manipularam e transformaram radicalmente a floresta sem necessariamente gerar os processos de destruição e colapso social que fascinam outros observadores de sociedades antigas (BALÉE, 2013; NEVES, 2012). Perceber tal diversidade é fundamental para compreendermos os conflitos em torno da natureza e seus recursos que continuam a moldar o mundo de hoje. Nesse sentido, o modelo de Worster e sua ênfase na importância dos modos de produção — com uma interpretação mais maleável do conceito — permite evitar o achatamento recorrente em boa parte dos estudos de escopo mais amplo, abrindo o caminho para uma história ambiental global mais atenta às mudanças estruturais no tempo (WORSTER, 1987).

QUEM TEM MEDO DE SISTEMAS-MUNDO? UMA BREVE HISTÓRIA DA HISTÓRIA DAS MERCADORIAS

Se o capitalismo enquanto sistema histórico (ou modo de produção, se continuarmos com Worster) se revela como um dos fundamentos do colapso ambiental, então uma das principais tarefas diante de nós é a de buscar compreender o seu

⁴ Tal problema na história ambiental é apenas reflexo da ampla influência — nem sempre explícita — da teoria da escolha racional nas ciências sociais como um todo.

⁵ Para um exemplo do primeiro, cf. Elizabeth Dore (1994).



desenvolvimento no tempo. Henri Lefebvre oferece um bom ponto de partida quando sugere que

o capitalismo possui muitas facetas: capital fundiário, capital comercial, capital financeiro — todos jogam um papel na prática de acordo com suas capacidades variáveis, conforme surgem oportunidades específicas; conflitos entre capitalistas de um tipo, ou de diferentes tipos, são uma parte inevitável desse processo. Essas diferentes formas de capital e de capitalistas, junto com uma variedade de mercados sobrepostos — mercadorias, trabalho, conhecimento, o capital em si, terras — são o que formam o capitalismo como um todo (LEFEBVRE, 1991, p. 10).

As combinações que formam o sistema, por sua vez, podem ser exploradas de forma mais concreta por meio de uma abordagem centrada na trajetória histórica de mercadorias específicas, um procedimento que tem se popularizado nas últimas décadas, impulsionado em grande medida pela guinada global.⁶ Tais estudos não formam um corpo acabado em termos teórico-metodológicos, e precisamente por isso um olhar sobre as diferentes histórias das mercadorias produzidas ao longo do último século pode fornecer pistas importantes para o enfrentamento das questões elencadas anteriormente, com pontos em comum com os debates anteriormente delineados.

Apesar de importantes antecedentes, como a “staple thesis” de Harold Innis ou as famigeradas análises de “ciclos econômicos” por historiadores como João Lúcio de Azevedo e Roberto Simonsen, foi com a abordagem de sistemas-mundo, construída por um conjunto de pesquisadores ligados ao Fernand Braudel Center, da Universidade de Binghamton, que uma proposta de análise mais bem acabada centrada em mercadorias surgiu. Em um conjunto de artigos, Immanuel Wallerstein e Terence Hopkins lançaram o conceito de cadeia mercantil (ou cadeia da mercadoria, *commodity chain*) como estratégia para mapear não apenas como o capitalismo combinou múltiplas formas de trabalho em seus processos de produção global ao longo de sua trajetória histórica, mas também como a não-mercantilização de alguns de seus elos com frequência podia produzir lucros ainda mais elevados em processos de acumulação. O capitalismo, de acordo com os autores, é caracterizado por uma divisão internacional do trabalho e “as fronteiras dessa divisão do trabalho são, conseqüentemente, definidas mais apropriadamente pelo efetivo alcance geográfico dos processos de produção e trabalho assim integrados, e não por fronteiras municipais ou nacionais” (HOPKINS; WALLERSTEIN, 1986, p. 158). Os autores apresentam algumas sugestões de como levar adiante a abordagem, com uma análise preliminar de duas mercadorias específicas, navios e trigo, mas a abordagem aparece também em outros momentos da obra de Wallerstein e de outros pesquisadores ligados ao Centro Fernand Braudel. Importante notar que o foco dos autores é no processo de produção:

pegue um item de consumo e trace o conjunto de insumos que culminaram naquele item — as transformações anteriores, os produtos primários, os mecanismos de transporte, o trabalho

⁶ O exemplo mais conhecido talvez seja *Empire of cotton: a global history* (BECKERT, 2014).

gasto em cada um dos processos materiais, os alimentos para os trabalhadores. Esse conjunto de processos interrelacionados nós chamamos de cadeia mercantil (HOPKINS; WALLERSTEIN, 1977, p. 128).

O conceito de cadeia global da mercadoria, por sua vez, emergiu a partir de um trabalho organizado em 1994 por Gary Gereffi e Miguel Korzeniewicz, claramente inspirado pelos trabalhos de Hopkins e Wallerstein, que contribuem com um capítulo do livro. De acordo com os organizadores, “a análise de uma cadeia mercantil mostra como a produção, distribuição e consumo são moldadas pelas relações sociais (incluindo organizações) que caracterizam os estados sequenciais de aquisição de insumos, manufatura, distribuição, marketing e consumo” (GEREFFI; KORZENIEWICZ, M.; KORZENIEWICZ, R. P., 1994, p. 2).

Um dos trabalhos que melhor exemplifica a riqueza de uma abordagem centrada em mercadorias específicas, e que foi produzido em um forte diálogo com a perspectiva de sistemas-mundo, é *Sweetness and Power: the Place of Sugar in Modern History*, de Sidney Mintz, publicado em 1985. Nele, Mintz recupera e desenvolve insights que já haviam aparecido em trabalhos anteriores, como em seu célebre artigo sobre proletários e escravos. Após notar os problemas presentes nas definições recorrentes de “proletário” e “escravo” que tratam as duas categorias isoladamente, sem notar as articulações das duas à economia mundial que as gerou, Mintz falava da necessidade de se demonstrar mais detalhadamente como os frutos do trabalho de proletários europeus e escravos caribenhos produziram articulações econômicas específicas entre si. Tais articulações seriam exploradas e ampliadas em *Sweetness and Power*, que integra igualmente as etapas de produção e consumo do açúcar, colocando tal elo no coração da própria história do capitalismo. Um de seus grandes trunfos está em colocar o açúcar no centro de uma relação mutuamente constitutiva entre Caribe e Europa, e não tratar a mercadoria simplesmente como pano de fundo de uma história da escravidão e do tráfico de escravos, como boa parte da historiografia fez até então. A história envolve não apenas os esforços de sobrevivência de africanos escravizados no Caribe, tema para o qual sua ampla produção anterior já havia contribuído significativamente, mas o lugar dessa história na formação da modernidade.

A primeira xícara de chá quente adoçado tomada por um trabalhador inglês,” concluía Mintz, “foi um evento histórico significativo pois prefigurava a transformação de toda uma sociedade, uma reconstrução total de sua base econômica e social. Temos que lutar para compreender por completo as consequências deste e outros eventos do tipo, pois sobre eles foi construída uma concepção completamente distinta da relação entre produtores e consumidores, do significado do trabalho, da definição de si próprio, da natureza das coisas (MINTZ, 1978; 1986, p. 214).

O livro de Mintz tem sido saudado, e com razão, como o antecedente mais bem acabado da recente onda de histórias das mercadorias. Desde a sua publicação, uma enxurrada de obras acadêmicas e não acadêmicas sobre mercadorias específicas invadiu o mercado internacional. Diferentemente de Mintz, contudo, parte das histórias de mercadorias tem incorrido em alguns dos problemas historiográficos descritos

anteriormente. A obra coletiva organizada por Steven Topik, Carlos Marichal e Zephyr Frank, por exemplo, nos oferece exemplos valiosos de como uma abordagem centrada na cadeia mercantil pode ser enriquecedora. Ensaios magistrais como os de Paul Gootenberg sobre a cocaína ou de Marichal sobre a cochonilha exemplificam bem como a cadeia mercantil pode ser um poderoso instrumento de análise (TOPIK; FRANK; MARCHAL, 2006). Tomados em conjunto, contudo, e à luz da introdução e da conclusão do livro, nas quais os organizadores repetidamente reconhecem antecedentes importantes da abordagem mas se esforçam para se distanciar das antigas análises sistêmicas, os ensaios parecem ter ficado no meio do caminho. Como argumenta Arnold Bauer:

os editores sofisticados desse livro estão cientes da política e do poder, mas ao se distanciarem da longa lista de teorias anteriores, em grande medida de inspiração marxista, para tentar criar um novo nicho para a abordagem de cadeias mercantis, nós ficamos apenas com elementos de pesquisas interessantes junto com uma fome incontrolável por uma abordagem que possa, de modo mais compreensível, avançar em uma explicação para problemas fundamentais (BAUER, 2007).

Em *From Silver to Cocaine* os limites impostos por uma disciplinarização excessiva da abordagem de cadeias mercantis aparece de duas formas. Primeiramente, apesar dos autores prometerem uma análise equilibrada dos processos de produção, circulação e consumo, fica evidente que a grande maioria dos ensaios se dedica ao fator intermediário dessa equação, o comércio, setor que, não por acaso, produziu historicamente um maior volume de documentação primária. O foco na produção parece aos autores um procedimento relativamente ultrapassado, como revelam em algumas notas de rodapé, e o olhar para o consumo é muito mais breve do que o prometido. Em segundo lugar, os esforços para se afastar de antigas abordagens sistêmicas, atribuindo dinamismos diversos a todas as etapas das cadeias da mercadoria e rejeitando antigas noções como as de centro e periferia, leva os autores a transformarem a cadeia mercantil de unidade de observação em unidade de análise, para voltarmos aos termos usados pelos formuladores originais da abordagem. Para Hopkins e Wallerstein a cadeia mercantil é um instrumento de análise de processos sistêmicos e não um fim em si mesmo. Esse componente sistêmico foi ejetado do livro de Topik, Marichal e Frank, como fez a maioria dos historiadores que compartilhavam das suspeitas em relação a antigos modelos explicativos das ciências sociais.

Um retorno aos usos clássicos do conceito de cadeia mercantil pode oferecer um poderoso instrumento para compreendermos a pluralidade de tempos que forma o capitalismo enquanto sistema histórico e suas mudanças no tempo. Quando Hopkins e Wallerstein apontaram para as possibilidades de que elos não-mercantilizados da cadeia pudessem produzir lucros ainda maiores, eles estavam sinalizando para esses diferentes tempos. Tal possibilidade aparecia também em um artigo de Giovanni Arrighi de 1966 no qual demonstrava que nem todos os processos de proletarianização (olhando especificamente para a Rodésia) favoreciam a acumulação de capital. A análise da cadeia mercantil, portanto, permite observar a heterogeneidade dos processos de acumulação de capital, que podem fazer uso de múltiplas formas de trabalho, como um simples olhar para as cadeias que tornam possível a produção de

um iPhone demonstra (MERCHANT, 2017, capítulo 2). Quando realizava seu trabalho de campo na Amazônia na década de 1970, o sociólogo José de Souza Martins se deparou com inúmeros casos de trabalho coercivo e cadeias de endividamentos que amarravam trabalhadores aos seus empregadores, elos de cadeias mercantis que, não raro, envolviam grandes empresas multinacionais da época. “O tempo do capital”, Martins conclui, “não é concretamente apenas o tempo unilinear do progresso, da modernização, da conduta racional com relação a fins e do desenvolvimento” (MARTINS, 1994, p. 7; CAMPOS, 2017). Arrighi aponta para uma interpretação semelhante quando argumenta que

o problema do modelo simples de “proletarização como desenvolvimento capitalista” é que ele ignora não apenas as realidades do *settler capitalism* do Sul da África, mas também muitos outros casos, como os próprios Estados Unidos, que foi caracterizado por um padrão completamente distinto — uma combinação de escravidão, genocídio da população nativa e imigração de trabalho excedente da Europa (ARRIGHI, 2009).

A heterogeneidade do capitalismo histórico revelada pela abordagem da cadeia mercantil também inclui as diferentes formas de apropriação da natureza, o que remete aos três níveis do modelo de Worster. Uma certa preocupação com o tempo da natureza já estava presente implicitamente na perspectiva de sistemas-mundo, mas foi melhor desenvolvida pelos trabalhos de Stephen Bunker e, mais recentemente, Jason Moore. Tomando como ponto de partida a história da Amazônia na longa duração, Bunker enfatiza a interdependência entre atividades produtivas e extrativas no sistema mundial. Por dependerem da localização dos recursos naturais a serem explorados, atividades extrativas tendem a ser dispersas geograficamente enquanto setores produtivos de zonas centrais podem se concentrar em áreas específicas. A centralidade desses recursos naturais para a existência e reprodução do sistema mundial capitalista imbuía Bunker de um certo ceticismo quanto a perspectivas excessivamente focadas em determinações oriundas exclusivamente do centro, levando-o a dar muita atenção à importância do local em desenvolvimentos globais. E o instrumento de análise por ele oferecido para apreender essas múltiplas escalas do sistema era justamente a mercadoria:

Um foco em mercadorias exportadas permite analisar os modos de produção e de extração dos quais emerge a mercadoria nos níveis regionais e locais, bem como as mudanças tecnológicas e de mercado que determinam a demanda em nível global. [...] Elas servem como uma ponte entre diferentes níveis de análise. O foco em mercadorias específicas também permite analisar os efeitos ecológicos, de organização social e demográficos tanto na região de extração quanto na região em que a sua eventual transformação [dos fluxos de matéria e energia] contribui para a aceleração da produção e do consumo (BUNKER, 1985, p. 49).

Jason Moore levanta pontos semelhantes em sua leitura eco-histórica da obra de Wallerstein, particularmente com seu conceito de “fronteira da mercadoria”. As múltiplas fronteiras da mercadorias (distintas, de acordo com Moore, das *fronteiras*

de recursos pré-capitalistas) que estão no coração do capitalismo global em sua trajetória histórica fizeram uso da natureza extra-humana como um substituto de transformações tecnológicas para aumentar as taxas de lucro dos processos de acumulação de capital: a “terra (florestas, veios de prata, terras férteis) foi organizada por impérios, fazendeiros, senhores, *yeoman farmers* e muitos outros *como uma força de produção a serviço da forma mercadoria, como um mecanismo para maximizar a produtividade do trabalho*”. Ainda que com outra linguagem e conceitualização, Moore ecoa a preocupação de Bunker com as múltiplas escalas do capitalismo histórico de modo a incluir processos extrativos das periferias como elementos centrais para o sistema como um todo.

As transformações ambientais ‘locais’ produzidas por essas fronteiras [da mercadoria] não eram simplesmente *consequências* da expansão europeia; elas eram em igual medida constitutivas dessa mesma expansão, condição tanto quanto consequência. Degradação e relativa exaustão em uma região após outra eram seguidas de ondas recorrentes de expansão global visando garantir o abastecimento renovado de terra e trabalho, conseqüentemente renovando e estendendo ciclos de desenvolvimento insustentável em escala mundial (MOORE, 2003, p. 309).

Por fim, há uma dimensão produzida pelo capital, extremamente elusiva e que também não se presta facilmente à apreensão via análise de cadeias mercantis (e que está ausente da definição anteriormente oferecida por Lefebvre). A generalização da produção de mercadorias no capitalismo é marcada pela produção de abstrações, como demonstrado por Marx em seu famoso capítulo inicial do *Capital* e por uma enorme bibliografia que explorou o conceito de fetichismo da mercadoria e buscou desenvolver uma teoria crítica do valor. Nas palavras do próprio Marx,

A forma-mercadoria e a relação de valor dos produtos de trabalho em que ela se representa não tem [...] absolutamente nada a ver com sua natureza física e com as relações materiais que dela resultam. É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas (MARX, 1990, p. 165).

A sincronização das diferentes formas de trabalho concreto via mercado mundial produz uma “abstração real”, a abstração real do valor, cuja acumulação sem fim passa então a operar como um dos fatores determinantes de dinâmicas planetárias no capitalismo.⁷

⁷ A bibliografia da teoria crítica do valor é ampla. Em português, além de clássicos como *História e consciência de classe* de Georg LGBács, e *Teoria marxista do valor*, de Isaac Rubin, é possível encontrar, dentre outros, *As aventuras da mercadoria: para uma nova crítica do valor* de Anselm Jappe (2006), *Sobre a Estrutura Lógica do Conceito de Capital em Karl Marx* de Helmut Reichelt (2013), *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*, por Moishe Postone (2014) e *Dinheiro sem valor: linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política*, de Robert Kurz (2014).

Foi precisamente a ausência dessa discussão nas histórias das mercadorias de Mintz e Eric Wolf (cujo clássico *A Europa e os povos sem história* havia sido publicado poucos anos antes de *Sweetness and Power*) que chamou a atenção de Michael Taussig em uma crítica ácida dos dois livros, considerados como exemplos de um interesse sub-teorizado de antropólogos por história (TAUSSIG, 1989). No entanto, a teorização do que constitui o capital e o capitalismo não elimina a necessidade de pensar seu desenrolar histórico. A trajetória que levou à disseminação da forma-mercadoria e a dominação abstrata da vida social em que tudo pode ser trocado por tudo — e que inclui a construção de uma natureza abstrata passível de ser mercantilizada e trocada — dependeu e continua a depender concretamente de um conjunto de relações heterogêneas, como vimos com José de Souza Martins e Giovanni Arrighi anteriormente, uma heterogeneidade que a análise da cadeia mercantil ajuda a desvelar. Nesse sentido, a teoria crítica do valor pedida por Taussig precisa ser combinada com a análise das “trajetórias de mercadorias como ‘indicadores’ nas veias e artérias de um sistema político e econômico em desenvolvimento,” como colocaram Mintz e Wolf em sua réplica (MINTZ; WOLF, 1989). Trata-se de uma síntese difícil, sem dúvidas, mas incontornável. Nas palavras de William Sewell Jr., “temos que manter os dois lados de uma dialética entre a temporalidade abstrata reversível e a temporalidade concreta irreversível em mente o tempo todo” (2008, p. 532). Reproduzir apenas a temporalidade abstrata do capitalismo é trabalho de economistas vidrados em modelos matemáticos que, como argumenta o historiador, “reproduzem a abstração das trocas universais como se fossem a verdade última sobre a economia em vez de um pólo dialético de um todo fundamentalmente contraditório” (SEWELL, 2008, p. 527).

A PRODUÇÃO DA CIRCULAÇÃO: NAVIOS E OURO

Dois exemplos concretos de história das mercadorias podem ajudar a pensar algumas das questões anteriormente elencadas: navios e ouro. As duas cadeias mercantis estão no centro de meus projetos atuais, um voltado para a história ambiental do tráfico transatlântico de escravos, o outro focado na mineração brasileira na longa duração. Nos dois casos, seria possível explorar toda a sua extensão geográfica e transformações no tempo a partir das mercadorias em questão, mas seguirei aqui uma modulação nacional — focando nos navios norte-americanos e no ouro do Brasil — para enfatizar questões relacionadas ao nacionalismo metodológico e evidenciar que a abordagem também se presta a recortes temporais e espaciais mais específicos. O objetivo mais amplo é ilustrar como a história das mercadorias oferece um caminho para integrar sociedade e natureza em uma perspectiva sistêmica.

Florestas flutuantes

O forte nacionalismo metodológico da historiografia norte-americana dispensa apresentações e boa parte dos trabalhos recentes, muitos deles associados à guinada global, tem como objetivo combater justamente essa dimensão. Em *A Nation Among Nations: America's Place in World History* (2006), Thomas Bender toma como missão transcender a herança nacionalista da historiografia oitocentista, com seu persistente paroquialismo em uma época na qual “precisamos de um cosmopolitanismo mais amplo”. Para ele, a história dos Estados Unidos só pode ser plenamente compreendida



se inserida em um contexto global desde o seu nascimento. No coração das narrativas nacionalistas e de excepcionalismo estadunidense está a história da Nova Inglaterra, vista como principal motor da marcha para o progresso que teria caracterizado a nação. Não por acaso, referências à Nova Inglaterra no livro de Bender não chegam a uma dúzia. Sua narrativa da era colonial desloca o eixo da ação para os estados escravistas do Sul e insere essa história no contexto mais amplo da escravidão atlântica. O deslocamento operado por Bender faz sentido pois parte do excepcionalismo norte-americano construído em torno da Nova Inglaterra tende a apagar a importância da escravidão negra para a região e, conseqüentemente, para a nação, transformando-a, então, na “instituição peculiar”.⁸

Mas será este o caminho mais eficaz? Uma análise das cadeias mercantis da região permite reinserir a sua história em um contexto mais amplo que pode explicitar não apenas a importância do trabalho coercivo e de recursos naturais para a região em outros termos, mas também o papel desta no desenvolvimento do capitalismo histórico.⁹ O escravismo que se revelou fundamental para o desenvolvimento da Nova Inglaterra estava localizado fora da América do Norte, mais especificamente no Caribe. Inicialmente, a colonização da Nova Inglaterra tinha como objetivo explorar a pesca, o comércio de peles e de madeira, mas nos três casos a Inglaterra oferecia um mercado relativamente pequeno para esses produtos. Apesar da demanda por mastros e breu para sua indústria naval, por exemplo, os fluxos oriundos do Báltico permaneciam mais baratos. Após vivenciar uma crise em meados do século 17, e uma ruptura nos fluxos migratórios da Inglaterra, a Nova Inglaterra articulou-se a um Caribe em expansão (além de uma persistente e importante conexão com as ilhas da Madeira, Canárias e a Península Ibérica). O fator fundamental aqui foi a revolução da plantation nas ilhas caribenhas, que transformou radicalmente espaços como Barbados, Jamaica, Guadalupe, Martinica e Saint Domingue. O norte da América do Norte passou a fornecer bacalhau para alimentar o crescente número de africanos escravizados que povoavam as Antilhas, madeira para a construção de engenhos e senzalas, caixas e barris para o transporte de produtos (a plantation escravista foi, historicamente, uma grande devoradora de florestas) e até mesmo óleo de baleia para iluminar os engenhos açucareiros (cujo trabalho na época de safra ocorria dia e noite) (KIMBALL, 2009, p. 430).

Ao longo dos séculos 17 e 18, e diretamente associado ao transporte daqueles produtos para espaços escravistas nas colônias do Sul e do Caribe, emergiu um importante setor de comerciantes na Nova Inglaterra, cujo sucesso, por sua vez, esteve ligado à emergência de uma forte indústria naval. Esta foi, possivelmente, a indústria manufatureira de maior sucesso da América do Norte Colonial, fornecendo não apenas

⁸ O fato de que as zonas temperadas das Américas deram origem a sociedades com escravos em vez de escravistas facilitaram construções posteriores que tenderam a apagar a história da escravidão. A região Sul do Brasil oferece um evidente paralelo, onde teríamos “um Brasil diferente”, no título da famosa obra de Wilson Martins. Alguns trabalhos recentes têm enfatizado a importância da escravidão — africana e indígena — na Nova Inglaterra, a despeito da ausência de plantations agroexportadoras. Ver Melish (1998), Warren (2016) e Newell (2015).

⁹ Um voltar-se para dentro, com grande contribuição da história social na década de 1970, insistiu em desconectar a história da região da história do capitalismo (a partir de uma análise da mentalidade e cultura dos produtores rurais da região). Para um panorama dessa bibliografia, veja Naomi R. Lamoreaux (2003).

os navios que comerciantes da Nova Inglaterra utilizavam para realizar esse comércio com as ilhas Atlânticas e com o Caribe escravista, mas também como um importante produto de exportação. Às vésperas da independência dos EUA, a exportação de navios era a quinta mercadoria em termos de valor nas exportações norte-americanas. Se a combinarmos com os ganhos do frete de mercadorias, a contribuição para a balança de pagamentos da América do Norte como um todo chegava muito perto da do tabaco, principal mercadoria de exportação, e concentrada em Chesapeake. Parte significativa dos navios da Royal Navy Britânica, às vésperas da Revolução Americana, vinha dos Estados Unidos: algo entre um terço e 40% de todos os navios, de acordo com estimativas de diferentes estudiosos da área. Como demonstram John McCusker e Russell Menard, a indústria naval foi produto da combinação fortuita entre, primeiro, amplos recursos extrativos — no caso, as florestas da Nova Inglaterra, que tinham em algumas de suas enormes árvores o melhor material possível para mastros; segundo, o tempo livre que o trabalho na agricultura familiar (típico da Nova Inglaterra) oferecia e que podia ser empregado em outras indústrias; e, terceiro, uma forte demanda internacional que acompanhou a ascensão da Inglaterra, incapaz de suprir a si mesma por completo e continuamente dependente do tradicional “comércio mãe” com o Báltico (MCCUSKER; MENARD, 1991).

O trabalho nos estaleiros norte-americanos era realizado por um número relativamente pequeno de trabalhadores, variando de acordo com as diferentes etapas de montagem do navio, que iam da construção do casco até o encordoamento e instalação das velas. O número variava de um a meia dúzia de trabalhadores que auxiliavam o construtor principal. Não há estudos muito sólidos, mas a presença de escravos e servos parece ter sido comum, ainda que em números reduzidos. Estaleiros do sul dos Estados Unidos empregavam números maiores de escravos, mas eram pouco numerosos. A maioria dos estaleiros estava localizada nos estados do Norte, especialmente em Massachusetts. Crianças pobres eram com frequência entregues a donos de estaleiros para aprenderem as artes da construção naval, e conviviam com “engajados” (conhecidos na América britânica como *indentured servants*, uma espécie de servo por contrato) e alguns poucos escravos africanos, que trabalhavam em múltiplas atividades relacionadas à construção dos navios. (GOLDENBERG, 1976, p. 54-76). Os produtos necessários para a construção de um navio eram, basicamente, madeira (para o casco e mastros), ferro (âncoras, ferramentas e pregos), linho, cânhamo (velas e cordame), piche e alcatrão (para acabamento no casco e no cordame). Navios negreiros seguiam o mesmo padrão, apesar de diferenças nos desenhos e talvez alguma demanda maior por ferro para correntes e afins (ainda que isso também tenha variado no tempo e no espaço).¹⁰ No oitocentos, alguns navios a vapor apareceram no tráfico, carregando números substanciais de cativos e mobilizando outras fontes de recursos.

Olhemos mais detalhadamente para a madeira (que mobilizava outras cadeias mercantis como a do ferro para os machados que derrubavam as árvores ou davam acabamento nas serralherias). No norte da Nova Inglaterra, nas colônias de New Hampshire e Maine, estavam localizadas as maiores florestas, fontes de boa parte do material para a construção de navios. Como na Amazônia, as florestas da região

¹⁰ Uma comparação entre navios negreiros portugueses e do noroeste europeu pode ser encontrada em Radburn e Eltis (2019).

havia sido objeto de ampla manipulação por parte das populações indígenas por séculos antes da invasão europeia, incluindo a seleção e manutenção de árvores específicas que eram fontes de alimentos, como o carvalho, a castanheira, a noqueira-pecã e a noqueira-comum. Conseqüentemente, o número dessas árvores era muito maior quando da chegada dos colonos, que mercantilizaram parte significativa das florestas da região para atender demandas atlânticas (e, conseqüentemente, fizeram uso do “trabalho morto” dos grupos indígenas que manipularam a floresta por séculos). O carvalho branco era usado para madeiras e entabamento de navios, além de excelentes vigas para os barris demandados pelas plantations caribenhas e vinícolas das ilhas atlânticas, enquanto o carvalho negro era usado nas partes do navio que ficavam submersas por sua resistência a vermes tropicais. As castanheiras também eram boas para o uso em partes externas por seu difícil apodrecimento. Conforme aumentava a demanda por madeiras em meados do século 17, um número significativo de serralherias foi sendo rapidamente estabelecido ao longo do rio Piscataqua, na fronteira entre os atuais estados de New Hampshire e Maine (ROBERTS, 2019, p. 101).

O processo de extração de madeira era árduo, e geralmente realizado no inverno, quando a neve amortecia a queda das árvores e facilitava o seu transporte até o rio mais próximo. Alguns lenhadores morriam congelados. Animais eram necessários para realizar o transporte até a água, de onde a madeira era carregada para as serralherias. A madeira era então transformada em diferentes formatos, incluindo os tão procurados mastros feitos a partir de carvalhos. A quantidade de madeira usada na construção de um navio era significativa. De acordo com Wallerstein, um navio de guerra holandês fazia uso de 2.000 carvalhos, envelhecidos em mais de um século, o que equivalia a basicamente 50 acres de floresta. (WALLERSTEIN, 1974). “Nenhum objeto técnico, com a possível exceção do fogo,” argumenta Diogo Cabral, “consumia tanta madeira quanto a construção e manutenção de um navio”. Algo em torno de 3.600 metros cúbicos de madeira — o dobro da exportação anual média de pau-Brasil no século 16 — eram necessários apenas para a armação básica de um navio (CABRAL, 2014, p. 172). Uma tarefa por fazer é calcular o volume de madeira usado na construção dos milhares de navios negreiros que atravessaram o Atlântico, o que nos permitiria visualizar e articular os custos humanos e ambientais do tráfico transatlântico de escravos.

De modo geral, como nota William Cronon, a demanda por madeira por parte da marinha mercantil e militar não chegou a produzir desmatamento no nível alarmante que autoridades da época com frequência descreviam (o terceiro nível de Worster, que teve diversas implicações em relação à atuação de autoridades britânicas na Nova Inglaterra e um sem-número de tensões com colonos). Ainda assim, algumas espécies foram devastadas pela mercantilização da floresta e seu uso na indústria naval, principalmente o pinheiro branco, um tipo de árvore enorme que não existia na Europa e que se destacava em meio à floresta, sendo bastante propícia para a produção de mastros. Assim, a indústria naval produzia uma expansão da fronteira em busca de árvores específicas, sem necessariamente produzir um desmatamento geral (ainda que este também ocorresse em alguma medida). A indústria da madeira, no entanto, estimulava setores associados como a criação de animais e a produção de alimentos, ambos também grandes devoradores de floresta (CRONON, 2003,

cap. 6).¹¹ Não por acaso, as décadas em torno da virada do século 17 para o 18 foram marcadas por inúmeros conflitos com populações indígenas do oeste da Nova Inglaterra e seus aliados franceses. Conforme avançava a fronteira da mercadoria, aumentavam os conflitos com os povos nativos. (CLARK, 1970, cap. 5).

Todo o potencial naval da América do Norte logo se refletiu também no tráfico transatlântico de escravos, com a produção de navios para traficantes norte-americanos bem como para exportação, inclusive para traficantes de outras nações.¹² Os navios construídos na América do Norte aparecem no comércio transatlântico de escravos antes dos comerciantes norte-americanos em função do monopólio do trato negreiro por parte da Royal African Company, fundada em 1672. O fim do monopólio viria apenas após a Revolução Gloriosa e a atuação política de um conjunto de traficantes independentes na esfera pública britânica, constituindo, assim, um passo importante para uma participação mais ativa de norte-americanos no tráfico de escravos. Essa participação, no entanto, apenas se consolidou com o desenvolvimento de um produto-chave da Nova Inglaterra: o rum. Enquanto o açúcar das plantations britânicas e francesas do Caribe era exportado para a Europa, o melão produzido naqueles mesmos espaços tinha como destino a América do Norte, especialmente a Nova Inglaterra, que foi, a partir de então, marcada pela expansão de destilarias de rum. O produto satisfazia demandas específicas na África, especialmente na Costa do Ouro, que passou a ser a principal região de embarque de escravos em navios norte-americanos. Sean Kelley demonstra alguns casos em que praticamente todos os escravos foram trocados por carregamentos inteiros de rum (KELLEY, 2018). Um número não desprezível desses escravos foi desembarcado na América do Norte (incluindo Massachusetts, onde um pequeno número acabou nos estaleiros, construindo os navios que carregariam outros escravos), mas a grande maioria foi para o Caribe francês e britânico, especialmente Barbados, onde produziram não apenas açúcar, mas também o melão (além de outras mercadorias como anil e café) que permitiria que outros escravos fossem trocados e carregados por outros navios negreiros norte-americanos para as Américas.¹³

O poderio da indústria naval norte-americana adquiriu novo significado após a independência do país, com novos designs de navios, desenvolvidos nos conflitos contra a antiga metrópole (a guerra de independência e principalmente a guerra de 1812), o que resultou em algumas das embarcações mais rápidas do planeta. Sua eficiência se refletiu, por exemplo, no predomínio norte-americano na pesca de baleias, bem como no tráfico transatlântico de escravos, com traficantes envolvidos no contrabando negreiro para Cuba e Brasil fazendo amplo uso dos navios norte-

¹¹ Sobre as tensões produzidas pelas percepções do governo britânico em relação à ameaça de desmatamento e suas consequências para o poderio naval do império, cf. Roberts (2010).

¹² Apesar do enorme papel luso-brasileiro no comércio negreiro, há poucos dados sobre a origem desses navios, especialmente para a era colonial (aliás, são poucos os trabalhos dedicados à indústria naval no período). A indústria naval holandesa, por sua vez, foi central para a construção de sua hegemonia comercial no XVII, estimulando a expansão significativa da fronteira da madeira (bem como do breu e do alcatrão) na Escandinávia e Báltico. Há também pouquíssimos dados sistematizados para o lugar de construção dos navios holandeses, mas dos 16 navios documentados, 11 vieram de Amsterdã. O caso mais bem documentado é o britânico, com mais de 8.000 viagens contendo a descrição do lugar de construção da embarcação, seguido dos franceses (323) e norte-americanos (251).

¹³ Todos os dados sobre o tráfico transatlântico de escravos vem de www.slavevoyages.org, exceto quando observado.

americanos. Em meados do século 19, em torno de 60% de todos os escravos ilegalmente trazidos para o Brasil entre 1830 e 1850 foram carregados em navios construídos nos Estados Unidos (MARQUES, 2016).

A natureza do dinheiro

O voltar-se para dentro que marcou a historiografia da Nova Inglaterra também marcou a historiografia brasileira das últimas décadas. Nos dois casos, tais movimentos combinaram bem com algumas conclusões da Nova História Econômica na academia anglo-americana, que levaram a uma separação entre o desenvolvimento da Europa e a história do colonialismo, como na famosa formulação de Patrick O'Brien de que a contribuição da periferia teria sido periférica. Assim, um volumoso conjunto de obras que havia explorado as articulações entre colonialismo e capitalismo passou a ser visto como superado, permitindo que historiadores voltassem para suas histórias nacionais e regionais nos dois lados do Atlântico. Tais conclusões foram fortemente incorporadas por aqui e reprisadas como evidência de que a história do Brasil colonial não possuía qualquer relação com a história do capitalismo. De laços sistêmicos passava-se para a mentalidade dos atores coloniais, vistos como imbuídos de lógicas não-capitalistas e, conseqüentemente, como parte de um mundo não-capitalista. O problema, como O'Brien (2005) viria a reconhecer posteriormente, é que os tijolos que as pesquisas em arquivos locais e nacionais forneciam não formavam automaticamente uma construção, o que, para ele, ficou evidenciado com as contribuições de especialistas em Ásia como Dennis Flynn, Kenneth Pomeranz, Bin Wong, dentre outros, figuras centrais da guinada global das últimas décadas.¹⁴

A produção que se dedicou a explorar o desenvolvimento de mercados internos e outros processos a eles relacionados na América portuguesa é vasta e bastante rica, como se pode ver na premiada coleção de *História de Minas Gerais*. Sua seção sobre economia traz toda a riqueza dos desenvolvimentos historiográficos dos anos 1970 aos nossos dias; as estruturas do cotidiano são esmiuçadas e os encadeamentos produzidos pela mineração são explorados em seus mínimos detalhes. No entanto, poucas são as referências aos processos globais nos quais essas transformações locais estavam inseridas. João Antonio de Paula (2007, p. 298-299) oferece alguns parágrafos sobre a importância do ouro para a “chamada acumulação primitiva de capital”, com alguns de seus efeitos na economia portuguesa. Na apresentação que abre a seção, José Newton Coelho Meneses também faz as devidas ressalvas: “nem apartada nem reflexo exclusivo da Metrópole, essa economia apresenta-se em suas especificidades e integra-se à amplitude do mundo português da qual é parte” (2007, p. 275).

Abordagens como uma história imperial renovada e a história atlântica também inspiraram debates no Brasil, mas chama a atenção como permaneceram descoladas de uma perspectiva sistêmica.¹⁵ Uma importante historiografia reagiu ao anglocentrismo da história atlântica com o desenvolvimento do conceito de Atlântico Sul, oferecendo análises ricas de suas particularidades e de seu peso (afinal, a América portuguesa

¹⁴ Discuto mais a fundo esse debate em *Unidades de análise, jogos de escalas e a historiografia da escravidão no capitalismo* (MARQUES, 2020).

¹⁵ Para um panorama dessa recepção, ver Marquese (2013).



foi o principal destino de escravos africanos na era moderna). Mas o conceito foi reificado, permitindo seu uso no máximo para comparações formais, quando tanto.¹⁶ As possíveis interligações entre um Atlântico Norte e um Atlântico Sul saíram de cena. É fácil visualizar a incorporação da história global também como uma história imperial sob nova roupagem (um império, por sinal, bastante horizontal). Há pouco espaço na bibliografia das últimas décadas sobre o império português para as articulações que transcendiam os espaços do próprio império. A despeito das perspectivas que conectam a história da América portuguesa a Portugal, Angola, Goa ou outros espaços ultramarinos portugueses, cabe perguntar em que mundo estava inserido o próprio império português.¹⁷

Um caminho possível para reintegrar essa história aos processos mais amplos dos quais fez parte é acompanhar os caminhos e descaminhos do ouro. As buscas pelo metal amarelo estiveram na base da expansão ultramarina europeia, com o ouro da África tendo papel fundamental para o sucesso desse empreendimento inicial, como demonstraram Fernand Braudel e Vitorino Magalhães Godinho em seus trabalhos pioneiros (BRAUDEL, 1953; GODINHO, 1963). A conquista do Novo Mundo ampliou o volume de ouro em circulação, mas foi mais precisamente a prata que esteve no coração dos primeiros dois séculos da história colonial nas Américas. A África prosseguiu fornecendo quantidades significativas de ouro, bem como Nova Granada, na América espanhola, mas a escala dessa circulação foi realmente transformada apenas pelas descobertas em Minas Gerais em fins do século 17. Em valores absolutos, o volume de ouro extraído do Brasil chegou a se aproximar da prata em meados do século 18, como mostram os dados de John Tepaske, logo sendo engolido novamente pela re-expansão vertiginosa da prata mexicana no contexto do reformismo borbônico (TEPASKE, 2010, p. 16).

Quais foram os usos desses metais preciosos? O'Brien descreve bem sua principal função em princípios da era moderna:

como formas universalmente aceitáveis de poder de compra e como reservas duráveis de recursos de valor intrínseco e (supostamente) estável — dando base e promovendo a evolução gradual de diferentes formas de crédito em papel — metais preciosos têm sido por muito tempo altamente significativos para o funcionamento de estados, para o desenvolvimento de economias nacionais e para o comércio interno e internacional (O'BRIEN, 2005).

A história do dinheiro é, portanto, a história da formação de um mercado mundial, da formação dos estados-fiscais militares europeus e da criação de ambientes econômicos específicos, marcados por constantes inovações financeiras, uma história que, no entanto, prossegue sendo contada dentro de certos limites metodológicos. Enquanto na primeira metade do século 20 um conjunto significativo de debates foram travados em torno de questões mais amplas, como as levantadas pelo trabalho

¹⁶ Uma importante exceção aqui é *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII* (ALENCASTRO, 2000).

¹⁷ Para enquadramentos mais amplos da história do império português, Novais (1979) and Adelman (2006, p. 13-55).

clássico de Earl J. Hamilton sobre o papel dos metais preciosos do Novo Mundo na revolução dos preços na Europa, a segunda metade testemunhou um crescente predomínio de explicações endógenas do desenvolvimento europeu. A história global das últimas décadas chacoalhou significativamente os alicerces desse nacionalismo metodológico e colocou a história do dinheiro novamente no centro da discussão, dando atenção renovada ao papel da prata no comércio asiático e conectando, assim, a história da mineração em espaços como Potosí e Zacatecas à formação de circuitos de trocas globais.¹⁸

O deslocamento dos termos do debate, entretanto, também trouxe certos custos, em especial o abandono de esforços para conceitualizar o capitalismo enquanto um sistema histórico e integrar essas diferentes dimensões de sua história (formação de um mercado mundial, revoluções financeiras, expansão dos Estados, e exploração do trabalho e apropriação da natureza em escala global). A história do dinheiro permite reconectar esses diferentes aspectos, também em suas dimensões coloniais, em uma interpretação mais integrada dos múltiplos tempos do capitalismo. Tal pluralidade de tempos inclui a temporalidade abstrata do capital, que tem no dinheiro um de seus elementos centrais: “é justamente essa forma acabada — a forma-dinheiro — do mundo das mercadorias que vela materialmente, em vez de revelar, o caráter social dos trabalhos privados e, com isso, as relações sociais entre os trabalhadores privados” (MARX, 1990, p. 168-9). A história da mercadoria dinheiro, portanto, pode oferecer uma porta de entrada para compreendermos como se formou historicamente esse sistema, mas, para tanto, é necessário desenrolar todos os fios dessa história e compreender de que forma ela esteve ligada à emergência de Londres como capital financeira do mundo e ao trabalho de africanos escravizados que eram forçados a mergulhar nas águas frias de Minas Gerais em busca do material aurífero que eventualmente terminaria nos bancos ingleses. A história do dinheiro permanecerá incompleta enquanto não integrar plenamente os processos de produção material que tornaram tais mudanças possíveis, nomeadamente a mineração nas Américas.¹⁹

Quais foram os efeitos da produção da “mercadoria dinheiro,” para citarmos Carlos Sempat Assadourian, no Brasil do século 18? Alguns são bem conhecidos: violência fronteiriça e escravização (principalmente nas fases iniciais de expansão da fronteira) de populações indígenas, fluxos vertiginosos de africanos escravizados e ampla destruição da Mata Atlântica. Hal Langfur e Maria Leônia Chaves de Resende estimam em 86 o número de conflitos violentos envolvendo portugueses e populações indígenas como os Botocudo e os Puri entre 1760 e 1808 (LANGFUR, 2014, p. 139). Ao mesmo tempo, os fluxos de africanos escravizados para o espaço colonial alcançaram escala inédita, passando de aproximadamente 460.000 na segunda metade do século 17 para quase 900.000 na primeira metade do século 18. Boa parte desses indivíduos foram enviados para as zonas mineradoras ou para o trabalho em setores associados à extração do metal amarelo. Como vimos com a madeira da Nova

¹⁸ Para um breve panorama desse debate, Marques (2020, p. 91-93).

¹⁹ Chama a atenção como livros sobre a história do dinheiro, como o de Christine Desan, ignorem as dimensões coloniais de produção da moeda. As colônias aqui aparecem apenas nas discussões sobre a circulação de espécie na América do Norte. (DESAN, 2014). Mais recentemente, o instigante livro de David McNally, cujo objetivo era, também, o de evidenciar a dimensão material e violenta da história do dinheiro, inclusive com o louvável esforço de incorporar a escravidão em sua narrativa do capitalismo, permanece centrada no mundo anglófono (MCNALLY, 2020).

Inglaterra, o “espaço econômico” do ouro, para voltarmos a Assadourian, produziu e estimulou um conjunto de atividades, como a criação de animais e a produção de alimentos, que, por sua vez, intensificou a demanda por trabalho de escravizados nos mercados internos mais integrados do espaço colonial setecentista.²⁰ Tais fronteiras mercantis, por sua vez, cobraram seu preço em termos ambientais nos sertões da América portuguesa. Nas estimativas de Warren Dean, a extração de ouro no Brasil setecentista levou à devastação de 4.000 km² (DEAN, 2013).

Na outra ponta da cadeia estavam os usos globais do ouro, também com efeitos significativos em diferentes partes do mundo. A quantificação dos fluxos globais do ouro é tarefa complicada pois o ouro — circulando na forma de moedas, barras e pó — é quase sinônimo de contrabando, de forma que boa parte dessa discussão depende de evidências bastante frágeis. As historiadoras Leonor Freire Costa, Maria Manuela Rocha, and Rita Martins de Sousa ofereceram o que talvez sejam as únicas estimativas dos fluxos globais do ouro (COSTA; ROCHA; SOUSA, 2013, p. 51). De acordo com elas, a Europa recebeu apenas 72% (618,1 toneladas) do volume total de ouro extraído do Brasil (estimados em 856,5 toneladas por Noya Pinto). Apenas 44% desse volume (272 toneladas) permaneceu na Europa, com o resto se deslocando para outros continentes, especialmente a Ásia. Ainda de acordo com Costa, Rocha e Sousa, isso significa que 240,4 toneladas não chegaram à Europa. O trabalho das autoras foca na Europa, mas alguns fluxos do ouro conectaram o Brasil ao resto das Américas, Ásia e África. Parte desse ouro permaneceu na própria colônia, permitindo — ao lado de longas cadeias de endividamento — a emergência de mercados internos para suprir as zonas mineradoras. Uma pequena parte também foi parte para os territórios vizinhos da América espanhola mas os números ainda são desconhecidos. Igualmente desconhecido é o volume de ouro que foi diretamente do Brasil para a Ásia. No caso da África, em um artigo em co-autoria com Gustavo Acioli Lopes sugerimos que quase 47 toneladas de ouro foram carregadas para a Costa da Mina durante a primeira metade do século 18 (MARQUES; LOPES, 2019). Consequentemente, o total de ouro que permaneceu no Brasil deve ter girado em torno de 193,4 toneladas (deixando de lado os fluxos para a América espanhola e Ásia).

Apesar da prata ter sido a principal força para a participação europeia no comércio asiático, as economias fragmentadas do subcontinente indiano tinham alguma demanda por ouro (PARTHASARATHI, 2011). A coroa portuguesa enviou remessas de prata e ouro para financiar sua presença política na Índia enquanto comerciantes individuais enviaram metais preciosos como parte das trocas na Carreira da Índia, a rota comercial que conectava Lisboa a Goa. O boom do ouro brasileiro intensificou essa rota e há algumas indicações de que algum ouro foi contrabandeado diretamente de Salvador para a Índia via Cabo da Boa Esperança (LAPA, 2000, p. 269; RUSSELLWOOD, 2014, p. 221). O ouro do Brasil também intensificou o comércio asiático pelo Levante, com navios do noroeste europeu parando em Lisboa a caminho do Mediterrâneo. Um dos bens fundamentais trocados por esses metais preciosos eram os tecidos indianos, que se tornaram um componente crítico do tráfico transatlântico de escravos.²¹ Combinado com bens tropicais baratos como o açúcar e o tabaco,

²⁰ Para trabalhos inspirados na ideia de “espaço econômico” de Assadourian no contexto brasileiro, ver Carrara (2007) e Mathias (2012).

²¹ A Casa da Moeda de Veneza aumentou significativamente a sua produção de moedas de ouro, com

esse comércio asiático contribuiu para a expansão dos novos padrões de consumo e trabalho na Europa Ocidental.²²

Na África, o ouro do Brasil permitiu que luso-brasileiros, saídos principalmente de Salvador e Pernambuco, consolidassem a sua participação no tráfico de escravos na Costa da Mina, de onde haviam sido expulsos pelos holandeses em meados do século 17. O tabaco baiano e pernambucano foi importante para abrir as portas já em fins do seiscentos, mas o ouro do Brasil deu um dinamismo fundamental para o sucesso dessa reentrada na região. Traficantes britânicos, holandeses, franceses e até mesmo dinamarqueses buscavam especificamente comerciantes vindos do Brasil na esperança de trocar escravos por ouro. Autoridades africanas na Costa da Mina, por sua vez, buscavam estabelecer relações diretas com os luso-brasileiros para acessar o metal amarelo, que era usado para pagar exércitos em conflitos locais. A Costa do Ouro passou de exportadora a importadora de ouro (e de importadora a exportadora de escravos). A ascensão do Daomé na Costa dos Escravos e dos Axante na Costa do Ouro guardou íntima relação com os fluxos de ouro saídos do Brasil. Os termos “gold slaves” e “Portuguese slaves” passaram a ser usados para se referir àqueles que eram considerados os melhores cativos da região, preferencialmente direcionados para os traficantes saídos do Brasil (MARQUES; LOPES, 2019).

A maior parte do ouro, contudo, seguiu para a Europa pela tradicional rota Brasil-Portugal. Os efeitos para a economia portuguesa foram objeto de amplos debates, que certamente merecem ser revisitados. No entanto, não se deve perder de vista que parte significativa, possivelmente majoritária, desse ouro foi parar na Grã-Bretanha como resultado das trocas comerciais e arranjos políticos e diplomáticos que marcaram a relação entre os dois impérios na virada do 17 para o 18. Estimativas do total de ouro brasileiro que chegou à Inglaterra variam de um a dois terços do total exportado para a Europa. Como mostra Braudel, os enormes fluxos de ouro para a Inglaterra eram fruto da intervenção política que fixou o valor das *guinés* (moeda inglesa) de ouro em 22 *shillings* de prata (seguido de 21 *shillings* e 6 *pence* em 1699 e 21 *shillings* em 1717) pelo governo e manteve o valor do ouro na Inglaterra extremamente alto enquanto as moedas de prata eram redirecionadas para a Ásia. Os grandes fluxos de ouro permitiram criar um ambiente financeiro saudável e uma intensificação das trocas mercantis na Inglaterra sem grandes oscilações de preço e com consequências de longo prazo para a Grande Divergência do oitocentos (BRAUDEL, 1984, p. 361; DESAN, 2014, p. 381-386; MARQUES; MARQUESE 2020, p. 112).

UMA ENORME COLEÇÃO DE MERCADORIAS

A escravidão na América portuguesa contribuiu diretamente para a construção do Caribe escravista por meio da transmissão de conhecimentos, tecnologias e

Rene Barendse sugerindo que “o *sequin* feito de ouro brasileiro se tornou a moeda mais comum no comércio de longa distância do século 18 nos mares árabes. (BARENDSE, 2009, p. 938, 961). Sobre a prata e o ouro, Barendse menciona um exemplo interessante de uma viagem de Lisboa a Goa na qual o comerciante foi instruído a carregar prata e alguns outros bens para serem trocados por tecidos indianos que seriam usados no tráfico de escravos de Angola. Após Goa, o comerciante deveria ir para Salvador e trocar aqueles tecidos por ouro antes de voltar a Lisboa.

²² Sobre moedas de ouro na América britânica, ver Solomon (1976, p. 36-37).



capital carregados por holandeses em meados do século 17, como mostrou Alice Canabrava em trabalho pioneiro (CANABRAVA, 2005). No século seguinte, o trabalho de africanos escravizados nas águas geladas de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso deu nova contribuição, desta vez ao fornecer à Inglaterra o estoque monetário que a permitiu conduzir uma verdadeira revolução financeira. Os novos instrumentos financeiros deram a base para a expansão de investimentos em empreendimentos produtivos, o que envolvia não apenas manufaturados na Grã-Bretanha, mas igualmente plantations escravistas em espaços como Barbados e Jamaica (INIKORI, 2002; PRICE, 1991). Os estoques de ouro também permitiram que fluxos maiores de prata fossem destinados à Ásia, onde esta era trocada por tecidos indianos de algodão, que, por sua vez, estavam no coração do tráfico transatlântico de escravos que abastecia as plantations antilhanas de trabalhadores. Em outras palavras, o ouro do Brasil, fundamental para a conformação setecentista do Atlântico Sul, foi igualmente central para o desenvolvimento de um Atlântico Norte que tinha no Caribe escravista um de seus pólos mais dinâmicos e fundamentais.

Nos jogos das trocas setecentistas, o ouro do Brasil acabava por se conectar, também, aos navios norte-americanos. Conforme crescia o Caribe escravista, crescia a Nova Inglaterra, lar por excelência dos estaleiros norte-americanos na era colonial. São grandes as chances que alguns dos navios lá construídos tenham inclusive entrado no tráfico de escravos do Atlântico Sul. Em princípios do século 18, conforme o ouro do Brasil fluía em quantidades crescentes para Portugal, observadores britânicos apontavam para como comerciantes da Nova Inglaterra construíam seus navios e carregavam um grande volume de madeira para a venda em Portugal, ocasionalmente vendendo as próprias embarcações (que eram provavelmente trocadas pelas moedas de ouro brasileiras e portuguesas que circulavam na América britânica) (PINKERTON, 1812, p. 357). Parte dos navios norte-americanos que foram incorporados pela marinha mercante britânica, por sua vez, podem ter sido usados para transportar os carregamentos desse mesmo ouro entre Lisboa e Grã-Bretanha (EBERT, 2011). O ponto fundamental aqui, no entanto, é que o fator-chave do crescimento da Nova Inglaterra, como mais de um observador notou, estava nos chamados “invisíveis”, a prestação de serviços — nomeadamente os fretes — que a comunidade mercantil da Nova Inglaterra abocanhava nas relações comerciais intra e inter-coloniais (já que suas relações não se limitavam ao Caribe britânico), e nas quais o tráfico de escravos e a escravidão tiveram papel central (BAILEY, 1990; RICHARDSON, 1991). As embarcações norte-americanas foram adquirindo importância crescente no transporte de mercadorias (incluindo seres humanos mercantilizados) entre África, Caribe, Península Ibérica e América do Norte. A dinamização da Nova Inglaterra, por sua vez, com a emergência de um forte mercado consumidor de manufaturados britânicos, teve papel central no desenvolvimento da Inglaterra e sua eventual industrialização.²³

A riqueza no capitalismo histórico se apresenta como uma “enorme coleção de mercadorias”, mercadorias que contém uma dupla natureza (MARX, *O Capital*, p. 113). A monetarização da Europa permitiu uma intensificação das trocas e da mercantilização de tudo, incluindo seres humanos e o resto da natureza, com a produção de uma abstração real que passou a determinar o mundo da produção e do consumo. Esse processo teve na generalização do dinheiro um de seus grandes

²³ Apesar de subestimar o peso da economia caribenha, ver Harley (2015).

marcos. “Quando, esquematicamente, se fala da ‘passagem do feudalismo para o capitalismo’”, argumenta Pierre Vilar, “um de seus grandes traços é este: a passagem de um sistema de relações sociais onde o fenômeno monetário é secundário e subordinado à outro sistema de relações sociais onde o dinheiro (no sentido amplo) tem um papel principal” (VILAR, 1976, p. 25). Em termos históricos, esse processo tomou a forma mais específica de um sistema marcado pelas relações entre estoques de metais preciosos e inovações financeiras que permitiram a formação de um espaço unificado para a multiplicação do dinheiro, para a construção e acumulação do dinheiro capitalista. “Empreendimentos, trabalho assalariado e trocas mercantis existiram, em alguma medida, ao menos, em sistema econômicos anteriores”, Geoffrey Ingham infere, mas “sua expansão em um modo de produção dominante foi tornado possível pela instituição inteiramente nova de um sistema bancário produtor de dinheiro” (INGHAM, 2008, p. 87-88). Na outra ponta desse processo, estavam africanos escravizados trabalhando nos rios de Minas Gerais e Nova Granada, índios nas minas do Peru e Nova Espanha, camponeses, servos e escravos nos estaleiros e florestas da Nova Inglaterra, em todos os casos com impactos ambientais significativos. Cada mercadoria consumida foi possibilitada por uma ampla articulação de diferentes mundos, inclusive para tornar possível a sua própria circulação, com a produção de moedas, bem como de navios para carregar essas mesmas moedas. Nesse sentido, o mundo das mercadorias dependeu e continua a depender de uma relação orgânica entre a apropriação da natureza e a exploração do trabalho humano, relação que é possibilitada e mediada por um conjunto de abstrações reais que conformam o mundo contemporâneo, incluindo as suas principais estruturas de conhecimento. Felizmente, uma longa tradição de contestação dessas estruturas na academia e fora dela nos oferece alguma esperança em meio ao colapso da modernização.

REFERÊNCIAS

ADELMAN, Jeremy. *Sovereignty and revolution in the Iberian Atlantic*. Princeton: Princeton University Press, 2006.

ADELMAN, Jeremy. Is global history still possible, or has it had its moment? *Aeon*, London, Mar. 2017. Disponível em: <https://aeon.co/essays/is-global-history-still-possible-or-has-it-had-its-moment>. Acesso em: 28 nov. 2018.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ARBOLEDA, Martín. *Planetary mine: territories of extraction under late capitalism*. La Vergne: Verso, 2020.

ARRIGHI, Giovanni. The winding paths of capital. *New Left Review*, London, n. 56, 2009.

BAILEY, Ronald. The slave(ry) trade and the development of capitalism in the United States: the textile industry in New England. *Social Science History*, Cambridge, v. 14, n. 3, p. 373-414, 1 Oct. 1990.



BALÉE, William L. *Cultural forests of the Amazon: a historical ecology of people and their landscapes*. Tuscaloosa: University of Alabama Press, 2013.

BARENDSE, R. J. *Arabian Seas, 1700-1763*. Leiden; Boston: Brill, 2009.

BECKERT, Sven. *Empire of cotton: a global history*. New York: Knopf, 2014.

BENDER, Thomas. *A nation among nations: America's place in world history*. New York: Hill and Wang, 2006.

BRAUDEL, Fernand. *The Mediterranean and the Mediterranean world in the age of Philip II*. New York: Harper & Row, 1972.

BRAUDEL, Fernand. *The Perspective of the World*, v. 3: Civilization and Capitalism, 15th-18th Century. New York: Harper & Row, 1984.

BRAUDEL, Fernand. Moedas e civilizações: do ouro do Sudão à prata da América. *Revista de História*, São Paulo, v. 6, n. 13, p. 67-83, 7 Mar. 1953.

BAUER, Arnold. Commodity Chains. *A Contracorriente: uma revista de estudos latinoamericanos*, Raleigh, v. 4, n. 3, p. 171-187, 1 Feb. 2007.

BUNKER, Stephen G. *Underdeveloping the Amazon: extraction, unequal exchange, and the failure of the modern state*. Urbana: University of Illinois Press, 1985.

CABRAL, Diogo de Carvalho. *Na presença da floresta: Mata Atlântica e história colonial*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

CAMPOS, André. *Tramontina comprou madeira de serraria flagrada com trabalho escravo*, 2017. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2017/03/tramontina-comprou-madeira-de-serraria-flagrada-com-trabalho-escravo/>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CANABRAVA, Alice Piffer. *História econômica: estudos e pesquisas*. São Paulo: HUCITEC; ABPHE; UNESP, 2005.

CARRARA, Angelo Alves. *Minas e currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais, 1674-1807*. Juiz de Fora: UFJF, 2007.

CHAKRABARTY, Dipesh. The climate of history: four theses. *Critical Inquiry*, Chicago, v. 35, n. 2, p. 197-222, 2009.

CLARK, Charles E. *The eastern frontier: the settlement of Northern New England, 1610-1763*. New York: Knopf, 1970.

COSTA, Leonor Freire; ROCHA, Maria Manuela; SOUSA, Rita Martins de. *O ouro do Brasil*. Lisbon: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2013.

CRONON, William. *Changes in the land: Indians, colonists, and the ecology of New England*. New York: Hill and Wang, 2003.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

DESAN, Christine. *Making Money: Coin, Currency, and the Coming of Capitalism*. 1st ed. Oxford: Oxford University Press, 2014.

DORE, Elizabeth. Alternativas Latinoamericanas: Una interpretación socio-ecológica de la Historia minera Latinoamericana. *Ecología política*, Barcelona, n. 7, p. 49-68, 1 sem., 1994.

EBERT, Christopher. From gold to manioc: contraband trade in Brazil during the Golden Age, 1700-1750. *Colonial Latin American Review*, London, v. 20, n. 1, p. 109-130, 1 Apr. 2011.

GEREFFI, Gary; KORZENIEWICZ, Miguel; KORZENIEWICZ, Roberto P. Introduction: Global Commodity Chains. In: GEREFFI, Gary; KORZENIEWICZ, Miguel (ed.). *Commodity chains and global capitalism*. Westport: Greenwood Press, 1994, p. 1-14.

GODINHO, Vitorino de Magalhaes. *Descobrimientos e a economia mundial*. Lisbon: Arcadia, 1963.

GOLDENBERG, Joseph A. *Shipbuilding in colonial America*. Published for the Mariners Museum, Newport News, Virginia. Charlottesville: University Press of Virginia, 1976.

HARLEY, C. Knick. Slavery, the british Atlantic Economy and the Industrial Revolution. In: PRETEL, David; LEONARD, A. B. (ed.). *The Caribbean and the Atlantic World Economy: circuits of trade, money and knowledge, 1650-1914*. London: Palgrave Macmillan GB, 2015, p. 161-183.

HEADRICK, Daniel R. *Humans versus nature: a global environmental history*. New York: Oxford University Press, 2020.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3rd ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

HOPKINS, Terence K.; WALLERSTEIN, Immanuel. Commodity chains in the world-economy prior to 1800. *Review (Fernand Braudel Center)*, New York, v. 10, n. 1, p. 157-170, 1 jul. 1986.

HOPKINS, Terence K.; WALLERSTEIN, Immanuel. Patterns of development of the modern World-System. *Review (Fernand Braudel Center)*, New York, v. 1, n. 2, 1977.



HORNBORG, Alf. Toward a Truly Global Environmental History: A Review Article. *Review (Fernand Braudel Center)*, New York, v. 33, n. 4, p. 295-323, 2010.

HUDIS, Peter. *Marx's concept of the alternative to capitalism*. Leiden; Boston: Brill, 2012.

INGHAM, Geoffrey K. *Capitalism*. Cambridge: Polity, 2008.

INIKORI, J. E. *Africans and the industrial revolution in England: a study in international trade and economic development*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2002.

KELLEY, Sean M. American Rum, African Consumers, and the Transatlantic Slave Trade. *African Economic History*, London, v. 46, n. 2, p. 1, 1 Jan. 2018.

KIMBALL, Eric Bartholomew. *An essential link in a vast chain: New England and the West Indies, 1700-1775*. Dissertation (PhD) – Dietrich School of Arts and Sciences, History, University of Pittsburgh, Pittsburgh, 2009.

LANGFUR, Hal. *Native Brazil: beyond the convert and the cannibal, 1500-1900*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2014.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a Carreira da Índia*. Ed. fac-sim. São Paulo: HUCITEC; UNICAMP, 2000. (Coleção Estudos Históricos, n. 42).

LAMOREAUX, Naomi R. Rethinking the Transition to Capitalism in the Early American Northeast. *The Journal of American History*, Bloomington, v. 90, n. 2, p. 437-461, 2003.

LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford; Cambridge: Blackwell, 1991.

LEMIRE, Beverly. *Global trade and the transformation of consumer cultures: the material world remade, c. 1500-1820*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2018.

MARQUES, Leonardo. O ouro brasileiro e o comércio anglo-português de escravos. In: RÉ, Henrique; SAES, Laurent; VELLOSO, Gustavo (ed.). *História e historiografia do trabalho escravo no Brasil: novas perspectivas*. São Paulo: Publicações BBM, 2020. p. 87-124.

MARQUES, Leonardo. Unidades de análise, jogos de escalas e a historiografia da escravidão no capitalismo. In: SALLES, Ricardo; MUAZE, Mariana (ed.). *A Segunda Escravidão e o Império do Brasil em perspectiva histórica*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2020. p. 53-74.

MARQUES, Leonardo; MARQUESE, Rafael de Bivar. Ouro, Café e Escravos: O Brasil e a 'assim chamada acumulação primitiva' In: MARQUESE, Rafael de Bivar

(ed.). *Os tempos plurais da escravidão no Brasil: Ensaios de História e Historiografia*. São Paulo: Intermeios, 2020. p. 105-32.

MARQUES, Leonardo. *The United States and the transatlantic slave trade to the Americas, 1776-1867*. New Haven; London: Yale University Press, 2016.

MARQUES, Leonardo; LOPES, Gustavo Acioli. O outro lado da moeda: estimativas e impactos do ouro do Brasil no tráfico transatlântico de escravos (Costa da Mina, c. 1700-1750). *CLIO (Online)*, Recife, v. 37, n. 2, p. 5-38, jul./dez. 2019.

MARQUES, Leonardo; PARRON, Tâmis. Os sete pecados capitais da literatura sobre desigualdades. In: FERRERAS, Norberto. *Desigualdades globais e sociais em perspectiva temporal e espacial*. São Paulo: Hucitec, 2021. p. 234-275.

MARQUESE, Rafael de Bivar. As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e historiografia sobre a escravidão brasileira. *Revista de História*, São Paulo, v. 0, n. 169, p. 223-253, 17 Dec. 2013.

MARTINS, José de Souza. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. *Tempo Social*, São Paulo, v. 6, n. 1/2, p. 1-25, 1994.

MARX, Karl. *Capital: a critique of political economy*. v. 1. London; New York: Penguin Books; New Left Review, 1990.

MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. *As múltiplas faces da escravidão: o espaço econômico do ouro e sua elite pluriocupacional na formação da sociedade mineira setecentista, c.1711 – c.1756*. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2012.

MCCUSKER, John J.; MENARD, Russell. *The Economy of British America, 1607-1789*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1991.

MCNALLY, David. *Blood and money: war, slavery, finance, and empire*. Chicago: Haymarket Books, 2020.

MELISH, Joanne Pope. *Disowning Slavery: gradual emancipation and “race” in New England, 860*. Ithaca: Cornell University Press, 1998.

MENESES, José Newton Coelho. Introdução. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (org.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas, volume 1*. Belo Horizonte: Autêntica Companhia do Tempo, 2007. p. 273-278.

MERCHANT, Brian. *The one device: the secret history of the iPhone*. 1st ed. New York: Little, Brown and Company, 2017.

MINTZ, Sidney W. *Sweetness and Power: the place of sugar in Modern History*. New York: Penguin Books, 1986.



MINTZ, Sidney W. Was the Plantation Slave a Proletarian? *Review (Fernand Braudel Center)*, New York, v. 2, n. 1, p. 81-98, 1 Jul. 1978.

MINTZ, Sidney W.; WOLF, Eric R. Reply to Michael Taussig. *Critique of Anthropology*, London, v. 9, n. 1, p. 25-31, 1 Apr. 1989.

MOORE, Jason W.; PARENTI, Christian (ed.). *Anthropocene or Capitalocene? nature, history, and the crisis of capitalism*. Oakland: PM Press, 2016.

MOORE, Jason W. The Modern World-System as environmental history? Ecology and the rise of capitalism. *Theory and Society*, London, v. 32, n. 3, p. 307-377, 1 Jun. 2003.

MOORE, Jason W. 'Amsterdam is standing on Norway', Part I: The alchemy of capital, empire and nature in the Diaspora of Silver, 1545-1648. *Journal of Agrarian Change*, London, v. 10, n. 1, p. 33-68, 2010.

NEWELL, Margaret Ellen. *Brethren by nature: New England Indians, colonists, and the origins of American slavery*. Ithaca: Cornell University Press, 2015.

NEVES, Eduardo Góes. *Sob os Tempos do Equinócio: oito mil anos de História na Amazônia Central (6.500 AC-1.500 DC)*. 2012. 303 p. Tese (Título de Livre-Docente) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: HUCITEC, 1979.

O'BRIEN, Patrick K. The Global Economic History of European Expansion Overseas. In: BULMER-THOMAS, V.; COATSWORTH, J.; CORTES-CONDE, R. (ed.). *The Cambridge Economic History of Latin America*. v. 1. The Colonial Era and the Short Nineteenth Century. [s.l.]: Cambridge University Press, 2005, p. 7-42.

OLIVEIRA, Tiago Kramer de. Decifrando hieróglifos: o capital mercantil no centro da América do Sul (1718-1750). *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 20, n. 3, p. 661-690, 2011.

PÁDUA, José Augusto. Brazil in the History of the Anthropocene. In: ISSBERNER, Liz-Rejane; LÉNA, Philippe (ed.). *Brazil in the Anthropocene: conflicts between predatory development and environmental policies*. New York: Routledge, 2016. p. 19-40.

PAULA, João Antônio De. A mineração de ouro em Minas Gerais no século XVIII. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (org.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas, volume 1*. Belo Horizonte: Autêntica Companhia do Tempo, 2007. p. 279-302.

PARTHASARATHI, Prasannan. *Why Europe grew rich and Asia did not: Global Economic Divergence, 1600-1850*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2011.

PINKERTON, John. *A General Collection of the Best and Most Interesting Voyages and Travels in All Parts of the World*. London: Longman et.al., 1812.

PRICE, Jacob M. Credit in the slave trade and plantation economies. In: SOLOW, Barbara L. (ed.). *Slavery and the rise of the Atlantic system*. Cambridge; New York: W. E. B. Du Bois Institute for African and African-American Research, Harvard University, 1991, p. 293-339.

RADBURN, Nicholas; ELTIS, David. Visualizing the Middle Passage: the Brooks and the reality of ship crowding in the transatlantic slave trade. *Journal of Interdisciplinary History*, Cambridge, v. 49, n. 4, p. 533-565, 7 Mar. 2019.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (ed.). *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica Companhia do Tempo, 2007.

RICHARDSON, David. Slavery, trade, and economic growth in eighteenth-century New England. In: SOLOW, BARBARA L. (ed.). *Slavery and the rise of the Atlantic system*. Cambridge; New York: W. E. B. Du Bois Institute for African and African-American Research, Harvard University, 1991. p. 237-264.

ROBERTS, Strother E. *Colonial Ecology, Atlantic Economy: transforming nature in early New England*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2019. (Early American Studies).

ROBERTS, Strother E. Pines, profits, and popular politics: Responses to the White Pine Acts in the colonial Connecticut River Valley. *The New England Quarterly*, Boston, v. 83, n. 1, p. 73-101, Mar. 2010.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Histórias do Atlântico Português*. São Paulo: UNESP, 2014.

SEWELL, William H. The temporalities of capitalism. *Socio-Economic Review*, Oxford, v. 6, n. 3, p. 517-537, 1 Jul. 2008.

SOLOMON, Raphael E. Foreign specie coins in the American colonies. In: NEWMAN, Eric P. (ed.). *Studies on money in early America*. New York: American Numismatic Society, 1976. p. 25-42.

SVAMPA, Maristella. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

TAUSSIG, Michael. History as commodity: in some recent American (anthropological) literature. *Critique of Anthropology*, London, v. 9, n. 1, 1 Apr. 1989.



TEPASKE, John J. *A new world of gold and silver*. Leiden; Boston: Brill, 2010.

TOPIK, Steven; FRANK, Zephyr; MARICHAL, Carlos (ed.). *From Silver to Cocaine: Latin American commodity chains and the building of the world economy, 1500-2000*. Durham: Duke University Press, 2006.

VILAR, Pierre. *A history of gold and money, 1450-1920*. London: NLB, 1976.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O Sistema Mundial Moderno, v. II: o mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia, 1600-1750*. Porto: Afrontamento, 1974.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System IV: Centrist Liberalism Triumphant, 1789-1914 (1)*. Berkeley: University of California Press, 2011.

WARREN, Wendy. *New England bound: slavery and colonization in early America*. New York: Liveright Publishing Corporation, 2016.

WORSTER, Donald. Transformations of the Earth: Toward an Agroecological Perspective in History. *The Journal of American History*, New York, v. 76, n. 4, p. 1087-1106, 1990a.

WORSTER, Donald. Seeing Beyond Culture. *The Journal of American History*, New York, v. 76, n. 4, 1990b.

WORSTER, Donald. The Vulnerable Earth: Toward A Planetary History. *Environmental Review*, Durham, v. 11, n. 2, p. 87-103, 1987.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Leonardo Marques: Doutor. Professor, Universidade Federal Fluminense, Instituto de História, Departamento de História, Niterói, RJ, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis, s/n, Campus do Gragoatá, Bloco O, Sala 509, São Domingos, 24210-201, Niterói, RJ, Brasil.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a oportunidade de discutir versões preliminares do presente texto com os seguintes grupos e indivíduos: Gisele Batista Candido, Fabio Morales, Waldomiro Lourenço, Juliana Machado, Rafael Faraco Benthien, Coletivo Braudel, GEEWOB e LabHeN.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - 88887.466409/2019-00 e da Faperj APQ1, Processo: E-26/210.359/2019.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.



CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Leonardo Marques. Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Fábio Augusto Morales

Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)

HISTÓRICO

Recebido em: 27 de abril de 2021

Aprovado em: 23 de agosto de 2021

Como citar MARQUES, Leonardo. Cadeias mercantis e a história ambiental global das Américas coloniais. *Esboços*, Florianópolis, v. 28, n. 49, p. 668-697, set./dez. 2021.





MAKING THE LEAP: COMMODITY CHAINS AND THE POTENTIAL FOR GLOBAL ENVIRONMENTAL HISTORIES OF CAPITALISM

Jack Bouchard^a

 <https://orcid.org/0000-0001-8139-9508>

Email: jack.bouchard@rutgers.edu

^aRutgers University New Brunswick, School of Arts and Sciences, Department of History,
New Brunswick, NJ, USA

DEBATE

Colapso ambiental e histórias do capitalismo

ABSTRACT

This article is a brief response to Leonardo Marques' essay "Commodity Chains and the Global Environmental History of the Colonial Americas." It focuses on the practical and theoretical limitations of commodity-chain histories as a way to address our political and environmental moment. It argues that commodity-chain histories must overcome the complexity of their subjects, and leap the theoretical gap between local and global scales without losing sight of nature. To do so, the article advocates for more work by environmental historians, and a focus on transformation rather than commodity flows.

KEYWORDS

Commodity Chains; Environmental history; Atlantic history.

It has become eminently fashionable, of late, for political figures to quote some variation of Seamus Heaney's famous line "once in a lifetime...hope and history rhyme" (1990).¹ For many of us still waiting for the hope, we are instead increasingly living through a moment when politics and scholarship rhyme. Our historical research, no matter how niche, has become inextricably bound up with our political moment. We are faced with the stark reality of environmental upheaval, industrial capitalism and globalization. The result has been, in academia, an explosion of work in environmental history, the new history of capitalism, and global/world history. The need to historically contextualize and explain contemporary crises has never seemed more pressing and (we may hope) rewarding.

And yet, trapped as we all are as participants in a real-time environmental crisis brought about by the maturation of industrial capitalism, it is rather ironic, as Leonardo Marques has noted in his essay "*Commodity chains and the global environmental history of the colonial Americas*," that historians have singularly struggled to confront and reconcile environmental histories with our understanding of global capitalism. If "The accumulated evidence of this global environmental collapse shows not only the failure of a modernizing project, but also calls for an approach that can effectively integrate the systemic dimensions of our past and present problems" (MARQUES, 2021, p. 642), then it is also true that current global history "does not seem prepared to deal with these challenges" (2021, p. 242). It is not merely a matter of bridging these different fields, but of reconciling essential theories and approaches to explain our present moment. It is time for history to learn to rhyme with the times, and to reconcile the robust theoretical work on the history of capitalism with the desire to leap towards global and environmental frameworks. The need to integrate environmental, global, and economic histories has never been more immediate.

In light of this, Marques has presented a timely critique, a well-deserved prod to a field which is in danger of letting an important moment pass. As he puts it, "theorizing capital and capitalism does not eliminate the need to think about its historical development" (2021, p. 649) – let us put the history back in global capitalism. His essay is a stimulating attempt to do just this. He rightly identifies scale, especially scales of time (human, natural, capitalist) as the stumbling block. Marques' solution is to embrace the history of the commodity chain, so as to "understand the plurality of times of capitalism as a historical system and its shifts over time" (2021, p. 647). As he notes, "Returning to the classic uses of the concept of commodity chain can offer a powerful instrument to understand the plurality of times of capitalism as a historical system and its shifts over time" (2021, p. 647). There is much to recommend this approach.

In this essay, I wish to do four things. First, I hope to offer some comments on Marques' contention that global history has proved unable to address the current environmental-capitalist crisis, and to emphasize the need for more global work by environmental historians. Second, I will address the problem of complexity in commodity-chain histories. Third, I and related, I wish to discuss the problems with scaling up from and theorizing from commodity-chain histories. Finally, I wish briefly argue for the need to focus on transformations rather than flows in commodity-chain histories. In general, I am more concerned with practice than with theory. What follows is an attempt to endorse both the critique and the solution Marques has proposed in his

¹ Though President Joseph Biden has done this most consistently, he is hardly alone.

essay, while cautioning and nuancing against both a rush away from global histories and towards commodity-chain studies.

GLOBALIZING THE ENVIRONMENT

In suggesting a renewed focus on commodity-chain histories, Marques is attempting to prod global historians to engage more with the environment. What I would suggest rather is not for global historians to embrace an environmental lens, but rather for environmental historians to embrace the global. Environmental histories are already engaging thoroughly with histories of capitalism, but typically at regional and local scales.² Commodity-chain histories are further a staple of environmental historical inquiries, forming a natural bridge. The time has come for environmental historians to engage more with global and world histories, and with the existing literature on capitalism.

This is the crux of the problem. There is a mismatch between the methods and goals, between assumed frameworks and necessary perspectives. Global historical academia is changing rapidly, but the lag-time between training and output (especially for the kind of robust, theory-informed, synthetic works Marques and others are rightly calling for) has left us wanting. Thankfully, these are all not merely easily solvable concerns, but problems which are already being addressed as more environmental and premodern historians themselves engage with the history of global capitalism. Indeed, one of the benefits of Marques' essay is its value in pointing the way forward for a rising generation of scholars.

The early 21st century has been marked by an historical global turn, and the rise of world-history as a serious approach to the past.³ Yet even as more connective, inclusive, and global-scale research and teaching has been embraced by historians, the limitations of this movement have been made clear. Marques rightly identifies the problem as a “cosmopolitan global history that at times resembles a history of globalization” (2021, p. 642). For all too many historians, global history means a history of Europe-in-the-world, or a large-scale economic study masquerading as world history. Crucially, these approaches are rarely able (or unwilling) to integrate natural histories and non-human perspectives into their stories. This forms the basis of Marques' critique of global history, and its inability to reconcile histories of capitalism and the environment. As he puts it, we must “develop a more effective and critical global perspective that manages to incorporate the times of nature” (2021, p. 643).

Although I am sympathetic to these critiques of global history, I think this reading of global history does not sufficiently appreciate the more fundamental, practical problems with how the field has developed. To be blunt, the problems lie with the scholars rather than the scholarship. Global history has grown out of other fields, and its practitioners have almost universally migrated to global perspectives from regional ones. Few if any were trained in global history, but instead began their careers as economic and/or European historians of various stripes.⁴ I don't mean this is a criticism

² For a good example see Demuth (2019).

³ Marques notes a number of examples (2021, p. 642-644). As representative examples of a global history de-centered on the global north, see: (ABU-LUGHOD, 1989; HANSEN, 2020; MANNING, 2013; PAINE, 2013; SCOTT, 1998; 2009; WESTAD, 2017).

⁴ For the impact of economics on grand historical thinking, see Kim Bowes (2021). Her work rightly

of their scholarship, but rather I think it is important to acknowledge that the training and background of many of these authors has shaped our approach to the history of global capitalism. And it is this shaping which accounts for many of the issues Marques and others have identified.⁵

A further issue is that most of these scholars (especially those Marques notes in his essay) are modernists. They were trained in 19th-20th century histories, and began their careers on those topics. Perhaps unsurprisingly, for many their interest in global history has treated the mid-eighteenth century as a starting point. This has produced a scholarship which is skewed towards the last 250 years, and which rarely engages with the *long durée* or natural scales of time. Foreshortened histories of capitalism are rarely as satisfying as those which trace its rise and alternatives in the premodern world. Is this not, after all, one of the enduring values of Wallerstein (1974), Braudel (1982), Arrighi (2010) and Moore (2017)? That they actually try and engage with long histories of capitalism which extend back to the sixteenth century? More so, the hegemony of modernists has shaped our perception of the global environment. Modernists tend to emphasize humans acting upon nature, rather than the kind of dialectical interactions within the human web which are so important. These are old critiques, but are worth revisiting as we enter a time of global crisis armed with books primarily written by those whose interests and assumptions are very recent.

It is further worth stressing that, with the notable exception of Jason Moore, very little of the scholarship on the global history of capitalism has been written by historians of the environment. Most of the scholars Marques points to are trained as economic or imperial historians, or as sociologists; their works have, accordingly, stressed socio-economic perspectives to the detriment of the environment. Environmental history is, after all, a field which has only recently matured and expanded. It has also been a field which stresses the local and particular, rather than the global and the general (on this, more below). Even grand meta-environmental processes like climate fluctuations or pandemics are easiest to study through a localized lens. We should not, perhaps, be surprised that economic historians trained before the rise of environmental history have paid insufficient attention to nature.

Commodity-chain histories are the way to pull environmental history towards the global, and to compel historians to engage more explicitly with theories of global capitalism. At their core, as Marques recognizes, in commodity histories the nature-capitalism nexus is inescapable. One must confront the structures of capitalism and its relationship to biology, geography and climate in order to explain the movement of commodities. This is one of the insights of Anna Tsing's masterful *The Mushroom at the End of the World*, which shows how a single type of mushroom can be symbol of, symptom of, and solution to the destructive ecological and social forces of capitalism (TSING, 2015). Her work also reminds us of the need to consider the heterogenous nature of capitalism, and how a multiplicity of capitalist processes and ecologies can exist side by side. By intentionally engaging with the histories of a single commodity, we are compelled to acknowledge these truths.

criticizes the attempts by Scheidel, Maddison and others to apply modern thinking about GDP to the historical development of economic growth and capitalism. (MADDISON, 2001; 2003; SCHEIDEL, 2019).

⁵ This is, I think, the implied argument underlying Jeremy Adelman's critique, which Marques cites. Adelman does not address it directly, however (ADELMAN, 2017).



The focus on commodity-chains may allow us to escape the tyranny of modernism and human scales of time in historical inquiry. Because of their inherent role at the intersection of capitalist processes and natural structures, commodity-chains allow (or even compel) us to engage with fundamental questions of scale. The great virtue of commodity histories, as Marques rightly identifies, is the ability to connect across time and space. “A focus on specific commodities also permits analysis of the ecological, social organizational, and demographic effects both in the region of extraction and in the region where its eventual transformation contributes to the acceleration of production and consumption” (BUNKER, 1985 *apud* MARQUES, 2021, p. 648). This is both a benefit and a problem, for in linking the local and particular to the global and general there is quite a vast gulf, as noted below. But one of the benefits of histories of commodity chains is the potential to do deep histories, premodern histories, and histories which connect pre-capitalist with capitalism modes of production. This was one of the signal achievements of Sidney Mintz’ *Sweetness and Power* (1985), which traced the long evolution of sugar production and consumption across time and space.⁶ These deep histories allow us to embrace both the time scales of nature and those of humans, and to understand how the conflict between them may lie at the core of our modern environmental crisis.

This is a particularly important aspect of commodity histories inasmuch as environmental history tends to lend itself to embracing small scales. Recent work by environmental histories has stressed the importance of the local, of micro-ecologies, of heterogeneity in how humans interface with nature.⁷ Environmental histories which try to go global tend to be broad catalogues of case studies and sub-fields rather than truly synthetic works.⁸ The recent turn to the Anthropocene has encouraged more scholars to embrace global frameworks, but has also produced a teleology which against results in a modernist bias. More intensive work in commodity-chain histories may be a way to push environmental history to engage with global scales and with the most recent debates about capitalism’s origins, without sacrificing the focus on nature, labour and specificity which is so important to the field.

There are other more practical benefits to commodity-chain studies. The kinds of commodity histories Marques suggests would allow us to bring many different research tools to bear. They call for innovate and interdisciplinary methods, for how else could we handle the entanglement of different natural and human interactions and scales? This is yet another reason for environmental historians, who are often already obliged to work in a multidisciplinary format, to embrace global histories of capitalism. Indeed, one of the benefits which Marques doesn’t acknowledge is the degree to which commodity histories encourage interdisciplinary, and even collaborative, historical research. They compel us to consider the biology and chemistry of our subjects, the place of climate in shaping production and consumption, and the rule of culture in shaping how humans turn nature into commodities. In order to deal with the complexity of commodity-chains and the need for aggregation, collaborative work may be the

⁶ For a more recent example, see Gary Okihiro’s deep history of pineapple production in Hawai’i (OKIHIRO, 2009).

⁷ Note for instance the argument in Horden; Purcell (2000) as a rejoinder to Braudel (1972). See too, as examples: Donahue (2004), Reid (2015).

⁸ C.f. McNeill (2000) and Richards (2006). By contrast, note the possibilities of comparative work (using localized case studies) demonstrated in Brown (2001).

easiest and most productive solution. In certain spaces (and here I am thinking of North America academia) historians rarely work collaboratively, but in confronting our environmental-political moment that may no longer be a sustainable worldview.

These three advantages – the ability to connect, the potential for deep histories, and the potential for collaborative-interdisciplinary work – may ultimately be the solutions to the problems which Marques identifies at the start of his essay. They allow us to break free of global histories which have been largely modernist and euro-centric. They allow us to write the kinds of complex, nuanced, far-ranging histories of commodity-chain interactions which do justice to historical reality. These are precisely the kind of works which will allow us to bridge the gap between the local and the global, between commodity-in-nature and commodity-in-world-economy. As I am suggesting, environmental historians are well poised to do just this.

MOVING PARTS

Why then have commodity-chain histories not already allowed historians to address deep questions of climate, capital and global scales? Marques is right to note that this is an historical approach which is both venerable and niche. Commodity-chains have been the subject of some of the most influential works in global history, and yet this approach is rarely deployed systematically to answer fundamental questions of historical structure. In this observation I think Marques is quite correct, but I do not think that he engages sufficiently with the limitations of commodity-chains as a basis for research and analysis, and this is worth examining. We must confront two issues. The first, addressed in this section, is the problem of practice: how do we write commodity-chain histories which are sufficiently complex to provide useful explanatory power? The second, addressed in the following section, is one of theory: how do we reconcile the scales between commodities and global history without losing sight of nature? In considering these issues, I find myself in the odd position of cautioning against commodity histories, as someone who himself works on commodity histories. I do not mean to reject Marques' contention that commodity-chain histories may allow us to overcome theoretical gaps, but rather to suggest ways that this approach can be applied in practice to achieve the laudable goals he lays out for us.

To use a hackneyed but useful metaphor, consider our commodity subject a billiard ball on a table, and the commodity-chain its movement across the table after we have hit it with a pool cue. It is tempting to trace that movement and write a history of our one commodity-ball. Yet to produce a useful, operative history we cannot focus on the trajectory of our single billiard ball; rather, we must be able to explain the simultaneous movement of every other ball on the table, while also understanding the parameters of the table itself. After all, no commodity exists in a vacuum, but is constantly acting with and against other commodities (the other balls) and human/inhuman processes (the cue, the table) as it moves along the chain. Commodities are trapped in webs of consumption and exchange, ceaseless shaping and being shaped by those around them. Each link in the commodity-chain produces second- and third-order effects, from shifting demand or supply of a competing commodity to changing the ecology of a particular part of the world. This is difficult work, requiring an expansive and labor-intensive approach to the genre, but the real value of commodity-chains comes from understanding how our commodity changes and is changed by the other commodities

and natures it collides with. This is the essence of its ability to work with scales of space, time and subject: one ball, all the balls in motion, the whole table together.

Consider the case of codfish. Cod is a well-documented food, which we can trace from ocean to dinner plate as a long commodity chain connecting places like Newfoundland with Iberian tables. Although much good work has been done on the history of this animal-turned-food, most notably by Mark Kurlansky (1997), there has been an unfortunate tendency to study cod alone (BOLSTER, 2014; BOUCHARD, 2018; INNIS, 1940; KURLANSKY, 1997; POPE, 2004; TURGEON, 2009). Some fisheries historians treat cod, and at times alternatively herring, as the only sought-after fish in the early modern Atlantic. But we should see cod as a food commodity which is in constant competition with other fish, meats and plants. The rise or fall of saltcod production reflects not just ecological and climatological changes in the north Atlantic, but changes in European tastes and fish harvesting elsewhere in the Atlantic. In the sixteenth century, cod competed with alternatives such as hake, sardine, herring, haddock, ling, salmon, eel and anchovy in the market for preserved fish (SICKING; ABREU-FERREIRA, 2009; BARRETT; ORTON, 2016). Fisheries such as those in the Irish Sea, the Algarve, the North Sea and Saharan Africa all successfully competed with and suppressed codfish production in the sixteenth century. Only as the seventeenth century wore on did dry-salted cod displace these rivals not just in Europe but in the Mediterranean and the Caribbean. Cod is also a living organism whose exploitation affects the marine life and ecosystems of the far north Atlantic. The pressure fishworkers applied to cod in the early modern period affected capelin, herring and salmon stocks in places like Newfoundland. Fishworkers devastated local bird populations for food, and dramatically altered the socio-economic structure of Algonkian- and Inuit-speaking communities in the northwest Atlantic (LOEWEN; CHAPDELAINE, 2016; POPE, 2009). Cod fishing contributed to the rise of both commercial whaling in the northwest Atlantic, which devastated whale populations, and the fur trade by the early seventeenth century. All this comes from a single commodity moving along its train from the waters of Newfoundland to the tables of Paris.

As the example of cod suggests, the problem of complexity has been particularly tricky for food historians, an important sub-field within environmental history, who must face two concurrent problems. First, food production requires the input of other commodities (fertilizer, water, labour, equipment, land, etc.) whose availability is in a constant dance with food production. In the case of cod, every fishing ship which produced *bacalhau* also required an immense ecological investment in the form of timber, food, salt, alcohol, plant fibers, and other commodities. Second, many foods directly compete with each other in ways that can create complex repercussions across local and global marketplaces. The rise in cod consumption in Europe was held back by increased production of competing fish types in European waters like sardines, herring, hake and salmon. If we wish to build upon the work of pioneers like Mintz (which we should and must), we must pay attention to these problems.

It is further the case that commodities are a process, not an end in and of themselves. To mint a silver coin, to build a ship, to harvest sugar cane: these are moments in the history of commodities, but these histories have no endpoint. As commodities proceed through their transformative processes, they require more and more inputs and resources. Each link in a commodity chain is alive and dynamic, such that commodities do not just transform but also consume while moving. Once again, we must confront that web of commodities which makes this so tricky.

I would draw our attention to the example Marques uses, the ship in the eighteenth-century Atlantic economy. Ships are not one-off commodities. They must be constantly maintained, both in terms of refitting/repairs and in the constant, massive requirement for provisions and equipment which goes into each voyage (GARDINER, 2013; DAVIS, 2012; HAYES; MATTHEWS; ALLAIRE; HOLM, 2019; PÉREZ-MALLAÍNA, 1998). Indeed, we would be better seeing the ship not as a commodity but as an inanimate consumer, a kind of macro-organism. It must be fed a steady diet of pitch, tar, rope, copper, biscuit, grog, lemons, saltpork and saltcod or it will die. More and more timber must be felled to provide the boards to fix holes and leaks; copper must be mined to re-plate the bottom of the hull; fibres must be harvested from field and forest to produce new rope and sails. Above all, each and every voyage requires a constant influx of organic energy in the form of preserved food, not just at the start of the voyage but periodically en route. The forests which died to give it life are only the first ecological transformation which allows for the ship-commodity to function.⁹

This constant need for provisioning has tremendous environmental consequences, which often intersect with and expand the forestry problems Marques' notes.¹⁰ The food must be grown and raised, the pitch and tar must be harvested and refined, the sails and ropes must be grown and woven. All these things require not just labour but land. The humans who work the ship must be taken from land, some directly from farms and forests where their labour could have been applied to growing food and more timber. In short, tackling an historical commodity like the ship requires rethinking what commodities are, and how we study them. Much as we must keep track of how a single commodity-chain impacts other chains with which it collides, so too must we carefully reconstruct how a single commodity consumes and warps a myriad of commodities as it moves through the world. This is the only way to truly understand the environmental impact, and by extension the economic impact, of a commodity-chain.

It is worth pausing to mention that Marques' ship example reminds us of the dangers of separating maritime and terrestrial environments. This was recently and forcefully argued by Liam Campling and Alejandro Colás in their book *Capitalism and the Sea* (2021). Commodities, even those from clearly terrestrial origins, can't be separated from the sea which moves and sustains them, nor can oceangoing traffic be separated from the landed resources which fuel them. Each ship is a floating forest, and blurs the line between land and sea. This is in fact one of the great benefits of commodity-chain histories, which I think Marques is able to acknowledge, that it encourages us to follow a dynamic commodity through different kinds of spaces in a way which transcends simple analytical boundaries.

As the above suggests, commodity-chain histories can be difficult in practice, if valuable in theory. We must explain all these moving parts and complex interactions for our commodity-chain history to be useful. In the case of cod, the rise of a fishery at Newfoundland may not make sense without understanding the problems of European

⁹ For an example, see the accounts of the *James of Dunwich*, a fisher-trader ship bound to Iceland in 1545. The record makes clear the continuous purchase of food and alcohol while the ship was being outfitted, and after its return. It is a reminder of the slow timescales involved with organizing a voyage, and the constant need for more inputs. Folger Shakespeare Library, L.b. 240. and Cooper (1939). See too: (PÉREZ-MALLAÍNA, 1998; MATTHEWS; ALLAIRE; HOLM, 2019).

¹⁰ For a recent example of the impact of shipbuilding on forestry in an East Asian context, see Miller (2020).

agriculture, the expansion of herring fisheries in the North Sea, Portuguese fishing off the coast of northwest Africa, or changes in salt production in the Bay of Biscay. Nor does it make sense without exploring the role of climate fluctuations in the northern hemisphere, changes in maritime labour recruitment and payment in coastal Europe, or evolving European ideas about the role of fish in personal health. In turn, each of these processes was deeply affected by an expansion of cod fishing. These feedback loops are essential for understanding the impact of commodity histories on global ecologies. Yet such loops are the hardest for us to trace and write about.

Hard, but not impossible. Two good examples are worth highlighting. The first is Andreas Malm's *Fossil Capital* (2016). We could read Malm's study as a commodity-chain history of coal, or even of energy itself, and an attempt to explain the rise and use of this fossil fuel in the early British industrial revolution. What makes Malm's work so powerful, however, is that in practice coal serves as an intersection point for multiple commodity histories: water, labour, land. It considers both how coal acted upon these other commodity-chains, and how the creation of a fossil-fuel economy was a continuous ecological process. The value of Malm's commodity-chain history is its ability to illuminate multiple moving parts, and explain the logic underlying their movements. The second is Jeremy Zallen's new *American Lucifers* (2019). Zallen explores the early evolution of one commodity – artificial light – by tracing the histories of several different fuel sources. A multiplicity of individual commodities including whale oil, turpentine, lard, matches and coal, all constitute one kind of consumable natural resource, luminous energy. Zallen's work shows how these different sources of light competed with each other, both in their production and consumption. But he also shows how a single fuel source was produced by a myriad of social, economic and legal relationships. Whale oil, for instance, was shaped by the interplay between ships, maritime labour, living whales and urban populations. Turpentine depended on applying the labour of enslaved people to coastal pine forests. Together with *Fossil Capital*, *American Lucifers* can serve as a model for future work on commodity-chain histories.

SCALES WITHIN AND WITHOUT NATURE

The problem with the two examples above, Malm's *Fossil Capital* and Zallen's *American Lucifers*, is that they are localized studies (Malm in Britain, Zallen in the United States and Britain). Though they both make intricate arguments about the capitalism-nature nexus, neither purports to draw conclusions about global histories. Doing so would be difficult, for both studies pay such careful attention to particular environments and locales – the waterways of Scotland, the pine forests of North Carolina – that any attempt to go global would lose touch with the specificity that gives them such power. Even Marques' examples, drawn from the colonial Americas, point to a similar issue. The gulf between a pine tree in a New Hampshire forest or a codfish in the waters of Newfoundland, and the vast transregional world-systems in which they are embedded, is vast. This is to say nothing of the subsequent leap between world-systems and the global networks of exchange which have shaped our world for a millennium or more. Yet that is a gulf we must bridge, without losing sight of the tree or the fish along the way. This ought to make us consider the next step, the crucial step



in Marques' intervention, which is the intellectual leap from the local to the global, from one environmental context to a world-economy.

This is important inasmuch as we need any theory of global capitalism to incorporate nature, to be a fundamentally ecological framework. For something which we treat as universal, nature is remarkably difficult for historians to treat at scale. As we zoom out the texture and specificity of the natural world, that essential quality which makes environmental history so challenging and rewarding, falls away. At the global scale we are left with tools that seem to flatten, over-abstract or even obscure natural processes. The result is that in the leap from commodities-in-nature to grand theories of historical development we find a mismatch in tools, which in turn undermines our ability to keep global economic processes embedded in the web of life (to borrow Jason Moore's formulation).

I do not think it is possible (nor, I gather, does Marques) to build an understanding of global capitalism inductively from a commodity-chain. We must have a conception of global capitalism in order to write the kinds of commodity-chain histories which have analytic power, in order to link the commodity to something greater. Our commodity-chain history must fit into a wider framework of socio-economic-ecological relations, even as it modifies and nuances this framework. Otherwise it is impossible to successfully draw wider conclusions, and our neat commodity history is left adrift. In this I can only echo the cautionary words of Paul Kershaw, who has taken the *New History of Capitalism* to task for precisely this problem (2020). As a consequence, it is impossible to avoid the task of linking the commodity to the wider capitalist framework.

Marques' own examples demonstrate the problems this raises in practice. It is striking that his conclusions (23-25) by and large drop the environmental context and origin of silver and ships. Instead, Marques' analysis focuses almost wholly on ships and silver as commodities in a global economy, treating them as elements in the flow of global commerce and capital. He is much more concerned with money and the flow of wealth than the impact of ships and silver on the global environment, or their relation to looming climate disasters. This certainly reflects the fact that existing scholarship emphasizes the role of silver as currency, not as nature, but nonetheless demonstrates the difficulty of making commodity-chain histories work as environmental histories.

To all this we must add a second problem, which is that commodity chains are only useful in the aggregate. The modern global economy is comprised of innumerable commodities moving through the web of life and the flow of commerce. Indeed, what terrifies us is just how much is being consumed at any one time. As if it were not difficult enough to write on the complex interactions of a single commodity-chain, we are faced with the problem of how to make it meaningful through combination with other such work. One of the most influential attempts to apply a one-commodity-chain history to global capitalism is Sven Beckert's *Empire of Cotton* (2015). Yet even cotton alone cannot possibly give us sufficient perspective to explain the transformation of global capitalism in the nineteenth century. Partly this is because cotton cannot be separated from the other commodities with which it interacts – coal, water, land, labour, flax, etc. Likewise, because of cotton's specific ecological requirements it can only tell us about the natural histories under capitalism of a few key biomes – the American south, the Nile River basin, northern India. In making the leap from cotton's origins to its economic impact, Beckert loses sight of nature and the web of life.

In both linking local to global and in aggregation, this issue of scale and aggregation is the Achilles' Heel of commodity-chain histories as an analytical tool.

How do we address it? I would suggest four possible approaches, all of which are ultimately reconcilable with a renewed push for commodity-chain histories. The first and simplest solution may be to just embrace Marques' challenge, and to write more commodity histories. As we normalize this approach and expand our understanding of specific commodity-chains, we will be better prepared to integrate them together in the kind of global history of capitalism which we so desperately need.

A second solution lies in rethinking how we articulate the nature of the capitalist world-system. We must commit to understanding the world-system as an ecological relationship rather than a purely economic one. This is not a new argument – again, the nod goes to Moore (2017) – but it is one which is easier to embrace in theory than in practice. In other words, it is important for historians to start from a theoretical framework that already incorporates the environment as an inseparable part of the capitalist system. Again, this is an argument in favor of more engagement by environmental historians, and for the kind of commodity-chain histories we are discussing here.

Third, we must pay attention to how commodities are consumed, not merely in how there are produced and circulated. This has always been the trickier part of commodity-chain studies, for consumption is as much about thought, culture and custom as it is about economics. This makes it much harder to trace in our sources, and requires an entirely different skill-set to understand.¹¹ Yet consumption of any commodity is a key part of the web of life, and an inherent natural process. Eating a morsel of food or burning a piece of wood is shaped by human biological and social needs, and by our ideas about the natural world. In obscuring consumption, this is the great strength of Zallen's work, noted above, which emphasizes the way that consumption of different fuels shaped ideas about the relationship between the environment and new capitalist modes of production. It is the choice and thought of the consumer which ultimately reverberates back to shape and alter the commodity chain, and which has a profound influence on how nature is consumed at a global scale.

As a model for this kind of work, and as a study which achieves what I believe to be Marques' goal, I would suggest Christopher Otter's *Diet for a Large Planet* (2020). Otter's book is a series of short commodity-chain studies of wheat, beef and sugar. In combining three commodities, and tracing their mutual interactions, he builds a case for the transformative nature of food in general within the British imperial system across the nineteenth century. As Otter makes clear, the choice by British consumers to outsource their staple food production to the world at large fundamentally reorganized the economic and political relationship between the Americas, South Asia, Australia and elsewhere with the European metropole. Crucially, however, Otter frames this transformation as not merely economic and political, but as ecological. At the global scale, he makes the case for the way that changes to commodity-chains in British foodways profoundly altered the global environment, even as it was reshaping the global economic hierarchy. Britain's world-system was built on food, but in building it they altered the global environment in a way which terraformed our planet and directly led to our climate crisis.

¹¹ For recent studies which integrate consumption successfully, see: (ARCH, 2018; BREEN, 2019).

DON'T GO WITH THE FLOW

The fourth and perhaps most important solution will be to shift our emphasis from *flows* to *transformations*. Commodity chains are so interesting because we can use them to trace connections and movements. Ships link ports and trading communities, silver links markets great and small, cod links old worlds to new. This is indeed the emphasis Marques puts on his own case studies, emphasizing in the end the way that silver flows through the global economy – his section title “The production of circulation” certainly emphasizes movement of this sort. The focus on flow, however, has tended to reinforce our de-emphasis on the natural and re-emphasis on the economic. Flows are easily abstracted, and tend to flatten time and distance in significant ways. Flows are also easily disentangled from nature, for flows are human constructs.

I would suggest instead that commodity-chain histories focus on transformations. These are the moments when the physical, cultural and economic properties of the commodity are changed through human action. They are the points where the links in a commodity-chain touch, rather than the chain itself.

Moments of transformation have greater potential for bridging the gaps between nature and the global economy, between the local and the world scales, than the study of movement and flows. The transformation of a commodity from one form to another is the moment when labour fuses with nature, when work is applied to a commodity to alter its form. This raises all manner of questions about labour regimes, health, social organization and coercion which are of inherent interest to scholars of capitalism. Transformations are also inherently ecological processes. It is at the moment of transformation that one commodity is combined with others (the cod with salt, the silver with mercury, the timber with pitch) to create something new through intense applications of human, animal and chemical energy. In the process, environments local and global are themselves altered. The transformation of silver from ore to coin involves chemical and organic inputs – fire from burned wood, mercury, metal minting tools, human and animal labour – which shaped the local environment in places like Potosi. In turn, the transformation of silver coins into consumable commodities, through their exchange in the marketplace, impacted everything from Yangtze delta farms to cattle herds in Britain to pearl fisheries in the Indian Ocean.

The focus on transformation allows us to deal with scale more effectively than by focusing on flow. Each act of transformation contains both the small – the physical act of changing an object from one thing to another – and the large – the set of social, economic, cultural and political pressures which guide that transformative process. At either scale it retains in nature-ness, for transformations are (as we've just seen) ecological as well as human processes. So we can study commodity-chains without separating our subjects from the web of life. When we do this, we can still think with commodities, but in important new ways. The movement of codfish from Newfoundland to the markets of Europe is less important than its transformations along the way. A live fish becomes a dead fish becomes dried food becomes a marketed good becomes a family dinner. The flow of wood in transatlantic circulation is less important than what is done to and with that forest. The transformation from a living tree to a dead tree to timber to boards to a ship to an engine of global commerce. At each of these inflection points nature, labour and time come together, allowing us glimpses of the wider workings of global capitalism.



REFERENCES

- ABU-LUGHOD, Janet L. *Before European hegemony: the world system A.D. 1250-1350*. New York: Oxford University Press, 1989.
- ADELMAN, Jeremy. Is global history still possible, or has it had its moment? *Aeon*, 2 March, 2017. Available at: <https://aeon.co/essays/is-global-history-still-possible-or-has-it-had-its-moment>. Accessed: 2 Dec. 2021.
- ARCH, Jakobina K. *Bringing whales ashore: oceans and the environment of early modern Japan*. Seattle: University of Washington Press, 2018.
- ARRIGHI, Giovanni. *The long twentieth century: money, power, and the origins of our times*. New and updated edition. London: Verso, 2010.
- BARRETT, James H.; ORTON, David C. (ed.). *Cod and Herring: the archaeology and history of medieval sea fishing*. Oxford; Philadelphia: Oxbow Books Ltd., 2016.
- BECKERT, Sven. *Empire of cotton: a global history*. New York: Alfred A. Knopf, 2015.
- BOLSTER, W. Jeffrey. *The mortal sea: fishing the Atlantic in the age of sail*. Cambridge: Belknap Press (Harvard University Press), 2014.
- BOUCHARD, Jack. *Towards Terra Nova: the North Atlantic fisheries and the Atlantic World, 1490-1600*. 2018. 345 p. PhD Dissertation (History) – Dietrich School of Arts and Sciences, University of Pittsburgh, 2018.
- BOWES, Kim. When Kuznets went to Rome: Roman economic well-being and the reframing of Roman history. *Capitalism: A Journal of History and Economics*, Philadelphia, v. 2, n. 1, p. 7-40, Winter, 2021
- BRAUDEL, Fernand. *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip II*. Translated by: Siân Reynolds. New York: Harper & Row, 1972.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilization and capitalism, 15th-18th century*. Translated by: Siân Reynolds. New York: Harper & Row, 1982.
- BREEN, Benjamin. *The age of intoxication: origins of the global drug trade*. 1st ed. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2019.
- BROWN, Kate. Gridded lives: why Kazakhstan and Montana are nearly the same place. *The American Historical Review*, Washington, v. 106, n. 1, p. 17-48, Feb. 2001.
- CAMPLING, Liam; COLÁS, Alejandro. *Capitalism and the Sea: the maritime factor in the making of the modern world*. London; New York: Verso Books, 2021.



COOPER, Ernest R. The Dunwich Iceland ships. *The Mariner's Mirror*, Greenwich, v. 25, n. 2, p. 170-177, 1, Jan. 1939.

DAVIS, Ralph. *The rise of the English shipping industry in the seventeenth and eighteenth centuries*. v. 48. Oxford: Oxford University Press, 2012.

DEMUTH, Bathsheba. *Floating coast: an environmental history of the Bering Strait*. New York: W. W. Norton & Company, 2019.

DONAHUE, Brian. *The Great Meadow: farmers and the land in colonial Concord*. New Haven: Yale University Press, 2004.

GARDINER, Julie (ed.). *Before the mast: life and death aboard the Mary Rose*. Oxford: Oxbow Books, 2013.

HANSEN, Valerie. *The year 1000: when globalization began*. New York: Scribner, 2020.

HAYES, Patrick W.; MATTHEWS, J. A.; ALLAIRE, Bernard; HOLM, Poul. European naval diets in the sixteenth century: a quantitative method for comparative and nutritional analysis. *Historical Methods: A Journal of Quantitative and Interdisciplinary History*, London, v. 52, n. 4, p. 195-212, 30 Mar. 2019.

HEANEY, Seamus. *The cure at Troy: a version of Sophocles' Philoctetes*. London: Faber and Faber; Field Day, 1990.

HORDEN, Peregrine; PURCELL, Nicholas. *The corrupting sea: a study of Mediterranean history*. Oxford: Blackwell, 2000.

INNIS, Harold A. *The cod fisheries: the history of an international economy*. Toronto: Ryerson Press, 1940.

KERSHAW, Paul V. Hamlet without the Prince of Denmark: bringing capitalism back into the 'new' history of capitalism. *Journal of historical sociology*, Oxford, v. 33, n. 1, p. 61-73, Mar. 2020.

KURLANSKY, Mark. *Cod: a biography of the fish that changed the world*. New York: Walker and Co., 1997.

LOEWEN, Brad; CHAPDELAIN, Claude (ed.). *Contact in the 16th century: networks among fishers, foragers, and farmers*. Ottawa: University of Ottawa Press, 2016.

MADDISON, Angus. *The world economy: a millennial perspective*. Paris: Development Centre Studies, OECD Publishing, 2001.

MADDISON, Angus. *The world economy: historical statistics*. Paris: Development Centre Studies, OECD Publishing, 2003. (Development Centre studies).



MALM, Andreas. *Fossil capital: the rise of steam-power and the roots of global warming*. London: Verso, 2016.

MARQUES, Leonardo. Commodity chains and the global environmental history of the colonial Americas. *Esboços*, Florianópolis, v. 28, n. 49, p. 640-667, set./dez. 2021.

MANNING, Patrick. *Migration in world history*. London: Routledge, 2013.

MCNEILL, John R. *Something new under the sun: an environmental history of the twentieth-century world*. New York: W.W. Norton & Company, 2000.

MILLER, Ian M. *Fir and empire: the transformation of forests in early modern China*. 1st. ed. Seattle: University of Washington Press, 2020.

MINTZ, Sidney W. *Sweetness and power: the place of sugar in modern history*. New York: Viking, 1985.

MOORE, Jason W. *Capitalism in the web of life: ecology and the accumulation of capital*. London: Verso Press, 2015.

MOORE, Jason W. The Capitalocene, Part I: on the nature and origins of our ecological crisis. *The Journal of Peasant Studies*, London, v. 44, n. 3, p. 594-630, 2017.

OKIHIRO, Gary Y. *Pineapple culture: a history of the tropical and temperate zones*. Berkeley: University of California Press, 2009. (The California world history library, v. 10)

ORTON, David C.; MORRIS, James; LOCKER, Alisson; BARRETT, James H. Fish for the city: meta-analysis of archaeological cod remains and the growth of London's northern trade. *Antiquity*, Cambridge, v. 88, n. 340, p. 516-530, 2015.

OTTER, Chris. *Diet for a large planet: industrial Britain, food systems, and world ecology*. Chicago: University of Chicago Press, 2020.

PAINE, Lincoln. *The sea and civilization: a maritime history of the world*. New York: Alfred A. Knopf, 2013.

PÉREZ-MALLAÍNA, Pablo E. *Spain's men of the sea: daily life on the Indies fleets in the sixteenth century*. Trans. by Carla R. Phillips. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1998.

POPE, Peter E. *Fish into wine: the Newfoundland plantation in the seventeenth century*. UNC Press Books, 2004.

POPE, Peter E. Early migratory fishermen and Newfoundland's seabird colonies. *Journal of the North Atlantic*, Steuben (ME), special volume 1: Archaeologies of the Early Modern North Atlantic, p. 57-70, 2009.



REID, Joshua L. *The Sea is my Country: the maritime world of the Makahs*. New Haven: Yale University Press, 2015.

RICHARDS, John F. *The unending frontier: an environmental history of the early modern world*. Berkeley: University of California Press, 2006.

SCHEIDEL, Walter. *Escape from Rome: the failure of empire and the road to prosperity*. Princeton: Princeton University Press, 2019.

SCOTT, James C. *Seeing like a state: how certain schemes to improve the human condition have failed*. New Haven: Yale University Press, 1998.

SCOTT, James C. *The art of not being governed: an anarchist history of upland Southeast Asia*. New Haven: Yale University Press, 2009.

SICKING, Louis; ABREU-FERREIRA, Darlene (ed.). *Beyond the catch: fisheries of the North Atlantic, the North Sea and the Baltic, 900-1850*. Leiden; Boston: Brill, 2009. (The Northern world, v. 41).

TSING, Anna Lowenhaupt. *The mushroom at the end of the world: on the possibility of life in capitalist ruins*. Princeton: Princeton University Press, 2015.

TURGEON, Laurier. Codfish, consumption, and colonization: the creation of the French Atlantic World during the sixteenth century. In: WILLIAMS, Caroline A. (ed.). *Bridging the early modern Atlantic World: people, products, and practices on the move*. London: Routledge, 2009. p. 33-56.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century*. New York: Academic Press, 1974.

WESTAD, Odd Arne. *The Cold War: a world history*. New York: Basic Books, 2017.

ZALLEN, Jeremy. *American Lucifers: the dark history of artificial light, 1750-1865*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2019.

AUTHOR'S NOTES

AUTHOR DETAILS

Jack Bouchard: Ph.D. Assistant Professor, Rutgers University New Brunswick, School of Arts and Sciences, Department of History, New Brunswick, NJ, USA.

CORRESPONDING ADDRESS

Rutgers University New Brunswick, Department of History, 111 Van Dyck Hall, 16 Seminary Place, New Brunswick, NJ 08901.



ACKNOWLEDGEMENTS

With thanks to Fábio Augusto Morales for the invitation to contribute, and to Leonardo Marques for his stimulating essay. Many thanks to the anonymous readers for their helpful feedback, and the staff at *Esboços* for their help getting this through publication.

FUNDING

Not applicable.

ETHICS COMMITTEE APPROVAL

Not applicable.

CONFLICT OF INTEREST

There is no conflict of interest.

LICENSE OF USE

© Jack Bouchard. This article is licensed under the Creative Commons License CC-BY. With this license, you can share, adapt, create for any purpose, as long as the authorship is properly attributed.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Graduate Program in History. UFSC Journal Portal. The ideas expressed in this article are the sole responsibility of its authors, and do not represent, necessarily, the opinion of the editors or the University.

EDITORS

Fábio Augusto Morales
Flávia Florentino Varella (Editor-in-chief)

HISTORY

Received on: May 27, 2021.
Approved on: December 1, 2021.

How to cite: BOUCHARD, Jack. Making the leap: commodity chains and the potential for global environmental histories of capitalism. *Esboços*, Florianópolis, v. 28, n. 49, p. 698-715, set./dez. 2021.





INDIGENOUS AND AFRICAN INTELLECTUAL LABOR AND THE COMMODITIES OF VAST EARLY AMERICA

Mary Draper^a

 <https://orcid.org/0000-0003-4919-7644>

Email: mary.draper@msutexas.edu

^aMidwestern State University, Department of History, Wichita Falls, TX, USA

DEBATE

Colapso ambiental e histórias do capitalismo

ABSTRACT

This article calls for centering the lives, labor, and expertise of Indigenous, African, and African-descended people in future commodity histories of the colonial Americas. The production of the Atlantic world's most prized commodities depended upon the expertise and intellectual labor of Indigenous and African people. Their knowledge — which was often violently extracted by Europeans through enslavement — buttressed colonization and enabled the existence of many of the early modern Atlantic world's commodities. If we recognize this botanical, agricultural, and environmental knowledge as intellectual history, then historians can show how Indigenous and African knowledge anchored the Atlantic world and, by extension, the global economy. At the same time, though, the creation of these commodities resulted in environmental devastation. Though imperial wealth depended upon their labor, Indigenous and African people bore the brunt of environmental collapse in the wake of commodity production. Their livelihoods and homelands were not protected.

KEYWORDS

Knowledge; Expertise; Slavery.

In “Commodity Chains and the Global Environmental History of the Colonial Americas,” Leonardo Marques foresees “how global history may become some form of imperial history under new guise” (MARQUES, 2021, p. 654). He, like other scholars, is concerned that global histories result in statist or imperial histories — histories concerned with the work of officials, the creation of empires and nations, and the macro processes that connected the world. But what about the physical and intellectual labor that undergirded the extraction and circulation of these global commodities? To truly transcend methodological nationalism, historians must tell the stories of all the peoples who lived and labored within the borders of empires and nations, even if they would not have been considered subjects or citizens. That entails centering the lives, labor, and expertise of Indigenous, African, and African-descended people. Their knowledge — which was often forcefully and violently extracted by Europeans through enslavement — buttressed colonization and enabled the existence of many of the early modern Atlantic world’s commodities.

The Omohundro Institute for Early American History of Culture’s embrace of “vast early America” provides one framework for thinking about the Indigenous, African, and European people who extracted, created, circulated, and consumed commodities in the early modern Atlantic world. In this version of early America, distant places and diverse residents are connected. Their histories are co-created and co-dependent. Consequently, these new histories are less concerned with the creation of the United States and more concerned with the expansive geography of the Americas. When one examines the events that unfolded across the Americas between the sixteenth and eighteenth centuries, it becomes evident that there was nothing preordained about the founding and success of the United States in 1492, 1607, 1754, or even 1776. In other words, Vast Early America fights the teleology engrained in traditional early American histories — the very teleology that Leonardo Marques aims to combat.¹

Moreover, Vast Early America highlights peoples and places that exist at the margins of Atlantic history. Whereas the Atlantic framework stresses transoceanic connections and movement, Vast Early America accounts for those connections — and more. It not only calls for a discussion of the European, African, and Indigenous peoples that lived and labored in the Atlantic world, but also incorporates continental histories, discussions of borderlands, and even the Pacific Coast to create what Karin Wulf calls “mutual histories” (2019). These histories allow for more inclusive and geographically-expansive histories of the Atlantic world.

But how does this framework relate to commodity histories of the early Atlantic world? Future commodity histories — similar to new histories touting Vast Early America — should highlight the range of people that created these commodity chains, regardless of borders, subjecthood, or citizenship. For example, you cannot tell a history of the fur trade without also discussing the mourning wars of the Haudenosaunee (PARMENTER, 2010, p. 45-51). You cannot write about sugar without recounting the rebellions organized by enslaved African people from the Gold Coast (BROWN, 2020). You cannot understand the global demand for pearls without highlighting the diving abilities of the Bahamas’ Lucayan inhabitants (WARSH, 2018, p. 38-39). And you cannot tell the history of rice without recognizing the agricultural knowledge that many

¹ For an excellent discussion of the value of the “Vast Early America” framework, see Karin Wulf (2019).

Africans brought with them to the Americas (CARNEY, 2002).² Indeed, you cannot write a commodity history that begins in the Atlantic world without highlighting Indigenous, African, and African-descended peoples. The violent extraction of their physical and intellectual labor through slavery and dispossession made possible the extraction and production of the Atlantic world's most valuable commodities.

Take the forests that Marques explores in his analysis of New England timber. He notes that these forests had been manipulated by Indigenous groups for centuries. Further exploration of this history would reveal the environmental toll that New England shipbuilding had on Indigenous communities. As noted by Strother Roberts, Native peoples made intentional use of fire in order to restore nutrients to the forest floor and encourage the growth of berry bushes. They gathered nuts for sustenance and firewood for a range of activities, from warmth to cleaning (ROBERTS, 2019, p. 100-102).³ This meant that these forests were valuable tracts of land that residents had carefully managed for generations. Moreover, Thomas Wickman demonstrates how colonists felled timber in ways that “changed their winter landscapes.” For the Wabanaki, these landscapes had been spaces of power where they easily outmaneuvered European colonists (WICKMAN, 2017, p. 81). Continued timbering precipitated changes in these carefully cultivated landscapes, forcing Indigenous people to adapt new provisioning systems, alter their military tactics, and relocate settlements. Indeed, as these British colonists denuded forests to build the ships that would transport African captives across the Atlantic Ocean, they also dispossessed the Indigenous in the North American interior.

Enslavement and dispossession flanked timber's commodity chain throughout the Atlantic world, though not always in the same order. In the early modern Caribbean, English colonists denuded Barbados as they transitioned from tobacco to widespread sugar production in the mid-seventeenth century. In this instance, deforestation did not precipitate the immediate or ongoing dispossession of Native peoples. The island of Barbados was deserted.⁴ Yet, as local timber dwindled, residents of the island looked elsewhere to fulfill their need for timber. Some traded with New England merchants, an economic relationship noted in Marques' essay (MARQUES, 2021, p. 650-652). Others took to the sea. Mariners cruised west to the island of St. Lucia, a verdant island within one day's sail of Barbados that was home to small populations of French and Kalinago inhabitants. The English colonists' arrival spurred bloodshed and dispossession. Intent on securing rights to timber the island (and purposefully ignoring French claims to it), agents of the Barbadian governor met with the leaders of the Kalinago population. In April 1663, the two parties signed a treaty ceding the island to the English and dispossessing the Kalinago. Once again, the English desire for timber had forced Native peoples from their lands (DRAPER, 2017).

The drive for timber also fueled enslavement. In the Caribbean, the clearing of land — often by enslaved Africans — enabled the creation of more plantations. The proprietors of these plantations then enslaved more people, creating a violent cycle as

² Carney's argument (2002) spurred significant debate among historians. See the essays featured in the AHR Exchange section, *The Question of 'Black Rice'* (EDELSON M.; MIDLO HALL, G. *et al.*, Feb. 2010).

³ For more on forest management among Native peoples of the American northeast, see William Cronon (1983) and Lisa Brooks (2018, p. 39-40).

⁴ Historians often write that Barbados was “uninhabited” when English colonists arrived. In reality, as noted by Carolyn Arena (2017), it was deserted. People had sailed from the Guianas hundreds of years prior to settle the island, but it was deserted by the time the Spanish arrived in the region (ARENA, 2017, p. 161).

European powers fanned out across and took possession of more and more islands. In Barbados, the vast majority of the enslaved arrived from Africa, some on vessels built with the very New England timber that Marques chronicles (SLAVE VOYAGES, c2021). But others arrived from elsewhere in the Caribbean or the Atlantic world. For just as timbering led to Indigenous dispossession, it also occasioned the enslavement of Indigenous peoples.

Indeed, the first English settlers of Barbados enslaved both Indigenous and African peoples. When Henry Winthrop wrote his father, the governor of the Massachusetts Bay Colony, from Barbados in August of 1627 — shortly after the arrival of the first English colonists — he noted that they had already enslaved both “Indyenes and blacks” (WINTHROP, 1627). These enslaved people, as Carolyn Arena explains, labored on newly-founded plantations. The growth of these plantations depended upon the clearing of more land which, in turn, prompted the enslavement of more people. Arena goes on to trace how some of Guiana’s Native population became Barbados slaves. Barbadian colonists exploited existing Indigenous networks — networks that spanned the islands and continents of the circum-Caribbean — in order to acquire enslaved laborers (ARENA, 2017, p. 160-165). Just as Marques’ research shows how timbering in New England produced the slaving vessels that carried African captives across the Middle Passage, the early history of Barbados reveals how the timbering of one place provoked the enslavement of people from another. These interconnections are key to understanding the histories of the Atlantic world’s commodities.

The colonial project was coercive and violent in every possible way. Appropriation, extraction, and enslavement undergirded its incredible wealth. Over time, Atlantic slavery became an all-encompassing labor system that not only demanded physical labor, but also intellectual labor. This intellectual labor should be at the center of new commodity histories of the colonial Americas. Few commodities of the early modern Atlantic world — if any — can be fully understood without centering the lives, knowledge, and labor of the people who taught colonizers how to grow, mine, and concoct — and who often produced — the commodities that crisscrossed the globe.

New histories of commodities outline methodologies for centering the lives of these Indigenous and enslaved producers and intellectuals. In *Mining Language: Racial Thinking, Indigenous Knowledge, and Colonial Metallurgy in the Early Modern Iberian World*, Allison Bigelow examines the complex — and racially-diverse — histories of gold, iron, copper, and silver. In doing so, she recovers the language and technical knowledge of Indigenous and African miners in the Americas from a colonial archive meant to erase them. By creatively engaging with the scientific literature of the Iberian Atlantic, she shows how “Indigenous and Afro-Indigenous ideas, bodies, and skilled technical practices” became embedded within the extractive economies and scientific rhetoric of the Spanish and Portuguese empires (BIGELOW, 2020, p. 40). The result is a history of mining that centers Native America, the African Diaspora, and the ideas of subalterns. For Bigelow, their contributions are critical to understanding the operation of empire and the generation of wealth in the early modern era.

Bigelow joins a host of other scholars who are creatively engaging with the colonial archive to recover the experiences, voices, and knowledge of enslaved people throughout the Atlantic World. While Bigelow is a scholar of literature, historians can learn from her linguistic approach to early modern sources. She parses these sources — even the smallest fragments — for the intellectual contributions of men and women whose names will never be recovered. In many ways, her approach to the archive

mirrors that of historians such as Marisa Fuentes. In *Dispossessed Lives: Enslaved Women, Violence, and the Archive*, Fuentes models how to read sources “along the bias grain” by flipping the prospective of documents from that of the enslaver to the enslaved (FUENTES, 2016, p. 7).⁵ “By changing the perspective of a documents’ author to that of an enslaved subject, questioning the archives’ veracity and filling out miniscule fragmentary mentions or the absence of evidence with spatial and historical context,” Fuentes explains, “our historical interpretation shifts to the enslaved viewpoint in important ways” (FUENTES, 2016, p. 4). By taking fragments of sources — or even a single word — seriously, these scholars demonstrate both the scholarly possibilities and astounding violence of the colonial archive.

These methodologies have the potential to foster capacious and much-needed intellectual histories of the colonial Americas, especially histories that center Indigenous and African intellectuals. In recent decades, histories such as James Sweet’s *Domingos Álvares, African Healing, and the Intellectual History of the Atlantic World* and Judith Carney’s *Black Rice: The African Origins of Rice Cultivation in the Americas* have broadened our understanding of what constitutes an “intellectual history” of the Atlantic world and its diverse peoples (SWEET, 2011; CARNEY, 2004). No longer is intellectual history concerned with the landed elites of colonial society. Rather, like Bigelow’s research shows, the knowledge of Indigenous and African peoples served as the building blocks of the colonial project. For Sweet, the Atlantic’s intellectual history is grounded in the religious and cultural experiences of Africans who adapted their practices to American settings. For Carney, that history entails the transmission of agricultural knowledge across space and time. Both scholars demonstrate the value of recognizing the practices and knowledge of the enslaved as intellectual labor.

By blending this kind of intellectual history with environmental history, new research can uncover how Indigenous, African, and African-descended peoples shaped the production of commodities throughout the Atlantic world. Their knowledge and technologies were violently extracted by Europeans since the onset of colonization. This story is one that is continuing to be told. Recent and forthcoming histories of the Atlantic world traverse littoral spaces, plantations, distilleries and forests to show how the knowledge of diverse peoples proved integral to colonial projects as well as the larger Atlantic economy. They show how few places — and few commodities — remained untouched from enslaved or Indigenous intellectual labor.

Some of these recent histories focus on liminal, littoral spaces that are often deemed secondary to plantation landscapes yet, upon closer analysis, factored prominently into imperial projects. Molly Warsh’s study of pearls, for example, highlights how enslaved Indigenous and later African peoples leveraged environmental knowledge as they harvested oysters along the Venezuelan Pearl Coast. In doing so, she uncovers how their knowledge of the seabed proved crucial to the political ecology of the Spanish empire (WARSH, 2019). Similarly, Kevin Dawson reveals how enslaved pilots’ knowledge of currents and the seabed facilitated global trade. Throughout the Atlantic world, ship captains surrendered control of their vessels to enslaved pilots. Entering particular harbors and rivers, such as Jamaica’s Kingston Harbor, required up-to-date knowledge of maritime hydrography. Enslaved pilots studied currents, noted shallow shoal waters, and learned the best routes in and out of a port (DAWSON, 2018). Though located

⁵ For more on writing “with and against the archive”, see Saidiya Hartman (2008, p. 12).

along the edges of imperial holdings, these littoral spaces generated prized commodities and proved critical to their global transport. Yet, the imperial value of these coastlines depended upon the coerced labor of Indigenous and African peoples.

Beyond the water's edge, Indigenous and African knowledge undergirded the plantation enterprise. In the early 2000s, both Judith Carney and Jennifer Morgan documented how the labor of enslaved African women enabled the planting, harvesting, and processing of rice in plantation British America (CARNEY, 2002; MORGAN, 2004, p. 142-166). Their knowledge proved foundational to the Atlantic economy. Yet, Morgan notes how coerced and unnatural it was for African women to pass this knowledge between generations, genders, and cultures in the colonial Americas. Whereas "knowledge of rice cultivation in Senegambia had been passed from mother to daughter for generations," in the Americas enslaved African women "found themselves in the difficult position of transferring their knowledge to men, whose enslavement would now be exacerbated by the indignity of performing women's work and the penalty for not performing well" (MORGAN, 2004, p. 163). As it generated immense wealth for planters, the transfer of environmental knowledge also upended the gender norms that many West African people carried with them across the Middle Passage. Their intellectual labor inflicted a cultural toll.

African and Indigenous intellectual labor also proved foundational to European expansion. Since Carney and Morgan demonstrated the role of African knowledge in rice production, other historians have uncovered how similar extractive processes enabled the production of other staple crops. Melissa Morris chronicles how Spanish colonists and enslaved Africans learned about tobacco production from Native populations. As other European powers attempted to build overseas empires in the Americas, they learned about the production of tobacco through inter-imperial trade. Yet, that knowledge only went so far. The English, Dutch, and French came to rely on Indigenous peoples for botanical knowledge as they colonized the northern South American coast. They learned of intertillage, observed how to properly care for seedlings, and implemented these techniques in their own plots. They also captured and enslaved Native peoples, transporting them to other colonies in order to extract their botanical knowledge and physical labor. These early European colonizers recognized the value of Indigenous knowledge of tobacco. It enabled European colonists to establish permanent, profitable colonies throughout the Atlantic world (MORRIS, 2017, p. 66-104).

But Indigenous and African knowledge extended well beyond staple crops. While sugar, rice, and tobacco generated immense wealth and global demand, so too did smaller commodities. These products also depended upon the expertise of non-European producers. Jordan Smith's study of rum, for example, highlights the intellectual role of Native and African people in alcohol production in the early modern Caribbean. Prior to the arrival of European colonists, the Kalinago fermented cassava and sweet potatoes. In travel narratives and natural histories, Europeans frequently remarked on the taste, availability, and production of these beverages. At the same time, enslaved people from Angola arrived in the Americas with knowledge of the production of malavu, or palm wine. Consequently, Native and African peoples shaped the landscape of alcohol production throughout the region, creatively combining ideas and materials from across the Atlantic world to form new, desirable products. Their knowledge proved crucial given the ignorance of European colonists. While Europeans had a robust culture of alcohol consumption, their knowledge of alcohol production was limited, especially among English colonists. Therefore, early efforts to produce

alcohol on the island of Barbados depended upon the knowledge and labor of enslaved Indigenous and African people (SMITH, 2018).

Together, these studies show how the production of commodities led to the creation of particular labor regimes that valued enslaved expertise. In the Caribbean, plantation owners looked for enslaved people that had knowledge of distilling. They could then monetize molasses in addition to cane sugar. Similarly, along the coast of Central America and in the interior of Jamaica, enslavers came to value the skills and knowledge of enslaved woodcutters. The global demand for mahogany spurred logging throughout the circum-Caribbean. The knowledge of enslaved Africans and Miskito people became crucial to meeting this demand. In forests throughout the circum-Caribbean, Jennifer Anderson shows how the enslaved “gained valuable knowledge of their surroundings which they deployed to their own advantage whenever possible”. Indeed, they served as “important brokers of environmental information” (ANDERSON, 2012, p. 157, p. 13). Whether enslaved on a plantation or along the coast, African and Indigenous people were forced to contribute their intellectual labor to the colonial project.

If we recognize this botanical, agricultural, and environmental knowledge as intellectual history, then historians can show how Indigenous and African knowledge anchored the Atlantic world and, by extension, the global economy. In this kind of global history, commodities such as tobacco, rice, and rum do not owe their existence to experimental or innovative planters. Rather, these commodities derived from the cross-cultural, inter-generational, and violent transfer of knowledge between Indigenous, African, and European peoples. That transfer of knowledge precipitated immense wealth. Planters, merchants, and empires continually profited off the knowledge of Indigenous and African peoples in the Americas, even as they dismissed them as property or derided them as unworthy of subjecthood or citizenship. That transfer of knowledge also triggered environmental collapse.

The very knowledge that enabled the production and circulation of valuable commodities also threatened American environments from North American woodlands to South American mines, Atlantic fisheries to Caribbean plantations. And Indigenous and African people bore the brunt of that devastation. The more profitable American landscapes became, the more planters, merchants, and empires prioritized wealth — and their own livelihoods — over local environments and the lives of Indigenous and African peoples. Consequently, environmental disasters plagued these communities throughout the early modern Atlantic World.

These environmental disasters were often man-made. Even the effects of so-called natural disasters were amplified by the actions of — or conditions created by — Europeans. Some of these disasters have already been mentioned, such as the dispossession of Wabanaki in the wake of continued timbering. Dispossession precipitated an ongoing environmental toll on the Indigenous. Forced to abandon their homelands, their relationship to the environment changed as they were forced to adapt to new ecologies. Other disasters coincided with imperial wars and weather-related events. In the 1770s and 1780s, the combination of the American Revolutionary war, prolonged drought, and consecutive hurricanes created a provisions crisis in the British Caribbean. Richard Sheridan shows how the disruption of trade limited the amount of foodstuffs imported into many islands. Meanwhile, weather-related events wreaked havoc on locally-grown foodstuffs. As a result, enslaved populations, especially in the Leeward Islands, faced deadly consequences as white residents fed themselves, leaving thousands of the islands’ enslaved populations to die of famine. Though imperial



wealth depended upon the labor of the enslaved, their livelihood was not protected in the wake of environmental collapse (SHERIDAN, 1976).

In fact, enslavers regularly subjected the enslaved to dangerous environmental conditions. In her recent article in *Early American Studies*, Katherine Johnson applies the phrase “environmental racism” to Atlantic slavery in the eighteenth-century British Caribbean. She analyzes the rhetoric of Caribbean planters to show how they purposely subjected enslaved people to deadly environments, even in the wake of abolitionist debates. “At the end of the eighteenth century, planters claimed that they needed African laborers in the Caribbean because their bodies suited the environment better than European bodies,” Johnson argues (JOHNSON, 2020, p. 262-263). “As it turned out,” she continues, “the issue was not about who could physically perform the labor, but about which bodies should be exposed to dangerous environmental conditions.” For Johnson, timbering — a risky activity that propelled the growth of the plantation economy — revealed this reality (2020, p. 263). Yet, the concept of environmental racism has applications far beyond the woodlands of vast early America. As Indigenous and African people gave up their intellectual labor, they endured deadly environmental conditions. Enslaved distillers died in fires (SMITH, 2015). Enslaved pearl divers died in shark attacks (WARSH, 2010). From plantations to mines, millions of enslaved people died laboring in the dangerous environments of the colonial Americas, producing the valuable commodities that traversed the globe.⁶

Centering the lives of Indigenous and African peoples in commodity histories not only reveals their wide-ranging intellectual labor, but also demonstrates how that labor failed to protect them from — but rather purposely subjected them to and, at times, even precipitated — environmental disaster. Whereas commodity chains are often bookended by production and consumption, in the colonial Americas, environmental destruction, enslavement, and dispossession were interwoven into that chain. New commodity histories must not only recognize the immense role that Indigenous and African peoples played in creating those commodities but also document the toll their communities endured as the commodities they labored ceaselessly to create became globally profitable.

REFERENCES

ANDERSON, Jennifer L. *Mahogany: the costs of luxury in early America*. Cambridge: Harvard University Press, 2012.

ARENA, Carolyn. *Indian slaves from Caribana: trade and labor in the seventeenth-century Caribbean*. 2017. Dissertation (PhD in History) – Graduate School of Arts and Sciences, Columbia University, New York, 2017.

BIGELOW, Allison Margaret. *Mining Language: racial thinking, indigenous knowledge, and colonial metallurgy in the early modern Iberian world*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2020.

⁶ For more on the omnipresence of death in the British Atlantic world, see Vincent Brown, *The reaper's garden: death and power in the world of Atlantic slavery* (2010).



BROOKS, Lisa. *Our beloved kin: a new history of King Philip's war*. New Haven: Yale University Press, 2018.

BROWN, Vincent. *Tacky's revolt: the story of an Atlantic slave war*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2020.

BROWN, Vincent. *The reaper's garden: death and power in the world of Atlantic slavery*. Cambridge: Harvard University Press, 2010.

CARNEY, Judith A. *Black rice: the African origins of rice cultivate in the Americas*. Cambridge: Harvard University Press, 2002.

CRONON, William. *Changes in the land: Indians, colonists, and the ecology of New England*. New York: Hill and Wang, 1983.

DAWSON, Kevin. *Undercurrents of power: aquatic culture in the African diaspora*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2018.

DRAPER, Mary. Timbering and turtling: the maritime hinterlands of early modern British Caribbean cities. *Early American Studies*, Philadelphia, v. 15, n. 5, p. 759-800, fall, 2017.

EDELSON M.; MIDLO HALL, G.; HAWTHORNE, W.; SPOLSKY, E.; ELTIS, D.; MORGAN, P.; RICHARDSONS, D. [Section:] AHR Exchange: The question of 'Black Rice' (4 articles). *American Historical Review*, Washington, v. 115, n. 1, p. 123-171, Feb. 2010.

FUENTES, Marisa J. *Dispossessed Lives: enslaved women, violence, and the archive*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016.

JOHNSON, Katherine. Endangered Plantations: environmental change and slavery in the British Caribbean, 1631-1807. *Early American Studies*, Philadelphia, v. 18, n. 3, summer, 2020.

MARQUES, Leonardo. Commodity chains and the global environmental history of the Colonial Americas. *Esboços*, Florianópolis, v. 28, n. 49, p. 640-667, set./dez. 2021.

MORGAN, Jennifer L. *Laboring women: reproduction and gender in New World slavery*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2004.

MORRIS, Melissa N. *Cultivating colonies: tobacco and the upstart empires, 1580-1640*. 2017. Dissertation (Ph.D. in History) – Graduate School of Arts and Sciences, Columbia University, 2017.



PARMENTER, John. *The edge of the woods: Iroquoia, 1534-1701*. East Lansing: Michigan State University Press, 2010.

ROBERTS, Strother E. *Colonial ecology, Atlantic economy: transforming nature in early New England*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2019.

SHERIDAN, Richard D. The crisis of slave subsistence in the British West Indies during and after the American Revolution. *The William and Mary Quarterly*, Williamsburg, v. 33, n. 4, p. 615-641, Oct. 1976.

SLAVE VOYAGES. The trans-Atlantic slave trade database. Houston (online), 2021. Available in: <https://www.slavevoyages.org/voyages/NupomUrE>. Accessed: 15 July, 2021.

SMITH, Jordan B. Disasters, Death, and Distilleries [guest-post] *The Junto: A Group Blog on Early American History*, s.l. (online), Apr. 22, 2015. Available at: <https://earlyamericanists.com/2015/04/22/guest-post-disaster-death-and-distilleries/>. Accessed: 15 July 2021.

SMITH, Jordan B. *The Invention of Rum*. 2018. Dissertation (Ph.D. in History) – Graduate School of Arts & Sciences, Georgetown University, Washington, 2018.

SWEET, James H. *Domingos Álvares, African healing, and the intellectual history of the Atlantic world*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2011.

WARSH, Molly A. *American Baroque: pearls and the nature of empire*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2018.

WARSH, Molly. Enslaved pearl divers in the sixteenth century Caribbean. *Slavery & Abolition*, London, v. 31, n. 3, p. 345-362, Sept. 2010.

WICKMAN, Thomas M. *Snowshoe country: an environmental and cultural history of winter in the early American Northeast*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

WINTHROP, Henry. Letter to Emmanuel Downing. August 22, 1627. *Winthrop Papers Digital Edition*. Papers of the Winthrop Family, v. 1. Boston: Massachusetts Historical Society (online), c2021. [Barbados], 22, Aug. 1627. Available at: <https://www.masshist.org/publications/winthrop/index.php/view/PWF01d249>. Accessed: 2 Nov. 2021.

WULF, Karin. Vast Early America: three simple words for a complex reality. *Humanities magazine, a publication of the National Endowment for the Humanities*, Washington, v. 40, n. 1, winter, 2019. Available at: <https://www.neh.gov/article/vast-early-america>. Accessed: 25 Oct. 2021.



AUTHOR'S NOTES

AUTHOR DETAILS

Mary Draper: Ph.D. Assistant Professor, Midwestern State University, Department of History, Wichita Falls, TX, USA.

CORRESPONDING ADDRESS

Midwestern State University, Department of History, 3410 Taft Blvd, Wichita Falls, TX 76308.

FUNDING

Not applicable.

ETHICS COMMITTEE APPROVAL

Not applicable.

CONFLICT OF INTEREST

There is no conflict of interest.

LICENSE OF USE

© Mary Draper. This article is licensed under the Creative Commons License CC-BY. With this license, you can share, adapt, create for any purpose, as long as the authorship is properly attributed.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Graduate Program in History. UFSC Journal Portal. The ideas expressed in this article are the sole responsibility of its authors, and do not represent, necessarily, the opinion of the editors or the University.

EDITORS

Fábio Augusto Morales
Flávia Florentino Varella (Editor-in-chief)

HISTORY

Received on: August 8, 2021.
Approved on: October 11, 2021.

How to cite: DRAPER, Mary. Indigenous and African intellectual labor and the commodities of vast early America. *Esboços*, Florianópolis, v. 28, n. 49, p. 716-727, Sept./Dec. 2021.





CADEIAS MERCANTIS E HISTÓRIA GLOBAL DAS AMÉRICAS COLONIAIS A PARTIR DO CONTINENTE AFRICANO

**Market chains and the global history of the colonial Americas from the
point of view of the African continent**

Crislayne Gloss Marão Alfagali^a

 <https://orcid.org/0000-0002-6483-9804>

E-mail: crisalfagali@puc-rio.br

^a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Sociais,
Departamento de História, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

DEBATE

Colapso ambiental e histórias do capitalismo

RESUMO

Este artigo propõe um diálogo historiográfico a partir das conexões históricas e culturais entre o Brasil e o continente africano, enfatizando a centralidade da experiência dos trabalhadores que detinham conhecimentos mineralógicos para a história da exploração aurífera. O objetivo é analisar como metalúrgicos africanos ajudaram ou resistiram aos empreendimentos de mineração colonial, moldaram práticas científicas e ofereceram visões criativas do trabalho em metal. Pretende-se, por fim, analisar os impactos da exploração aurífera de Minas Gerais no Reino de Angola, onde os portugueses também investiram na prospecção do ouro.

PALAVRAS-CHAVE

Mineração; África; Trabalhadores.

ABSTRACT

This article proposes a historiographical dialogue based on the historical and cultural connections between Brazil and the African continent, emphasizing the centrality of the experience of workers who had mineralogical knowledge for the history of gold mining. The aim is to analyse how African metallurgists helped or resisted colonial mining projects, shaped scientific practices and offered creative insights into metalworking. Finally, we intend to examine the impacts of gold exploitation of Minas Gerais in the Kingdom of Angola, where the Portuguese also invested in prospecting for gold.

KEYWORDS

Gold mining; Africa; Workers.

O artigo “Cadeias mercantis e a história ambiental global das Américas coloniais” (MARQUES, 2021) retoma perspectivas de análise que encontramos em Eric Williams, Caio Prado Jr., Fernando Novais e outros autores latino-americanos que, como quer Marques, combatendo o nacionalismo metodológico, procuraram as conexões da história das Américas com a história global, pela perspectiva econômica (WILLIAMS, 1944; PRADO JR., 1942; NOVAIS, 1979). Algo que tem sido retomado por uma historiografia mais recente que busca, por exemplo, os vínculos do Brasil com Angola, após a expulsão dos holandeses, no século XVII. Alencastro (2000) pondera nas primeiras páginas do seu livro: “Quer dizer então que o Brasil se formou fora do Brasil?”. A pergunta é antiga e as respostas têm sido variadas.

Por um lado, os nexos entre América portuguesa e a formação do “sistema mundo” está presente nessa historiografia brasileira de tradição marxista, que retoma Wallerstein e apresenta o lugar das Américas na formação do capitalismo histórico. De outro, tais abordagens foram criticadas por aqueles que mostraram que o “sentido da colonização” era, no mínimo, plural. Além da crítica do “capital residente”, João Fragoso e seus alunos, em diálogo com as teorias da formação dos estados Ibéricos, têm se voltado para questões de “comunicação política”, formação de “redes administrativas”, advogando por uma “unidade política pluricontinental”, evidenciada por uma convivência de “sistemas atlânticos” na Época Moderna, que estavam vinculados às monarquias europeias a que pertenciam — Portugal seria singular pelos seus nexos com Angola, municipalidade que por sua vez, tinha “autonomia diante da Coroa” (FRAGOSO; KRAUSE; GUEDES, 2013, *passim*). Em contrapartida, a noção de sistemas atlânticos — ibérico e do noroeste europeu — também é desenvolvida por Rafael Marquese que retoma as teorias sobre as relações entre escravidão atlântica e capitalismo histórico, além de explicar as crises de tais sistemas por causa da Revolução do Haiti e o abolicionismo britânico (MARQUESE, 2019).

Esse apressado panorama tem o objetivo de evidenciar que a noção sistêmica permanece em voga na historiografia brasileira, seja pela perspectiva econômica clássica, seja pelo seu avesso, as reflexões sobre culturas políticas que garantiam autonomia das partes (portos escravistas, no caso Atlântico) ante o Centro, por meio de constantes *negociações* entre elites ultramarinas, singularizando o “sistema atlântico luso”. Não é o objetivo deste texto retomar a polêmica sobre a monarquia corporativa e o sistema colonial e suas contradições, basta pontuar que por meio de diferentes explicações, o Atlântico tem sido reconhecido como espaço que conecta a história do Brasil à história do mundo. Desse modo, não parece ser o caso de reintegrar essa história a processos mais amplos (algo que já tem sido feito), como afirma Marques, porém, como também o autor aponta, o desafio é redescobrir de modo mais qualificado, por meio de densa pesquisa empírica, caminhos que enquadrem o ouro explorado no Brasil a processos históricos globais.

A senda aberta no artigo para repensar os circuitos globais, em que as Américas se inserem, é a das “cadeias mercantis” e a história do dinheiro. A construção narrativa é arguta e demonstra trajetórias do ouro brasileiro, carregado em navios construídos na Nova Inglaterra. O autor entrecruza impérios europeus, conecta terras americanas que raramente são consideradas em conjunto, enfatiza o peso do tráfico transatlântico de escravizados e a ligação dessas mercadorias (inclusive a humana) com a história de um mercado mundial, em que Londres emerge como capital financeira. Destaca-se o esforço de síntese, com diálogo constante com a historiografia da História do Capitalismo e suas consequências ambientais, e a metodologia de pesquisa proposta

de rastrear uma mercadoria e, portanto, trocas comerciais amplas, sem deixar de analisar manobras diplomáticas, padrões de consumo e os envolvidos no processo, inclusive trabalhadores escravizados e camponeses.

O artigo instiga muitas reflexões e quero apresentar conexões e problemas de pesquisa dele decorrentes, a partir do continente africano e suas ligações com a América portuguesa. Recentemente a ideia de “restaurar a África ao Atlântico” (GAMES, 2006) é uma das reivindicações daqueles que criticam os pesquisadores que constituíram o campo de estudos da História Atlântica (BAILY, 2005) por terem se fixado nas trocas do Atlântico Norte e raramente a partir do protagonismo africano. A crítica incide na visão do continente como mero fornecedor de braços ou matéria-prima para as economias atlânticas. Apesar de enunciarem a heterogeneidade de interações entre a diversas partes envolvidas pelo oceano, a África não ganha o mesmo tratamento teórico e complexidade histórica. Devido às suas conexões indelévels com o Brasil, gostaria de propor a análise da presença africana nas Minas Gerais e os impactos do ouro no lado africano do Atlântico.

CIRCUITOS DO OURO NO CONTINENTE AFRICANO: POLÍTICA, VALOR E TRANSFORMAÇÕES CULTURAIS

Marevedí era como espanhóis chamavam sua moeda de ouro (séc. XI-XIV), uma referência às moedas utilizadas pelos reinos Almorávidas, no Saahel, *Al-Murabitūn*. Essa é uma evidência de um comércio monetário antigo entre a Península Ibérica e a África Ocidental. Ou ainda, mostra como a busca europeia por ouro, na África, baseou-se na monetarização do ouro, na produção e tecnologia de extração da África Ocidental, que proveu o ouro que financiou a expansão das economias mediterrâneas e, posteriormente, as viagens para as Américas. Nos séculos XIV e XV, houve uma superprodução de ouro que ocasionou na expansão de estados e o crescimento urbano, como a figura do homem mais rico da História, Mansa Musa, do Mali, bem representa. Nesse mesmo período, o veneziano Cada Mosto citou que as moedas cunhadas em Portugal, Espanha e Itália eram feitas com o ouro africano. O mesmo ocorria para a Holanda, no século XVII, que dependia inteiramente do ouro da Guiné para cunhar suas moedas, algo similar ocorria com a Royal African Company, da Inglaterra (GREEN, 2019, p. 109-122).

No entanto, como aponta Toby Green (2019), em seu novo livro sobre as raízes históricas do empobrecimento da África, o ouro (em pó ou amoadado) era apenas uma entre muitas moedas (algumas permanecem até hoje com valor de troca) no continente africano: cobre, ferro, conchas, cauris e *nzimbu*, tecido, noz-de-cola, sal, papel, prata, marfim etc. Isso nos leva a outra contribuição relevante deste livro, o perigo de adotar um ponto de vista puramente econômico do dinheiro e do poder; para Green, a acumulação econômica caminhou ao lado do poder religioso e do acúmulo de prestígio social. Um exemplo disso é a “golden regalia”, descrita por viajantes, na Costa do Ouro, ou seja, o uso de objetos feitos de ouro por elites políticas e religiosas. Logo, o valor comercial não se desvencilha do poder ritualístico e do status social. Esse padrão se repete para muitas moedas e regiões do continente (GREEN, 2019, p. 121).

A obra retoma argumentos expressos na tese de Rodney (1972), porém com inegável ganho analítico, fruto de vasta pesquisa em diferentes suportes documentais



— tradições orais, música, arquitetura, culinária. O autor combina contextos locais e análise qualitativa, a panoramas globais, articulando transformações econômicas e culturais. Em um capítulo voltado para a África Centro-Occidental, Green reconstrói cadeias de produção, cultivo e comercialização da mandioca. Esse alimento ajudou a colapsar o Reino do Kongo, pois alimentava exércitos que derrotaram as tropas do rei africano. Esse é um bom exemplo da dimensão cultural das trocas globais. A globalização de alimentos, ideias e estruturas militares, para o autor, era parte de um processo de declínio político, associado ao incremento do tráfico transatlântico de escravizados (GREEN, 2019, p. 190). Se partirmos da América do Sul, sabemos que as velhas tupinambás eram quem conhecia os segredos do cultivo de mandioca e preparava o cauim, bebida fundamental para ter acesso ao mundo dos espíritos. Em dia de antropofagia, só o guerreiro vingador não bebia o cauim. A mandioca foi o alimento que sustentou o tráfico, a escravidão atlântica, os soldados de tropas lusas e africanas e os bandeirantes.

O universo das moedas é o fio condutor da narrativa de Green, o Reino do Kongo formou-se a partir do estabelecimento de uma base monetária — o *nzimbu*. E um dos indicadores-chaves do contínuo declínio econômico regional foi a desvalorização do *nzimbu* (GREEN, 2019, p. 222). Esse mesmo paradigma pode ser observado na África Ocidental, houve um processo de desvalorização das moedas africanas, contudo, naquela região o fenômeno foi outro: a exportação massiva de ouro (que com o passar do tempo manteve e aumentou seu valor) tinha como contrapartida tecidos, cobre, cauris, ferro (moedas que perderam valor ao longo do tempo). Quando as veias auríferas passaram a ser exploradas, no Brasil, o ouro africano já não era tão importante para as economias europeias. No século XVIII, fica latente a mercantilização de corpos humanos, quando as trocas passam a ser reduzidas ao valor de um escravo. Ao fim, o escravizado foi a única moeda que pôde resistir à pressão inflacionária que o comércio com a Europa trouxe para os mercados africanos. Esse foi um processo gradual, em que as elites políticas africanas são vistas como diplomatas em acordos decisivos, conformadores de processos históricos mais amplos. Portanto, a partir do séc. XIII, os povos africanos e seus governantes foram participantes ativos na formação do mundo moderno. De modo que é preciso contestar o olhar imperialista, em voga desde o século XIX, que considera a desigualdade econômica que assola o continente como evidência da superioridade econômica e cultural europeia — eterna, inevitável e correta. A África não foi simples vítima da depredação externa, o peso das manobras diplomáticas das elites religiosas, letradas e políticas africanas nesse processo é prova disso, assim como as inúmeras contestações populares, revoltas, quilombos (e outras comunidades de fugitivos) contra a concentração de poder e o tráfico de escravizados.

Quando Leonardo Marques comenta a importância do ouro do Brasil para o comércio de escravizados, na Costa da Mina, creio que é importante reconhecer o contexto maior das trocas comerciais entre África-Europa-Américas, afinal, as viagens portuguesas no Atlântico foram, em muitos aspectos, uma resposta a processos já iniciados na África Ocidental. Dialogar com Toby Green também é uma alternativa teórica e metodológica válida porque seu objetivo é integrar o continente à História mundial, algo que Marques também pretende com a história do ouro brasileiro e outras cadeias mercantis nas Américas. Ambos partem da histórica econômica, em especial do dinheiro, e parecem interessados nas transformações políticas, nos

arranjos políticos e diplomáticos, e nos diferentes usos das moedas, metais preciosos — religioso, ritualístico, símbolo de prestígio e poder.

Ressalto por fim que ao refletir sobre a importância da política para redimensionar modelos econômicos, há um diálogo possível com a historiografia da comunicação política, herdeira dos estudos de Hespanha (1994). Contudo, ao levar em consideração a agência política de indianos, africanos, indígenas é preciso recorrer a um vocabulário histórico-conceitual que vá além da Segunda Escolástica e da cultura política de Antigo Regime. Caso contrário, a narrativa continua concentrada nos valores e transformações tomados como ocorridos apenas na Europa. Green (2019) nos convida a uma descentralização histórica instigante e que está em estágio inicial.

“A OUTRA PONTA DO PROCESSO”: CONEXÕES ENTRE ILAMBA E MINAS GERAIS E ALÉM...

Marques apresenta uma “outra ponta do processo” de produção e comercialização do ouro, em que se localizam escravizados, camponeses e questões referentes aos impactos ambientais (que apesar de enunciados, não aparecem muito em sua análise). Tanto na abordagem de Toby Green quanto na de Marques, há a preocupação de analisar diferentes modalidades de trabalho e desenha-se aspectos gerais sobre o trabalho forçado, contudo, no artigo em questão conhecemos muito pouco sobre o cotidiano de trabalho na prospecção e exploração do ouro e como trabalhadores lidaram com as condições que lhes eram impostas.

No âmbito do tráfico transatlântico de escravizados, há uma contradição contínua: o comércio das almas pautou-se na desumanização dos escravizados, ao mesmo tempo que, contou com suas habilidades e conhecimentos para a exploração das terras americanas — técnicas construtivas, de cultivo, culinária, mineração, transformação de metais em objetos vários etc.

Sobre conhecimentos africanos na mineração do ouro e na fundição e forja desse e outros metais, basta dizer que na África sul-saariana trabalha-se com metais há mais de dois milênios. O ouro, tanto em forma aluvial como em minas, se distribui amplamente por todo o continente. Da tecnologia Akan aos habilidosos artesãos que produziram o rinoceronte de ouro, no Grande Zimbábwe, vestígios de tais saberes abundam na pesquisa histórica e arqueológica.

Os administradores régios e viajantes, no Brasil, apontaram a importância dos africanos oriundos da Costa da Mina para o bom êxito da prospecção de ouro nesta margem do Atlântico. O governador do Rio de Janeiro dizia na época: “...os negros minas são os de maior reputação para aquele trabalho, dizendo os mineiros que são os mais fortes e vigorosos” (SOBRE A INFORMAÇÃO..., 18 set. 1728, p. 28-30). Eschwege e John Mawe descreveram algumas contribuições técnicas: a introdução da bateia e o uso do couro de bois (MAWE, 1978, p. 134; ESCHWEGE, 1979, p. 167-168). Historiadores têm analisado criticamente a circulação desses saberes, afinal, não é possível afirmar que todas as pessoas traficadas da Costa Ocidental africana portassem tais conhecimentos. No caso dos artesãos relacionados aos metais, sabe-se que constituíam uma camada privilegiada em diferentes regiões do continente. É preciso considerar contextos específicos que têm a ver com as dinâmicas internas do continente africano — conflitos internos, instabilidade política



— e o funcionamento do trato das almas. Ainda assim, a participação de mulheres “Mina” na economia aurífera mineira recebeu atualmente uma análise que busca descortinar o universo dos saberes mineralógicos da África Ocidental em Minas Gerais (FURTADO, 2021).

Uma conjuntura menos explorada é a dos africanos da Costa Centro-Occidental, que compõem a maior região de escravizados que chegaram ao Brasil, temática de que tenho me ocupado recentemente e que pode dialogar com o objetivo de Marques de investigar os impactos da mineração brasileira, em contextos amplos e na longa duração. Raramente pensamos no trajeto de volta, ou seja, como a exploração das Américas impactou a África. A prospecção do ouro no Rio Lombige, na região próxima de Luanda, em meados do século XVIII, portanto, coetânea à exploração aurífera das Minas Gerais, é uma experiência histórica da qual temos poucas notícias e nenhuma atenção da historiografia. Em 1754, surgiram os primeiros rumores de que freire Lourenço de Jesus Maria e o mineiro Caetano Álvares de Araújo descobriram ouro nos rios Lombige e Lifua e andavam minerando pela região. O governador do Reino de Angola conseguiu uma amostra do minério e o enviou para o rei luso, que ordenou que continuasse a averiguar sobre o ouro e contabilizasse o quanto custaria o trabalho de um trabalhador local por dia. Os trabalhadores enviados para o trabalho da prospecção do ouro, em sua maioria dependentes dos líderes locais vassallos dos portugueses, deveriam ser remunerados. Caetano Álvares morou 18 anos em Minas Gerais e teria aprendido a minerar ouro lá; houve acusações de que o ouro em pó que exibia era na verdade oriundo de Minas.

De acordo com essa documentação, os portugueses concluíram as populações locais não exploravam o ouro aluvial — “não alcançam o modo de poderem limpar” (CARTA..., [entre 1754 e 1757]). Entretanto, o governador temia que as minas, se encontradas, jamais estariam seguras porque rapidamente a mineração do ouro seria apropriada localmente já que os africanos eram habilidosos e aprenderiam os descaminhos do ouro. Por isso, receava que qualquer tentativa de guardar militar e fiscalmente as minas seria inútil. Não há evidência de que o ouro tivesse um significado especial, em objetos simbólicos ou de valor, para os moradores da região. Ao contrário do cobre que era considerado valioso e, por isso, “cuidavam muito em ocultá-lo” (OFÍCIO..., 28 jun. 1762.). Isso não significa que técnicas de mineração não existissem já que havia ferramentas e expertise em fundição e forja de outros metais e ligas metálicas. Ferreiros e fundidores locais eram conhecidos por sua habilidade em fundir ferro e fabricar objetos para diferentes usos (ALFAGALI, 2018).

As experiências de recrutamento e cotidiano de trabalho, que teria ocupado cerca de 170 mil dependentes dos líderes locais, foram tão traumáticas que, anos depois, outro governador orientava seus funcionários dizendo que era preciso evitar os “meios de que foi assistido o serviço de Lombige” porque desde então as populações locais resistiam a trabalhar para os agentes coloniais (CARTA..., 8 mar. 1766).

Em 1761, o rei de Portugal decretou o “perpétuo silêncio” sobre as minas de ouro do Lombige e a ameaçou aprisionar quem o desafiasse. A resolução era tão séria que até mesmo os vestígios dos arraiais onde se trabalhou o ouro foram destruídos. Essa decisão aponta diretamente para a fragilidade do domínio português em Angola. Tantos os reinos e potentados africanos constituíam um perigo interno às frágeis fronteiras da ocupação portuguesa, quanto os franceses, ingleses e holandeses poderiam rapidamente cooptar redes de comércio que os levassem ao ouro. Ou algo

ainda pior, o ouro poderia provocar disputas mais acirradas pela região do Reino de Angola, colocando em risco os lucros com a exploração do Brasil, pois os escravizados que abasteciam as economias da América portuguesa eram oriundos majoritariamente desta região do continente africano (CARTA..., 13 nov. 1761).

Ainda que o silêncio tenha reverberado na memória e na historiografia, ao longo do século XIX, outras empreitadas oficiais e de particulares foram feitas no Lombige e resultaram no registro de relatórios e na coleta de amostras de ouro. Em suas memórias, publicadas em Lisboa, em 1896, Francisco Salles Ferreira contou como seu irmão, o engenheiro civil José Damásio de Salles Ferreira, colaborou para Francisco Antonio Flores encontrando uma vasta área de ouro “em palhetas e pepitas, nos leitos e margens dos rios e ribeiras, disseminado nas areias ferruginosas em pó, invisível à olho nu” (FERREIRA, 1896, p. 47-48, 61-63). Não restava dúvida de que na região do Lombige, nos seus afluentes e nas montanhas vizinhas havia ouro. Quando, na segunda metade do século XIX, José Salles Ferreira investigou a região, encontrou mineiros locais ocupados em sistemas de lavagem em pratos ou gamelas côncavas, em “couros peludos de boi” e ferramentas de madeira localmente fabricadas como calhas para lavagem das areias. Por ora, não há como saber se essas técnicas eram empregadas antes da mineração no Lombige, no século XVIII, ou se foram aprendidas, por exemplo, com mineiros oriundos das Minas Gerais que trabalharam em Angola. O evidente é que a mineração aurífera adentrou o Oitocentos com os conhecimentos e adaptações dos mineiros locais.

Ao longo dos séculos XVII-XIX, há relatos de tentativas de controle colonial da exploração do ouro nas terras de Mutapa e Manyika (região atual de Zimbábue e Moçambique), que também formam um outro elo dos circuitos globais da exploração do minério, que se relaciona aos planos coloniais lusos. O historiador Antonio Nogueira da Costa identifica impactos decorrentes da demanda lusa de aumento produção aurífera, em Mutapa: a desarticulação de comunidades agrícolas, a alta mortalidade dos trabalhos das minas e a expropriação de terras (COSTA, 1982, p. 22-28, 38). Dessa forma, ao analisar circuitos mercantis internacionais que eram mobilizados pelo acesso às minas, é preciso levar em conta seus impactos na produção agrícola e na posse de terras.

Por fim, Allison Bigelow (2020) tem um livro relevante sobre os conhecimentos indígenas e africanos na exploração de metais — ouro, prata, cobre, ferro — nas Américas e sua ligação com os continentes europeu e africanos. Analisa, entre outros, os escritos de Colombo e Oviedo e mostra como metalúrgicos indígenas e africanos ajudaram ou resistiram aos empreendimentos de mineração imperial, moldaram práticas científicas críticas e ofereceram visões criativas do trabalho em metal. Um outro campo de pesquisa pauta-se então nos estudos da linguagem e como ela constrói conhecimentos e a diferença cultural.

Neste breve comentário, apresentei um diálogo bibliográfico que pode ser profícuo, com Toby Green (2019), conexões históricas e culturais entre Brasil e a África Centro-Occidental e a centralidade da experiência dos trabalhadores que detinham conhecimentos mineralógicos e também dos que contribuíram para o sustento das povoações mineiras.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALFAGALI, Crislayne. *Ferreiros e fundidores da Ilamba: Uma história social da fabricação de ferro e da Real Fábrica de Nova Oeiras (Angola, segunda metade do séc. XVIII)*. Luanda: Fundação Dr. António Agostinho Neto, 2018.

BAILYN, Bernard. *Atlantic History: concept e contours*. Cambridge: Harvard University Press, 2005.

BIGELOW, Allison Margaret. *Mining Language: racial thinking, indigenous knowledge, and colonial metallurgy in the early modern Iberian world*. Virginia: [Omohundro Institute of Early American History and Culture] University of North Carolina Press, 2020.

CARTA de Antonio Alvares da Cunha. [Fundos:] Pessoais e Familiares: Condes da Cunha. Livro VI — III. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra. São Paulo de Assunção de Luanda, [entre 1754 e 1757].

CARTA de Francisco de Sousa Coutinho. Cartas e ordens do Governador de Angola Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, Manuscrito. v. I. COD. 8742, (Manuscritos Reservados); F. 6364 (Microfilme). Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal. São Paulo de Assunção de Luanda, 8 de março de 1766.

CARTA de Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Conselho Ultramarino. Códice 472. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. [s.l.]: 13 de novembro de 1761.

COSTA, Antonio Nogueira da. *Penetração e impacto mercantil português em Moçambique nos séculos XVI e XVII: O caso do Muenemutapa*. Maputo: Cadernos do Tempo, 1982.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Pluto Brasiliensis*. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; EDUSP, 1979. v. I.

FERREIRA, Francisco Salles. *Minas em Angola: Ouro, prata e carvão no Golungo Alto e Cambambe*. Lisboa: Typographia de A. da Costa Braga, 1896.

FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; KRAUSE, Thiago. *A América portuguesa e os sistemas atlânticos na época moderna: monarquia pluricontinental e Antigo Regime*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2013.

FURTADO, Junia Ferreira. Mulheres escravas e forras na mineração no Brasil, século XVIII. *Revista Latinoamericana de Trabajo y Trabajadores*, Amsterdã, v. 1, nov. 2020–abr. 2021.



GAMES, Alison. Atlantic History: definitions, challenges, and opportunities. *The American Historical Review*, Washington, v. 111, n. 3, p. 741-757, 1 jun. 2006.

GREEN, Toby. *A fistful of shells: West Africa from the rise of the slave trade to the age of revolution*. Londres: Allen Lane, 2019.

HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan: Instituições e poder político, Portugal – Séc. XVII*. São Paulo: Alamedina, 1994.

MARQUES, Leonardo. Cadeias mercantis e a história ambiental global das Américas coloniais. *Esboços*, Florianópolis, v. 28, n. 49, p. 668-697, set./dez. 2021.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A história global da escravidão atlântica: balanço e perspectivas. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 41, p. 14-41, 2019.

MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; EDUSP, 1978.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.

OFÍCIO do [governador e capitão-general de Angola], António de Vasconcelos, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a carta do secretário de 18 de Novembro de 1761 acerca das ordens régias relativas ao porto e ao presídio de Benguela; [...]. Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino. Conselho Ultramarino, Angola. [Código de referência:] PT/AHU/CU/001/0048/04445. Cx. 48, D. 4445. [presumivelmente em] São Paulo da Assunção de Luanda, 28 de junho de 1762.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961 [1942].

REQUERIMENTO da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, ao governador e capitão-general de Moçambique, em que informa das actividades piedosas que executa, tais como, o Hospital para Pobres, Casa de Roda dos Expostos e Hospital de Mulheres Pobres e faltando recursos para os manter, pede a mercê perpétua do Prazo da Coroa, denominado “Tirre”, Distrito da Vila de Quelimane. Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino. Conselho Ultramarino, Moçambique. [Unidade de instalação (cota antiga):] AHU-Moçambique, cx. 232, doc. 59. s.l.: [ant. 25 de maio de 1830].

RODNEY, Walter. *How Europe undervalued Africa*. Londres: L'Ouverture Publications, 1972.

SOBRE A INFORMAÇÃO que se pediu ao governador do Rio de Janeiro a respeito de dizer se convinha que fôsem só para as minas os negros de Angola. In: BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Biblioteca Nacional, divisão de obras raras e publicações. Consultas do Conselho Ultramarino: Rio de Janeiro, 1687-

1710. v. XCIV. Rio de Janeiro: Gráfica Tupy, 1951. p. 28-30. Lisboa Ocidental, 18 de setembro de 1728. (Série Documentos Históricos). Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/094536/per094536_1951_00094.pdf. Acesso em: 9 out. 2021.

WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. São. Paulo: Companhia das Letras, 2012 [1944].

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Crislayne Gloss Marão Alfagali: Doutora. Professora Assistente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Sociais, Departamento de História, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua Marquês de Sabará, 41, 22460-290, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

Comentário historiográfico de um artigo publicado no mesmo número, a partir de pesquisas recentes do projeto “Domínio, política e cultura: relações de trabalho no Atlântico Sul (séculos XVII e XVIII)”.

FINANCIAMENTO

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro. Auxílio ao professor recém contratado – E-26/211.276/2019 (247795)

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não houve conflito de interesses

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Não se aplica.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Crislayne Gloss Marão Alfagali. Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Fábio Augusto Morales
Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)



HISTÓRICO

Recebido em: 14 de julho de 2021

Aprovado em: 23 de agosto de 2021

Como citar: ALFAGALI, Crislayne. Cadeias mercantis e história global das Américas coloniais a partir do continente africano. *Esboços*, Florianópolis, v. 28, n. 49, p. 728-739, set.-dez. 2021.





EMPIRE, CLASS AND THE ORIGINS OF PLANETARY CRISIS: THE TRANSITION DEBATE IN THE WEB OF LIFE

Jason W. Moore^a

 <https://orcid.org/0000-0002-7237-9895>

Email: jwmoore@binghamton.edu

^a Binghamton University State University of New York, Sociology Faculty, Binghamton, NY,
United States

DEBATE

Colapso ambiental e histórias do capitalismo

ABSTRACT

We are discovering in the era of climate crisis that the Transition Debate is a debate over the origins and crisis tendencies of capitalism in the web of life. The original Debate emerged in its contemporary form in the thick of the Cold War, assuming mature form during the world revolution of 1968. It was a historical-analytical debate over the historical geography of capitalist origins, and its two poles were 1492 and 1800. The divergence turned as much on differing conceptions of capitalism as it did on empirical-analytical substance: the terrain of “actually existing” world history. And it was a political debate over the priorities of socialist politics, especially the enduring tension between “socialism in one country” and proletarian internationalism that had riven the world left since 1914 and the historic betrayal of Europe’s social democratic parties in support of War. In the 21st century, the language of the Debate has changed, but assumed an even greater prominence in the unfolding climate crisis, captured in the debate between the Anthropocene (“Age of Man”) and the Capitalocene (“Age of Capital”). In what follows, I will focus on the historical-analytical challenge, mindful of its relation to the ongoing struggle for planetary justice – and against the Popular Anthropocene’s imperial-technocratic ambitions. We may begin with an extraordinary misperception of the Transition Debate. It is not, in the main, a contention between “production” and “circulation.” If anything, it is about how class politics and modern state formation – including modern empires – cohere relations of production, reproduction, and accumulation.

KEYWORDS

Transition Debate; Capitalocene; Anthropocene.

Leonardo Marques (2021) has made a signal contribution to the Transition Debate. If that phrase, *Transition Debate*, is unfamiliar, don't despair. It's not an academician's quibble. And we are discovering in the era of climate crisis, the Transition Debate is a debate over the origins and crisis tendencies of capitalism in the web of life. The original Debate emerged in its contemporary form in the thick of the Cold War, assuming mature form during the world revolution of 1968.¹ It was a historical-analytical debate over the historical geography of capitalist origins. Its two poles were 1492 and 1800. The divergence turned as much on differing conceptions of capitalism as it did on empirical-analytical substance: the terrain of "actually existing" world history. And it was a political debate over the priorities of socialist politics, especially the enduring tension between "socialism in one country" and proletarian internationalism that had riven the world left since 1914 and the historic betrayal of Europe's social democratic parties in support of War. Today, the language of the Debate has changed, but assumed an even greater prominence in the unfolding climate crisis, captured in the debate between the Anthropocene ("Age of Man") and the Capitalocene ("Age of Capital") (MOORE, 2016; 2000; 2003b).

ONCE MORE INTO THE BREACH: POWER, LIFE AND THE HISTORICAL GEOGRAPHIES OF TRANSITION

In what follows, I will focus on the historical-analytical challenge, mindful of its relation to the ongoing struggle for planetary justice — and *against* the Popular Anthropocene's imperial-technocratic ambitions. We may begin with an extraordinary misperception of the Transition Debate. It is *not*, in the main, a contention between "production" and "circulation." If anything, it is about how class politics and modern state formation — including modern empires — cohere relations of production, reproduction, and accumulation.

The production/circulation mischaracterization powerfully obscures the common — yet geographically distinctive — class struggle analytics of the Transition Debate's two greatest luminaries, Robert Brenner and Immanuel Wallerstein. What most clearly distinguished the two was not production, circulation, or the class struggle, but *geography* (MOORE, 2003a). Brenner's geographical premise was the national unit — a foundational unit of analysis rather than, for Wallerstein, a unit of observation, as Marques underscores. Wallerstein's geography was not, as often maintained, an *a priori* system but an *emergent* web of relations: between territorial power, class politics and the organization of surplus production. Largely unconsciously, Wallerstein understood this emergence — a key dialectical principle — in relation not only to human organization but to webs of life that included climate change, soil conditions, demography, and deforestation. At stake in the Brenner-Wallerstein exchange was nothing short of a reinvention of historical materialism in the web of life. The debate was over the geographical contours of class formation and class politics, capital accumulation, and imperialism in the web of life: a historical-geographical materialism. (Not for nothing,

¹ Its classic formulation is Rodney Hilton, *The Transition from Feudalism to Capitalism* (1976). In the 1970s, it was crystallized in the opposition between Robert Brenner (1976), and Immanuel Wallerstein (1974).



the first seminar series at the Fernand Braudel Center in 1977 precisely focused on the historical geography of the modern world-system (CASTRO, 1977).

The Transition Debate has often fled from the vexing problem of geography — it is either ignored or reduced it to abstract *geometries* of core and periphery. That contributed to the sorry state of affairs in global environmental historiography that Marques sketches — none of its leading figures take the world-ecological problem of capitalist transition seriously. (He is more generous to the field than I am!) Disciplinary geographers, for their part, have consistently refrained from reconstructing the Transition's historical geography — and therefore environmental history that includes class, capital, and empire — in world-historical perspective.

Marques' (2021) important essay contributes to a potential opening for such a world-historical synthesis, one pregnant with implications for socialist strategy. Understanding capitalism's historical geography as “global environmental history” creates intellectual space for a synthesis that incorporates the irreducibly geographical insights of world-historical method with an empirical-analytical angle of vision of the spatiality of power, profit and life (MOORE, 2015; 2017c). That world-historical method, it bears emphasizing, was never about “system” as conventionally understood — since systems dynamics embraces “basic unit” approach and studies the interaction effects between these basic units. Rather, for Wallerstein and Hopkins, the world-historical method offered a searing critique of — and alternative to — the basic unit approach of historical social science, starting with the so-called nation-states. Such national units were provisionally stabilized crystallizations of class politics as they cohered unevenly across the time-space of a “vast but weak” capitalism. So too, core and periphery. This is the argument of *The Modern World-System I*, dialectically fusing the question of class and state with the question of capital- and class-formation in the long sixteenth century. To make a long story short, everything the Wallerstein argued about the dangers of methodological nationalism applies to methodological naturalism, the epistemological and ontological claim that the building blocks of historical inquiry are Society and Nature, here deliberately capitalized (MOORE, 2018a).

Although Marques resists the formulation, his illuminating thesis demonstrates how the modern world-system does not *have* a “world ecology,” alongside imperialism, commodification, and class formation. Rather the modern world-system *is* a capitalist world-ecology (with hyphen) through which the decisive vectors of world-historical social change form and re-form — to borrow a phrase from Terry Hopkins — on the knife edge of life-making (HOPKINS, 1982). In historical capitalism — indeed in the history of class society — the “time of nature” operates, in classically Braudelien fashion, as something more than the “time of the sages” (BRAUDEL, 2009, p. 198). Across the *longue durée* of class society, such temporalities are dialectically constituted as “layers within layers” of geohistorical time (WALLERSTEIN, 1974, p. 86). Following Marx's method of determinate abstraction, the general abstractions of, say, orbital variation, solar fluctuations, El Nino cycles and North Atlantic Oscillations, are progressively woven into the fabric of civilizational history in the Holocene. In this light, class society is not only a product of “natural forcing” — as successive ebbs and flows of class society in relation to climate history demonstrate (BROOKE, 2014). That's only one side of the dialectic. The other is that class societies actively produced webs of life, elevating CO2 levels and contributing to the stabilization of Holocene climate, beginning around 8,000 BCE (RUDDIMAN, 2005; CHILDE, 1951). As we know, that carbon/class dialectic would reach a tipping point after World War II, when the consolidation of



global monopoly capitalism allowed for unprecedented carbonization. In short: modes of production are not only *products* — but also *producers* — of webs of life, albeit never equally so (Dialectical-historical relations take as their premise diversity and asymmetry). It's only capitalism's epochal capacity to carbonize the atmosphere that obscures the world-ecological dynamic of class society in the Holocene.

Through a Braudelien re-reading of historical materialism, Wallerstein opened a *problematique* that Marques (2021) now revisits: the “time of capital” and the “time of nature.” Wallerstein suggests a dialectic understood as a class struggle over the origins and development of the law of value in the web of life. Recasting the Transition Debate in this way allows us to grasp its intellectual contributions to revolutionary — and against counter-revolutionary — struggles. These were obviously fundamental to the global context of the Brenner-Wallerstein moment, the World Revolution of 1968. That dialogue — often limited by sectarianism and casual reading — was crucial to a longstanding revolutionary debate ably crystallized by Lenin's observations on the international context of the class struggle and capitalism's “weakest links” (LENIN, 1917).

Today, the Transition Debate has returned with a vengeance. It has done so under cover of prolific discussions of something called the Anthropocene — or “Age of Man.” The Anthropocene is better called the *Popular Anthropocene*, so as not to confuse the world-historical discussion of human affairs with a distinctive dialogue over geological history and its “golden spikes.” The Popular Anthropocene, as Marques suggests, marks a return to the bourgeois naturalism commonly associated with Thomas Malthus, its fetishization of “natural law,” and its ontological assertion that an abstract Humanity is the “agent” of planetary change. Its animating historical assertion holds that the origins of planetary crisis are found in 1800, with the advent of the rotary steam engine. It is, in another words, a return to the Transition Debate — not of the 1970s or the 1950s — but of the 1860s, when Marx confronted classical political economy's bourgeois naturalism, with its metaphysics of natural law and acquisitive human nature. To tweak an old joke about Marx, one can shut the front door on the Transition Debate, but it will always find a way in through the kitchen window. So it is with today's Popular Anthropocene and the Capitalocene alternative (MOORE, 2017a; 2017b; 2017c; 2018b).

Revisiting crucial nodes of commodification, capitalization, and webs of life, Marques demonstrates that the rise of capitalism must be grasped as a world-historical movement — one that joins dialectically the time of capital and the time of nature. This has been the greatest weakness of historical materialism's reckoning of the Transition Debate — starkly revealed in radicals' accommodation to the Popular Anthropocene's bourgeois naturalism (ANGUS, 2016). Marques moves in precisely the opposite direction. He illustrates the connective tissues between the commodity form, its real abstractions, and imperialism in the web of life. In so doing, he establishes key elements of a world-historical synthesis that grasps — as Marx did — labor, the labor process, and class relations as “specifically harnessed natural forces” that are at once products and producers of webs of life, and the specific historical natures they implicate (MARX, 1973, p. 612). In other words, Marques's call for a synthesis of the time of nature and the time of capital is not *additive*, but dialectically synthetic. The provisional autonomy of many webs of life — the “natural forcing” mechanisms of climate change for example — are, in such a framework, conceptualized not as “external forces” (in the

fashion of environmental determinisms) but in relation to concrete totalities of historical change, rich totalities of many determinations, as Marx would say (1973, p. 100). In this fashion one may begin to see climate history as more than a series of natural events and disasters, as a rich geophysical history built into the DNA of modes of production. Climate, in this reading, is not *everything*. But it's impossible to explain *anything* fundamental about class society and civilizational change without it.

Marques' (2021) essay builds on a rich series of world-historical investigations, and is offered as a contribution to a dialogue. This is a rare opportunity. I will do my best not to squander it. Too often — especially on the contentious intellectual and political terrain of the Transition Debate — scholars succumb to the temptations of academic point scoring. I will from the beginning stipulate my basic agreement with Marques' important project, I will highlight my interpretive differences as a means of advancing the conversation. I am more interested in following that project's crucial provocations and questions than in quibbling over its exact formulations. I will, then, offer *complementary* account that — I hope! — is also complimentary. It overlaps at crucial junctures with Marques' interpretation, and at the same time, fleshes out additional crucial elements of the rise of capitalism.

I do so from the standpoint of capitalism as a *world-ecology* of power, profit and life (PATEL; MOORE, 2017). For the present discussion, I draw three elements from Immanuel Wallerstein's historical geography of capitalism. One is the centrality of the "socio-physical conjuncture" in the transition from feudalism to capitalism. Wallerstein was the first to demonstrate that the crisis of feudalism unfolded at the conjuncture of "class war," the dawn of the Little Ice Age, the Black Death, and agro-ecological contradictions. Hence: *socio-physical conjuncture*. Second, the crisis of feudalism was characterized by a "generalized seignior-peasant class war" through which western and central European peasants and workers dealt a historic defeat to the ruling classes (WALLERSTEIN, 1974, p. 14-64; 1992). The "solution" to this historic defeat in the class struggle was found in the alliance between the new modern empires and their financiers. The invasion and commodification of the Americas was, consequently, *class war* by other means. Peasantries in the Americas could be dominated much more readily than in western Europe; where such peasantries could not be found, new proletarians — African slaves — could be imported. Finally, the imperialist construction of a capitalist world-economy was not primarily about the world market and core-periphery relations as conventionally understood. These were the *results* of imperialist class politics. Rather, the emergent commodity chains, commodity frontiers, and productive complexes — in silver mining and sugar planting above all — turned on a worldwide class struggle over shares of surplus value. As Wallerstein (1979, p. 293) often noted "core" and "periphery" were but abbreviations for the struggle over surplus value, which of course is a class struggle inflected by imperialist bourgeoisie's superior command over the forces of destruction (WALLERSTEIN, 1983b). Wallerstein's emergent thesis was, by the early 1980s, clear: the "worldwide class struggle" (1983a) over surplus value must be grasped "within the ecological whole that is the Earth" (1980, p. 159). This tantalizing (and incomplete) synthesis — pursued by the world-ecology conversation — is a fundamental intellectual and political task in the era of planetary crisis, marked definitively by the end of the Holocene.

HISTORICAL MATERIALISM IN THE WEB OF LIFE: MARX, WALLERSTEIN AND THE GREAT FRONTIER

My original point of departure, a quarter-century ago, was the commodity *frontier* (MOORE, 2000b; 2001; 2000a). Here Marques and I emphatically agree: capitalism does not take shape within a reified Europe and then expand across the Americas. Rather, capitalism takes shape in the newly created geographical arena of the Atlantic world. Commodity chains and commodity frontiers — extending from Brazil to the Baltic and everywhere inbetween — are pivotal to the production of the capitalist Atlantic.

The commodity frontier is not a resource frontier as broadly understood in precapitalist civilizations. Nor should it be understood principally as an economic formation — although it does in fact include a pivotal economic moment. Paradoxically, capitalism's commodity frontiers were relatively more *politically* determined than precapitalist settlement and resource frontiers. In brief, the *commodity* moment of the commodity frontier is the result of a geocultural and geopolitical process that created the conditions of a good business environment. The production and capitalization of these conditions of profitable accumulation lead, inexorably if dialectically, to socio-ecological exhaustion (MOORE, 2015).

This entangled geopolitical and geocultural process turns fundamentally on the imperial creation of Cheap Nature and its Four Cheaps: labor, food, energy, and raw materials. These Cheap Natures are not produced as commodities but *appropriated* to advance the rate of profit and attenuate the tendency towards overaccumulation (WALKER; MOORE, 2019). Commodity frontiers are fundamental to *accumulation by appropriation*: the extra-economic mobilization of uncapitalized webs of life, putting these to work for capital. As such, commodity frontiers are as much about the appropriation of unpaid work as they are about commodification.² Indeed, the two form a world-historical unity: for every quantum of socially necessary labor time within the cash nexus, there must be a disproportionately greater volume of socially necessary *unpaid work*, performed by “women, nature, and colonies” (MIES, 1986, p. 77).³ As imperialist bourgeoisies spearheaded proletarianization through the cash nexus, they also created the conditions for a feminized and “ecological” regime of unpaid work: creating in the long seventeenth century a *Femitarat* (unpaid human reproductive work) and a *Biotariat* (unpaid and alienated webs of life put to work for capital).⁴ In this framing, the Proletariat conventionally understood depended on the expanded reproduction of politically- and culturally-enforced modes of domination, necessary to secure expanded supplies of unpaid work necessary for endless accumulation.

Commodity frontier and commodity chain analyses face the challenge of any dialectical-historical method: How does one study a “part” of a “whole” in which the

² This is an important difference between my approach and, among others, William Cronon's, *Nature's Metropolis* (1991).

³ The disproportionality thesis between capitalized (paid) and appropriated (unpaid) work is developed in *Web of life* (MOORE, 2015).

⁴ For the creation of the Femitarat (without the concept) see Silvia Federici's pathbreaking work, *Caliban and the Witch* (2004). The metaphor of Biotariat was coined by the poet and scholar Stephen Collis (2016). The Biotariat includes all the things we think of when we hear “ecosystem services” but also includes many humans, who are devalued on the grounds of the ruling abstraction Nature: above all through race, nationality, gender, sexuality, and so forth.



parts necessarily express crucial relations of the whole in question? As Wallerstein reminds us, totalities are not “just there,” they are dialectical procedures that, in Marxism, express ongoing contradictions within the world proletariat and the worldwide balance of class forces. If the whole is more than the sum of its parts, such wholes are, he writes in the opening pages of *The Modern World-System*, also surely less. How does one navigate towards a dialectical synthesis that eschews regional particularism and systemic determinism?

Alas, there’s no magic key or sacred analytical object that will solve our thorny intellectual — but of course also *political* — question. I would begin with the *historical* in *historical materialism*. How does one put together capital, class, and webs of life in the history of capitalism? My journey has been powerfully shaped by Marx and Engels’ first major outline of historical materialism in *The German Ideology*. Appealing to Marx on historical questions of course solves nothing. Given the Debate’s flight from historical geography, however, it may be fruitful to revisit Marx and Engels’ extraordinary weaving of physical geography, environment-making, and class formation. Moving, as ever, from general to determinate abstractions, the

first fact to be established [in a historical-materialist inquiry] is the physical organisation of these individuals and their consequent relation to the rest of nature. Of course, we cannot here go either into the actual physical nature of man, or into the natural conditions in which man finds himself—geological, oro-hydrographical, climatic and so on. *All historical writing must set out from these natural bases and their modification* in the course of history through the action of men (MARX; ENGELS, p. 31, emphasis added).

Marx and Engels were not recommending that one offer a few introductory remarks on the “environmental context” — as if environments and environment-making were epiphenomenal to class formation, modes of production, and town-country divisions of labor. Rather, each of these latter, more determinate, abstractions embodies and remakes “their consequent relation to *the rest of nature*” (MURRAY, 1988; MOORE, 2015; 2017c). It’s through the Great Frontier that proto-capitalist agencies — every tributary civilization contained its share of these — confronted a mosaic of “natural conditions” and enacted a series of “modifications.” Such “natural conditions” were, certainly from fourth millennium BCE, fundamentally structured by the warming effects of class-driven carbonization (RUDDIMAN, 2005). After 1492, the Great Frontier asks how this socio-ecological totality favored a capitalist rather than tributary resolution to the feudal crisis.

Few opened the question of modes of production as socio-ecological totality more effectively than Wallerstein. An instructive moment is the interpretation of feudal agriculture’s fertility problem. Against the neo-Malthusian orthodoxy, Wallerstein offered a class critique of soil exhaustion. Drawing on the great Marxist medievalist, Rodney Hilton, he situates the “general crisis” — an epochal crisis of feudalism — within a millennium of class struggle and its socio-ecological contradictions:

After a thousand years of surplus appropriation under the feudal mode, a point of diminishing returns had been reached. While productivity remained stable (or even possibly declined as a

result of soil exhaustion) *because of the absence of structured motivation for technological advance*, the burden to be borne by the producers of the surplus had been constantly expanding because of the growing size and level of expenditure of the ruling classes. There was no more to be squeezed out [...] [By the fourteenth century,] peasant insurrections... took the form of a “revolt against the social system as such.” For Hilton, feudal “society was paralyzed by the growing expense of a social and political superstructure, an expense to which corresponded no compensating increase in the productive resources of society” [...] [T]he immediate cause of the [crisis] [...] was to be found in technological limitations, the lack of fertilizer and the inability to expand fertilizer supply by expanding the number of cattle, because the climate limited the quantity of winter forage for cattle. *But “what we should underline is that there was no large reinvestment of profits in agriculture such that would significantly increase productivity.”* This was because of the inherent limitations of the reward system of feudal social organization (WALLERSTEIN, 1974, p. 37, 23 apud HILTON, 1951, p. 25, 27, 28, emphases added).

Feudalism’s metabolic contradictions were products of the feudal class structure. Today, we know that class structure to have emerged in and through the favorable weather of the Medieval Climate Anomaly. Once the climate changed, definitively by the end of the thirteenth century, feudal agriculture stagnated. This was rooted in, as Wallerstein observes, a class contradiction that was also a metabolic antagonism: between the ruling strata’s demand for the surplus and the peasantry’s inability *and* unwillingness to deliver a rising surplus. This relation between class power, the feudal surplus, and metabolisms of life-making is fundamental.

I would risk pedantry if this essential point of agreement between Wallerstein and Brenner had not been so thoroughly buried by the “orthodox” Marxist interpretation. Wallerstein and Brenner were in essential agreement on a class struggle analytic that takes seriously metabolic and demographic contradictions. The very terms of the Marxist critique of neo-Malthusian historiography led them to deny the autonomy of demographic and soil exhaustion dynamics, instead locating these within feudal class structure. As Wallerstein makes clear, the relationship between demographic contraction after 1347 and feudalism’s crisis flowed through endemic peasant and worker revolt against seigneurial hegemony, itself weakened by the contradictions of feudal agriculture and climate change we’ve just sketched. What Wallerstein and Brenner glimpsed — influenced as we’ve seen by Hilton — was how Marx’s “social metabolism” was itself producer and product of the class struggle. What’s tragic is how quickly the metabolic class struggle — the class politics of the “time of capital” and “the time of nature” dialectically joined — was swept under the rug.

Wallerstein was prepared to go further than Brenner on one count, however: the onset of the Little Ice Age as an exacerbating moment to feudalism’s “cumulative woes” (WALLERSTEIN, 1974, p. 34). As then suspected and now understood definitively, the arrival of the Little Ice Age significantly suppressed agricultural productivity across feudal Europe. Wallerstein’s insight was to join — under the rubric of the socio-physical conjuncture — agro-ecological stagnation, dietary immiseration, the crisis of seigneurial

revenues, and “generalized seignior-peasant class war” in the long fourteenth century with climate change (WALLERSTEIN, 1974, p. 24). Wallerstein observes that

obviously, to the extent that there was climatic change, it would affect the operations of a social system. Yet equally obviously, it would affect different systems differently. Though opinions differ, it is probable that such glaciation as did occur was spread over the whole Northern Hemisphere, yet social developments in Asia and North America were clearly divergent from those in Europe. It would be useful therefore to return to the chronic factor of resource strain involved in the feudal system of social organization, or overconsumption by a minority given the overall low level of productivity [...] If however there was first economic regression because of the chronic overexploitation and resulting rebellions discussed previously, and then climatic factors added on both food shortages and plagues, it is easy to see how the socio-physical conjuncture could achieve ‘crisis’ proportions (WALLERSTEIN, 1974, p. 35).

Nor did Wallerstein stop there. If the feudal crisis was a “socio-physical conjuncture,” so was the formation of a capitalist world-economy across the “long” sixteenth century (c. 1450-1648). Wallerstein’s geographical argument is frequently misunderstood, so it bears repeating in two steps that should be grasped as a whole. In the first instance, the climate-class crisis of feudalism was a moment of historic defeat for western Europe’s ruling strata (WALLERSTEIN, 1992). This defeat underpinned the era’s ruinous warfare, as ruling strata sought to recoup in war what they had lost in the class struggle. “The only solution that would extract western Europe from decimation and stagnation,” Wallerstein writes, was “one that would expand the economic pie to be shared, a solution which required, given the technology of the time, an expansion of the land area and population base to exploit. This is what in fact took place in the fifteenth and sixteenth centuries” (WALLERSTEIN, 1974, p. 24).

This observation was only the first moment of explanation. The second turned on the imperial refashioning of “world ecology” (WALLERSTEIN, 1974, p. 44). The “expansion of the economic pie” and “the expansion of the land area and population base to exploit” was for a Wallerstein a question of environmental history: “*World ecology was altered* and in a way which, because of the social organization of the emergent European world-economy, would primarily benefit Europe.” Building on Marx and Braudel, Wallerstein saw this epochal refashioning of world ecology as ongoing, the biogeographical accompaniment to capitalism’s expansionism, itself a search for “low-cost labour forces” (WALLERSTEIN, 1983b, p. 39).

That nexus of world ecology and world class formation under conditions of imperial rule would decisively inform my formulation of capitalism as a world-ecology in the early 2000s. Wallerstein’s interpretation was precocious and prefigurative, taking seriously capitalism’s tendency to degrade the worker and the soil, and therefore to exhaust its socio-ecological conditions of reproduction. Highlighting sugar — early capitalism’s defining mass commodity — we learn that sugar was “very lucrative” but also devastated soils and labor-power (slaves): “Exhausting the soil, ... it required ever new lands (not to speak of the manpower exhausted by its cultivation).” Propelling capitalism’s geographical expansion was the recurrent need to compensate for the

devastation of soils, the destruction of forests, and the exhaustion of labor-power. Wallerstein followed Marx's insights on the capitalist degradation of the "soil" and the "worker" (MARX, 1977, p. 636-638).

He did so, moreover, by locating that degradation within capitalism's *world ecology* and through the ongoing search for a "tractable labor force" (WALLERSTEIN, 1974, p. 51). Significantly, this interpretation situates capitalism's cheap labor strategy with and within biophysical and class struggle moments of the American genocides:

Why Africans as the new slaves? Because of exhaustion of the supply of laborers indigenous to the region of the plantations, because Europe needed a source of labor from a reasonably well-populated region that was accessible and relatively near the region of usage. But it had to be from a region that was outside its world-economy so that Europe could feel unconcerned about the economic consequences for the breeding region of wide-scale removal of manpower as slaves. Western Africa filled the bill best [...] The exhaustion of alternative supplies of labor is clear. The *monocultures imposed on the Mediterranean and Atlantic islands ravaged them, pedologically and in terms of human population*. Their soils were despoiled, their populations died out (for example, the Guanches of the Canary Islands), or emigrated, to escape the pressure. Indian populations on Caribbean islands disappeared entirely. New Spain (Mexico) had a dramatic fall in population from approximately 11 million in 1519 to about 1.5 million in circa 1650. Brazil and Peru seem to have had an equally dramatic decline. The two immediate explanations of this demographic decline seem to be *disease and damage to Indian cultivation caused by the domestic animals that the Europeans bred. But sheer exhaustion of manpower, especially in the mines, must also have been significant*. Consequently, at a relatively early point, the Spaniards and Portuguese ceased trying to recruit Indians as slave labor in the Western Hemisphere and began to rely exclusively on imported Africans for plantation slaves. Presumably, the cost of transport still did not bring the cost to a higher point than the potential cost of preventing runaways by the remaining indigenous population. Besides the latter were rapidly dying off (WALLERSTEIN, 1974, p. 89-90, emphases added).

Wallerstein and Marx, then, provide crucial insights through which Marques and I are grappling with the transition from feudalism to capitalism in the web of life. For what are the American nodes of global commodity chains — and the sugar, silver, and other major commodity *frontiers* — but combined and uneven configurations of power, profit, and life? The labor question is, as Wallerstein makes clear in the foregoing passage, a question of capitalist *nature* — it is a *class relation* of labor-in-nature and nature-in-labor, cohered through geopolitical power and geocultural domination. From this perspective, we can begin to address the Transition Debate in the web of life.

THE GREAT FRONTIER: CHEAP NATURE IN THE RISE OF THE CAPITALOCENE

What drove the Great Frontier? Recall that the dawn of the Little Ice Age (c. 1300-1850) detonated feudalism's manifold socio-ecological crisis — leading directly to the breakdown of feudal agriculture in the Great Famine (1315-22) and associated epizootic outbreaks, amplifying simmering class contradictions. The following century was defined by a “generalized seignior-peasant class war” whose contours were shaped by Little Ice Age climate and the resurgence of catastrophic disease (WALLERSTEIN, 1974, p. 24). To be clear, the crisis was not a Malthusian but a Marxist dynamic. Questions of soil fertility had to be situated within feudalism's class relations (PATEL; MOORE, 2017). To summarize: the seigneurs lost the class struggle — though not for want of trying. The feudal surplus dramatically contracted in the throes of the climate-class conjuncture. Feudal Europe de-commercialized. The balance of class power on the Continent swung in favor of the peasantry.

Enter the Great Frontier as a mode of waging the class struggle by other means. Here was a mode of conquest that was an ongoing synthesis. It combined premodern strategies of Holy War and armed trade with a novel emphasis: Cheap Labor at any cost. Labor, not land, productivity was — after 1492, but especially after 1550 — what mattered. New working classes had to be created and secured if a new basis of enrichment was to be established. Having lost the class struggle in the European heartland, the Continent's beleaguered tributary ruling strata — including merchant-bankers in places like Genoa and Flanders — looked to the frontier. But frontiers were worthless without the labor to work them, and modern proletarianization required entirely novel forms of territorial power. After 1492, in the world-historical blink of the eye, the *encomienda*, a land-grant used widely in the *Reconquista*, was reinvented as a labor-grant in the Americas. Fierce theological and even political debates ensued, but the die had been cast (PATEL; MOORE, 2017).

The Great Frontier as a frontier of Cheap Labor was pivotal to early capitalism's greatest innovations. The Transition's defining moments clustered on the Great Frontier — new productive organizations, credit systems, imperial structures, coercive proletarianization, and the shipping-shipbuilding-cartography technological complex. These allowed imperial, financial, seigniorial, and other elite actors to overcome their historic class defeat. The new frontiers were not a demographic outlet for a reified Europe full of reified Whiteness — but rather a set of politically-secured opportunities for profit and capital accumulation (These opportunities were the very mechanisms of producing these fetishes; let us avoid putting carts before horses!). Older demographic, commercial, and resource frontiers were — along with everything else — turned inside out after 1450. The new commodity frontiers — spearheaded by debt-financed empires — forged not only strategies for expanding “the economic pie” but transforming the character of surplus accumulation itself (MOORE, 2017d; 2018b).

Beginning tentatively in the 1470s — in heretofore obscure regions like the Erzgebirge and Madeira — the medieval logic of boom and bust was thoroughly transformed (MOORE, 2007; 2010c; 2011). Their profits enriched not merely local potentates but the financiers who made the new productive organizations possible. The new productive revolutions set in motion environmental change and proletarianization at breathtaking speed, one whose class contradictions burst into open insurrection in



1525. The Fuggers and Welsers financed Central Europe's mining boom; Flemish and Genoese merchants financed Madeira's sugar revolution. It was these bourgeois who profited — and in the case of the Fuggers, perished — on the strength of investment in “real capital.” And it was these accumulated profits that financed commodity frontiers across the capitalist Atlantic.

These contradictions reached critical mass by mid-century. Their precondition was the Columbian Invasion launched in 1492. These invasions were marked by the globalization of the “military revolution” and wherever possible the outright plunder of gold and silver. It was not a directly productivist enterprise — nor did it need to be. In the decade after 1549, however, signs of crisis were everywhere. A productivist turn was clearly necessary — and immediately recognized in the Courts of Europe. The Portuguese assumed direct administration of Brazil (1549). The Spanish debated the fate of indigenous peoples at Valladolid (1550-51). Spain's Philip II declared bankruptcy and the French king (Henry II) saw his finances “collapse” in 1557, precipitating modernity's first great financial crisis (SPOONER, 1972; MOORE, 2010a). Their fiscal houses burning to the ground, the two great rivals struck a peace at Cateau-Cambrésis in 1559, codifying what the obvious: no great power would resolve the feudal crisis through Charlemagne-like conquests and a new imperium. “Europe” would not become a world-empire (WALLERSTEIN, 1974). The extraordinary price inflation — the Price Revolution — had cheapened credit and rendered it indispensable to cash-crop agriculture across Europe, quickly reaching places like Brazil and Barbados in the century after 1549 (TAWNEY, 1941; SCHWARTZ, 1985; BRAUDEL; SPOONER, 1967). All of which favored a trans-Atlantic productivist turn after 1549, morphing imperial claims into *commodity* frontiers — no less imperialist for the metamorphosis.

Finally, signs of a climate downturn were evident by the 1550s. Climatic conditions deteriorated rapidly after 1600. For the most part the outcome of natural forcing, the socio-physical conjuncture was amplified by slaving-induced genocides in the New World. The destruction of New World peoples and civilizations led to a dramatic drawdown of atmospheric carbon dioxide — the Orbis Spike (1610) — which in turn aggravated Europe's climate downturn (LEWIS; MASLIN, 2015). This was the geophysical moment inscribed in the origins of the climate class divide, climate apartheid, and climate patriarchy: the capitalogenic trinity that now drives us full throttle towards the planetary inferno (MOORE, 2019a; 2019b). The result was a “long, cold seventeenth century” of endless war, endemic revolt, and economic turbulence (LADURIE; DAUX, 2008).⁵

What followed was capitalism's first *climate fix*. This reinforced the earlier thrusts of empire and capital across the Atlantic, itself a response to the climate-class conjuncture of the long *fourteenth* century. This long, cold seventeenth century was, for an emergent capitalism, the most unfavorable moment of the Little Ice Age. *Unfavorable* is deliciously imprecise. Suffice it to say that it was more than *uncomfortable*. Climate conditions roughly comparable with the long fifth and fourteenth centuries had witnessed the epochal crises of the Roman West and feudal Europe.

How, then, did capitalism survive where previous civilizations did not?

The short answer? The Great Frontier (WEBB, 1954). That's a brutal shorthand of course. So let me explain. The entangled climate-class-financial conjuncture of the

⁵ On New World genocides, see *Beyond Germs* (CAMERON; KELTON; SWEDLUND, 2015).



1550s contributed mightily to a productivist turn across the Americas and in eastern Europe (MOORE, 2010a; 2010b). This climate fix formed through a new, productivist-centered political exchange between bankers, empires, and New World commodity producers (PATEL; MOORE, 2017, p. 64-90).⁶ The result was an environment-making revolution without precedent in scale, scope, and speed. Its surficial expression was a landscape revolution, but its real content involved an audacious revolutionizing of re/production, rule, and class formation. It developed novel and violent forms of proletarianization across the Atlantic, including modern slaving and other forms of racialized labor. And it grounded world accumulation within strategies of Cheapening the lives and labor necessary to produce the Four Cheaps: labor and unpaid work, food, energy, and raw materials.

I can do no more than gesture towards the major commodity frontier moments across this long, cold seventeenth century. A representative sample includes: 1) Brazil's sugar revolution starting in the 1570, displacing São Tomé after a momentary boom short-circuited by slave resistance; 2) Potosí's dramatic restructuring after 1571, definitively relocating capitalist silver mining from Central Europe to Peru; 3) the rapid-fire succession of forest product commodity frontiers from Norway to Poland to the northeast Baltic, commencing — again — in the 1570s; 4) aggressive enlargements of the Vistula's cash-crop cereal agriculture (and consequential deforestation) after 1550, providing an indispensable hedge against food insecurity for Dutch capitalism; 5) the rise of the "Potosi of the North," Sweden's Stora Kopparberg, sending copper (the lithium of the seventeenth century) to sugar planters, arms manufacturers, and artisans across the Atlantic; 6) the relocation of Iberian shipbuilding to the Americas, where places like Salvador da Bahia and Havana would boast important shipyards by the early seventeenth century; 7) the remarkable expansion of fishing fleets into the North Atlantic, marking a signal moment of the "Great Hunt"; and 8) the Caribbean sugar revolution, first making landfall in Barbados but rapidly extending to Jamaica and thence French islands like Martinique and St. Domingue. This is hardly an exhaustive list.⁷

The unprecedented character of this early capitalist environment-making revolution is impossible to overstate. Both scale and scope are impressive. Perhaps most significant, however, was its temporal character. In the long, cold seventeenth century, the "time of capital" sharply accelerated — and to quote Burkhardt, it did so "in terrifying fashion" (1979, p. 224). The antagonism between capital's drive to reduce socially-necessary turnover time systematically combined with imperialist projects to create the conditions for the appropriation of unpaid work — *accumulation by appropriation*. This marked the modern formation of the Femitariat and Biotariat — the specifically binarized moments of unpaid human and extra-human reproductive work necessary to capitalism's Cheap Nature regime. These were dialectically bound to an extraordinary acceleration of gendered, racialized, and colonial proletarianization (FEDERICI, 2004; LINEBAUGH; REDIKER, 2000; TILLY, 1984). This Great Proletarianization — understood as the differentiated unity of Proletariat-Biotariat-Femitariat — depended on the era's two pivotal frontiers: commodity frontiers across the Americas and eastern

⁶ On political exchange, see Arrighi (2010).

⁷ Detailed references to these and other epochal transformations can be found in Moore (2010a; 2010b; 2017d; 2018b). The "Great Hunt" is John F. Richards' term (RICHARDS, 2003). The "Great Hunt" is John F. Richards' term (RICHARDS, 2003).

Europe, and the Great Domestication, whose guiding thread held that Man stood before Woman as the Bourgeoisie stood before Nature. Great Proletarianization and Great Domestication were mutually dependent and mutually reinforcing, a dialectic essential to the seventeenth-century climate fix. Without Cheap Labor there were no workers to labor in — or profits to be ripped from — the fields, mines, workshops, forests, and cities of early capitalism. Without these forcibly extracted labor frontiers, moreover, the limits to appropriating extra-human work/energy (and associated environmental change) were insuperable. Every environmental sacrifice zone — then as now — depended on workers, successively cheap and disposable.

It was in this socio-physical conjuncture that capitalism's climate fix issued a "time-space compression" that degraded not only the soil but the worker (HARVEY, 1989). It ushered in epoch-making relations of power, profit and life that accelerated historical change beyond anything known before Columbus. For millennia prior to 1492, the pace of landscape change was measured in centuries. When peasants in medieval Picardy set about clearing land in the twelfth century, it took two centuries to clear 12,000 hectares. Fast forward to northeastern Brazil at the apex of its sugar revolution. During the glorious 1650s, Bahia's sugar mills compelled the destruction of 12,000 hectares of forest... *every year* (MOORE, 2017d).

The resulting destruction of the Atlantic rainforest was therefore a class dynamic. Some humans, the possessors of money and power, directed the work of other humans — how easily do we forget that the plantation slave was proletarian!⁸ These proletarians were — as ever under conditions of racialized and gendered superexploitation — disposable. As Marx knew, the devastation of "the soil" was the product of a regime that devastated the worker, and enriched the bourgeois, in this case the planters and the merchant-bankers that financed them. That regime's managerial logic, Schwartz observes in his classic study of class conflict in Brazil's seventeenth-century sugar zones, was simple enough: "extract as much labor at as little cost as possible" (SCHWARTZ, 1970, p. 317). (Marx intuited as much in the chapter on the Working Day in *Capital* (1977, p. 340-389). The commodity frontier was a demographic black hole; its commodities bled from every pore. A quarter-million African slaves who disembarked in Bahia and Pernambuco between 1600 and 1650. By the latter date, northeastern Brazil struggled to maintain a slave population of just 60,000. (Nor have we considered the Middle Passage's heartbreaking mortality.)

The exhaustion of labor-power in the fields and forests presumed not just terrestrial frontiers of seemingly limitless abundance, but also Africa's labor frontiers. For every landgrab and occupation, "physically uncorrupted" sources of fresh labor-power had to be found, secured, and supplied (MARX, 1967, p. 256). Every commodity frontier presumes a new labor frontier. And so it was that the sugar frontier joined with slaving frontiers within Africa, whose autonomous political dynamics increasingly articulated with the newly racialized "labor market" of the trans-Atlantic slave trade. Brazil's sugar revolution was of a piece with the geographical re-centering of the slave trade southwards towards Angola. By the dawn of the eighteenth century, the slaving frontier had exhausted coastal Angolan supplies. Its tentacles quickly reached far towards the interior (MILLER, 1988; THORNTON, 1992).

⁸ On plantation proletarianization and the trans-Atlantic class struggles of the long, cold seventeenth century, see Linebaugh and Rediker (2000).

All of which informs the essential geographical insight of the commodity frontier approach: the very strategies of “ecological hit-and-run” underpinning the rapid creation and appropriation of Proletariat and Biotariat ensured their relative exhaustion. The pattern of socio-ecological exhaustion across commodity frontiers is clear. In one region after another, regional profitability faltered — again relative to potential greenfield sites on the frontiers. Crucially, as Marx observes about the exhaustion of *human* natures in capitalist production, such exhaustion is possible *because* of the frontier strategy itself — hence capital’s dependence upon (and its political exchange with) empire. The shift from Brazil to the Caribbean after 1650 is a good example. Commodity frontiers were patterns of geographical movement, producing and produced by their socio-ecological antagonisms. This pattern of geographical movement was driven by a complex and multi-layered ecology of power, profit and life. In these studies of socio-ecological exhaustion, one quickly confronts a substantialist temptation — to see exhaustion as the depletion of substances rather than relations that involve substances. The point is anything but metaphysical.⁹ *The exhaustion of successive commodity frontiers was tendentially — and on the ground, increasingly — increasingly overdetermined by proletarian revolt.* Haiti’s sugar revolution was stopped dead by proletarian insurgency, not soil exhaustion (FICK, 2000; JAMES, 1989; SCHWARTZ, 1992).¹⁰

The exhaustion of the soil and the worker was indeed pivotal. They cannot be reduced to its regional moment. The commodity frontier was at once regional and systemic. Caribbean slaves, sugar, and soils were world-historical figures, and must be situated within worldwide capital flows, geopolitics, and transformations of metropolitan industry — as the Second Slavery after 1793 would demonstrate (TOMICH, 2004). The trail of socio-ecological devastation that followed in the wake of commodity frontiers is therefore most effectively situated within two historical-geographical layers — movements between regions, and movements between successive world hegemonies and the world-ecological regimes in which they are embedded. This allows us to join the imperial-bourgeois projects of remaking world nature to the opening of specific commodity frontiers, which in one era produce the conditions for new (and expanded) commodity frontiers in the next. Rising demand there was, but this accounts for only part of the geographical movement. “The commodity” and the “world market” play their roles, but the most prodigious increases in consumption — as cotton and sugar demonstrate — *followed* the most prodigious moments of primary output expansion (MOORE, 2017e). Commodity frontiers *enabled* metropolitan industrialization — which in turn reinforced pressures to intensify output. Was this not the case with Cheap cotton from the American South in the late eighteenth century? Marx thought as much, insisting on cotton’s cheapness: “It was only the large fall in the price of cotton which enabled the [British] cotton industry to develop in the way that it did. The *dearer* the material..., the less are machinery and the division of labor applied in transforming it” (MARX, 1971, p. 368, emphasis added). This antagonism expressed yet another powerful contradiction, no less significant: between the expanded accumulation of capital and the simple reproduction of life. The movement of primary commodity production into new frontiers implied, and indeed necessitated the advance of primary

⁹ This conception of exhaustion is therefore relational and not naively substantialist, as in the Malthusian frame. See Moore (2015).

¹⁰ On the “turning point” of the Haitian Revolution see E. D. Genovese (1979, p. 82).



commodity production into yet newer frontiers whose “natural fertility” could “act like an increase in fixed capital” (MARX, 1973, p. 748).

TRANSITIONS, CRISES, AND THE PLANETARY PROLETARIAT AT THE END OF THE HOLOCENE

Marques demonstrates, through the commodity chain optic, that capitalism did not form within a reified Europe and then expand. Early capitalism’s commodity chains formed and reformed through dynamic webs of capital, power, and life. This was — as Marques underlines — a *productivist* turn. It was also deeply proletarianizing — albeit in a manner distinct from its stylized Eurocentric rendering.

I have done my best to sketch how the power of Marques’ argument may be extended by situating these commodity chains within the Great Frontier, grasped as unit of observation *and* as a decisive world-ecological strategy of the imperial bourgeoisie. That strategy is, ultimately, the strategy of Cheap Nature, aimed at creating the Great Frontier so that the Four Cheaps — labor, food, energy and raw materials — can be delivered into the vortex of world accumulation (WALKER; MOORE, 2019).

Capitalism, in other words, formed *through* the Great Frontier. Commodity frontiers — especially in sugar planting and silver mining — were the Great Frontier’s most spectacular crystallizations. (Others, like the Great Domestication of so-called women’s work, were equally decisive) (PATEL; MOORE, 2017). Frontiers, in this rendering, were not about linear boundaries on the edges of a cartographic projection (itself a frontier technology): they were strategies of power, profit and life, and geographical flashpoints of their contradictions. *Commodity frontiers* were, crucially, not regions as such but patterns of inter-regional movement. The *sugar commodity frontier*, in this rendering, was the grand arc of the sugar/slaving complex as it moved across the capitalist Atlantic. Friedrich Engels’ observation, in an 1873 letter to Marx, readily applies to commodity frontiers: “To identify the different kinds of motion is to identify the bodies themselves” (apud BANAJI, 2010, p. 58).

This geographical restlessness was not happenstance. The endless conquest of the Earth and the endless accumulation of capital are two expressions of a singular process: the rise and ongoing demise of the capitalist world-ecology (MOORE, 2015; 2014). Imperialism is the glue that binds the two moments together. The intimate connection between endless conquest and endless accumulation is not, however, well understood — even on the left. Many continue to believe that capitalism will continue “until the last tree is cut” (MOORE, 2017). But capitalism’s foremost rule of reproduction is not simply *grow or die*; it is in equal measure *conquer or die*. Every great wave of accumulation is premised on a new imperialism, whose chief world-historical task is to create a Planetary Proletariat — the differentiated unity of Proletariat, Femitariat, and Biotariat — suitably cheap and tractable to ensure renewed accumulation.

Capitalism does not *act upon* an external Nature. Capitalism *develops through* the web of life; it develops “specifically harnessed natural forces” whose contradictions progressively activate, in successive turns, capitalist booms and planetary necrosis. The commodity frontier thesis proposes that capitalism emerged through a prodigiously generative nexus of class and territorial power that appropriated the unpaid work of the Biotariat and Femitariat as the condition for proletarianization. Out of the Great Frontier strategy formed not only modern proletariats but also manifold forms of socially-



necessary *unpaid* work — above all, the Biotariat, understood as the quantum of extra-human nature put to work by capital and empire, and the Femitariat, the overwhelmingly feminized relations of overwhelmingly unpaid social-reproductive work. This trinity is not an eclectic and chaotic combination; it differentiates and unifies the imperial-bourgeoisie's *longue durée* effort to put webs of life to work as cheaply as possible. That *longue durée* strategy emerged, and has been sustained through the centuries, on the knife-edge of the Great Frontier, through its circuits of capital and empire.

May I close with a modest suggestion? Marques references the threat of “environmental collapse.” Here Wallerstein’s emphasis on *crisis* as fundamental turning points is perhaps more useful than collapse, which has become a trope of neo-Malthusian and neo-Hobbesian environmentalist thought (DIAMOND, 2017). Arguably its two greatest “test cases” are the crisis of the Roman West in the long fifth century, and the crisis of feudal Europe in the long fourteenth century (MOORE; MOLINERO-GERBEAU, 2021). The imagery is one of chaos and great suffering. The reality is more complex, and hopeful. Both eras were characterized by the resurgent power and creativity of the producing classes. They were “golden ages” in living standards for the vast majority.

Is today’s crisis different? Surely it is. But the conjuncture of climate change, class conflict, and civilizational crisis bears close scrutiny. *Collapse* and the neo-Malthusian Imaginary yields a Green version of Thatcher’s neoliberal dictum: “There is no alternative.” But there *is* an alternative. It gestates in the womb of the Planetary Proletariat. An *analytical* alternative was sketched, nearly a half-century ago, by Immanuel Wallerstein. Reframing the crisis of feudalism as a “socio-physical conjuncture” shaped by the dawn of the Little Ice Age in relation to “generalized class war” between lord and peasant, Wallerstein grasped the nettle of the problem: transitions from one mode of production to another are class struggles in the web of life. And the *political* alternative? Here we find an antidote the mystifications of bourgeois naturalism, and the pious incantations of Man and Nature in the Anthropocene. We find instead the possibilities of the Planetary Proletariat in the Capitalocene.

REFERENCES

ANGUS, Ian. *Facing the Anthropocene*. New York: Monthly Review Press, 2016.

ARRIGHI, Giovanni. *The Long Twentieth Century*. London: Verso, 2010 [1994].

BANAJI, Jairus. *Theory as history*. Leiden: Brill, 2010.

BRAUDEL, Fernand. History and the social sciences: the *longue durée*. Translated by: Immanuel Wallerstein. *Review (Fernand Braudel Center)*, Binghamton, v. 32, n. 2, p. 171-203, 2009.

BRAUDEL, Fernand; SPOONER, Frank C. Prices in Europe from 1450 to 1750. In: RICH, E. E.; WILSON, C. H. (ed.). *The Cambridge economic history of Europe*. v. IV. London: Cambridge University Press, 1967. p. 378–486.



BRENNER, Robert. Agrarian class structure and economic development in pre-industrial Europe, *Past & Present*, Oxford, v. 70, p. 30-75, 1976.

BROOKE, John L. *Climate change and the course of global history*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

BURKHARDT, Jacob. *Reflections on History*. Translated by M. D. Hottinger. Indianapolis: Liberty Fund, 1979.

CAMERON, Catherine M.; KELTON, Paul; SWEDLUND, Alan C. (ed.). *Beyond germs: Native depopulation in North America*. Tucson: University of Arizona Press, 2015.

CASTRO, Antonio Barros de. *The colonial economy, capitalist or not?* [Transcription of a talk] Seminar 2: Historical geography of social and economic structures of the modern world-system. Binghamton: Fernand Braudel Center, Feb. 16, 1977.

CHILDE, V. G. *Man makes himself*. New York: Mentor, 1951.

COLLIS, Stephan. *Once in Blockadia*. Vancouver: Talon Books, 2016.

CRONON, William. *Nature's Metropolis*. New York: W.W. Norton, 1991.

DIAMOND, Jared. *Collapse*. New York: Viking, 2004.

FEDERICI, Silvia. *Caliban and the Witch*. Brooklyn: Autonomedia, 2004.

FICK, Carolyn. Emancipation in Haiti: from plantation labour to peasant proprietorship. *Slavery and Abolition*, London, v. 21, n. 2, p. 11-40, 2000.

GENOVESE, E. D. *From rebellion to revolution*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1979.

HARVEY, David. *The condition of postmodernity*. Oxford: Basil Blackwell, 1989.

HILTON, Rodney H. Y eut-il une crise générale de la féodalité ? *Annales E.S.C.*, Paris, v. 6, n. 1, 1951.

HILTON, Rodney H. (ed.). *The transition from feudalism to capitalism*. London: New Left Books, 1976.

HOPKINS, T. K. World-systems analysis. In: HOPKINS, T. K.; WALLERSTEIN, Immanuel *et al.* (ed.). *World-Systems analysis*. Beverly Hills: Sage, 1982. p. 145-158.

JAMES, C. L. R. *The Black Jacobins: Toussaint L'Ouverture and the San Domingo Revolution*. Vintage, 1989.



LADURIE, Emmanuel Le Roy; DAUX, Valerie. The climate in Burgundy and elsewhere, from the fourteenth to the twentieth century. *Interdisciplinary Science Reviews*, London, v. 33, n. 1, p. 10-24, 2008.

LENIN, Vladimir I. The chain is no stronger than its weakest link. Translated by: Isaacs Bernard. In: LENIN, Vladimir I. *Lenin Collected Works*. v. 24. Moscow: Progress Publishers, 1964. p. 519-520. [First published in:] *Pravda*, Moscow, v. 67, 27 May 1917. *Marxists Internet Archive* (Online). Available at: <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1917/may/27.htm>. Accessed: 30 Nov. 2021.

LEWIS, Simon L.; MASLIN, Mark A. Defining the Anthropocene. *Nature*, London, v. 519, p. 171-180, 11 Mar. 2015.

LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. *The many-headed hydra*. Boston: Beacon, 2000.

MARQUES, Leonardo. Commodity Chains and the Global Environmental History of the Colonial Americas. *Esboços*, Florianópolis, v. 28, n. 49, p. 640-667, set./dez. 2021.

MARX, Karl. *Capital*. Volume I. New York: International Publishers, 1967.

MARX, Karl. *Theories of surplus value*. Vol. III. Moscow: Progress Publishers, 1971.

MARX, Karl. *Grundrisse*. Translated by: M. Nicolaus. New York: Vintage, 1973.

MARX, Karl. *Capital*. Volume. I. New York: Vintage, 1977.

MARX, Karl; ENGELS, Fredrick. *Collected Works, Vol. 5: 1845-1847*. London: Lawrence and Wishart, 2010.

MIES, Maria. *Patriarchy and accumulation on a world scale*. London: Zed, 1986.

MILLER, Joseph A. *The way of death*. Madison: University of Wisconsin Press, 1988.

MOORE, Jason W. Environmental crises and the metabolic rift in world-historical perspective. *Organization & Environment*, Los Angeles, v. 13, n. 2, p. 123-158, 2000a.

MOORE, Jason W. Sugar and the Expansion of the Early Modern World-Economy, *Review (Fernand Braudel Center)*, Binghamton, v. 23, n. 3, p. 409-433, 2000b.

MOORE, Jason W. Marx's Ecology and the environmental history of world capitalism. *Capitalism Nature Socialism*, London, v. 12, n. 3, p. 134-139, 2001.

MOORE, Jason W. The modern world-system as environmental history? ecology and the rise of capitalism. *Theory and Society*, London, v. 32, n. 3, p. 307-377, 2003a.



MOORE, Jason W. Nature and the transition from feudalism to capitalism. *Review (Fernand Braudel Center)*, Binghamton, v. 26, n. 2, p. 97-172, 2003b.

MOORE, Jason W. Silver, ecology, and the origins of the Modern World, 1450-1640. In: MCNEILL, J. R.; MARTINEZ-ALIER, Joan; HORNBORG, Alf (ed.). *Rethinking environmental history*. Lanham: AltaMira Press, 2007. p. 123-142.

MOORE, Jason W. Madeira, sugar, & the conquest of nature in the 'first' sixteenth century, Part I: from 'Island of Timber' to Sugar Revolution, 1420-1506. *Review (Fernand Braudel Center)*, Binghamton, v. 32, n. 4, p. 345-390, 2009.

MOORE, Jason W. 'Amsterdam is standing on Norway', Part I: the alchemy of capital, empire and nature in the diaspora of silver, 1545-1648. *Journal of Agrarian Change*, London, v. 10, n. 1, p. 33-68, Jan. 2010a.

MOORE, Jason W. 'Amsterdam is standing on Norway' Part II: the global North Atlantic in the ecological revolution of the Long Seventeenth Century. *Journal of Agrarian Change*, London, v. 10, n. 2, p. 188-227, Apr. 2010b.

MOORE, Jason W. Madeira, sugar, and the conquest of nature in the 'first' sixteenth century, Part II: from regional crisis to commodity frontier, 1506-1530. *Review (Fernand Braudel Center)*, Binghamton, v. 33, n. 1, p. 1-24, 2010c.

MOORE, Jason W. The end of cheap nature, or, how I learned to stop worrying about 'the' environment and love the crisis of capitalism. In: SUTER, C.; CHASE-DUNN, C. (ed.). *Structures of the world political economy and the future of global conflict and cooperation*. Berlin: LIT, 2014. p. 285-314.

MOORE, Jason W. *Capitalism in the web of life: ecology and the accumulation of capital*. London: Verso Press, 2015.

MOORE, Jason W. (ed.). *Anthropocene or Capitalocene?* Oakland: PM Press, 2016.

MOORE, Jason W. Confronting the popular Anthropocene: toward an ecology of hope. *New Geographies*, Cambridge, v. 9, p. 186-191, 2017a.

MOORE, Jason W. Anthropocenes & the Capitalocene alternative. *Azimuth*, Rome, v. 5, p. 71-80, 2017b.

MOORE, Jason W. Metabolic rift or metabolic shift? Dialectics, nature, and the world-historical method, *Theory & Society*, Berlin, v. 46, n. 4, p. 285-318, 2017c.

MOORE, Jason W. The Capitalocene, Part I: on the nature and origins of our ecological crisis. *The Journal of Peasant Studies*, London, v. 44, n. 3, p. 594-630, 2017d.

MOORE, Jason W. World accumulation and planetary life, or, why capitalism will continue until the 'last tree is cut'. *IPPR Progressive Review*, London, v. 24, n. 3, p. 175-202, 2017e.

MOORE, Jason W. Slavery Earth & the world-historical imagination in the age of climate crisis. *PEWS News: Newsletter of the Political Economy of the World-System Section*, American Sociological Association, Washington, p. 1-4, Spring, 2018a.

MOORE, Jason W. The Capitalocene, Part II: Accumulation by Appropriation and the Centrality of Unpaid Work/Energy, *The Journal of Peasant Studies*, London, v. 45, n. 2, p. 237-279, 2018b.

MOORE, Jason W. The capitalocene and planetary justice. *Maize*, Milan, v. 6, p. 49-54, 2019a.

MOORE, Jason W. *Making sense of the planetary Inferno: planetary justice in the Web of Life*. [Public lecture] Moscow: Garage Museum of Contemporary Art, 2 July, 2019.

MOORE, Jason W.; MOLINERO-GERBEAU, Yoan. Del gran abaratamiento a la gran implosión: clase, clima y la Gran Frontera. *Relaciones Internacionales*, Madrid, v. 47, p. 11-52, June/Sept. 2021. Available at: https://revistas.uam.es/relacionesinternacionales/article/view/relacionesinternacionales2021_47_001. Accessed: 1 Dec. 2021.

MURRAY, Patrick. *Marx's theory of scientific knowledge*. Atlantic Highlands: Humanities Press, 1988.

PATEL, Raj; MOORE, Jason W. *A history of the world in seven cheap things*. Berkeley: University of California Press, 2017.

RICHARDS, John F. *The unending frontier*. Berkeley: University of California Press, 2003.

RUDDIMAN, William F. *Plows, plagues, and petroleum: how humans took control of climate*. Princeton: Princeton University Press, 2005.

SCHWARTZ, Stuart B. The *Mocambo*: slave resistance in colonial Bahia. *Journal of Social History*, Oxford, v. 3, n. 4, p. 313-333, Spring, 1970.

SCHWARTZ, Stuart B. *Sugar plantations in the formation of Brazilian society*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

SCHWARTZ, Stuart B. Rethinking Palmares. In: SCHWARTZ, Stuart B. *Slaves, Peasants, and Rebels*. Urbana: University of Illinois Press, 1992. p. 103-136.

SPOONER, Frank C. *The international economy and monetary movements in France, 1493-1725*. Cambridge: Harvard University Press, 1972.



TAWNEY, R. H. The rise of the gentry, 1558-1640. *Economic History Review*, London, v. 11, n. 1, p. 1-38, Oct. 1941.

THORNTON, John K. *Africa and Africans in the making of the modern world, 1400-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

TILLY, Charles. The demographic origins of the European proletariat. In: LEVINE, David (ed.). *Proletarianization and family history*. Orlando: Academic Press, 1984. p. 11-55.

TOMICH, Dale. *Through the prism of slavery*. Lanham: Rowman and Littlefield, 2004.

WALKER, Richard; MOORE, Jason W. Nature, Value, and the Capitalist Vortex. In: SWYNGEDOUW, Eric; ERNSTON, Henrik. (ed.). *Interrupting the Anthro-po-ob(S)cene*. New York: Routledge, 2019. p. 48-68.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The modern world-system, I*. New York: Academic Press, 1974.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The capitalist world-economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

WALLERSTEIN, Immanuel. Maps, maps, maps. *Radical History Review*, Durham, v. 24, p. 155-159, 1980.

WALLERSTEIN, Immanuel. Nationalism and the world transition to socialism. *Third World Quarterly*, London, v. 5, n. 1, p. 95-102, Jan. 1983a.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Historical Capitalism*. London: Verso, 1983b.

WALLERSTEIN, Immanuel. The West, capitalism, and the modern world-system. *Review (Fernand Braudel Center)*, Binghamton, v. 15, n. 4, p. 561-619, 1992.

WEBB, Walter Prescott. The great frontier: a disappearing boom. *The Georgia Review*, Athens-Clarke, v. 8, n. 1, p. 17-28, 1954.

AUTHOR'S NOTES

AUTHOR DETAILS

Jason W. Moore: PhD. Associate Professor, Binghamton University State University of New York, Sociology Faculty, Binghamton, NY, United States.

CORRESPONDING ADDRESS

Department of Sociology, Binghamton University, PO Box 6000, 13902-6000, Binghamton, NY, United States.



SOURCE OF THE ARTICLE

Partial results of the presented work have been presented at World-Ecology Research Group, Binghamton University, in 2021, with the title “Climate, Class & the Great Frontier: From Primitive Accumulation to the Great Implosion”. Available at: <https://jasonwmoore.com/wp-content/uploads/2021/09/Moore-Class-Climate-and-the-Great-Frontier-circulating-September-2021.pdf>.

FUNDING

Not applicable.

ETHICS COMMITTEE APPROVAL

Not applicable.

CONFLICT OF INTEREST

There is no conflict of interest.

LICENSE OF USE

© Jason W. Moore. This article is licensed under the Creative Commons License CC-BY. With this license, you can share, adapt, create for any purpose, as long as the authorship is properly attributed.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Graduate Program in History. UFSC Journal Portal. The ideas expressed in this article are the sole responsibility of its authors, and do not represent, necessarily, the opinion of the editors or the University.

EDITORS

Fábio Augusto Morales
Flávia Florentino Varella (Editor-in-chief)

HISTORY

Received on: August 8, 2021.
Approved on: November 11, 2021.

How to cite: MOORE, Jason W. Empire, class and the origins of planetary crisis: the Transition Debate in the Web of Life. *Esboços*, Florianópolis, v. 28, n. 49, p. 740-763, set./dez. 2021.



QUEM TEM MEDO DA DISCIPLINA DA HISTÓRIA? BREVES REFLEXÕES SOBRE INTERDISCIPLINARIDADE E A HISTÓRIA DO CAPITALISMO EM DIÁLOGO COM LEONARDO MARQUES

Who's afraid of the discipline of History? Brief reflections on
interdisciplinarity and the history of capitalism in dialogue with
Leonardo Marques

Waldomiro Lourenço da Silva Júnior^a

 <https://orcid.org/0000-0002-9834-6573>

E-mail: waldomiro.silva@ufsc.br

^a Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas,
Departamento de História, Florianópolis, SC, Brasil

DEBATE

Colapso ambiental e histórias do capitalismo

RESUMO

Este artigo consiste em um diálogo com o historiador Leonardo Marques, com base no artigo de sua autoria *Cadeias mercantis e a história ambiental global das Américas coloniais*, publicado na seção debate da revista *Esboços*. Tendo em vista discutir o lugar da interdisciplinaridade no estudo da história do capitalismo, destaco basicamente três aspectos: a forma como o autor explora a metodologia delineada por Hopkins e Wallerstein em torno da noção de cadeia da mercadoria; o problema em torno da incorporação da perspectiva do sistema-mundo e das contribuições próprias da ciência da história para uma história ambiental global; o diálogo necessário com a geociências para a fundamentação da abordagem.

PALAVRAS-CHAVE

Capitalismo; História Ambiental Global; Disciplina da História.

ABSTRACT

This paper is a dialogue with historian Leonardo Marques, based on his article *Commodity Chains and the global environmental history of the colonial Americas*, published in the debates section of the journal *Esboços: Histories in Global Contexts*. In order to discuss the place of interdisciplinarity in the study of the history of capitalism, I basically highlight three aspects: the way in which the author explores the methodology proposed by Hopkins and Wallerstein around the notion of a commodity chain; the problem surrounding the incorporation of the world-system perspective and the contributions of the science of history to a global environmental history; the necessary dialogue with the geosciences to substantiate the approach.

KEYWORDS

Capitalism; Global Environmental History; Discipline of History.

O aumento exponencial da capacidade humana de interferir nos processos de longo prazo do meio ambiente coloca na ordem do dia a análise integrada de fenômenos e escalas temporais humanas e planetárias, configurando, possivelmente, o que Dipesh Chakrabarty (2020, p. 7-67) chamou de regime antropocênico de historicidade. Com efeito, refletir sobre a escrita da história nos dias de hoje, em que o tempo do mundo se acelera de forma simbiótica com o colapso ambiental, é o que move em primeiro lugar o artigo de Leonardo Marques. A história segue filha de seu tempo.¹

Para enfrentar o desafio de “desenvolver uma perspectiva global crítica que seja capaz de incorporar propriamente os tempos da natureza”, Marques (2021, p. 671) defende, antes de mais nada, a importância de se compreender a historicidade das relações com o planeta. Ele recusa a imagem generalista e teleológica de um ímpeto indistintamente predatório associado a toda a humanidade. Tomando o exemplo de interações transformadoras não destrutivas observadas entre povos indígenas, o autor se perfila entre os que compreendem ter sido sob o capitalismo que os seres humanos se tornaram “agentes geológicos”, sistematicamente danosos ao meio ambiente, capazes até de promoverem alterações climáticas em escala global. Portanto, estudar o desenvolvimento desse modo de produção — expressão tomada no texto segundo a ótica de Donald Worster (1990) —, sorvedouro insaciável de recursos naturais para a reprodução do Capital, impõe-se como tarefa essencial para uma história ambiental global.

Como proceder analiticamente para tal efeito? Como diria Fernand Braudel, mal formulamos a questão e a imensidão já nos devora. De todo modo, Marques procura tratar com objetividade o problema, o que é facilitado pelo fato de que ele não sofre do complexo de Édipo acadêmico que acomete muitos pesquisadores. Ao invés de tentar “inventar a roda” novamente, ele busca inspiração na perspectiva metodológica desenvolvida nos marcos da abordagem dos sistemas-mundo. Mais especificamente, nas formulações de Hopkins e Wallerstein sobre a noção de cadeia mercantil, assim como em desdobramentos posteriores nos trabalhos desses e de outros autores por eles inspirados. Em termos gerais, trata-se de se investigar de forma aprofundada e abrangente o nexos entre produção, circulação e consumo de mercadorias específicas.

Aprofundamento quanto à temporalidade histórica e abrangência quanto aos circuitos espaciais e ao conjunto de relações envolvidas na divisão internacional do trabalho, visando expor a interdependência transnacional das atividades produtivas. Nas palavras de Marques (2021, p. 675), “um retorno aos usos clássicos do conceito de cadeia mercantil pode oferecer um poderoso instrumento para compreendermos a pluralidade de tempos que forma o capitalismo enquanto sistema histórico e suas mudanças no tempo”. Contudo, quanto ao método empregado, o retorno promovido é parcial, incompleto. Hopkins e Wallerstein têm uma proposta metodológica mais complexa do que aquela efetivamente adotada por Marques, com uma ordem de procedimentos bem definida. Trata-se de uma espécie de método progressivo-

¹ Tive a enorme satisfação de compor a mesa que discutiu a primeira versão do artigo em tela no I Simpósio de História Global da UFSC, em dezembro de 2018. Satisfação renovada pela oportunidade de tecer estes comentários para a revista *Esboços* sobre o texto final. O propósito aqui é provocar o debate em torno de alguns aspectos que chamaram especialmente minha atenção. Nenhuma das considerações aqui realizadas é capaz de solapar as evidentes e importantes contribuições do artigo de Leonardo Marques, dileto parceiro de trabalhos passados, presentes e futuros.

-regressivo pelo qual a reconstituição começa com a análise da operação final (os pontos para os quais o produto acabado foi enviado para consumo são anotados primeiro), voltando-se, no momento seguinte da análise, de forma sequencial e retroativa, até o momento da obtenção de insumos e matérias-primas (HOPKINS; WALLERSTEIN, 1986, p. 159-160).

A aproximação sobre a produção, esfera na qual os autores dispensam maior atenção, é realizada, em primeiro lugar, mediante a identificação das operações produtivas principais. Cada uma delas representa um nó da cadeia, com seus próprios desdobramentos. Mapeia-se então múltiplos subcomponentes, cada um com suas próprias cadeias. O tipo de mão de obra empregada também deve ser explicitado, indo-se da caracterização mais geral até o tipo de alimentação consumida. Todos esses procedimentos constituem somente a primeira etapa na metodologia de análise da produção. A segunda etapa consiste em se registrar e analisar quatro atributos para cada operação ou nó: (1) as características gerais dos fluxos envolvendo cada nó (processos que o antecedem e o sucedem); (2) os tipos predominantes de relações de produção no interior de cada nó; (3) a organização da produção, incluindo a tecnologia empregada e a escala da unidade produtiva; (4) a geografia das operações em questão. Como sustentam Hopkins e Wallerstein (1986, p. 161-162), um estudo com esse nível de detalhamento, além de identificar as feições assumidas pela divisão do trabalho na produção das mercadorias examinadas, permite que sejam avaliadas as transformações estruturais na organização da cadeia.

Um ponto importante é que os autores afirmam que retrocedem em vez de avançar em seu método por estarem muito mais interessados nas fontes de valor do produto acabado do que nos múltiplos usos das matérias-primas, o que, por si só, cria uma questão para a perspectiva da história ambiental. Leonardo Marques, por seu turno, adota uma análise linear da cadeia das mercadorias que seleciona, dando bastante destaque, logo de partida, para as matérias-primas empregadas no processo produtivo, explicitando sua transformação inicial e o impacto que gerado no meio ambiente. A análise então progride até as operações finais, abarcando alguns dos pontos de análise sinalizados por Hopkins e Wallerstein, como as características das relações de produção, tipo de mão de obra empregada e geografia das operações. A cobrança aqui não é pela replicação fidedigna da metodologia inicialmente elaborada para o estudo da cadeia das mercadorias, mas pela problematização da diferença e da eventual necessidade de adaptação metodológica tendo-se em vista o fim específico de uma história ambiental global.

Um segundo ponto do artigo ao qual chamarei atenção diz respeito ao comentário feito sobre o livro *From Silver to Cocaine*, uma coletânea que compreende estudos também dedicados à cadeia mercantil (TOPIK; FRANK; MARICHAL, 2006). Marques, embora reconheça os vários méritos do volume, observa um distanciamento em relação à proposta de Hopkins e Wallerstein, que veem a cadeia mercantil como um mote para a análise de processos sistêmicos mais abrangentes. Diferentemente, nos trabalhos que compõe o livro, a cadeia mercantil acaba sendo um fim em si mesmo. Marques atribui isso a uma “disciplinarização excessiva da abordagem”, cujos indícios são a ênfase no comércio — em detrimento das outras pontas extremas da cadeia, produção e consumo — em função da maior disponibilidade de fontes, bem como o abandono da perspectiva teórica que sustentava a formulação original de Hopkins e Wallerstein, que oferece “um poderoso instrumento para compreendermos

a pluralidade de tempos que forma o capitalismo enquanto sistema histórico e suas mudanças no tempo” (MARQUES, 2021, p. 675).

Sem sair em defesa de seu destinatário, destaco a substância da crítica. Chama atenção que empirismo exacerbado, redução da unidade de análise e abandono da teorização do tempo histórico são tomados por nosso autor como sinais de “disciplinarização excessiva da abordagem”. Muitas décadas atrás, a história desceu de sua árvore, procurando interpretar, explicar, em vez de somente reconstituir, nutrindo-se, para isso, da interdisciplinaridade. Retroceder neste aspecto representa indubitavelmente um problema, uma camisa de força epistemológica. Ademais, em termos mais específicos, não resta dúvida de que uma história ambiental global pode tirar muito proveito do modelo estabelecido no âmbito da sociologia histórica de Hopkins e Wallerstein. Mas tal proveito será limitado caso a contribuição de nosso ofício seja reduzida ao manejo de fontes de arquivo.

Nas palavras Marques (2021, p. 675), “um retorno aos usos clássicos do conceito de cadeia mercantil pode oferecer um poderoso instrumento para compreendermos a pluralidade de tempos que forma o capitalismo enquanto sistema histórico e suas mudanças no tempo”. É curioso um historiador de ofício procurar noutra seara justamente tal capacidade, sendo sua própria ciência que em essência se ocupa da dialética da duração. Inegavelmente, foi quando se enamoraram dos postulados de Fernand Braudel, que os artífices da perspectiva do sistema mundial puderam acessar em alguma medida a complexidade do tempo histórico. Nada mais sintomático que o centro de estudos da Universidade de Binghamton tenha levado o nome do célebre historiador francês.

William Sewell Jr. (2017, p. 20), em *Lógicas da História*, fez uma interessante reflexão sobre o intercâmbio possível entre historiadores e cientistas sociais. Além dos tópicos de pesquisa particulares e de um conjunto de saberes sobre os usos de fontes históricas, “os historiadores, qualquer que seja seu tópico particular, também sabem algo mais: como pensar sobre as temporalidades da vida social”. Neste ponto reside uma contribuição valiosa de nossa parte. No entanto, falta-nos muitas vezes sermos teoricamente autoconscientes e propositivos, qualidades proeminentes entre nossos colegas cientistas sociais. Mais importante que isso, porém, seria a forte inclinação deles para o pensamento estrutural. “Enquanto os historiadores tendem a se satisfazer com descrições multifacetadas, mas no fim casualmente difusas, os cientistas sociais tendem a escolher o que consideram ser as características casualmente mais importantes do mundo e a elaborar sua dinâmica sistematicamente” (SEWELL JR., 2017, p. 27).

Possivelmente, foi sobretudo esta última qualidade que atraiu Marques às proposições de Hopkins e Wallerstein. Mas faltou a contrapartida. Faltou fazer ressoar sobre a cadeia mercantil as trombetas de Clio. O caminho seguro estava dado no texto pelas referências diversas aos escritos de Fernand Braudel, que sem dúvida não padece dos “bloqueios” identificados por Sewell Jr. Todavia, suas proposições foram pinçadas apenas para respaldar argumentos empíricos, não para embasar formulações sobre a escrita da história tendo-se em vista a incorporação dos tempos da natureza, objetivo primário do artigo.

A história traz um olhar específico sobre o mundo social que ainda vale a pena cultivar, não pela sua superioridade, mas pela sua substância e alteridade. Isto pode ser constatado, por exemplo, por meio de uma breve comparação entre as obras magistrais de Fernand Braudel e Immanuel Wallerstein. O diálogo e a influência mútua

entre os autores são notáveis. Ambos se perfilam em torno da noção braudeliana de economia-mundo e exploram a história do capitalismo em escala global. Mas a configuração dos respectivos volumes segue orientações consideravelmente distintas, especialmente quanto às dinâmicas temporais.

A maneira como eles demarcam cronologicamente o nascimento da economia-mundo capitalista não coincide exatamente. Braudel chega a retroceder até o longínquo século 12, enquanto Wallerstein situa-o em um longo século 16. Mas o problema das origens, novamente, não é o mais importante. A questão é a concepção mais geral. O modelo do historiador, que se limita à era “pré-industrial”, compreende um esquema tripartite que concentra cada um dos três volumes de *Civilização material, economia e capitalismo* numa dimensão específica do vivido: as estruturas do cotidiano, a economia de mercado e o domínio propriamente do capitalismo. Tais dimensões se integram, mas de forma irregular, desigual e contraditória. Já a série de livros de Wallerstein descreve e analisa momentos sucessivos do desenvolvimento do sistema-mundo moderno, atingindo, no quarto volume, aquele citado por Marques, a antessala da Primeira Grande Guerra.

Embora haja notável sofisticação nas formas como Wallerstein delimita a cronologia de seu grande objeto, identifica e analisa fenômenos de ritmos temporais variados e teoriza a respeito da dialética envolvendo continuidades e transformações, seu enfoque é claramente etapista e, mais importante, reduz a temporalidade à dinâmica mais imediata do sistema capitalista (algo que contaminou, por assim dizer, o texto de Marques). Braudel, pelo contrário, pensa e considera ritmos temporais que extravasam muito a duração da economia-mundo capitalista, articulando tempo e espaço de forma muito mais profunda. Essa diferença não é nada trivial. Ela está relacionada, entre outros aspectos, à forma específica como cada autor define capitalismo. Para o sociólogo, é a trama global que concatena produção, distribuição e consumo — o que evidentemente está na base da noção de cadeia da mercadoria — em benefício da reprodução incessante do Capital. Para Braudel, é apenas o nível superior das relações econômicas; aquela que se volta contra o mercado, encarna feitos monopolistas e atinge lucratividade extraordinária. Assim, temos enquadramentos, explicações e ganhos conceituais distintos a partir de perspectivas disciplinares, que dialogam, por vezes convergem, mas mantêm suas especificidades.

Sem buscar a fusão completa, Marques poderia ter combinado elementos das duas abordagens, aprofundando a análise da multiplicidade temporal de seu objeto. Isso lhe permitiria avançar de fato na incorporação dos tempos da natureza, os quais, não obstante o anúncio do artigo, são escassamente tratados. Inegavelmente, e de forma profícua, questões ambientais aparecem no texto, especialmente na descrição de formas de apropriação das matérias-primas para a produção das mercadorias estudadas. Mas é muito pouco em termos de escala e profundidade. Nesse sentido, cabe salientar que, embora critique a “disciplinarização excessiva”, nosso autor ignora completamente os debates no campo das geociências.

Afinal, como fazer uma história ambiental global sem considerar o que geógrafos, geólogos e até paleoclimatologistas têm a dizer sobre as mudanças climáticas e o papel do ser humano? Existe consenso a respeito da força geológica humana nas geociências? Como o desenvolvimento do capitalismo se encaixa na escala do tempo profundo do planeta, para além de sua temporalidade imediata? O estudo da cadeia mercantil, embora tão promissor quanto há quarenta anos, precisa, nos dias correntes, estar associado a um aprofundamento da geo-história à luz da reflexão

incessante sobre as temporalidades da história e dos avanços das Ciências da Terra. Como destaca Chakrabarty (2020, p. 52-53), “os processos planetários, inclusive aqueles em que os seres humanos interferiram, operam em cronologias diferentes, algumas compatíveis com os tempos humanos, outras vastamente maiores do que está envolvido em cálculos humanos”.

REFERÊNCIAS

CHAKRABARTY, Dipesh. *O planeta: uma categoria humanista emergente*. Traduzido por: Gabriela Baptista. Copenhagen; Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2020. p. 7-67. (Coleção TRAMA).

HOPKINS, Terence K.; WALLERSTEIN, Immanuel. Commodity Chains in the World-Economy Prior to 1800. *Review* [Fernand Braudel Center], Nova York, v. 10, n. 1, p. 157-170, verão, 1986.

MARQUES, Leonardo. Cadeias mercantis e a história ambiental global das Américas coloniais. *Esboços*, Florianópolis, v. 28, n. 49, p. 668-697, 2021.

SEWELL JR., William H. *Lógicas da história. Teoria social e transformação social*. São Paulo: Editora Vozes, 2017.

TOPIK, Steven; FRANK, Zephyr; MARICHAL, Carlos (org.). *From Silver to Cocaine: Latin American Commodity Chains and the Building of the World Economy, 1500–2000*. Durham: Duke University Press, 2006.

WORSTER, Donald. Transformations of the Earth: toward an agroecological perspective in History”. *The Journal of American History*, Bloomington, v. 76, n. 4, p. 1087–1106, 1990.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Waldomiro Lourenço da Silva Júnior: Doutor. Professor Adjunto, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Florianópolis, SC, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Departamento de História/CFH, sala 09, segundo andar, Bloco C, Campus Universitário, Trindade, 88.040-970, Florianópolis, SC, Brasil.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à *Esboços* pela oportunidade de contribuir ao debate e ao Leonardo Marques pela interlocução.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.



CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Não se aplica.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Waldomiro Lourenço da Silva Júnior. Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Fábio Augusto Morales

Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)

HISTÓRICO

Recebido em: 5 de agosto de 2021

Aprovado em: 1 de outubro de 2021

Como citar: SILVA JÚNIOR, Waldomiro Lourenço da. Quem tem medo da disciplina da História? Breves reflexões sobre interdisciplinaridade e a história do capitalismo em diálogo com Leonardo Marques. *Esboços*, Florianópolis, v. 28, n. 49, p. 764-771, set./dez. 2021.





COLONIAL AMERICA AND COMMODITY HISTORY: THE PLURALITY OF TIMES OF HISTORICAL CAPITALISM

Leonardo Marques^a

 <https://orcid.org/0000-0003-1276-2769>

Email: lm@id.uff.br

^a Universidade Federal Fluminense, Instituto de História, Departamento de História, Niterói, RJ, Brazil

DEBATE

Colapso ambiental e histórias do capitalismo

ABSTRACT

This rejoinder addresses many of the issues raised by the commentaries of Crislayne Alfagali, Jack Bouchard, Mary Draper, Waldomiro Lourenço Jr, and Jason Moore regarding my article, “Commodity Chains and the Global Environmental History of the Colonial Americas”. Like that article, this piece is divided into three different sections. First, I discuss several issues related to the discipline, and take the opportunity to further develop some arguments from my initial intervention, particularly the discussion on methodological nationalism. Next, I survey the potentialities and limits of the history of commodities to think about the history of capitalism. Finally, in the third and last section, I explore the debate on the knowledge of Africans and Amerindians in the construction of the Atlantic world as a strategy to tie many of the issues discussed throughout the text.

KEYWORDS

Colonial America; Commodity history; Plural times.

It is a great honor to have my own article discussed in such detail and with such insights as can be seen in the debate section of the current issue of *Esboços*. My initial contribution was written after an invitation to present a paper at the First Symposium of Global History, hosted at the Federal University of Santa Catarina in 2019. Since then I was able to reconsider and refine some of my readings and arguments based on our initial discussion, beginning with the original title of my piece (“Commodity Chains and the Global Environmental History of the Colonial Americas”). The commodity chain approach is but one promising way to write commodity history, not the only one. My intention was to offer a broader overview of different forms of writing based on the historical trajectories of specific commodities. The reference to a “global environmental history” in turn was also not the best description of my interests, since I am less interested in discussing the specific fields of environmental history and global history (in this sense, I fully agree with the excellent comments offered by Jack Bouchard on both fields) than in thinking about the specific history of capitalism and the place of nature in it based on a concept of plural time. Finally, I decided to change “Colonial Americas”, plural, to “Colonial America”, singular. Thus instead of circumventing the long dispute over the concept of America, as its plural form stimulates us to do, I kept the concept in its original continental interpretation for reasons that I believe will be clearer by the end of this essay.¹

HISTORY AND HISTORIOGRAPHY OF CAPITALISM, IN CAPITALISM

Notwithstanding the many critiques of the works of Immanuel Wallerstein over the last half century (some of them fair, others not), one of his most important contributions was to seriously consider the relationship between capitalism and the structures of knowledge of the modern world, including the social sciences. At the time of his writing, that meant challenging the modernization theories that were hegemonic in North American universities and that were part of the author’s own education. Wallerstein was obviously not the first one to challenge the modernizing paradigm, and considered himself to be only one of a long lineage of critics, incorporating fundamental contributions from Latin American, Caribbean, and African social scientists; he was nonetheless one of its harshest and most persistent critics, carefully considering the usefulness of concepts such as “society,” which has in fact been widely used in unreflective ways and not only by modernization theorists. The idea of a world-system emerged in this process as part of his work as an Africanist during the 1960s and his growing perception that the prescriptions offered by modernization ideologues took the nation state as their unit of analysis (and, consequently, of action), ignoring wider processes - especially the capitalist world-economy and the interstate system that supported it - that shaped and was shaped by those national realities.²

I begin with these considerations because one of the main aspects of my initial contribution was indeed to suggest that historians have a lot to gain from a serious dialogue with the world-systems perspective. The search for this dialogue comes from

¹ On the concept of América cf. Moya (2011, p. 5).

² For an overview of his trajectory and the world systems perspective, cf. Wallerstein (2000).

the perception that we are living in a structural crisis of various levels, or an eco-crisis, to use the term of Luiz Marques (2018), which has in capitalism its fundamental motor. Thus my interest in the debates generated by global history are connected to an effort to understand the structural dimension and *longue durée* characteristics of capitalism as a historical system, a system that is at the basis of our crisis, as well as the place of colonialism within its development. In this first section I would like to explore two less central arguments from Crislayne Alfagali's and Mary Draper's comments (to which I return in the third section), related to theoretical frameworks, and one more central in Waldomiro Lourenço Jr.'s comment, on interdisciplinarity, in order to expand this discussion on our discipline and the history of capitalism.

I agree with Alfagali that there are various efforts to integrate the history of colonial Brazil to broader processes and that the Atlantic has been perceived as a "space that connects the history of Brazil to the history of the world" (2021, p. 730). However, I would like to emphasize the differences between those perspectives because I don't think that the expansion of empirical research can solve one of the main problems outlined in my article, which is how to think of the colonial Americas as part of the history of capitalism. To further explore one of the examples cited in her commentary, the concept of the "Atlantic system" used by Fragoso, Guedes, and Krause (2013) is largely used as a synonym of empire in the book. References to capitalism briefly appear in discussions of the English empire, but the common idea in many of Fragoso's works, including this one, is that capitalism was born in England and from there it spread to the rest of the world after the Industrial Revolution; there are frequent references to an ideal capitalist world, governed by the rules of supply and demand, in opposition to the catholic logic of the "Portuguese Atlantic system" (for a critical assessment, cf. MARQUES; MARQUESE, 2020). One of the main inspirations here is the work of Robert Brenner, which I discuss further in the following section. A radically different conceptualization of the "Atlantic system" can in turn be found in the work of Márcial Berbel, Rafael Marquese, and Tâmis Parron, *Slavery and Politics* (2010) (which I had the opportunity to translate into English a few years later). Here the concept was used to describe two sets of empires (the Iberian Atlantic system and its northwestern European counterpart), which were in turn constituted and constitutive of historical capitalism. It is a "set of sets," to cite the Braudelian formulation, which makes this historical Atlantic a fundamental component of the history of capitalism.

This is connected to one of the main points of my article: the commodity approach can help avoid the separation of Atlantic empires into reified units and move towards a truly systemic understanding, one that reveals not only the connections between these different empires, but their place within the broader reality of the capitalist world-system, as Dale Tomich has noted (2004, p. 233). This is what I try to show with my brief discussion of Brazilian gold. The connection between slaves diving in the rivers of Minas Gerais and the expansion of the access to money in eighteenth century Britain was not merely a historical curiosity, but a key component of the making of the modern world. Are there different "social logics" in Minas Gerais and London? Obviously yes. But they are connected by capital, just like the intensification of the exploitation of slaves in the Caribbean sugar islands was articulated to the expansion of new patterns of consumption and labor in northwest Europe, one of many other possible examples that can be explored when we consider the historical trajectory of specific commodities. Tying all this together is a specific conceptualization of capitalism and of the place of the Atlantic world in it. While exhaustive archive research is important,



the conceptualization and theoretical clarity that will give meaning to that material is equally crucial.

Mary Draper suggests that the recent approach of a “Vast Early America,” born within the Ohomundro Institute of Early American History and Culture, offers a powerful way to deal with the many problems raised in my original contribution. Here I would like to further explore the so-called “methodological nationalism” that was only superficially discussed in my first intervention, dealing with the Brazilian and US historiographies without paying attention to the different educational systems, with their circuits of ideas and people, and to the different positions of each country in the world system.³ A detailed analysis of these differences would exceed the limits of the present rejoinder, but it is important to note that in the US much of Global History (or Atlantic, or imperial, among other variants) often carries a hidden nationalism within its supposed universalism. I have not read so many works inspired by the “Vast Early America” approach and I think that the excellent examples described by Draper speak for themselves. But having read the founding text by Karen Wulf, cited by Draper, I am not sure whether this is not another historiographical creation to “integrate the Other into a cosmopolitan narrative on our terms, in our tongues,” to repeat Adelman’s citation that opens my original article. “A capacious approach to early America shows us a past that was infinitely complex, dynamic, globally connected, and violent,” Wulf argues, “and it also still shows us - better shows us - the origins of an ambitious, powerful, and democratic nation” (WULF, 2019). How far are we from a teleological approach that takes the nation state - the US, to be more specific - as its point of arrival? To reinforce an earlier point: my critique of “methodological nationalism” is not only the search for a broader approach, but part of the perception that capitalism is a historical system that transcends traditional political frontiers since its inception, thus my call for a stronger dialogue with the world systems perspective. Unfortunately, Wulf’s piece does not have any reference to capitalism or capital. Our starting (and arrival) points are, therefore, radically different. While Wulf is looking at the diversity at origins of an “ambitious, powerful, and democratic nation,” I am interested in a critical approach that considers the motor of the structural eco-crisis of our times, which includes the democratic regimes themselves. This is why I have used, since my first intervention, Wallerstein’s concept of “centrist-liberalism”, which is part of what he describes as the “geoculture” of capitalism. In spite of all its problems, it helps us think about our own research agendas and historiographical practices.

Methodological nationalism is less ashamed of itself in Brazil and in the humanities here we focus mainly on ourselves, a reflection of our peripheral position in the world. We import manufactured products from the center (concepts and theoretical references) and occasionally export primary goods (primary sources and specific studies of them). How many historians on the pages of *William and Mary Quarterly* (or *American Historical Review* or *Past and Present* or [fill in with the mainstream North Atlantic journal of your preference]) have used theoretical perspectives coming from Latin America in the construction of their arguments? Aren’t there theoretical works that are good enough to establish more serious dialogues with North Atlantic historiography? I don’t think this is the case. After all, cepaline thought and dependency theory are the basis of the world systems perspective. Some of the richest reflections on the relationship between capitalism and slavery, to mention another example,

³ I would like to thank Rafael Faraco Benthien for calling my attention to this problem.

were produced by Brazilian marxism in the 1960s and 1970s, as I have tried to show in a recent work (MARQUES, 2022). However, precisely when a global neoliberal adjustment took place, during the 1980s and 90s, we became satisfied with our peripheral condition, opening franchises of the latest historiographical turns produced in great academic centers of the North Atlantic in opposition to a supposedly amateur historiographical past, a sort of pre-history of the discipline in which archives were not very well known.

The point here is not to seek refuge in some sort of academic third-worldism; after all, one of the main figures discussed here is Immanuel Wallerstein, a US sociologist. But I would like to stress that his perspective (as well as that of other researchers associated with the Fernand Braudel Center), although frequently described as outdated by many historians, was the product of an open dialogue with social scientists established outside the main traditional circuits of the North Atlantic. A quick look at the pages of *Review*, the journal of the FBC, shows the presence of a large number of authors from different parts of the world since its early issues, with high-quality theoretical and methodological debates that dealt with issues that are frequently the same ones that historians behind the latest historiographical turns present as completely new (for other examples, cf. MARQUES, 2020). The concept of *second slavery*, which has inspired a number of works in Brazil and the United States, and that was created by Dale Tomich within the Fernand Braudel Center, was largely inspired by the theoretical perspectives of figures such as Maria Sylvia de Carvalho Franco e Antônio Barros de Castro (cf. MARQUESE; SALLES, 2016).

In this sense, I agree with Waldomiro Lourenço Jr. when he argues that interdisciplinarity is a constitutive aspect of our historiographical practices. I would still argue, however, that this has not stopped disciplinary prophets from outlining and guiding the sort of interdisciplinary dialogue that should be open to the field (BENTHIEN, 2020). It is true that “history has descended from its tree many years ago” (LOURENÇO JR, 2021, p. 768), but a lot has also changed since the open dialogue with geography, sociology, psychology, linguistics, and anthropology that marked the birth of the Annales school with Febvre and Bloch. Looking at the history of the discipline might be useful here as well. See, for example, the interdisciplinary proposal that Giovanni Levi (2018) offers in his evaluation of Global History, which privileges literature and a certain kind of anthropology against historical sociology and its “broad generalizations.” The “use of the microscope” should be the tool for “historians to be in touch with primary sources and archives, thus being capable of formulating new readings and questions.” The archive then becomes the starting point for questions that should at least relativize the weight of the old categories of the social sciences.

In Brazil, to go back to the example given by Alfagali, Fragoso opens his book with the observation that the “novelty of the profession of historian in Brazil” in the 1980s revealed “the precarity of previous historiographical interpretations, thus making it necessary to get down to business and work in the archives” (FRAGOSO, 2013, p. 7). In relation to the history of slavery, Sílvia Lara in turn believes that in response to “broad explanatory schemes” we should look “at the primary sources in its vastness of individual registers, without a theory that hierarchizes what is or isn’t ‘important, what can or cannot be ‘exemplary.’” In this way we can reveal the “complexity of social processes;” an urgent task, in her view, “especially when some of us revive old systemic interpretations of slavery, recovering explanatory logics and debates of decades ago” (LARA, 2018, p. 17). The different citations above show a tendency

that has become very strong in the discipline (and this is the reason why I spoke of a possible “disciplining” of the perspective of commodity chains by the editors of *From Silver to Cocaine*), which is a sort of legacy from the linguistic and cultural turns, as Gary Wilder argues in an outstanding essay, and that, ironically, bring together “empiricist historians” and “historians influenced by poststructuralism” in a shared “allergy to structural explanation”. The archive then becomes the instrument for producing small truths, glimpses of light in a world of darkness created by the old approaches, which are seen as invariably mechanistic and teleological. Based on the archive, generic conclusions are then offered as great theoretical insights, such as the “indetermination” of social reality, the multicausality of processes, the limits of power (WILDER, 2012, p. 730). Complexity has become the privileged refuge of the historian, demarcating and restricting the permitted and desirable interdisciplinarity.

Although speaking of interdisciplinarity as an inescapable aspect of our discipline, Lourenço Jr. is somewhat surprised by the proposed dialogue with the work of Wallerstein and Hopkins, lamenting the use I make of Fernand Braudel - in his view, cited only to reinforce empirical arguments. But doesn't the passage of my text that calls his attention (“the concept of commodity chain can offer a powerful instrument to understand the plurality of times of capitalism as a historical system and its shifts over time”), cited three times in his commentary, express a perspective inspired by a braudelien theory of plural times? When I argue that a careful reading of *The Mediterranean* does not fit the description that Chakrabarty makes of Braudel, I mean that the latter offers powerful theoretical tools to deal with the same problems raised by the Indian historian, the same ones that Lourenço repeats in the conclusion of his text. Notwithstanding the differences between Wallerstein and Braudel, and I agree with the comparison offered by him, it is precisely the dialogue between these two figures, and others associated with them, that interests me here. This is why I also did not restrict myself to the original formulation of Hopkins and Wallerstein (curiously, while surprised by my interest on this formulation, Lourenço Jr. believes that I did not fully explore their approach as I should have done), preferring instead to look at a few works that, in my view, expanded their original perspective in new, richer directions.

COMMODITIES AND MONEY

In his commentary, Bouchard raises fundamental questions about an approach focusing on commodities. One of the most important is related to the difficulties of the histories of commodities to shift from one scale to another. According to him, it is impossible to inductively build an understanding of global capitalism based on a commodity chain (or a group of them, I would add). Michael Taussig's critique of Wolf and Mintz, which I briefly discuss in my article, points to that difficulty. As Bouchard argues, “we must have a conception of global capitalism in order to write the kinds of commodity-chain histories which have analytic power, in order to link the commodity to something greater” (BOUCHARD, 2021, p. 708). I agree with his statement and believe that historians of capitalism must engage, for example, with the bibliography on critical theories of capitalism, an essential move to think about the categories that we use in our historical narratives. Just like Marx offered an enduring *critique* of political economy, these works offer powerful tools for us to think about the analytical categories



inherited from the modernizing paradigm, which shaped and continues to influence social sciences as a whole.⁴

However, I also do not think that this analytical movement can be made exclusively from “logical-deductive” concepts, in a procedure that usually leads to the projection of a homogeneous time of capital over historical reality (HAROOTUNIAN, 2015). In the specific case of Marx’s *Capital*, Dale Tomich argues, the theoretical categories help us structure the historical investigation but do not replace historical analysis and interpretation; it is necessary to move from a historical theory to a theoretical history. Such a movement allows “histories to be reconstructed as histories of capital expressed through the histories of nations, states, and empires rather than formulated as histories of nations, states, or societies” (TOMICH, 2015, p. 367). The same is true for the history of commodities, which can then become more than the histories of cotton, sugar, guns, or money. I would only add that the movement between these different forms of reflection must be a permanent exercise, so that historical theories and theoretical histories become part of a unified movement to understand the past and present of world capitalism.⁵

On top of this fundamental premise, which I believe is shared by more than one commentator (although differences certainly exist in terms of which theories are more or less appropriate for our main subject, the history of capitalism), Bouchard also lists four more practical points for us to build more effective histories of commodities. The first one is to expand the number of histories of commodities, a suggestion that I could not disagree with. These histories of commodities, however, will only be effective if they are explored within the broader theoretical discussion that Bouchard, myself, and many others are calling for. Otherwise we might end up with histories of commodities as a pile of bricks that do not necessarily lead to stronger foundations.

The suggestion must also be qualified by Bouchard’s previous comments on the limits of studies focusing on a single commodity, as he shows in the excellent example of cod. We must indeed avoid by all means the temptation to inflate the importance of our objects of research, paying attention to the broader relations that are part of that history, not only in the sphere of production (one of the strongest points in the original contribution of Hopkins and Wallerstein), but also in the competition with other commodities in the spheres of circulation and consumption, as Bouchard notes. And all this should be understood in processual terms, which is what I believe the author is telling us with his stimulating discussion of the ship as a “macro-organism”. With more space and time, the case of Brazilian gold, for example, could be explored with more attention to the many activities that made mining possible in the first place, as well as its reproduction over time, looking at the development of the foodstuff producing sector that fed enslaved laborers or the many tools used in the extraction and refinement of the yellow metal. The circulation and consumption of this gold, in turn, can only be

⁴ By “critical theories of value” I mean a great number of works that, despite their differences, explore the more philosophical aspects of the work of Marx and his conceptualization of capital. For an overview, cf. Elbe (2013).

⁵ I emphasize this point because, in my view, this philosophical discussion around capital also has much to gain from a more serious dialogue with historians, going beyond a dogmatic categorical critique, such as that offered in Kurz (2014). Joseph Fracchia’s (2004) critique of Moishe Postone (which can be extended to Kurz and much of this bibliography linked to the “critique of value”) around the relationship between transhistorical categories and historically specific categories of capitalism (or any another economic-social formation) points precisely to some problems present in the historical theory underlying such works.

fully understood with reference to other precious metals, as Braudel and many other historians of his generation knew all too well; dialectics that are not as clear in some recent discussions on the global circulation of silver (e.g. POMERANZ, 2000, p. 269-273). In the early eighteenth century, the expansion of the flows of silver to Asia was strongly connected to the ascension of Brazilian gold, as discussed in a recent co-authored article with Rafael Marquese (MARQUES; MARQUESE, 2020).

Having said that, I do not think that the focus on a single commodity is necessarily problematic. Some sort of selection is always necessary since a total history (in its most vulgar sense of totality by addition) of commodities seems to be an impossible task for any one individual or group. The most important procedure is to always consider the commodity as a unit of observation instead of a unit of analysis, that is, to avoid closing the history of the commodity in itself. By doing this we can not only find entanglements such as the ones between Brazilian gold and US ships that I explore at the end of my article, but also keep the systemic dimension - that of historical capitalism - as a key element that gives meaning to that history and is itself formed by it. Such a procedure can be used in studies other than that of commodity histories; from very specific regional histories to the history of great nations, from the biographies of great merchants to that of a single slave. Braudel's advice about the dangers of the division between the economic, the political, and the cultural are worth remembering here: "In practice, I can only recommend that when making out divisions we try to keep an overall vision in mind: this is bound to loom up here and there in the argument and will always tend to reintroduce unity, warning against false assumptions that society is a simple matter" (BRAUDEL, 2016, p. 460).

This takes me to the second point raised by Bouchard, on thinking about the world system as an ecological relation instead of purely economic. The double objective of my article was to explore the brief history of two specific commodities to show how the approach allowed an articulation of the colonial history of the Americas to the history of capitalism and, in this process, incorporate the temporality of nature. However, as Bouchard and other commentators have noted, I ended up focusing more on the first aspect, especially in the case of Brazilian gold. I would only like to stress that, like Bouchard and Jason Moore, especially when the latter argues that the modern world system "is a world-ecology" (MOORE, 2021, p. 743), I try to understand the development of capitalism through nature and not only in the dualistic terms of its devastation. In this sense the central goal was to think how a mineral and its extractive processes were constitutive of the history of capital, although I do agree that, with more time and space, the issue could have been better explored. This is what I tried to do in another recent work, inspired by a small, but extremely rich bibliography on the environmental history of mining in Brazil (MARQUES, no prelo b).

Bouchard's second point is also connected to the third, on the need to seriously consider consumption, which in turn raises questions about structures of thought and cultural practices. This passage of his commentary shows that the classic separation between economic, political, and cultural history, a separation that also bothers Alfgali, is not very useful when trying to think about capitalism as a historical system, specially when used in rigid ways, to go back to Braudel's earlier point. "Not that I believe," the French historian argues,

that capitalism can [...] be explained by material or social factors or social relationships, but one thing seems to me to be beyond



doubt: capitalism cannot have emerged from a single confined source: economics played a part, politics played a part, society played a part, and culture and civilization played a part. So too did history, which often decided in the last analysis who will win a trial of strength (BRAUDEL, 2016, p. 402-403).

The approach focusing on commodities is one of the tools to explore these different parts, including the ecological, and their dynamic articulations over time and space. Moore seems to move in that direction when arguing that commodity frontiers cannot be understood only in economic terms because they are the result of geocultural and geopolitical processes that create the conditions for their expansion (MOORE, 2021).

The last point raised by Bouchard, which is very stimulating and perhaps the most divergent in relation to my initial contribution, is that we should shift our focus from “flows” to “transformations,” the latter understood as “moments when the physical, cultural and economic properties of the commodity are changed through human action” (BOUCHARD, 2021, p. 710). The contrast between flows and transformations carries some resemblance with the separation between circulation and production that appeared in Marxist debates on the transition to capitalism, the same ones that are at the center of Moore’s contribution. Bouchard does not approach the issue in the same rigid terms of those debates, but I am not sure if our focus should really move from flows to transformations, as suggested by the author. Productive processes are indeed strategic moments to track the appropriation and transformation of extra-human nature, but one of our greatest challenges is to understand them as part of a contradictory whole. In this sense, flows appear to be dialectically inseparable from transformations. As Marx suggests, “production, distribution, exchange, and consumption” are “members of a totality, distinctions within a unit” (MARX, 2016, p. 53). This articulation appears in a more concrete way, for example, in the famous statement by Moore that “Wall Street is a way of organizing nature” (MOORE, 2011), an idea that largely inspires my insistence on the connection between London and the mining frontiers of Portuguese America.⁶ Instead of shifting the focus, therefore, I believe that only by treating all these different spheres in an integrated way that we can write a materialist history (in the end, the source of my interest on environmental history) of highly abstract processes such as the reconfiguration and generalization of money in the modern era.

When talking about the reconfiguration and generalization of money in the modern era I am obviously talking about the history of capitalism, whose origins occupy pride of place in Moore’s commentary. Although my initial piece did not deal with this specific issue, Moore offers a great contribution by moving the conversation to the debate on the transition, a discussion that can certainly help us think about the contemporary challenges imposed by the environmental collapse (or crisis, in the Wallersteinian sense used by Moore).⁷ The author significantly advanced one of the

⁶ A connection that is also explored by Moore himself in his exceptional analysis of the ascension of Amsterdam in the seventeenth century (MOORE, 2010).

⁷ I completely agree with Moore’s critique of the perspective of Jared Diamond and others. The idea of “environmental collapse” in my piece is inspired by the work of Luiz Marques (2018), which has a wide circulation in Brazilian academia and certainly does not support the sort of neomalthusian/neohobbesian perspective that can be found in part of the green thought. I agree that “crisis” or “eco-crisis”, as Marques himself uses in his work, might be an even more useful concept than environmental collapse.

“nondebates” of the 1970s, as described by Giovanni Arrighi (1998), by combining elements of the perspective of Robert Brenner and Immanuel Wallerstein to present a rich interpretation of the history of the capitalist world system that places class struggle at its center. I am not sure, however, if the separation between circulation and production that animated many of those earlier debates can be dismissed as a misperception, since the same kind of logic can still be found in a large number of works inspired by Brenner’s perspective, which continues to conflate everything under the rubric of a “commercialization model” (WOOD, 2002, p. 11-21). Even critics of Brenner reproduce this opposition, repeating some of the problems that we can find in much of Political Marxism (e.g. ANIEVAS; NIŞANCIOĞLU, 2015, p. 171-172).

The other great “nondebate” of the 1970s discussed by Arrighi, that between Wallerstein and Braudel (which is briefly discussed by Lourenço Jr.), can help us advance in this discussion. Despite all possible criticisms of the ambiguities and categories used by Braudel, few historians understood and explored so well the dynamic relationship between these different spheres of capitalism as the French historian. By outlining the essential quality of capitalism as its “unlimited flexibility, its capacity for change and adaptation,” Braudel avoids rigid separations such as that between commercial, industrial, and financial capitalism, usually thought of as chronological phases by some marxists. For him, capitalism is at home ground in the long distance trade and finances of the early modern era, but this did not stop it from engaging with productive enterprises such as the slave plantations of the Caribbean, the modernity of which impressed figures such as W. Sombart and C.L.R. James in the first half of the last century, and became even more clear when compared to the challenges that capital faced in Europe itself. Here is one of the greatest merits of Braudel: dealing with the expansion of capitalism in processual terms, paying attention to its multiple scales and the unequal development that came from them. “Every activity had to overcome the obstacle of physical distance,” the historian argues in *Mediterranean*, and “it is with a constant awareness of the problems of distance that the Mediterranean economy with its inevitable delays, endless preparations, and recurrent breakdowns must be appreciated” (BRAUDEL, 2016, p. 375).

The relativization of the separation between financial, commercial, and industrial capitalism (and, consequently, that between production and circulation) is explicitly incorporated by Wallerstein (1991). The actual “nondebate” between the two, according to Arrighi, could be found in their different conceptualizations of capitalism and the search for its origins in distinct places: “Wallerstein looks for them in the organization of agricultural production in the territorial states of northwestern Europe” while Braudel “looks for them in the organization of long-distance trade and high finance in the city-states of northern Italy.” This is a fundamental difference because I believe that, following in the footsteps of Braudel, we should read Iberian overseas expansion over the long sixteenth century in relation to the expansion of the capitalism of the Italian city-states instead of the territorial states of northwest Europe in the mid-seventeenth century. The Mediterranean, with its world connections, is a more appropriate unit of analysis to understand the early overseas expansion than Portugal or Spain or even the Iberian Peninsula, if considered in isolation (BRAUDEL, 2016; VERLINDEN, 1953). However, Brenner and many scholars inspired by his work treat those spaces in rigid ways, imposing on them the feudal label and making reference to them as the antithesis of the capitalist states of northwest Europe, especially England. Even critics such as Anievas e Nişancioğlu, who try to incorporate the history of colonialism into the

history of capitalism, argue that “the plundering of the Americas functioned as a means of ‘primitive accumulation’ on a Europe-wide basis which overwhelmingly benefited two latecomers, Holland and England, at the expense of the more (feudally) advanced colonising powers, Spain and Portugal” (ANIEVAS; NIŞANCIOĞLU, 2015, p. 143). The units become isolated; the contribution of Iberian powers - feudal by nature - to the development of capitalism is somewhat involuntary, a contribution through the process of “primitive accumulation” for the real capitalism of England of the seventeenth and eighteenth centuries. There is not a word about the Italian financial capitalism and its absolutely central role in the Iberian expansion of the early modern era. Thus when Anievas and Nişancioğlu decide to focus on the specific role of slave plantations in America for the development of capitalism, the analysis becomes profoundly anglocentric. This is not surprising since the two authors isolated and put the Iberian world into the feudal “box” - as, in some ways, João Fragoso also does.

With this rigid contrast between Northwest Europe and the Iberian world, this marxist historiography is very close to institutionalist studies that take an ideal capitalism (represented in practice by England) as its main theoretical basis. Perhaps the origins of this problem can be found in the colonial world itself, with the slow penetration of images of the *leyenda negra* into European economic thought, especially in Britain. In the seventeenth century John Locke spoke of how “it is death in Spain to export money: and yet they, who furnish all the world with gold and silver, have least of it amongst themselves. Trade fetches it away from that lazy and indigent people, notwithstanding all their artificial and forced contrivances to keep it there” (LOCKE, 1824, p. 72). This statement, repeated by many mercantilists of the following century, expressed a worldview that would reappear, in different ways, in a number of works of political economy in the following centuries, at times emphasizing the bad quality of institutions, at others the persistence of specific cultural traits. It is possible to track elements of this comparison, under a new guise, in modernization theories or even in recent works on global inequalities. In other words: the rigid separation between England and Spain (or northwest Europe and the Iberian world) became part of the geoculture of capitalism, appearing in the contemporary historiography of various theoretical persuasions. Ironically, the construction of the linear temporality of Eurocentrism in the long sixteenth century, which received a fundamental Iberian contribution, as Anievas and Nisancioğlu show, would eventually be reinforced by the construction of an internal Other within Europe itself, represented by that same Iberian world.

Braudel can help us overcome those static structures of knowledge. Although frequently criticized for a certain flexibility or even imprecision in the way he uses his concepts, his intuitions open extremely rich possibilities of research (after all, an excessively rigorous history in theoretical terms is as useful for historical reconstruction as the poorest empiricism). One of them was his concern with the Italian city states, which offer a different perspective on the Iberian expansion, emphasizing its broader context and rejecting simple formulas, or the “false assumptions that society is a simple matter.” Braudel is not always explicit about this, but what is emerging in some Italian city-states is a new form of money, and this is an essential aspect to understand capitalism in the past or today.⁸ As Jairus Banaji argues, “the expansion of capital was an intrinsically global process, not least because it was spearheaded by the most liquid

⁸ This is a key argument in the work of Geoffrey Ingham (2004), a great reader of the Annales School.

and mobile forms of wealth which, strangely, Marxists have been reluctant to deal with and prefer to dismiss as ‘antediluvian’” (BANAJI, 2018). Braudel in fact shows ways in which a history of commodities can explore such changes, looking at the interconnected history of various precious metals and the new financial developments of capitalism. In his own words, “actual transactions involving merchandise and artificial transactions on the money market figure side by side” (BRAUDEL, 2016, p. 439).

THE SUBORDINATION, DESTRUCTION, AND INSUBORDINATION OF KNOWLEDGE BY CAPITAL

In their comments, Crislayne Alfagali e Mary Draper raise the excellent point about the importance of the knowledge of Amerindians and Africans for the making of the Atlantic world. I fully agree that this must be a central theme for any history of Atlantic commodities, not to mention Atlantic history in general. Looking at the historical trajectory of tobacco and chocolate, for example, Marcy Norton (2008) shows how a history of commodities can put the incorporation of those knowledges at the center of its narrative. More recently, Norton (2017) has reinforced that point by calling for a new conceptualization of technology that includes practices related to food, medicine, cures, the domestication of animals and plants, besides extractive activities connected to metals, pearls, and timber, among many other forms of landscape manipulation, as Draper also shows based on a rich recent bibliography. The example of manioc, mentioned by Alfagali, fits perfectly here, as the excellent research on tubers by Francesca Bray and others show (BRAY et al., 2019). Similarly, the ancient history of Amerindian manipulation of forests in New England was a condition for the history of timber extraction in the colonial era, as I try to show in my article with the brief discussion of the North American shipbuilding industry.

In the case of gold mining in Brazil, Alfagali mentions the practical knowledge of Africans related to the manipulation of metals and its possible circulation in the mining zones. The theme has received good contributions in Brazilian historiography, but can be further explored, as Alfagali’s own work shows, especially in a context of growing databases that are helping us better understand the origins of enslaved Africans - I am thinking, for example, about the possibilities offered by the analysis of African names (ANDERSON et al., 2013). In another recent piece about gold in Brazil, I also put the knowledge of Amerindians and Africans at the center of my analysis (MARQUES, no prelo). The Amerindian case is particularly interesting because there is no evidence that the originary peoples living in the zones that would later be transformed by mining had any experience with the extraction or manipulation of gold, as was the case in other parts of America such as Hispaniola or New Granada. Still, indigenous knowledge was key for mining enterprises, from the ancient paths built by those peoples to their technologies in the making of boats or the domestication of plants. The central inspiration here is Sérgio Buarque de Holanda, whose classic *Caminhos e fronteiras* (2008) places the violent subordination of indigenous peoples and the incorporation of their knowledge as an absolutely fundamental element for the settlement of Portuguese America. Moreover, mining experts from the neighboring territories of Spanish America were brought to the colony, as the same Sérgio Buarque (2007) shows, carrying with them techniques and practices that were also shaped by Amerindian and African knowledge in areas such as New Granada and Peru.



Besides showing the importance of that knowledge on commodity circuits, one of the most important aspects of the approach discussed here is that it allows us to understand how this process was itself part of the history of capitalism. A history of knowledge in the Atlantic that only celebrates the Amerindian and African capacity to think and act, or their humanity, to mention the great mark of the social history of slavery in the last half century (cf. SCOTT, 2014, p. 111), fulfills the important role of showing the diversity of agents that built the world in which we live, but can also be easily incorporated by centrist-liberalism, since it fits all too well in a present where the main political challenge is to improve a well established democratic system. Something like “the multicultural origins” of our times, the last phase of the great human adventure.⁹ The problem is that it is precisely this world that is at the basis of the contemporary eco-crisis. In methodological terms, the main danger is to reproduce the “common sense bourgeois realism” (SAHLINS, 2001, p. 20) that pervades many works dedicated to show the “agency” of subaltern peoples, leading to a methodological individualism that simply ignores the vast literature on action and structure in the social sciences.¹⁰

The great synchronizer of those multiple times - from the millennial knowledge accumulated in different parts of the world to the more immediate time of production, circulation, and consumption of commodities - is capitalism and it is this structural dimension that cannot be forgotten in the analysis. This is in fact a field that could be further explored by a theoretical history. The last decades have witnessed the appearance of a number of works on the role of knowledge in capitalism, with a few even talking of a “cognitive capitalism” as the main form of the system today. However, the few reflections that explore the theme in historical terms use very restricted interpretations of the history of capitalism. Carlo Vercellone, for example, presents a linear narrative of three phases of capitalism, the first (from the sixteenth to the eighteenth centuries) was characterized by formal subsumption, with works in the putting-out system and artisans in general controlling knowledge; the following industrial phase was marked by the simplification of activities and the incorporation of knowledge in the form of fixed capital and business organization; finally, since the crisis of Fordism we have entered into “cognitive capitalism,” marked by “diffuse intellectuality” and the central role of the production of knowledge at a moment when labor has supposedly become increasingly imaterial (VERCELLONE, 2007). Besides the many criticisms coming from the sociology of contemporary labor, it is worth asking how a broader conception of the history of capitalism, as the one offered here, in which the knowledge and technologies of Africans, Amerindians, Europeans, and Asians were widely appropriated, reconfigured, and exploited since the long sixteenth century, could contribute to this conversation.

Not everything, however, was appropriated; much was also destroyed. Entire languages disappeared and with them much knowledge of the world - the epistemicides that Boaventura de Souza Santos (2015) talks about. The historiography of agency

⁹ See, for example, representations that slave action in the Haitian Revolution produced an expansion of illustrated values initially formulated only for the white man. This seems to me to be the sense of the criticism and provocation of Susan Buck-Morss (2009) in suggesting that the Haitian Revolution was part of a jihad (thus reversing the sign to what at the beginning of the 21st century was seen by many as the great threat to liberal democracy in the West). Some of the problems of this historiography are discussed in Geggus (2011).

¹⁰ Part of the problem in agency analyzes was inherited from E. P. Thompson, who, as Perry Anderson (1980) well shows, ended up flattening multiple scales to discuss human action.

frequently raises its desire to see survivals and resistance to a level that the conquest of America itself seems to have been another myth (RESTALL, 2003). Its destructive dimension is nonetheless unavoidable, as contemporary commentators such as Davi Kopenawa (2016, p. 407) frequently note; the history of commodities can help us understand this process in historical terms. State and church were fundamental parts of this process, offering the basis for geopolitical and geocultural constructions that not only made the elimination of specific aspects of Amerindian and African cultures a central goal, but also created the conditions for the expansion of the commodity frontiers themselves, as Moore argues. And it was the expansion of those frontiers - that, ironically, depended on the incorporation of knowledge - that became one of the main motors of the destruction of entire populations, with their ways of life. In my original intervention I tried to show the relationship between the building of a ship that would eventually carry enslaved Africans from the Gold Coast to Jamaica and the expansion of conflicts involving indigenous populations living in the western parts of Maine and New Hampshire. The focus on the commodity can offer many other examples, such as the one mentioned by Draper on deforesting - a necessary condition for the establishment of plantations - in Barbados, which led to the enslavement not only of Africans, but also of indigenous groups from other parts of the Caribbean. In those processes, the line separating the incorporation from the destruction of knowledge was very thin.

Finally, not everything was appropriated or destroyed. By putting frontier conflicts at the center of the story, an approach focusing on commodities can also show the different cases of more direct resistance to that expanding world. The examples are various, from the wars that accompanied the expansion of the silver frontier in northern Mexico in the sixteenth century to the long history of the fur trade in North America. In the Brazilian hinterland, British engineers defended the expansion of the rail network as a strategy to fight the botocudos, who continued to terrorise the imagination of precious metals prospectors in the late nineteenth century (FISCHER, 2018). At the same time, maroon communities were established by Africans who escaped from the commodity frontiers across the early modern era, communities that also depended on the circulation of specific knowledge and practices. As Judith Carney shows, the creation of maroon communities in Maranhão made wide use of the knowledge of rice production carried by Africans coming from specific parts of West Africa (CARNEY, 2002). That all these formations and acts of resistance could have a wider political impact is clear when we look at examples such as those of maroons in Jamaica (O'SHAUGHNESSY, 2000) or the many individual slave escapes in the context of the tensions that would ultimately lead to the US Civil War (OAKES, 1986).

In sum, it is not a matter of rejecting the "agency" of enslaved and subordinated populations across the Atlantic, but of understanding how it could take different forms according to structures - the set of sets - within which it took place. Only in this way can we understand the different contexts of mobilization of those forms of knowledge and their different uses, at times opening the way for the mobility and improvement of specific individuals and groups while also reinforcing or shifting wider structures of domination. The results of those relations of force should not be established beforehand but explored as objects of investigation. The history of commodities offers one strategy for us to look at the everyday lives, actions, and ideas of the vast number of individuals who were caught in the productive and extractive networks of the Atlantic without losing sight of the broader structures that shaped and established limits to those same actions.



REFERENCES

- ALFAGALI, Crislayne. Cadeias mercantis e história global das Américas coloniais a partir do continente africano. *Esboços*, Florianópolis, v. 28, n. 49, p. 728-739, set.-dez. 2021.
- ANDERSON, Perry. *Arguments within English Marxism*. London: NLB, 1980.
- ANDERSON, Richard *et al.* Using African Names to Identify the Origins of Captives in the Transatlantic Slave Trade: Crowd-Sourcing and the Registers of Liberated Africans, 1808–1862. *History in Africa*, v. 40, p. 165–191, 2013.
- ANIEVAS, Alexander; NIŞANCIOĞLU, Kerem. *How the west came to rule: the geopolitical origins of capitalism*. London: Pluto Press, 2015. p. 171-172.
- ARRIGHI, Giovanni. Capitalism and the Modern World-System: Rethinking the Nondebates of the 1970's. *Review (Fernand Braudel Center)*, v. 21, n. 1, p. 113–129, 1 jan. 1998.
- BANAJI, Jairus. Globalising the History of Capital: Ways Forward. *Historical materialism : research in critical Marxist theory*, v. 26, 2018, n. 3, p. 143–166, 2018.
- BENTHIEN, Rafael Faraco. Por uma história cruzada das disciplinas: ponderações de ordens prática e epistemológica. *Revista de História*, n. 179, p. 1–26, 17 set. 2020.
- BERBEL, Márcia Regina; MARQUESE, Rafael de Bivar; PARRON, Tâmis. *Escravidão e política: Brasil e Cuba, c. 1790-1850*. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.
- BOUCHARD, Jack. Making the leap: commodity chains and the potential for global environmental histories of capitalism. *Esboços*, Florianópolis, v. 28, n. 49, p. 698-715, Sept./Dec. 2021.
- BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II*. São Paulo: EDUSP, 2016.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo*. Martins Fontes: São Paulo, 1996. v. 2: o jogo das trocas.
- BRAY, Francesca *et al.* Cropscares and History: Reflections on Rootedness and Mobility. *Transfers*, v. 9, n. 1, p. 20–42, 22 mar. 2019.
- BUCK-MORSS, Susan. *Hegel, Haiti, and Universal history*. Pittsburgh, Pa: University of Pittsburgh Press, 2009
- CARNEY, Judith A. *Black Rice: The African Origins of Rice Cultivation in the Americas*. Harvard: Harvard University Press, 2002.



ELBE, Ingo. Between Marx, marxism, and marxisms. Ways of reading Marx's theory. *Viewpoint*, 21 out. 2013. Disponível em: <https://viewpointmag.com/2013/10/21/between-marx-marxism-and-marxisms-ways-of-reading-marxs-theory/>.

FISCHER, Georg. Acelerações em escala regional: a transformação do Vale do Rio Doce, ca/ 1880-1980. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 34, n. 65, p. 445–474, ago. 2018.

FRACCHIA, Joseph. On Transhistorical Abstractions and the Intersection of Historical Theory and Social Critique. *Historical Materialism*, v. 12, n. 3, p. 125–146, 1 jan. 2004.

FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; KRAUSE, Thiago. *A América portuguesa e os sistemas atlânticos na época moderna: monarquia pluricontinental e Antigo Regime*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2013.

GEGGUS, David P. The Haitian Revolution in Atlantic Perspective. In: CANNY, NICHOLAS P.; MORGAN, PHILIP D. (org.). *The Oxford handbook of the Atlantic world, 1450-1850*. Oxford: New York : Oxford University Press, 2011, p. ***.

HAROOTUNIAN, Harry D. *Marx after Marx history and time in the expansion of capitalism*. New York: Columbia University Press, 2015.

HOLANDA, Sérgio Buarque De. Metais e pedras preciosas. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr; AB'SABER, Aziz Nacib (org.). *História geral da civilização brasileira*. 15. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. v. 1., t. 2.

HOLANDA, Sérgio Buarque De. *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

INGHAM, Geoffrey K. *The Nature of Money*. Cambridge, UK ; Malden, MA: Polity, 2004.

LARA, Sílvia Hunold. Apresentação - Uma grande diferença. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 38, p. 13–18, dez. 2018.

LEVI, Giovanni. Microhistoria e Historia Global. *Historia Crítica*, 26 jun. 2018.

LOCKE, John. *Some considerations of the consequences of lowering the interest and raising the value of money (Letter to a member of Parliament. 1691.) Short observations on a printed paper entitled, "For encouraging the coining silver money in England" ... Further considerations concerning raising the value of money. Two treatises of government*. London: C. and J. Rivington, 1824.

KOPENAWA, Davi. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

KURZ, Robert. *Dinheiro sem valor: linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política*. Lisboa: Antígona, 2014.



MARQUES, Leonardo. Unidades de análise, jogos de escalas e a historiografia da escravidão no capitalismo. In: SALLES, Ricardo; MUAZE, Mariana (org.). *A Segunda Escravidão e o Império do Brasil em perspectiva histórica*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2020.

MARQUES, Leonardo. Slavery and Capitalism. In: SKEGGS, BEV et al. (org.). *The SAGE Handbook of Marxism*. Thousand Oaks: SAGE Publications Ltd, 2022.

MARQUES, Leonardo. Mining Frontiers and the Making of the Modern World. In: STUBBS, J.; CLARENCE-SMITH, W.G., CURRY-MACHADO, J.; VOS, J. (ed.). *Oxford Handbook of Commodity History*. Oxford: Oxford University Press, no prelo.

MARQUES, Leonardo; MARQUESE, Rafael de Bivar. Ouro, café e escravos: o Brasil e a “assim chamada acumulação primitiva”. In: MARQUESE, Rafael de Bivar (org.). *Os tempos plurais da escravidão no Brasil: ensaios de história e historiografia*. São Paulo: Intermeios, 2020. p. 105-132.

MARQUES, Luiz. *Capitalismo e colapso ambiental*. 3ª ed. Campinas: UNICAMP, 2018.

MARQUESE, Rafael B.; SALLES, Ricardo. A escravidão no Brasil oitocentista: história e historiografia. In: SALLES, Ricardo; MARQUESE, Rafael B. (org.). *Escravidão e Capitalismo Histórico no Século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. Edição: 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 ; esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2016.

MOORE, Jason W. ‘Amsterdam is Standing on Norway’ Part I: The Alchemy of Capital, Empire and Nature in the Diaspora of Silver, 1545–1648. *Journal of Agrarian Change*, v. 10, n. 1, p. 33–68, 2010.

MOORE, Jason W. Empire, class & the origins of planetary crisis: the Transition Debate in the Web of Life. *Esboços*, Florianópolis, v. 28, n. 49, p. 740-763, Sept./ Dec. 2021

MOORE, James, Wall Street Is a Way of Organizing Nature: An Interview with Jason Moore. *Upping the Anti: A Journal of Theory and Action*, No. 12, May 2011.

MOYA, Jose C. Introduction: Latin America - the Limitations and Meaning of a Historical Category. In: MOYA, Jose C. (org.). *The Oxford handbook of Latin American history*. New York: Oxford University Press, 2011.

NORTON, Marcy. *Sacred gifts, profane, pleasures: a history of tobacco and chocolate in the Atlantic world*. Ithaca: Cornell University Press, 2008.

NORTON, Marcy. Subaltern technologies and early modernity in the Atlantic World. *Colonial Latin American Review*, v. 26, n. 1, p. 18–38, 2 jan. 2017.



OAKES, James. The Political Significance of Slave Resistance. *History Workshop*, n. 22, p. 89–107, 1 out. 1986.

O'SHAUGHNESSY, Andrew Jackson. *An empire divided: the American Revolution and the British Caribbean*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2000.

POMERANZ, Kenneth. *The great divergence: Europe, China, and the making of the modern world economy*. Princeton, N.J: Princeton University Press, 2000.

RESTALL, Matthew. *Seven Myths of the Spanish Conquest*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

SAHLINS, Marshall David. *Como pensam os "Nativos": sobre o Capitão Cook, por exemplo*. São Paulo: EDUSP, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Epistemologies of the South: Justice Against Epistemicide*. [S.I.]: Taylor and Francis, 2015.

SCOTT, David. *Conscripts of modernity: the tragedy of colonial enlightenment*. Durham: Duke University Press, 2004.

SILVA JÚNIOR, Waldomiro Lourenço da. Quem tem medo da disciplina da História? Breves reflexões sobre interdisciplinaridade e a história do capitalismo em diálogo com Leonardo Marques. *Esboços*, Florianópolis, v. 28, n. 49, p. 764-771, set./dez. 2021.

TOMICH, Dale. O Atlântico como espaço histórico. *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 26, n. 2, p. 221–240, 2004.

TOMICH, Dale. The Limits of Theory: Capital, Temporality, and History. *Review (Fernand Braudel Center)*, v. 38, n. 4, p. 329–368, 2015.

VERCELLONE, Carlo. From Formal Subsumption to General Intellect: Elements for a Marxist Reading of the Thesis of Cognitive Capitalism. *Historical Materialism*, v. 15, n. 1, p. 13–36, 1 jan. 2007.

VERLINDEN, Charles. Italian Influence in Iberian Colonization. *The Hispanic American Historical Review*, v. 33, n. 2, p. 199–211, 1953.

WALLERSTEIN, Immanuel. Braudel on Capitalism, or Everything Upside Down. *The Journal of Modern History*, v. 63, n. 2, p. 354–361, 1991.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. *The Essential Wallerstein*. New York: New Press, 2000.

WILDER, Gary. From Optic to Topic: The Foreclosure Effect of Historiographic Turns. *The American Historical Review*, v. 117, n. 3, p. 723–745, 1 jun. 2012.



WOOD, Ellen Meiksins. *The origin of capitalism: a longer view*. London: Verso, 2002.

WULF, Karin. Vast Early America: Three simple words for a complex reality. *Humanities*, v. 40, n. 1, winter 2019.

AUTHOR'S NOTES

AUTHOR DETAILS

Leonardo Marques: Ph.D. Professor, Universidade Federal Fluminense, Institute of History, Department of History, Niterói, RJ, Brasil.

CORRESPONDING ADDRESS

Rua Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis, s/n, Campus do Gragoatá, Bloco O, Sala 509, São Domingos, 24210-201, Niterói, RJ, Brasil.

ACKNOWLEDGEMENTS

I would like to thank the following individuals and research groups: Gisele Batista Candido, Fabio Morales, Waldomiro Lourenço, Juliana Machado, Rafael Faraco Benthien, Thiago Krause, Brad Lange, Rafael de Bivar Marquese, Freg Stokes, Coletivo Braudel, GEEWOB e LabHeN.

FUNDING

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - 88887.466409/2019-00 and Faperj APQ1, Processo: E-26/210.359/2019.

ETHICS COMMITTEE APPROVAL

Not applicable.

CONFLICT OF INTEREST

No conflicts of interest were reported

LICENSE OF USE

© Leonardo Marques. This article is licensed under the Creative Commons License CC-BY. With this license, you can share, adapt, create for any purpose, as long as the authorship is properly attributed.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Graduate Program in History. UFSC Journal Portal. The ideas expressed in this article are the sole responsibility of its authors, and do not represent, necessarily, the opinion of the editors or the University.

EDITORS

Fábio Augusto Morales
Flávia Florentino Varella (Editor-in-chief)

HISTORY

Received on: December 7, 2021.

Como citar MARQUES, Leonardo. Colonial America and commodity history: the plurality of times of historical capitalism. *Esboços*, Florianópolis, v. 28, n. 49, p. 772-791, Sept./Dec. 2021.





A AMÉRICA COLONIAL E A HISTÓRIA DAS MERCADORIAS: A PLURALIDADE DE TEMPOS NO CAPITALISMO HISTÓRICO

**Colonial America and commodity history: the plurality of times of
historical capitalism**

Leonardo Marques

 <https://orcid.org/0000-0003-1276-2769>

Email: lm@id.uff.br

Universidade Federal Fluminense, Institute of History, Department of History, Niterói,
RJ, Brazil

DEBATE

Colapso ambiental e histórias do capitalismo

RESUMO

Esta réplica explora algumas das principais questões levantadas pelos comentários de Crislayne Alfagali, Jack Bouchard, Mary Draper, Waldomiro Lourenço Jr. e Jason Moore a respeito de meu primeiro artigo, “Cadeias mercantis e a história ambiental global das Américas coloniais”. O texto segue uma divisão tripartite semelhante ao primeiro. Inicialmente, discuto algumas questões relacionadas à disciplina e aproveito para expandir aspectos que ficaram subdesenvolvidos em minha intervenção inicial, como a discussão sobre nacionalismo metodológico. Em um segundo momento, discuto especificamente as potencialidades e limites da história das mercadorias para se pensar a história do capitalismo. Na terceira e última seção, tomo como fio condutor a discussão sobre conhecimentos de indígenas e africanos na construção do mundo Atlântico para tentar amarrar as inúmeras questões levantadas ao longo do texto.

PALAVRAS-CHAVE

América colonial; História das mercadorias; Tempos plurais.

ABSTRACT

This rejoinder addresses many of the issues raised by the commentaries of Crislayne Alfagali, Jack Bouchard, Mary Draper, Waldomiro Lourenço Jr, and Jason Moore regarding my article, “Commodity Chains and the Global Environmental History of the Colonial Americas”. Like that article, this piece is divided into three different sections. First, I discuss several issues related to the discipline, and take the opportunity to further develop some arguments from my initial intervention, particularly the discussion on methodological nationalism. Next, I survey the potentialities and limits of the history of commodities to think about the history of capitalism. Finally, in the third and last section, I explore the debate on the knowledge of Africans and Amerindians in the construction of the Atlantic world as a strategy to tie many of the issues discussed throughout the text.

KEYWORDS

Colonial America; Commodity history; Plural times.

É uma honra ter um texto debatido detalhadamente como o que ora sai na seção de debates da *Esboços*. Minha intervenção inicial surgiu a partir de um convite para participar do Primeiro Simpósio de História Global, ocorrido em 2019 na Universidade Federal de Santa Catarina. Desde então, pude rever e refinar algumas de minhas leituras e argumentos a partir de nossa discussão inicial, a começar pelo título original de minha intervenção (“Cadeias mercantis e a história ambiental global das Américas coloniais”). A abordagem da “cadeia mercantil” pode ser um caminho promissor no desenvolvimento de uma história das mercadorias, mas não o único, e minha intenção era principalmente explorar de modo geral algumas formas de escrita centradas em trajetórias históricas de mercadorias específicas. A referência a uma “história ambiental global”, por sua vez, também não expressava bem as minhas intenções, menos ligadas que estão a explorar os campos de história ambiental e história global (nesse sentido, nada tenho a adicionar aos ótimos comentários de Jack Bouchard sobre tais campos) do que em pensar especificamente a história do capitalismo e o lugar da natureza nessa história a partir de uma concepção de tempo plural. Finalmente, passei para o singular o espaço privilegiado de minha reflexão: de “Américas coloniais” para “América colonial”. Assim, em vez de tentar contornar a longa disputa política em torno do conceito de América, como seu plural nos estimula a fazer, mantive o conceito em sua acepção continental por motivos que, acredito, ficarão mais evidentes ao longo deste comentário.¹

HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DO CAPITALISMO, NO CAPITALISMO

Em que pesem todas as críticas aos trabalhos de Immanuel Wallerstein ao longo do último meio século (algumas justas, outras nem tanto), uma de suas contribuições mais importantes foi tratar com seriedade a relação do capitalismo com as estruturas de conhecimento do mundo moderno, incluindo as ciências sociais, o que significava, no momento em que iniciava seus trabalhos acadêmicos de maior fôlego, confrontar as teorias da modernização que reinavam absolutas nas universidades norte-americanas e que foram parte da formação do próprio autor. Wallerstein não foi o primeiro a confrontar o paradigma modernizante, evidentemente, e se considerava apenas mais um dos dissidentes em uma linhagem mais longa de críticos, incorporando contribuições fundamentais de cientistas sociais latino-americanos, caribenhos e africanos; foi, contudo, um de seus críticos mais severos e persistentes, colocando no centro de sua reflexão a utilidade de conceitos como o de “sociedade”, cujo uso irrefletido, aliás, nunca se limitou aos teóricos da modernização. A ideia de um sistema-mundo surge nesse movimento, fruto de seu trabalho como africanista durante os anos 1960 e sua crescente percepção de que os receituários prescritos pelos ideólogos da modernização tomavam o estado-nação como a unidade de análise (e, conseqüentemente, de atuação) por excelência, ignorando processos mais amplos - em especial a economia-mundo capitalista e o sistema interestatal que a sustenta - que moldavam e eram moldados por essas realidades nacionais.²

¹ Sobre o conceito de América cf. Moya (2011, p. 5).

² Para uma síntese de aspectos de sua trajetória e da perspectiva de sistemas-mundo, cf. Wallerstein (2000).

Começo com tais considerações porque um aspecto central de meu texto, de fato, é a sugestão de que historiadores têm muito a ganhar com um diálogo sério com a perspectiva de sistemas-mundo. A busca por esse diálogo vem da percepção de que vivemos uma crise estrutural em múltiplos níveis, ou uma eco-crise, para usar o termo de Luiz Marques (2018), que tem no capitalismo o seu motor fundamental. Nesse sentido, meu interesse nos debates gerados pela história global está ligado a um esforço para compreender a dimensão estrutural e de longa duração do capitalismo enquanto um sistema histórico, sistema que está na base de nossa crise, bem como o lugar do colonialismo em seu desenvolvimento espaço-temporal. Nesta primeira seção, gostaria de pegar dois aspectos laterais dos ótimos comentários de Crislayne Alfagali e Mary Draper (aos quais volto na terceira seção), relacionados a enquadramentos teóricos, e outro central no comentário de Waldomiro Lourenço Jr., sobre interdisciplinaridade, para expandir esse ponto central de minha intervenção inicial.

Concordo com Alfagali que existem diversos esforços de integração da história do Brasil colonial a processos mais amplos e que o Atlântico tem sido percebido como um “espaço que conecta a história do Brasil à história do mundo” (2021, p. 730). Entretanto, gostaria de reforçar as divergências entre essas mesmas perspectivas porque não acredito que o aprofundamento da pesquisa empírica possa resolver uma das questões principais de meu artigo, que é a de pensar as Américas coloniais enquanto parte da história do capitalismo. Para ficarmos em um dos exemplos citados em seu comentário, a ideia de “sistema atlântico” empregada por Fragoso, Guedes e Krause (2013) é largamente utilizada como sinônimo de império no livro em questão. Referências ao capitalismo aparecem rapidamente na discussão sobre o império inglês, mas a ideia recorrente em trabalhos de Fragoso, incluindo este, é a de que o capitalismo nasce na Inglaterra e de lá se dissemina para o resto do mundo a partir da Revolução Industrial; são frequentes as alusões a um mundo capitalista ideal, regido por leis de oferta e procura, em oposição à lógica católica em vigor no “sistema atlântico luso” (para uma análise crítica, cf. MARQUES; MARQUESE, 2020). Uma das principais inspirações aqui é a obra de Robert Brenner, que discuto mais a fundo na próxima seção. Uma conceitualização radicalmente distinta de “sistema atlântico”, por sua vez, pode ser encontrada no livro de Márcia Berbel, Rafael Marquese e Tâmis Parron, *Escravidão e política* (2010), obra igualmente escrita a seis mãos (e que tive a oportunidade de traduzir para o inglês alguns anos mais tarde). Ali o conceito serviu para descrever dois conjuntos de impérios (um sistema atlântico ibérico e outro do noroeste europeu), que, por sua vez, foram partes constituídas e constitutivas do capitalismo histórico. Temos aqui um conjunto de conjuntos, para citar a formulação braudeliana, que faz desse Atlântico histórico um componente fundamental da história do capitalismo.

E aqui retomo um dos principais pontos de meu primeiro texto: a abordagem da mercadoria pode ajudar a evitar análises que separam os impérios atlânticos em unidades estanques e a avançar na direção de uma compreensão verdadeiramente sistêmica, que revele não apenas as articulações entre esses diferentes impérios, mas seu lugar na totalidade mais ampla do sistema-mundo capitalista, como já notava Dale Tomich (2004, p. 233). É o que tento evidenciar com a breve discussão sobre o ouro do Brasil. A conexão entre escravos mergulhando nos rios de Minas Gerais e a ampliação do acesso ao dinheiro na Grã-Bretanha setecentista não é mera curiosidade histórica, mas um componente fundamental da formação do mundo moderno. Existem “lógicas sociais” distintas em Minas Gerais e Londres? Evidente

que sim. Mas elas estão interligadas pelo capital, assim como a intensificação da exploração de escravos no Caribe esteve articulada à expansão dos padrões de consumo e trabalho no noroeste europeu, dentre inúmeros outros exemplos possíveis de serem explorados ao tomarmos a mercadoria como fio condutor. Amarrando a interpretação está uma conceitualização específica de capitalismo e do lugar do mundo Atlântico nele. Consequentemente, tão fundamental quanto pesquisa empírica densa é a conceitualização e clareza teórica que dará sentido a esse mesmo material.

Mary Draper sugere que a recente abordagem de uma *Vast Early America*, gestada a partir do Ohomundro Institute of Early American History and Culture, oferece uma forma eficiente de tratar os problemas que levanto em meu texto inicial. Aproveito a sugestão para explorar um pouco mais o chamado “nacionalismo metodológico”, que em minha intervenção aparece de forma pouco problematizada e abarcando igualmente as historiografias brasileira e estadunidense, sem atenção às diferenças nos sistemas educacionais, com seus circuitos de ideias e pessoas, e às diferentes posições ocupadas por cada país no sistema mundial.³ Uma análise pormenorizada dessas diferenças excederia em muito os limites do presente comentário, mas é importante notar que nos EUA uma parcela significativa da história global (ou atlântica, ou imperial, dentre outras variantes) com frequência carrega certo nacionalismo embutido em um suposto universalismo. Tive a oportunidade de ler poucas coisas inspiradas pelo *Vast Early America*, e os excelentes exemplos descritos por Draper falam por si só. Contudo, ao ler o texto fundador de Karen Wulf, citado por Draper, fico na dúvida se não estamos diante de mais uma invenção historiográfica destinada a “incorporar o Outro em uma narrativa cosmopolita em nossos termos, em nossas línguas”, para voltar à citação de Adelman que abre meu artigo original. “Uma abordagem ampla para a *Early America* nos mostra um passado que era infinitamente complexo, dinâmico, globalmente conectado e violento”, argumenta Wulf, “e também ainda nos mostra - nos mostra melhor - as origens de uma nação ambiciosa, poderosa e democrática” (WULF, 2019). Quão distante estamos aqui de uma abordagem teleológica que toma o estado-nação - o estadunidense, em particular - como seu ponto de chegada? Para reforçar o ponto levantado anteriormente: minha crítica ao “nacionalismo metodológico” não é apenas uma busca por uma abordagem “mais ampla”, mas parte da percepção de que o capitalismo é um sistema histórico que transcende fronteiras políticas tradicionais desde o seu nascimento, daí o diálogo urgente com a perspectiva de sistemas-mundo. Infelizmente, o texto de Wulf não traz uma única palavra sobre capitalismo ou capital. Nossos pontos de partida (e de chegada) são, portanto, radicalmente distintos. Enquanto Wulf está interessada em demonstrar a diversidade presente nas origens de “uma nação ambiciosa, poderosa e democrática”, a abordagem crítica que me interessa visa pensar o motor da eco-crise estrutural que vivemos, incluindo aí o papel dos próprios regimes democráticos. Por esse motivo faço referência, desde a minha primeira intervenção, ao conceito de “liberalismo-centrista”, oferecido por Wallerstein, enquanto parte do que o sociólogo descreve como uma “geocultura” do capitalismo, que, a despeito de todos os problemas que possa ter, nos ajuda a refletir sobre nossas próprias agendas de pesquisa e práticas historiográficas.

No Brasil, o nacionalismo metodológico tem menos vergonha de si e as humanidades brasileiras se dedicam a estudar, principalmente, nós mesmos, um

³ Agradeço a Rafael Faraco Benthien por chamar a minha atenção para esse ponto.

reflexo de nossa posição periférica no mundo. Importamos manufaturados do centro (conceitos e referenciais teóricos) e ocasionalmente exportamos matéria prima (fontes e “análises” de fontes). Quantos historiadores nas páginas da *William and Mary Quarterly* (ou *American Historical Review* ou *Past and Present* ou [coloque o periódico mainstream do Atlântico Norte de sua preferência]) usaram perspectivas teóricas vindas da América Latina na construção de seus argumentos? Tal ausência acontece por não termos teorizações ricas o suficiente para a construção de diálogos mais sérios com a historiografia do Atlântico Norte? Não me parece ser o caso. O pensamento cepalino e a teoria da dependência, afinal, estão no ponto de partida da elaboração da perspectiva de análise do sistema-mundo. Algumas das reflexões mais ricas em torno da relação entre capitalismo e escravidão, para citar outro exemplo, foram produzidas pelo marxismo brasileiro em meados do século passado, como procurei demonstrar em trabalho recente (MARQUES, 2022). No entanto, exatamente nos anos em que se deu o ajuste neoliberal global, ou seja, nas décadas de 1980-1990, passamos a nos contentar com nossa condição periférica, abrindo franquias das últimas guinadas historiográficas produzidas nos grandes centros acadêmicos do Atlântico Norte em oposição a um passado historiográfico supostamente amador, ensaístico, uma pré-história da disciplina que não conhecia arquivos muito bem.

O ponto aqui não é se refugiar em uma espécie de terceiro-mundismo acadêmico, até porque uma das principais figuras no centro da discussão por mim proposta é Immanuel Wallerstein, um sociólogo norte-americano. Mas gostaria de chamar a atenção para como sua perspectiva (bem como de outros pesquisadores associados ao Fernand Braudel Center), apesar de frequentemente taxada de engessada ou ultrapassada por historiadores, foi fruto de um diálogo aberto com cientistas sociais estabelecidos fora dos circuitos tradicionais do Atlântico Norte. Uma breve olhada nas páginas da *Review*, periódico ligado ao FBC, evidencia a presença de um enorme número de autores de diferentes partes do mundo desde os seus primeiros volumes, com discussões teóricas e metodológicas de alto nível, esbarrando em questões que muitas vezes são as mesmas que historiadores preocupados em instaurar guinadas historiográficas inadvertidamente tratam como novas (para exemplos adicionais, cf. MARQUES, 2020). O próprio conceito de *segunda escravidão*, que tem inspirado muitos trabalhos no Brasil e nos Estados Unidos, e cuja origem está no trabalho de Dale Tomich dentro do Fernand Braudel Center, é explicitamente devedor das perspectivas teóricas de figuras como Maria Sylvia de Carvalho Franco e Antônio Barros de Castro (cf. MARQUESE; SALLES, 2016).

Nesse sentido, subscrevo o comentário de Waldomiro Lourenço Jr. de que a interdisciplinaridade é um elemento constitutivo de nossas práticas historiográficas. Ressalto, contudo, que isso não impede que profetas disciplinares enunciem, direcionem e restrinjam os tipos de interdisciplinaridade permitidas ao campo (BENTHIEN, 2020). De fato, “há muitos anos a história desceu de sua árvore” (LOURENÇO JR, 2021, p. 768), mas muita coisa também mudou desde o amplo diálogo com a geografia, sociologia, psicologia, linguística e antropologia que marcou o nascimento dos *Annales* com Febvre e Bloch. Fazer “ressoar as trombetas de Clio” pode ser útil aqui também. Vide, por exemplo, a proposta interdisciplinar de Giovanni Levi (2018), em sua avaliação da *global history*, que privilegia a literatura e uma certa antropologia em detrimento da sociologia histórica e “suas amplas generalizações”. A “leitura no microscópio” seria o meio pelo qual “historiadores mantêm contato com a documentação e os arquivos, e são, assim, capazes de formular novas leituras e

perguntas”. O arquivo se torna então o ponto de partida para a formulação de questões que, no mínimo, devem relativizar o peso das antigas categorias das ciências sociais.

No Brasil, para voltarmos ao exemplo mobilizado por Almagali, Fragoso abre o livro com a observação de que a “novidade do ofício de historiador no Brasil” nos anos 1980 revelou “a precariedade das interpretações historiográficas até então em vigor e, conseqüentemente, a necessidade de arregaçar as mangas, ir para os arquivos e trabalhar” (FRAGOSO, 2013, p. 7). Considerando especificamente a história da escravidão, Sílvia Lara, por sua vez, acredita que, diante dos limites de “esquemas explicativos amplos”, deve-se partir “das fontes em sua profusão múltipla de registros individualizados, sem que uma teoria hierarquize o que é ou não ‘importante’, o que pode ser ou não ‘exemplar’”. Dessa forma, pode-se descortinar a “complexidade dos processos sociais”; tarefa urgente, na visão da historiadora, “sobretudo quando alguns de nós retomam análises sistêmicas da escravidão, recuperando lógicas explicativas e debates de décadas atrás” (LARA, 2018, p. 17). Os diferentes comentários acima expressam uma tendência que ganhou muita força na disciplina (daí, também, o meu comentário sobre a possível “disciplinarização” da perspectiva de cadeias mercantis pelos organizadores de *From Silver to Cocaine*), uma espécie de legado das guinadas linguística e cultural, como coloca Gary Wilder em ensaio magistral, e que, ironicamente, aproxima “historiadores empiricistas” e “historiadores influenciados pelo pós-estruturalismo” em uma comum “alergia por explicações estruturais”. O arquivo se torna o instrumento para a produção de pequenas verdades, lampejos em um mundo de trevas criado pelas antigas abordagens, invariavelmente mecanicistas e teleológicas. A partir do arquivo, conclusões genéricas são vendidas como grandes ideias teóricas, como a “indeterminação” da realidade social, a multicausalidade dos processos, os limites do poder (WILDER, 2012, p. 730). A complexidade se tornou o refúgio privilegiado do historiador, demarcando e restringindo as interdisciplinaridades permitidas e desejáveis.

Apesar de evidenciar a interdisciplinaridade como elemento inescapável de nossa disciplina, Lourenço Jr. se mostra relativamente surpreso com o diálogo proposto com a obra de Wallerstein e Hopkins, lamentando o uso que faço de Fernand Braudel – em sua leitura, mobilizado apenas para respaldar argumentos empíricos. Mas a passagem de meu texto que tanto chama a sua atenção (o “conceito de cadeia mercantil pode oferecer um poderoso instrumento para compreendermos a pluralidade de tempos que forma o capitalismo enquanto sistema histórico e suas mudanças no tempo”), citada três vezes em seu comentário, não expressa justamente uma perspectiva inspirada pela teoria braudelianiana de tempos plurais? Quando argumento que o que encontramos em uma leitura cuidadosa do *Mediterrâneo* não se enquadra na interpretação que Chakrabarty oferece de Braudel, estou querendo dizer que este oferece um instrumental teórico poderoso para tratar dos problemas que o historiador indiano levanta, os mesmos que o próprio Lourenço reprisa na conclusão de seu comentário. A despeito das diferenças entre Wallerstein e Braudel, e concordo com a comparação por ele oferecida, é precisamente o diálogo entre esses diferentes indivíduos, e outros a eles associados, que me interessa aqui. Por isso, também, não me restringi apenas à formulação original de Hopkins e Wallerstein (e, curiosamente, ao mesmo tempo que se mostra perplexo com meu interesse na formulação dos dois autores, Lourenço acredita que não fui fundo o suficiente no uso da abordagem tal como por eles delineada), preferindo olhar para um pequeno conjunto de obras que, a meu ver, expandiram a perspectiva original em direções ainda mais ricas.



JOGOS DA MERCADORIA, JOGOS DO DINHEIRO

Em seu comentário, Bouchard levanta questões fundamentais sobre a abordagem centrada em mercadorias. Uma das principais diz respeito às dificuldades das histórias da mercadoria de operar a passagem de uma escala de análise a outra. Mais especificamente, o autor argumenta ser impossível construir uma compreensão do capitalismo global indutivamente a partir de uma cadeia mercantil (ou mesmo de um conjunto delas, eu adicionaria). A crítica de Michael Taussig aos trabalhos de Wolf e Mintz, que comento brevemente em meu primeiro texto, sinaliza, a meu ver, para essa dificuldade. Precisamos, como escreve Bouchard, “ter um conceito de capitalismo global para conseguirmos escrever histórias da mercadoria com poder analítico, para ligarmos a história da mercadoria a algo maior” (BOUCHARD, 2021, p. 708) Concordo com o comentário e acredito que é imprescindível que pesquisadores interessados em uma história do capitalismo se envolvam, por exemplo, com a bibliografia de teorias críticas do valor, um componente essencial para pensarmos as próprias categorias que utilizamos em nossas análises históricas. Assim como Marx nos ofereceu uma duradoura *crítica* da economia política, tais trabalhos fornecem ferramentas poderosas para pensarmos categorias analíticas herdadas do paradigma modernizante, que influenciaram e continuam a permear as ciências sociais como um todo.⁴

Contudo, também não acredito ser possível realizar esse movimento de análise do capitalismo exclusivamente a partir de conceitos “lógico-dedutivos”, procedimento que geralmente resulta na projeção de um tempo supostamente homogêneo do capital sobre a realidade histórica (HAROOTUNIAN, 2015). No caso específico do *Capital* de Marx, argumenta Dale Tomich, as categorias teóricas ajudam a estruturar a investigação histórica mas não substituem a própria análise e interpretação histórica; é necessário passar de uma teoria histórica para a construção de uma história teorizada. Tal movimento permitiria que “histórias sejam reconstruídas como histórias do capital expressas por meio de histórias de nações, estados e impérios em vez de formuladas como histórias de nações, estados e impérios” (TOMICH, 2015, p. 367). O mesmo vale para a história das mercadorias, que podem então se tornar mais do que histórias do algodão, do açúcar, das armas ou do dinheiro. Adicionaria apenas que o movimento entre esses diferentes tipos de reflexão deve ser um exercício permanente, de modo que teorias históricas e histórias teorizadas se tornem parte de um movimento unificado de compreensão dos passados presentes do capitalismo mundial.⁵

Para além dessa premissa fundamental, que acredito ser compartilhada por mais de um comentarista (ainda que diferenças certamente existam em termos de

⁴ Sob o rótulo de “teoria crítica do valor” estou pensando em um grande conjunto de trabalhos que, a despeito de suas diferenças, exploram aspectos mais filosóficos da obra de Marx e sua concepção de capital. Para uma síntese, cf. Elbe (2013).

⁵ Enfatizo esse ponto porque, a meu ver, essa discussão mais filosófica em torno do capital tem, também, muito a ganhar com um diálogo mais sério com historiadores, indo além de uma crítica categorial dogmática, tal como a oferecida em Kurz (2014). A crítica de Joseph Fracchia (2004) a Moishe Postone (que pode ser estendida a Kurz e a grande parte dessa bibliografia ligada à “crítica do valor”) em torno da relação entre categorias trans-históricas e categorias historicamente específicas do capitalismo (ou qualquer outra formação econômico-social) aponta justamente para alguns problemas presentes na teoria histórica subjacente a tais trabalhos.

quais teorizações se mostram mais ou menos apropriadas ao nosso objeto principal que é a história do capitalismo), Bouchard também elenca quatro pontos práticos para que consigamos construir histórias consistentes da mercadoria. O primeiro deles é expandir as histórias das diferentes mercadorias, sugestão da qual, evidentemente, não poderia discordar. Esse primeiro caminho sugerido por Bouchard, é claro, só tem chances de efetivamente prosperar na direção que esperamos se for desenvolvido enquanto parte da discussão teórica ampla que deve informá-lo e ser por ele informada. Caso contrário, teremos as histórias das mercadorias como um grande aglomerado de tijolos, sem necessariamente formar construções sólidas.

A sugestão também deve ser qualificada pelo comentário anterior do próprio Bouchard, em torno dos limites de análises centradas em uma única mercadoria, como ele mostra no ótimo exemplo da história do bacalhau. Devemos, de fato, evitar a todo custo a tentação de hipertrofiar a importância de nossos próprios objetos de pesquisa, permanecendo atentos ao conjunto de relações que formam aquelas histórias, não apenas na esfera produtiva (ponto forte do texto original de Hopkins e Wallerstein), mas também na competição com outras mercadorias nas esferas da circulação e do consumo, como nota Bouchard. E tudo isso compreendido em termos processuais, que é o que acredito que o autor está nos dizendo com sua discussão instigante sobre o navio como “macro-organismo”. Com mais espaço, o caso do ouro brasileiro, por exemplo, pode ser explorado com referência ao conjunto de atividades que tornam a mineração possível, bem como a sua reprodução no tempo, observando o desenvolvimento dos setores de alimentos que alimentaram os trabalhadores escravizados ou das ferramentas empregadas na extração e refino do metal amarelo. A circulação e consumo deste ouro, por sua vez, só pode ser plenamente compreendida com referência a outros metais preciosos, como bem sabia Braudel e outros historiadores de sua geração, uma dialética que não aparece de modo tão evidente em algumas discussões recentes sobre a circulação global da prata (p.e. POMERANZ, 2000, p. 269-273). Em princípios do século 18, a expansão dos fluxos do metal branco em direção a Ásia estava fortemente ligada à ascensão do ouro do Brasil, como discutido em texto recente que escrevi em co-autoria com Rafael Marquese (MARQUES; MARQUESE, 2020).

Dito isso, não penso que o foco em uma mercadoria específica seja necessariamente problemático. Algum recorte será sempre necessário, já que uma história total (em seu sentido mais vulgar de totalidade por adição) das mercadorias me parece impossível de ser encampada por qualquer indivíduo ou grupo de indivíduos. O mais importante, a meu ver, é sempre considerar a mercadoria uma unidade de observação e não de análise, ou seja, não fechar a história da mercadoria em si mesma. Ao fazê-lo, não apenas conseguimos detectar entrelaçamentos, como os que aponto na história do ouro do Brasil e dos navios norte-americanos na parte final de meu artigo, mas podemos manter presente a dimensão sistêmica - que é a do capitalismo histórico - como elemento que dá sentido a essa história e é por ela mesma formada. Tal procedimento vale para outros recortes além da mercadoria; de histórias de regiões muito específicas ou de grandes nações, de biografias de grandes comerciantes ou de um único escravo. O conselho de Braudel a respeito dos perigos inerentes à divisão entre o econômico, o político e o cultural vale aqui também: “A prática recomendável é, ao dividir, conservar na mente uma visão globalizadora: ela surgirá forçosamente na explicação, tenderá a recriar a unidade, aconselhará a não acreditar numa falsa simplicidade da sociedade” (BRAUDEL, 1996, p. 409).



O que me leva ao segundo ponto de Bouchard, sobre pensar o sistema mundial como uma relação ecológica em vez de puramente econômica. O duplo objetivo de meu artigo era, por meio de uma breve história de duas mercadorias específicas, mostrar como a abordagem permitia articular a história colonial das Américas à história do capitalismo e, nesse processo, fazê-lo incorporando o tempo da natureza. Contudo, Bouchard, assim como outros comentadores, tem razão ao afirmar que acabei focando apenas no primeiro aspecto, especialmente no caso do ouro do Brasil. Gostaria apenas de frisar que, em sintonia com os comentários de Bouchard e Jason Moore, principalmente quando este coloca que o sistema-mundo moderno “é uma ecologia-mundo” (MOORE, 2021, p. 743), busco pensar o desenvolvimento do capitalismo por meio da natureza e não apenas nos termos dualistas de sua devastação. Nesse sentido, a preocupação central era pensar como um minério e seus processos extrativos foram constitutivos da história do capital, embora reconheça que, com mais tempo e espaço, a questão poderia de fato ser melhor trabalhada. Foi o que tentei fazer em outro trabalho recente, baseando-me amplamente em uma pequena, porém rica, bibliografia de história ambiental da mineração no Brasil (MARQUES, no prelo).

De certa forma, este segundo ponto está também ligado ao terceiro, sobre pensar com seriedade a dimensão do consumo, que, por sua vez, levanta questões ligadas a estruturas de pensamento e práticas culturais. Essa passagem do comentário de Bouchard evidencia que a separação consagrada entre história econômica, política e cultural, que também incomoda Alfabali, tem pouca utilidade quando estamos pensando o capitalismo enquanto um sistema histórico, particularmente se tratada de modo estanque, para voltar ao ponto anterior de Braudel. “Não creio”, argumenta o historiador francês,

que tudo seja material, ou social, ou relação social no capitalismo. A meu ver, há um ponto fora de dúvida: ele não pode ser oriundo de uma única e obscura origem; a economia teve uma palavra a dizer; a política teve uma palavra a dizer; a cultura e a civilização tiveram uma palavra a dizer. E também a história, que em geral decide em última instância as relações de força (BRAUDEL, 1996, p. 355).

A abordagem centrada em mercadorias é um dos instrumentos para explorarmos essas diferentes dimensões, incluindo a ecológica, e suas articulações dinâmicas no tempo e no espaço. Moore sinaliza para isso quando argumenta que as fronteiras da mercadoria não deveriam ser compreendidas unicamente em termos econômicos, pois são resultado de processos geoculturais e geopolíticos que criam as condições para a sua expansão (MOORE, 2021).

O último ponto levantado por Bouchard, bastante instigante e talvez o de maior divergência em relação ao meu artigo, propõe que desloquemos nosso foco dos “fluxos” para as “transformações”, compreendendo estas como “os momentos nos quais as propriedades físicas, culturais e econômicas da mercadoria são transformadas por meio da ação humana” (BOUCHARD, 2021, p. 710). O contraste entre fluxos e transformações carrega alguma semelhança com a separação entre circulação e produção, que informou alguns debates marxistas em torno da transição para o capitalismo, discussões que estão no centro do comentário de Moore. Bouchard está longe de abordar a questão nos termos rígidos daqueles debates, mas

tenho dúvidas se o foco de nossa análise deve realmente passar dos fluxos para as transformações, como sugere o autor. Os processos produtivos são de fato momentos estratégicos para se observar a apropriação e transformação da natureza extra-humana, mas um dos desafios principais, a meu ver, é compreendê-los enquanto parte de um todo contraditório, e, dessa perspectiva, os fluxos aparecem como dialeticamente indissociáveis das transformações. Como sugere Marx, “produção, distribuição, troca e consumo” são “membros de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade” (MARX, 2016, p. 53). De modo mais concreto, a articulação entre fluxos e transformações se expressa, por exemplo, na famosa colocação de Moore de que “Wall Street é uma forma de organizar a natureza” (MOORE, 2011), argumento que inspira minha insistência na ligação entre Londres e as fronteiras mineradoras da América portuguesa.⁶ Mais do que deslocar o foco, portanto, acredito que apenas tratando de modo integrado essas diferentes esferas é que se torna possível uma história materialista (no fundo, a base de meu interesse em história ambiental) de processos altamente abstratos como a reconfiguração e generalização do dinheiro na era moderna.

Ao falar em reconfiguração e generalização do dinheiro na era moderna, estou evidentemente falando da história do capitalismo, cuja origem ocupa lugar de destaque no comentário de Moore. Apesar de minha contribuição inicial não entrar especificamente nessa discussão (focando mais em estratégias de integração do colonialismo nas Américas em uma história do capitalismo atenta ao tempo da natureza), Moore oferece uma inestimável contribuição ao puxar a conversa para o debate sobre a transição, discussão que certamente pode nos ajudar a pensar os desafios contemporâneos impostos pelo colapso ambiental (ou crise, no sentido wallersteiniano usado por Moore).⁷ O autor avançou significativamente em um dos “não-debates” dos anos 1970, tal como descritos por Giovanni Arrighi (1998), ao sintetizar elementos da perspectiva de Robert Brenner e Immanuel Wallerstein e apresentar uma rica interpretação da história do sistema-mundo capitalista que coloca a luta de classes em seu centro. Fico na dúvida, contudo, se a separação entre circulação e produção pode ser vista apenas como uma impressão equivocada daquele debate por parte de alguns comentaristas, já que o mesmo tipo de lógica continua a permear um número significativo de trabalhos inspirados na obra de Brenner, que insistem em falar de um “modelo da comercialização” (WOOD, 2002, p. 11-21). Mesmo entre críticos de Brenner tal oposição continua a ser alimentada, com a reprodução de problemas presentes no próprio marxismo político (e.g. ANIEVAS; NIŞANCIOĞLU, 2015, p. 171-172).

O outro grande “não-debate” dos anos 1970 discutido por Arrighi, aquele entre Wallerstein e Braudel (coincidentalmente, explorado no comentário de Lourenço Jr.), pode nos ajudar a avançar nessa discussão. Em que pesem as possíveis críticas às ambiguidades e categorias empregadas por Braudel, poucos historiadores

⁶ E que é desenrolado pelo próprio autor em sua excepcional análise da ascensão de Amsterdã no século XVII (MOORE, 2010).

⁷ Compartilho integralmente das críticas de Moore à perspectiva de Jared Diamond e outros. A ideia de “colapso ambiental” em meu texto é mais devedora da obra de Luiz Marques (2018), que teve uma boa circulação na academia brasileira e que está longe de endossar o tipo de argumento neomalthusiano/neohobbesiano de parte do pensamento ambiental. Concordo que “crise”, ou “eco-crise”, como o mesmo Marques coloca em sua obra, pode ser um conceito ainda mais pertinente que o de colapso.

compreenderam e exploraram tão bem a relação dinâmica entre essas diferentes esferas do capitalismo quanto o historiador francês. Ao trabalhar com a ideia de que a qualidade essencial do capitalismo é “sua plasticidade a toda a prova, sua capacidade de transformação e de adaptação”, Braudel contorna esquematismos, como a separação clássica entre um capitalismo comercial, um industrial e um financeiro, pensados como fases cronológicas por parte do marxismo. Para ele, o capitalismo está em seu lar no comércio de longa distância e nas finanças ao longo da era moderna, mas isso não o impede de se aventurar em empreendimentos produtivos como as *plantations* escravistas do Caribe, cuja modernidade já fascinava W. Sombart e C.L.R. James na primeira metade do século passado, e que tem tais dimensões realçadas pela comparação com os obstáculos enfrentados pelo capital na própria Europa. Aqui está um dos grandes méritos de Braudel: tratar a expansão do capitalismo em termos processuais, atento às suas múltiplas escalas e ao desenvolvimento desigual daí decorrente. “Toda atividade choca-se contra a resistência do espaço”, coloca o historiador no *Mediterrâneo*, “nela encontrando suas coações e acomodações” (BRAUDEL, 2016, p. 497).

A relativização da separação entre capitalismo financeiro, comercial e industrial (e, conseqüentemente, daquela entre produção e circulação) é explicitamente incorporada por Wallerstein (1991). O “não-debate” de verdade entre os dois, de acordo com Arrighi, ocorreu nas diferentes conceitualizações do que era o capitalismo e na busca por suas origens em lugares distintos: “Wallerstein as procura na organização da produção agrícola dos estados territoriais do noroeste europeu” enquanto Braudel “as procura na organização do comércio de longa distância e altas finanças das cidades-estados do norte da Itália.” Essa diferença é fundamental, pois acredito que, na esteira de Braudel, devemos ler a expansão ultramarina ibérica do longo século 16 à luz da expansão do capitalismo nas cidades-estados italianas e não dos estados territoriais do noroeste europeu de meados do 17. O Mediterrâneo, com suas articulações mundiais, é uma unidade de análise mais apropriada para a compreensão da expansão europeia do que Portugal ou Espanha ou mesmo a península ibérica, se tomados isoladamente (BRAUDEL, 2016). No entanto, o procedimento de Brenner e de muitos que nele se inspiram é o de tratar esses espaços de forma estanque, impingindo-lhes o rótulo de feudal e mobilizando-os como a antítese dos estados capitalistas do noroeste europeu, principalmente a Inglaterra. Mesmo críticos como Anievas e Nişancioğlu, que se esforçam para incorporar a história do colonialismo na trajetória do capitalismo, argumentam que “o saque das Américas funcionou como um meio de ‘acumulação primitiva’ em uma base europeia mais ampla que beneficiou dois *latecomers*, Holanda e Inglaterra, às custas dos poderes colonizadores (feudalmente) mais avançados, Espanha e Portugal” (ANIEVAS; NIŞANCIOĞLU, 2015, p. 143). Isolam-se, portanto, as unidades; a contribuição dos poderes ibéricos - feudais por natureza - para o desenvolvimento do capitalismo é de certa forma involuntária, uma preparação por meio da “acumulação primitiva” para o capitalismo verdadeiro da Inglaterra dos séculos 17 e 18. Não há uma palavra aqui sobre o capitalismo financeiro italiano e seu papel absolutamente central na expansão ibérica da era moderna. Assim, quando Anievas e Nişancioğlu decidem focar na importância específica das *plantations* escravistas na América para o desenvolvimento do capitalismo, a análise se torna profundamente anglocêntrica. O resultado não surpreende, já que os dois autores isolaram o mundo ibérico na caixinha feudal - como, aliás, também de certo modo o faz João Fragoso.



Com o contraste rígido entre o noroeste europeu e o mundo ibérico, tal historiografia marxista se aproxima de análises institucionalistas que tomam um capitalismo ideal (representado na prática pela Inglaterra) como ponto de partida e de chegada da análise. Diria que as origens desse problema estão no próprio mundo colonial, com a lenta penetração de construções da *leyenda negra* no pensamento econômico europeu e, especificamente, britânico. Já no século 17, John Locke falava de como “era a morte para a Espanha exportar dinheiro: e ainda assim eles, que fornecem ouro e prata para todo o mundo, são os que menos tem para eles mesmos. O comércio o retira desse povo preguiçoso e indigente, a despeito de todos os esforços artificiais e forçados para mantê-lo lá” (LOCKE, 1824, p. 72). Essa afirmação, repetida por mercantilistas do século 18, expressava uma visão de mundo que reapareceria, de uma forma ou de outra, ora enfatizando a má qualidade das instituições, ora a persistência de traços culturais específicos, em inúmeros outros trabalhos de economia política dos séculos seguintes. Sob nova roupagem, é possível detectar elementos desse contraste nas teorias da modernização ou em trabalhos mais recentes dedicados ao tema das desigualdades. Em outras palavras: a separação rígida na comparação entre Inglaterra e Espanha (ou noroeste europeu e mundo ibérico) tornou-se parte da geocultura do capitalismo, manifestando-se na historiografia contemporânea de diversas vertentes. Ironicamente, a construção do tempo linear do eurocentrismo a partir do século 16, que teve uma contribuição ibérica fundamental, como bem mostram Anievas e Nisancioglu, eventualmente seria alimentada pela construção de um Outro interno à própria Europa, representado por aquele mesmo mundo ibérico.

Braudel nos ajuda a romper com tais estruturas engessadas do conhecimento. Apesar de frequentemente criticado por uma certa flexibilidade ou mesmo imprecisão na forma como usa seus conceitos, suas intuições abriram caminhos de pesquisa profícuos (afinal, uma história excessivamente rigorosa em termos teóricos tem tanta utilidade para a reconstrução da história quanto o empirismo mais pobre). Uma delas está em seu olhar para as cidades-estados italianas, que oferece uma perspectiva sobre a expansão ibérica que privilegia seu contexto mais amplo, rejeitando fórmulas simples, ou a “falsa simplicidade da sociedade”. Braudel nem sempre é explícito a esse respeito, mas o que está surgindo em algumas cidades italianas medievais é uma nova forma de dinheiro, ponto essencial para compreendermos o capitalismo ontem e hoje.⁸ Como argumenta Banaji, “a expansão do capital foi um processo intrinsecamente global, em grande parte porque foi motivado pelas formas mais líquidas e móveis de riqueza que, estranhamente, marxistas têm relutado em analisar e preferem desprezar como ‘antediluvianas’” (BANAJI, 2018). Braudel nos mostra, inclusive, caminhos que indicam como uma história das mercadorias pode explorar tais mudanças, colocando lado a lado a história dos diferentes metais preciosos em circulação e os novos desenvolvimentos financeiros do capitalismo. Em suas palavras, “jogos reais da mercadoria, jogos fictícios do dinheiro se mesclam” (BRAUDEL, 2016, p. 567).

⁸ Esse é um dos pontos fundamentais do trabalho de Geoffrey Ingham (2004), grande leitor da Escola dos Annales.

A SUBORDINAÇÃO, DESTRUIÇÃO E INSUBORDINAÇÃO DO CONHECIMENTO PELO CAPITAL

Em seus comentários, Crislayne Alfagali e Mary Draper levantam um excelente ponto em torno da importância dos conhecimentos indígenas e africanos para a construção do mundo Atlântico. Concordo integralmente que esse deve ser tema central em qualquer história de mercadorias atlânticas, para não dizer da história Atlântica em geral. Analisando a trajetória histórica do tabaco e do chocolate, por exemplo, Marcy Norton (2008) demonstrou como uma história das mercadorias pode situar no centro de sua narrativa a incorporação desses conhecimentos. Recentemente, Norton (2017) tem reforçado esse ponto ao sugerir que devemos explorar uma nova conceitualização de tecnologia que abarque práticas ligadas a alimentos, fármacos, curas, domesticação de animais e plantas, além de atividades extrativas de metais, pérolas e madeira, dentre outras formas de manipulação do ambiente, como também nota Draper a partir de uma rica bibliografia recente. O exemplo da mandioca, mencionado por Alfagali, se enquadra com perfeição aqui, como mostram as excelentes pesquisas sobre tubérculos desenvolvidas por Francesca Bray e outros (BRAY et al., 2019). Da mesma forma, uma antiga história de manipulação ameríndia das florestas na Nova Inglaterra foi uma espécie de pressuposto para a história da extração de madeira da era colonial, como tento explorar em meu texto com a breve análise da indústria naval norte-americana.

No caso da mineração do ouro no Brasil, Alfagali menciona os conhecimentos africanos de manipulação de metais e sua possível circulação no espaço da mineração, tema de pesquisa que tem sido objeto de boas contribuições na historiografia brasileira, mas que pode ser mais explorado, como seu próprio trabalho demonstra, ainda mais em um contexto de avanço das bases de dados que estão permitindo conhecer melhor as origens africanas daqueles escravizados – penso, por exemplo, nas possibilidades oferecidas pela análise de nomes africanos (ANDERSON et al., 2013). Em outro texto recente sobre o ouro do Brasil, também coloco no centro de minha análise a importância dos conhecimentos indígenas e africanos para essa história (MARQUES, no prelo). O caso ameríndio é particularmente interessante porque não há evidências de que os povos originários dos territórios do Brasil que seriam transformados pela mineração no século 18 tivessem qualquer experiência com a extração e manipulação de ouro, como era o caso em outras partes da América como Hispaniola e Nova Granada. Ainda assim, conhecimentos indígenas foram fundamentais para todo o empreendimento minerador, dos antigos caminhos construídos por esses povos às suas técnicas de construção de barcos e domesticação de plantas, elementos essenciais para o desenvolvimento e manutenção das zonas de extração. A inspiração central aqui é Sérgio Buarque de Holanda, cujo clássico *Caminhos e fronteiras* (2008) faz da subordinação violenta das populações indígenas e da incorporação de seus conhecimentos um elemento absolutamente central da colonização da América portuguesa. Além disso, especialistas em mineração foram trazidos de territórios vizinhos da América espanhola, como também o mostra o mesmo Sérgio Buarque (2007), carregando conhecimentos que certamente foram moldados pelas práticas ameríndias e africanas em áreas como Nova Granada e Peru.

Para além de sinalizar para a presença desses conhecimentos nos circuitos da mercadoria, um dos aspectos mais importantes da abordagem é que ela permite



compreender como esse processo foi parte da própria história do capitalismo. Uma história dos conhecimentos no Atlântico que apenas celebre a capacidade de pensar e agir de indígenas e africanos, ou a sua humanidade, para usar a grande marca da história social da escravidão do último meio século (SCOTT, 2004, p. 111), cumpre a importante função de mostrar a diversidade de agentes que construíram o mundo no qual vivemos, mas pode, também, ser facilmente incorporada pelo liberalismo-centrista, pois cai bem em um presente no qual o principal desafio político seria simplesmente o de aperfeiçoar um sistema democrático bem estabelecido. Algo como “as origens multiculturais” de nossos tempos, o ponto de chegada da grande aventura humana.⁹ O problema é que é justamente esse mundo que está na base da eco-crise contemporânea. Em termos metodológicos, o principal perigo está em se incorrer no mesmo tipo de “realismo burguês de senso comum” (SAHLINS, 2001, p. 20) que permeia diversos estudos dedicados a demonstrar a “agência” de populações subalternas, e que desembocam em um individualismo metodológico que simplesmente ignora a vastíssima literatura sobre estrutura e ação nas ciências sociais.¹⁰

O grande sincronizador desses múltiplos tempos, do conhecimento milenar acumulado em diferentes partes do mundo ao tempo mais imediato da produção, circulação e consumo de mercadorias, é o capitalismo e é essa dimensão estrutural que não pode ser perdida de vista. Este é, inclusive, um campo interessante a ser explorado mais a fundo por uma história teorizada. As últimas décadas testemunharam a emergência de muitas análises sobre o papel do conhecimento no capitalismo, com alguns falando em um “capitalismo cognitivo” característico das últimas décadas. No entanto, as poucas reflexões que exploram o tema em termos históricos o fazem com base em interpretações restritas da história do capitalismo. Carlo Vercellone, por exemplo, apresenta uma narrativa linear de três fases do capitalismo, a primeira delas (séculos 16 ao 18) caracterizada pela subsunção formal, com os trabalhadores no sistema de putting-out e artesãos em geral controlando os conhecimentos; na sequência, a fase industrial, de simplificação de atividades e incorporação de conhecimentos na forma de capital fixo e na organização empresarial; finalmente, desde a crise do Fordismo, teríamos o “capitalismo cognitivo”, marcado por uma “intelectualidade difusa” e o papel central da produção de conhecimentos num momento em que o trabalho se torna crescentemente imaterial (VERCELLONE, 2007). Para além das críticas vindas da sociologia do trabalho contemporâneo, cabe perguntar de que forma uma concepção mais ampla da história do capitalismo, como a aqui sugerida, em que os conhecimentos e tecnologias de africanos, indígenas, europeus e asiáticos foram apropriados, reconfigurados e explorados desde o longo século 16, pode contribuir para essa conversa.

⁹ Vide, por exemplo, as representações de que a ação escrava na Revolução Haitiana produziu uma expansão de valores ilustrados inicialmente formulados apenas para o homem branco. Parece-me ser este o sentido da crítica e provocação de Susan Buck-Morss (2009) ao sugerir que a Revolução Haitiana foi parte de uma *jihad* (invertendo o sinal, portanto, para aquilo que em princípios do século 21 era visto por muitos como a grande ameaça à democracia liberal no Ocidente). Alguns dos problemas dessa historiografia são discutidos em Geggus (2011).

¹⁰ Parte do problema nas análises de agência foram herdados de E. P. Thompson, que, como bem mostra Perry Anderson (1980), acabou por achatar múltiplas escalas para discutir a ação humana.

Nem tudo, contudo, foi apropriação; muito foi também destruído. Línguas inteiras desapareceram e certamente com elas muitos conhecimentos de mundo – os epistemicídios dos quais fala Boaventura de Souza Santos (2015). Frequentemente a historiografia da agência eleva o seu desejo de ver sobrevivências e resistência a um tal nível que a própria conquista da América parece se tornar um mito (RESTALL, 2003). Entretanto, a sua dimensão destrutiva é incontornável, conforme observam comentaristas indígenas contemporâneos como Davi Kopenawa (2016, p. 407), e que a história das mercadorias nos ajuda a entender. Estado e igreja foram componentes fundamentais desse processo, fornecendo as bases de construções geopolíticas e geoculturais que não apenas transformaram a eliminação de traços específicos de culturas ameríndias e africanas em objetivo central, mas criaram as condições para a expansão das próprias fronteiras da mercadoria, como comenta Moore. E foi a expansão dessas fronteiras - que, ironicamente, dependiam da incorporação de certos conhecimentos - que atuou como um dos principais motores do extermínio de populações inteiras, com seus modos de vida e saberes. Em minha intervenção original, tentei mostrar a relação entre a construção de um navio que eventualmente carregaria africanos escravizados da Costa do Ouro para a Jamaica e a expansão de conflitos envolvendo as populações indígenas que viviam na região oeste das colônias de New Hampshire e Maine. A abordagem centrada na mercadoria pode oferecer muitos outros exemplos, como o levantado por Draper para o corte de madeira – pressuposto para o estabelecimento de plantations – em Barbados, que implicou na escravização não apenas de africanos, mas também de indígenas de outras partes do Caribe. Nesses processos, a linha entre incorporação e destruição de conhecimentos foi tênue.

Finalmente, nem tudo foi apropriado ou destruído. Ao colocar conflitos fronteiriços no centro da história, a abordagem centrada em mercadorias permite também observar as diferentes instâncias de resistência mais direta à expansão daquele mundo. Os exemplos são variados, das guerras que marcaram a expansão da fronteira da prata no norte do México no século 16 à longa história do comércio de peles na América do Norte. No interior do Brasil, engenheiros britânicos defendiam a construção de uma malha ferroviária como estratégia para enfrentar as populações de botocudos, que continuavam a atormentar o imaginário de exploradores de metais preciosos em fins do século 19 (FISCHER, 2018). Ao mesmo tempo, quilombos foram formados por africanos fugidos das fronteiras mercantis ao longo da era moderna, comunidades que também dependiam da circulação de conhecimentos específicos. Como mostra o trabalho de Judith Carney, a formação de quilombos no Maranhão fez amplo uso dos conhecimentos de produção de arroz carregados por escravos oriundos de partes específicas da África Ocidental (CARNEY, 2002). Que tais formações e atos de resistência podiam ter um impacto político mais amplo fica evidente quando olhamos para exemplos como o dos quilombos jamaicanos (O'SHAUGHNESSY, 2000) ou mesmo das fugas em série no contexto das tensões que levaria à Guerra Civil nos EUA (OAKES, 1986).

Em suma, não se trata de rejeitar a chamada “agência” das populações escravizadas e subordinadas ao redor do Atlântico, mas de compreender como ela tomava diferentes formas de acordo com as estruturas – o conjunto dos conjuntos – dentro das quais ela se desenrolava. Só assim conseguimos avaliar os diferentes contextos de mobilização desses conhecimentos e seus diferentes usos, por vezes abrindo brechas para a mobilidade e melhoria de indivíduos e grupos específicos ao

mesmo tempo que reforçavam ou alteravam as estruturas mais amplas de dominação. Os resultados dessas relações de força não devem ser pressupostos de antemão e sim explorados enquanto objetos de investigação. A história das mercadorias oferece uma estratégia para analisarmos o cotidiano, ações e ideias da enorme massa de indivíduos que se viu enredada nas redes extrativas e produtivas do Atlântico sem perder de vista as estruturas que moldavam e estabeleciam limites para aquelas mesmas ações.

REFERÊNCIAS

ALFAGALI, Crislayne. Cadeias mercantis e história global das Américas coloniais a partir do continente africano. *Esboços*, Florianópolis, v. 28, n. 49, p. 728-739, set.-dez. 2021.

ANDERSON, Perry. *Arguments within English Marxism*. London: NLB, 1980.

ANDERSON, Richard *et al.* Using African Names to Identify the Origins of Captives in the Transatlantic Slave Trade: Crowd-Sourcing and the Registers of Liberated Africans, 1808–1862. *History in Africa*, v. 40, p. 165–191, 2013.

ANIEVAS, Alexander; NIŞANCIOĞLU, Kerem. *How the west came to rule: the geopolitical origins of capitalism*. London: Pluto Press, 2015. p. 171-172.

ARRIGHI, Giovanni. Capitalism and the Modern World-System: Rethinking the Nondebates of the 1970's. *Review (Fernand Braudel Center)*, v. 21, n. 1, p. 113–129, 1 jan. 1998.

BANAJI, Jairus. Globalising the History of Capital: Ways Forward. *Historical materialism : research in critical Marxist theory*, v. 26, 2018, n. 3, p. 143–166, 2018.

BENTHIEN, Rafael Faraco. Por uma história cruzada das disciplinas: ponderações de ordens prática e epistemológica. *Revista de História*, n. 179, p. 1-26, 17 set. 2020.

BERBEL, Márcia Regina; MARQUESE, Rafael de Bivar; PARRON, Tâmis. *Escravidão e política: Brasil e Cuba, c. 1790-1850*. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II*. São Paulo: EDUSP, 2016.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo*. Martins Fontes: São Paulo, 1996. v. 2: o jogo das trocas.

BRAY, Francesca *et al.* Cropscaes and History: Reflections on Rootedness and Mobility. *Transfers*, v. 9, n. 1, p. 20–42, 22 mar. 2019.

BUCK-MORSS, Susan. *Hegel, Haiti, and Universal history*. Pittsburgh, Pa: University of Pittsburgh Press, 2009.

CARNEY, Judith A. *Black Rice: The African Origins of Rice Cultivation in the Americas*. Harvard: Harvard University Press, 2002.



ELBE, Ingo. Between Marx, marxism, and marxisms. Ways of reading Marx's theory. *Viewpoint*, 21 out. 2013. Disponível em: <https://viewpointmag.com/2013/10/21/between-marx-marxism-and-marxisms-ways-of-reading-marxs-theory/>.

FISCHER, Georg. Acelerações em escala regional: a transformação do Vale do Rio Doce, ca/ 1880-1980. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 34, n. 65, p. 445–474, ago. 2018.

FRACCHIA, Joseph. On Transhistorical Abstractions and the Intersection of Historical Theory and Social Critique. *Historical Materialism*, v. 12, n. 3, p. 125–146, 1 jan. 2004.

FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; KRAUSE, Thiago. *A América portuguesa e os sistemas atlânticos na época moderna: monarquia pluricontinental e Antigo Regime*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2013.

GEGGUS, David P. The Haitian Revolution in Atlantic Perspective. In: CANNY, NICHOLAS P.; MORGAN, PHILIP D. (org.). *The Oxford handbook of the Atlantic world, 1450-1850*. Oxford: New York : Oxford University Press, 2011.

HAROOTUNIAN, Harry D. *Marx after Marx history and time in the expansion of capitalism*. New York: Columbia University Press, 2015.

HOLANDA, Sérgio Buarque De. Metais e pedras preciosas. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr; AB'SABER, Aziz Nacib (org.). *História geral da civilização brasileira*. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. v. 1., t. 2.

HOLANDA, Sérgio Buarque De. *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

INGHAM, Geoffrey K. *The Nature of Money*. Cambridge, UK ; Malden, MA: Polity, 2004.

LARA, Silvia Hunold. Apresentação - Uma grande diferença. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 38, p. 13–18, dez. 2018.

LEVI, Giovanni. Microhistoria e Historia Global. *Historia Crítica*, 26 jun. 2018.

LOCKE, John. *Some considerations of the consequences of lowering the interest and raising the value of money (Letter to a member of Parliament. 1691.) Short observations on a printed paper entitled, "For encouraging the coining silver money in England" ... Further considerations concerning raising the value of money. Two treatises of government*. London: C. and J. Rivington, 1824.

KOPENAWA, Davi. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

KURZ, Robert. *Dinheiro sem valor: linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política*. Lisboa: Antígona, 2014.

MARQUES, Leonardo. Unidades de análise, jogos de escalas e a historiografia da escravidão no capitalismo. In: SALLES, Ricardo; MUAZE, Mariana (org.). *A Segunda Escravidão e o Império do Brasil em perspectiva histórica*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2020.

MARQUES, Leonardo. Slavery and Capitalism. In: SKEGGS, BEV et al. (org.). *The SAGE Handbook of Marxism*. Thousand Oaks: SAGE Publications Ltd, 2022.

MARQUES, Leonardo. Mining Frontiers and the Making of the Modern World. In: STUBBS, J.; CLARENCE-SMITH, W.G., CURRY-MACHADO, J.; VOS, J. (ed.). *Oxford Handbook of Commodity History*. Oxford: Oxford University Press, no prelo.

MARQUES, Leonardo; MARQUESE, Rafael de Bivar. Ouro, café e escravos: o Brasil e a “assim chamada acumulação primitiva”. In: MARQUESE, Rafael de Bivar (org.). *Os tempos plurais da escravidão no Brasil: ensaios de história e historiografia*. São Paulo: Intermeios, 2020. p. 105-132.

MARQUES, Luiz. *Capitalismo e colapso ambiental*. 3ª ed. Campinas: UNICAMP, 2018.

MARQUESE, Rafael B.; SALLES, Ricardo. A escravidão no Brasil oitocentista: história e historiografia. In: SALLES, Ricardo; MARQUESE, Rafael B. (org.). *Escravidão e Capitalismo Histórico no Século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. Edição: 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 ; esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2016.

MOORE, Jason W. ‘Amsterdam is Standing on Norway’ Part I: The Alchemy of Capital, Empire and Nature in the Diaspora of Silver, 1545–1648. *Journal of Agrarian Change*, v. 10, n. 1, p. 33–68, 2010.

MOORE, Jason W. Empire, class & the origins of planetary crisis: the Transition Debate in the Web of Life. *Esboços*, Florianópolis, v. 28, n. 49, p. 740-763, Sept./Dec. 2021

MOORE, James, Wall Street Is a Way of Organizing Nature: An Interview with Jason Moore. *Upping the Anti: A Journal of Theory and Action*, No. 12, May 2011.

MOYA, Jose C. Introduction: Latin America - the Limitations and Meaning of a Historical Category. In: MOYA, Jose C. (org.). *The Oxford handbook of Latin American history*. New York: Oxford University Press, 2011.

NORTON, Marcy. *Sacred gifts, profane, pleasures: a history of tobacco and chocolate in the Atlantic world*. Ithaca: Cornell University Press, 2008.

NORTON, Marcy. Subaltern technologies and early modernity in the Atlantic World. *Colonial Latin American Review*, v. 26, n. 1, p. 18–38, 2 jan. 2017.

OAKES, James. The Political Significance of Slave Resistance. *History Workshop*, n. 22, p. 89–107, 1 out. 1986.



O'SHAUGHNESSY, Andrew Jackson. *An empire divided: the American Revolution and the British Caribbean*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2000.

POMERANZ, Kenneth. *The great divergence: Europe, China, and the making of the modern world economy*. Princeton, N.J: Princeton University Press, 2000.

RESTALL, Matthew. *Seven Myths of the Spanish Conquest*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

SAHLINS, Marshall David. *Como pensam os "Nativos": sobre o Capitão Cook, por exemplo*. São Paulo: EDUSP, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Epistemologies of the South: Justice Against Epistemicide*. [S.l.]: Taylor and Francis, 2015.

SCOTT, David. *Conscripts of modernity: the tragedy of colonial enlightenment*. Durham: Duke University Press, 2004.

SILVA JÚNIOR, Waldomiro Lourenço da. Quem tem medo da disciplina da História? Breves reflexões sobre interdisciplinaridade e a história do capitalismo em diálogo com Leonardo Marques. *Esboços*, Florianópolis, v. 28, n. 49, p. 764-771, set./dez. 2021.

TOMICH, Dale. O Atlântico como espaço histórico. *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 26, n. 2, p. 221–240, 2004.

TOMICH, Dale. The Limits of Theory: Capital, Temporality, and History. *Review (Fernand Braudel Center)*, v. 38, n. 4, p. 329–368, 2015.

VERCELLONE, Carlo. From Formal Subsumption to General Intellect: Elements for a Marxist Reading of the Thesis of Cognitive Capitalism. *Historical Materialism*, v. 15, n. 1, p. 13–36, 1 jan. 2007.

VERLINDEN, Charles. Italian Influence in Iberian Colonization. *The Hispanic American Historical Review*, v. 33, n. 2, p. 199–211, 1953.

WALLERSTEIN, Immanuel. Braudel on Capitalism, or Everything Upside Down. *The Journal of Modern History*, v. 63, n. 2, p. 354–361, 1991.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. *The Essential Wallerstein*. New York: New Press, 2000.

WILDER, Gary. From Optic to Topic: The Foreclosure Effect of Historiographic Turns. *The American Historical Review*, v. 117, n. 3, p. 723–745, 1 jun. 2012.

WOOD, Ellen Meiksins. *The origin of capitalism: a longer view*. London: Verso, 2002.

WULF, Karin. Vast Early America: Three simple words for a complex reality. *Humanities*, v. 40, n. 1, winter 2019.



NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Leonardo Marques: Doutor. Professor, Universidade Federal Fluminense, Instituto de História, Departamento de História, Niterói, RJ, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis, s/n, Campus do Gragoatá, Bloco O, Sala 509, São Domingos, 24210-201, Niterói, RJ, Brasil.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a oportunidade de discutir versões preliminares do presente texto com os seguintes grupos e indivíduos: Gisele Batista Candido, Fabio Morales, Waldomiro Lourenço, Juliana Machado, Rafael Faraco Benthien, Thiago Krause, Brad Lange, Rafael de Bivar Marquese, Freg Stokes, Coletivo Braudel, GEEWOB e LabHeN.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - 88887.466409/2019-00 e da Faperj APQ1, Processo: E-26/210.359/2019.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Leonardo Marques. Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Fábio Augusto Morales
Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)

HISTÓRICO

Recebido em: 7 de dezembro de 2021

Como citar: MARQUES, Leonardo. A América colonial e a história das mercadorias: a pluralidade de tempos no capitalismo histórico. *Esboços*, Florianópolis, v. 28, n. 49, p. 792-812, set./dez. 2021.



**GLOBALISM BEFORE GLOBALISM:
THE ALEXANDER LEGEND IN
MIEVEAL LITERATURE (PRIEST
LAMBRECHT'S ACCOUNT AS A
PATHWAY TO EARLY GLOBAL
PERSPECTIVES)**

Albrecht Classen^a

 <https://orcid.org/0000-0002-3878-319X>
Email: aclassen@email.arizona.edu

^aUniversity of Arizona, Department of German Studies, Tucson, AZ, United States

ABSTRACT

We certainly live in a world today determined by globalism, however we might want to define it. But it would be erroneous to assume that earlier centuries, and not even pre-modernity, were entirely ignorant about foreign worlds and did not have any interest in reaching out to, or in approaching foreign countries, peoples, and cultures either peacefully or militarily. The first part of this paper examines some of the misconceptions and then outlines many features that justify us in using the term 'globalism' already at that early stage, maybe free of much of the modern baggage brought upon by the colonialist attitude pursued by early modern Europeans. To illustrate the claim more specifically, this then leads over to a detailed examination of one of the many versions of the Alexander narratives in the Middle Ages, specifically of Priest Lambrecht's Middle High German *Alexanderlied*. Although Alexander is presented as a conqueror of the Persian empire and the Indian kingdom, apart from many other countries, there is still a strong narrative strategy to open the perspective toward the East and to make it to an integrative part of the global worldview of the western European audiences. This and many other Alexander versions contribute in their own intriguing way to the process of "worldmaking," as Nelson Goodman (1978) had called it. Although historic-fictional in his approach, Lambrecht facilitated in a path-breaking way, drawing on many classical sources, of course, the establishment of a global vision, at least in the mind of his medieval audiences.

KEYWORDS

Globalism before globalism; Medieval literary perspectives; Priest Lambrecht.

In the post-modern world, it has been fashionable to claim that we live in a time only now when globalism has finally arrived impacting everyone here on earth in one or the other way, which forces us all to reconfigure our personal and universal outlook fundamentally because the basic conditions of all our lives have changed in consequence of many different factors. These include, for instance, the rise of the USA to a world power after Second World War, the fall of the Soviet Union in 1990, the development of the computer and subsequently the internet, and based on that a glob process leading to universal digitization and robotization. With the help of voice recognizing technologies, people can, theoretically, talk to each other all over the world, and this without the need to learn a foreign language. It almost seems as if the biblical account of the Tower of Babel has reached its conclusion which is now allowing humankind to return to its original cohesion as a global community — certainly nothing but a pipedream! This does not mean that the study of foreign languages and cultures would no longer be necessary, quite on the contrary, but we have now at least available a technical medium to communicate across most language barriers, which leaves, however, most cultural, ethical, moral, social, and philosophical issues outside of the merely technical equation.

At the same time, the ever-growing computerized system developed in many different countries represents also challenges and deep dangers because human ethics and morality cannot yet be coded into Artificial Intelligence, although many scientists are working on this issue right now (WELSH, 2018). When will we reach that point when the future robots develop a consciousness on their own, and then will quickly dismiss us humans as incompetent to handle the problems of this world, such as global warming, violence, famine, etc.? (BOŁTUĆ, 2019; 2020) These issues are no longer just of local or national relevance; instead, they challenge humankind at large.

UNIVERSAL VALUES, TIMELESS ISSUES, AND GLOBAL

However, those dangers or imminent changes affecting everyone here on earth also prove to be important epistemological catalysts insofar as they alert us to a fundamental truth we often tend to forget. Whatever paradigm shift we might have to face, in essence, the human substance or nature has always remained the same, irrespective of all cultural, material, political, religious, or military changes. There are, after all, universals, such as critical values that make human life possible in the first place, if we think of the concept of the Seven Deadly Sins and the Seven Virtues as developed by members of the early Christian Church (SHEEN, 1940; BLOOMFIELD, 1952; NEWHAUSER; RIDYARD, 2012; WIKIPEDIA..., 2021).

Social life is predicated and depends on the ideal that virtually all members of the community agree on basic laws, ethical principles, and moral concepts. This simply means that in essence a Chinese community near the border to Mongolia and a German community in the Black Forest, for instance, either in the past or today, ultimately share much more in fundamental principles than we might have thought. That is hence, idealistically speaking, the basis for the quest for globalism, either in economic or political, or, as is the case here, in literary terms (HENG, 2015). The common denominators of all human societies make it possible, for instance, that African novels, Brazilian short stories, Japanese haikus, or Fijian plays, from whatever historical period, can be enjoyed fruitfully by audiences across the world, and this only



after a very brief effort to understand the slightly different cultural framework. Recent efforts to develop a solid foundation for world literature critically rely on this essential premise (DAMROSCH, 2009; FORDE, 2019; SEIGNEURIE, 2020).

Tragically, however, as much as the literary discourse has consistently projected the possibilities of a global community, historical reality has often demonstrated the very opposite trend, with mass murder/genocide in many different countries of our world, mostly directed by a majority group against a minority group within the same country, as when the Indian subcontinent split into two countries after the British Crown had given independence to its former colony, India and Pakistan in 1947 (CASTAING, 1947), which led to massive expulsions, hatred, violence, and even murder of a large number of people.

GLOBALISM IN HISTORICAL TERMS

The argument that I want to develop here is that throughout history, the various peoples and cultures were much more connected with each other than we might have thought, as the literary evidence demonstrates especially well, and which a wealth of archaeological data now also confirms (LINDE, 2012; BYCROFT; DUPRÉ, 2019). The prevalent concept of globalism as being a purely post-modern phenomenon above all is nothing but the result of a dangerously myopic perspective not based on any historical foundation. By contrast, it is part of human nature to explore and to conquer the world, to travel, to meet new people, to occupy neighboring countries, to do business on distant markets, to meet admired teachers and to learn from them, to gain inspiration from pilgrimage sites irrespective of their distance to one's own location, and so forth. The ancient Greeks and Romans, then also the pre-modern Chinese, and other people were certainly global players a long time before the emergence of modern globalism.

Most dramatically, for instance, we can state with certainty that a large number of people in the Middle Ages were on the road and covered enormous distances to reach their goals (OHLER, 1986; REICHERT, 2001; CLASSEN, 2018), and this both men and women, both aristocrats and burghers, both clerics and artists, students and their teachers, architects and craftsmen, physicians and mystics. And in parts of medieval Europe there existed an extensive, of course rather necessary network of taverns, hospitals (in the medieval sense), restaurants, pilgrimage routes, supply stations, etc. which made those endeavors possible in the first place. Similarly, for the long-distance routes across bodies of water, transport by ship was mostly well organized, primarily in Venice, or other Mediterranean harbors (BENTLEY; BRIDENTHAL; WIGEN, 2007).

Christian pilgrims went to visit the Holy Land, Rome, Santiago de Compostela, and many other sites all over Europe. The Vikings were a most daring sea-voyaging people, making all the way to Iceland, Greenland, and Newfoundland; they traveled throughout the Baltic Sea, Russia, and made their way through the Black Sea and from there to the Mediterranean (MCTURK, 2005; SHORT, 2010; WALAKER NORDEIDE; EDWARDS, 2019). Christian missionaries and monks (esp. Benedictines and Cistercians) established most impressive networks across Europe and beyond already in the early Middle Ages; and some merchants were daring enough to make all the way to eastern China (thirteenth century; Marco Polo, Odorico da Pordenone) (BLOCK FRIEDMAN; MOSSLER FIGG, 2000). Some Arabic travelers explored not only the Middle East, but also Bulgaria, western Russia, modern-day Poland, and northern

Germany, as their travelogues confirm (SCHMITZ-ESSER, 2015; CLASSEN, 2018). And Jewish merchants and scholars were constantly on the road, all of these individuals certainly harbingers, if not already representatives, of the global age (HANSEN, 2000).

There is much additional evidence for Arab or Chinese travelers throughout the Middle Ages, which cannot be adduced here so that we do not lose our focus, but it is evident that medieval European and other travelers were not alone by themselves, although the various networks were not necessarily the same, all depending on the geographic focus. We should also not forget that in the early Middle Ages massive waves of nomadic people arrived in Europe and attacked wherever possible (Huns, Avars, Magyars), until they were either defeated, pushed back, or settled in distant lands. The huge waves of the Mongol invaders in the thirteenth century underscored most dramatically that military threats from eastern Asia even against eastern Europe were possible and were actually materialized in a stunning fashion, leaving most countries behind in shambles (RUOTSALA, 2001; MAY, 2019).

The meaning and implications of globalism have already been discussed from many different perspectives (CONRAD, 2018; MIDDELL, 2019; WENZLHUEMER, 2020), but not so much from a pre-modern literary perspective. The fictional discourse does not necessarily convey a sense of truth, an absurd issue by itself because it is contradictory to its very nature and intention. Instead, here we grasp the realm of feelings, emotions, sorrow, love, hatred, but also the concept of 'the other,' imaginations of foreign worlds, and also fantasies of fictional territories (CLASSEN, 2020a, esp. p. 122–137). People throughout time have enjoyed literature or poetry and have given relevance to it also because it provides avenues for potentialities which the ordinary person cannot achieve. And those very potentialities reveal universally shared values and ideals and can be identified today as the critical bridges among the various cultures, languages, religions, and politics.

For instance, the glory of *Beowulf* (ca. 700) hinges, of course, on the protagonist's heroic acts, but likewise on his boldness in traveling across a large body water and seeking out adventures in distant lands. One of the fascinating aspects of the *Nibelungenlied* (ca. 1200) consists of the individual characters moving around and traveling to distant kingdoms (from the Netherlands to Burgundy, to Iceland and Hungary). The pan-European *Apollonius of Tyrus* (first composed in the second or third century C.E., translated and imitated far into the late Middle Ages and well beyond) was predicated on extensive travels throughout the entire eastern Mediterranean; similarly, the many different versions of *Floris and Blanche fleur* (since the mid-twelfth century) follow the many travels by the two young protagonists which take them even from the Iberian Peninsula to the distant Babylon. Very similar observations also apply to the stories in the collection of Arab tales, *One Thousand and One Night*, and in the ancient Indian *Panchatantra*.

There are many other late medieval narratives that include fantastic travel imaginations, which underscores principally that the literary discourse had already developed early concepts of globalism, even though practical aspects pertaining to financial, linguistic, political, or religious challenges are simply not paid much attention to. Pilgrimage account, however, could rarely contribute to the emergence of world knowledge because the pilgrims were too self-absorbed to reach out to the new social environment, including the Islamic or Jewish religion.

Even though still limited to the European framework, the late medieval economic alliance of the Hanseatic League demonstrated the enormously far-flung reaches of mercantile interests since the fourteenth century (HAMMEL-KIESOW; PUHLE, 2009).

Then, further and more intensive forms of globalism can be identified already in the late fifteenth and sixteenth centuries, especially with the discovery of the New World by the Europeans, which were subsequently followed by intriguing cases of global exchange, at least as endeavored by western travelers in the seventeenth century (CLASSEN, 2021). Simultaneously, the Jesuits were the first Christian organization to establish a truly global network in order to missionize all over the world on every known continent since the sixteenth century (CLASSEN, 2014; for global perspectives since ca. 1500, see SUBRAHMANYAM, 2017).

Global perspectives can thus be traced already long before the alleged development of globalism in the late twentieth century. The universal knowledge of the triumphs of and conquests by Alexander the Great, the topic of this paper, underscores quite dramatically the extent to which global perspectives were not at all unfamiliar to medieval European poets and their audiences. The legendary account of Alexander the Great (356–323 B.C.E.) and his conquests of the vast Persian Empire has had a huge impact on the imagination of the various audiences throughout antiquity, the Middle Ages, and the early modern age, and his myth certainly continues to matter for modern fantasy as well (BRÄUER, 1996). For most Europeans, Alexander's travels must have exerted an astounding, intriguing, highly attractive fascination because his military exploits took him far beyond the normal geographical realm. In fact, the hero gets as far east as India, and in the literary imagination even straight to the walls surrounding paradise. Facts and fiction seamlessly merge in the many different accounts, but there is never any hesitation by the poets to track down this hero in his stunning explorations and conquests, such as of Persia, Amazonia (fictional), and even part of India.

THE STORY OF ALEXANDER THE GREAT: A GLOBAL PLAYER ALREADY THEN?

Subsequently, I will briefly outline the enormous reception history of this account, a mix of historical narrative and literary fantasy, and then turn to one Middle High German version by the Priest Lambrecht (also: Lamprecht) whose version will serve us to identify and examine more in detail what elements of globalism can be detected in his account, that is, imaginary globalism before factual globalism.

Both during Alexander's lifetime and consistently during the subsequent centuries, historiographers and chroniclers related his adventures, military accomplishments, defeats, and recoveries when he conquered the Persian empire. Apart from the mythical (?) King Arthur and the Frankish king/emperor Charlemagne (crowned in 800), no other figure ever occupied people's minds during the premodern period as much as Alexander the Great. Some of his contemporaries who provided written records for posterity were his campaign historian Callisthenes; Alexander's generals Ptolemy and Nearchus; Aristobulus, a junior officer on the campaigns; and Onesicritus, Alexander's chief helmsman. The earliest firm written sources were produced by Tiodorus Siculus (1st century B.C.), followed by Quintus Curtius Rufus (second half of the first century C.E.), Arrian (first to second century C.E.), the contemporary biographer Plutarch, and Justin from the fourth century.

From there, a virtually endless stream of medieval adaptations followed, and so emerged and developed the huge myth surrounding Alexander (STOCK, 2016). Without being exhaustive, we can be certain that various *Alexander* versions were



translated from the fourth through the sixteenth centuries into Coptic, Byzantine Greek, Arabic, Persian, Armenian, Syriac, Hebrew, and most medieval European vernaculars. One of the most famous ones was Walter of Châtillon's *Alexandreis* composed in France during the late twelfth century, based on Quintus Curtius Rufus's first-century *Historiae Alexandri Magni* (the full title was: *Historiarum Alexandri Magni Macedonis Libri Qui Supersunt*; there are at least 123 medieval manuscripts, all based on a ninth-century copy; it was first printed in Venice in 1470 or 1471; for a good listing, see the surprisingly comprehensive and reliable article online (WIKIPEDIA..., Jan. 2021); for an English translation, see (SMITH, c2016).

Well known are also the Old French *Roman d'Alexandre* by Lambert le Fort and Alexandre de Bernay; then a twelfth-century *Alexander* poem in Provençal by Alberic de Pisonçon, and the Middle High German version, *Alexanderlied*, by Priest Lambrecht. On the basis of an Anglo-Norman version, the *Roman de toute chevalrie*, an anonymous fourteenth-century Middle English poet created his *King Alisaunder*. In fourteenth-century Scotland, the *Alexander Baik* was composed, perhaps by a John Barbour. There were many other versions published throughout late medieval Europe and in the Arabic world, which all contain the same narrative core, but differ in the framework, emphasis, language, format, and sometimes the values examined (CÖLLN; FRIEDE; WULFRAM, 2000; DOUFIKAR-AERTS, 2010).

LAMBRECHT'S MIDDLE HIGH GERMAN ALEXANDERLIED

Lambrecht's *Alexander* is contained in three different versions, identified by the location of the respective manuscript today: Strasbourg (ca. 1150), Vorau (ca. 1170, and Basel (late thirteenth century; for an exact listing, see HANDSCHRIFTENCENSUS, c2021). Scholars have already engaged intensively with this earliest form of Middle High German Alexander poem, which invites many different interpretations, either more historical or more religious (RUTTMANN, 1964, from which I will quote; see also LIENERT, 2007). There are also more substantive differences, but my purpose here is not to engage with philological and interpretive issues. Instead, Lambrecht's poem, in whatever version, represents a fascinating literary window into another world far away from most of the listeners or readers of the text.

In a nutshell, the narrative relates Alexander's life. When he is born, the earth shakes, signaling that a major leader has arrived, almost like a messianic figure. He receives an extensive education, especially by the famous philosopher Aristotle. After his father's death, Alexander follows him on the throne as king of Greece. Soon thereafter, he embarks on war campaigns, first against Rome and Carthage, then against Persia. Despite many challenges, Alexander wins all battles and conquers the entire empire, especially after he has defeated the Persian King Darius, whose own people then kill him as a consequence of his flight from the battlefield. The victor then marries Darius's daughter Roxanje (Roxane) (v. 3990) and moves on far into the Middle East up to India, and even reaches the wall of Paradise, where he cannot penetrate and must finally think of his return home.

In a long fictional letter addressed to his mother Olympia and his teacher Aristotle, he relates all the many miracles and wonders he has witnessed in the foreign, exotic world, such as monsters, the bird Phoenix, magical flower girls who happily share their eroticized bodies with him and his men (CLASSEN, 2000), and he also reports of what



he has learned at the wall to Paradise, where he received a mysterious rock. Only an old Jew is able to explain the symbolic and spiritual meaning of the stone, which then teaches Alexander about the need of humbleness especially for rulers.

The second part of Lambrecht's *Alexanderlied* is based primarily on the Latin *Historia de preliis*, which was the Latin translation of the Greek *Alexander* romance by Leo of Naples in the twelfth century, along with some other sources (*Iter ad paradisum*). There are clearly courtly, spiritual, and historiographical elements, and despite the text being deeply grounded in late ancient Latin and French sources, it constituted the foundation of the emerging courtly culture in the middle of twelfth-century Germany (BUMKE, 1990, p. 64–66; MÖLK, 2002).

Obviously, both the Middle High German version and all the others in the various European languages represent classical learning, and it was thus no particular problem for the audiences to allow the author to transport them into many different parts of the eastern Mediterranean, the Middle East, and even India. Nevertheless, here we recognize a fascinating mirror into distant worlds which are most relevant for the understanding of the Alexander myth. The poet openly admits that Alexander was not a Christian — he could not have been because he lived a long time before the birth of Christ — but he served a universal function in world history and thus enjoys the full credit as a fascinating and important figure from antiquity who decisively change the course of events as they pertained to Greece, Persia, and neighboring countries. Although the entire narrative is predicated on the conquest of the Persian empire, it signals to the audience that the distant world even beyond the eastern Mediterranean deserved full attention by the German (English, French, etc.) audience. In some versions (Rudolf von Ems, ca. 1230), for instance, Alexander appears even as God's instrument to punish the Persian emperor for his sinfulness (WIKIPEDIA..., 2021).

We thus face the great opportunity to explore in greater detail what global perspectives were outlined and projected in high and late medieval literature, at least with regard to the west to east direction. For our purposes, it does not matter whether anyone among the individual audiences might have traced the distant worlds discovered and conquered by Alexander once again; what matters, instead, is that those worlds were called up within the literary framework, which was actually a major strategy in much of pre-modern literature, if we think, for instance, of the anonymous *Fortunatus* (first printed in Augsburg in 1509). There, the protagonist at first travels from Cyprus to Flanders and England, then returns to the Continent, and because of magical circumstances can then also tour, truly like a modern tourist, many countries both east and west, and at the end even Egypt, the Holy Land, and India, whatever the author might have understood with that geographic term (MÜLLER, 1990).

In light of all these other examples, it makes good sense to incorporate Lambrecht's *Alexander* as an intriguing early case in which most events take place far outside of the European framework and suggest convincingly that adventures can await the individual far away from home, that major challenges await him/her in military campaigns that extend to distant kingdoms, and that his/her accomplishments might be possible only if the global dimensions are taken into account — very similar as in the near-contemporary anonymous goliard narrative, *Herzog Ernst* (ms. A., ca. 1170/1180; ms. B, ca. 1220) (ed. HERWEG, 2019).

Although it might not amount to much for our general discussion, the fact that the narrative takes place at first in Greece deserves our attention. Most medieval romances, whether involving King Arthur or another major ruler and his courtiers, take place in

a somewhat fictional world without specific markers. In the *Alexander* tradition since antiquity, however, the narrator is naturally forced to start his account in Greece, which at that time was already far-removed from the common European attention and mental horizon (MÜLLER, 2019). One of the few remarkable exceptions proves to be the story of *Mai und Beaflo* (ca. 1290, anonymous) where the female protagonist escapes from her incestuous father, the Roman emperor, and manages, with God's help to reach Greece. There she marries the local duke, but because of her mother-in-law's hostility, eventually she has to escape from there as well, only to return to Rome, where the final denouement takes place (CLASSEN, 2006). Another Orientalizing verse narrative was the anonymous Middle English *King of Tars* (ca. 1330; CHANDLER, 2015), but see also John Gower's *Confessio Amantis* and Geoffrey Chaucer's *Man of Law's Tale*.

In Lambrecht's *Alexander*, as in countless other versions, the narrative is simply bound to start in Greece because of the historical conditions. Most European readers/listeners must have had some familiarity with Greece, if they had received at least a minimum education, at least in imagological terms. Nevertheless, hardly anyone in Latin Europe could speak Greek (WEISS, 1977; cf. also O'HOGAN, 2016), and Greece itself represented very foreign territory, at least in practical terms for those further west. Nevertheless, within literary imagination, the eastern Mediterranean was a relatively familiar platform of operation for poets, if we think, once again, of *Apollonius of Tyre* (ARCHIBALD, 1991).

Lambrecht, however, does not give us any significant details about Greece, apart from informing us that Alexander ascended to the throne after his father's death, that he was an outstanding individual, and was praised by everyone. Despite evil rumors, the dynasty deserves highest respect, ruling over the entire kingdom of Macedonia. Alexander himself receives the highest accolade as a man and as the leader of his people, but there is nothing else specific about him, since he could have been the king at any Latin European court. However, he learns to speak and write both Greek and Latin (v. 201–02), which immediately makes him stand out in comparison with traditional kings, although royalties quite commonly acquired knowledge of various languages so that they could speak with their diverse subjects (SCHNEIDER, 2012, p. 51-57).

The early part of Lambrecht's *Alexander* amounts to a panegyric on the young glorious ruler, and then the actual contacts with the Persian ruler Darius are described, which lead over to the attack against the entire Persian empire, which then takes the protagonist far into the Middle East and even India. In order to assemble an army large enough for this task, Alexander recruits soldiers from as far away as Sicily, Rome, and Carthage (northern Africa) and thus emerges already at that early stage as a global leader. His first campaign takes him to Egypt (v. 665), and we also hear of Babylon, Troy, and Syria, along with other locations in the Holy Land, all names on the mental map for any learned individual at that time, whether they had a clear understanding of those location or not.

The narrator obviously drew extensively from his ancient sources, so his poem emerges, without any doubt, as a literary rendition of the famous Alexander account in Middle High German. Interestingly, however, the poet endeavors constantly to drop geographic names to demarcate Alexander's progress, battles, sieges, and war campaign, which takes us to the Holy Land, Arabia, then the major fortress of Tyre, which he can conquer only with great difficulties and the loss of many of his soldiers. Only then do Alexander and Darius clash against each other, which ultimately leads to the former's victory, which then opens the doorway toward the entire Persian empire; a

virtually exotic world for European audiences, and yet, through Alexander's conquest, opened up for them, even though only in their literary imagination.

Darius's army consists of many companies that have joined his forces coming from many different parts of the Middle East, including Armenia, Mesopotamia, Persia, and Nineveh (i.e., Assyria). After the victory over Darius, Alexander moves on and defeats an army from Arabia, conquers Thebes and Lacedaemonia (v. 2319; though those are back on the Peloponnese, i.e., in Greece), and then successively moves further east, soon enough gaining complete control of the entire Persian empire with its many provinces and territories.

The poet is primarily interested, as to be expected, in profiling Alexander's heroic achievements, and he makes sure that his audience is fully entertained with reports about battles, political intrigue, military triumphs, sieges, etc. The geographic aspect itself seems to be only a by-product, especially because everyone knew that Lambrecht had developed his narrative, as he emphasizes himself repeatedly, on the basis of classical sources. To present a narrative about Alexander the Great was a clear sign of one's learnedness and education, but it also mirrored the extent to which the intellectual community was interested in and aware about distant worlds far in the East, and this as part of their learning. For instance, without any particular comments, we learn that Alexander reached also the Caspian Sea (v. 3866) and then moved further to meet his opponent, Darius. Nevertheless, the fact itself that the audience was invited to follow the hero ever further east into exotic countries, explicitly opened perspectives toward a more global worldview, as already developed long before the Middle Ages by this famous, mythical figure, the Macedonian conqueror.

In one particular scene, we learn about the hero's resoluteness and determination to force his army to fight with all their might without ever thinking about retreat. Once they have crossed a bridge, Alexander brings it about that the entire structure collapses, which makes any potential flight back home impossible and requires all of his men to fight like heroes with absolute resolve to gain victory (2638–2699; this represents a concept which the slightly later poet of the *Nibelungenlied* [ca. 1200]) will employ as well when he describes how Hagen, after he has transported the entire army across the Danube river, destroys the ferry boat. Officially, he claims that this would force all warriors to be bold and never to think of escape, but unofficially it symbolizes that none of the Burgundians will return while still living (SCHULZE, 2010, stanzas 1578–1580). Lambrecht interpreted this move very differently compared to his successor, but the outcome of Alexander's efforts was entirely victorious for himself, whereas the Burgundians marched directly into their own death in the distant Hunnish lands.

While the ubiquitous pilgrim accounts from the Middle Ages are normally limited to the travel to the Holy Land and to the various religious sites there, and also to Santiago de Compostela in northwestern Spain, both Lambrecht and the anonymous poet of the *Nibelungenlied* identified the East as ominous, appealing, and yet also threatening to one's own existence (*Nibelungenlied*). On the way to their goals (Persia vs. the Hunnish lands), the interaction with the native population takes place without major problems or frictions (less so in the heroic epic where the erupting hostilities soon lead to an Armageddon of mutual destruction), which clearly indicates that these poems were determined by a sense of globalism, the acceptance and integration of the mysterious world far beyond the narrow confines of Europe as a significant part of the global perspective outlined in both texts. But I hastened, once again, to admit that both here and there, as well as in many other medieval texts (such as the anonymous

Reinfried von Braunschweig, late thirteenth century), particularly when Persia is involved, literary imagination plays a significant role, and not practical experience.

In many different respects, the poet projects Alexander as the ideal ruler, such as when he sets up a new government in Persia after the defeat and death of Darius, appointing new dukes and counts everywhere in charge of maintaining peace and justice, though the verse addressing this topic uses the word “*gnade*” (v. 3892; mercy) in order to rhyme on “*graben*” (v. 3893; counts). He ensures that all of his subjects can rely on a fair legal system (v. 3897), and that all merchants, and hence all travelers, can traverse the empire without fearing any danger (v. 3905–3912). Interestingly, Alexander also uses a devious strategy to bring to justice those who had murdered Darius, seemingly offering them a monetary reward, but in reality, once they have identified themselves, they are apprehended and executed, irrespective of all their pleading, protests, and accusations that he himself broke his oath. Once they have been hanged at the gallows, both the Greeks and the Persians display great satisfaction with and happiness about this outcome (v. 3077–3081) because thereby the threat of murder, deception, ambush, and other crimes has been greatly diminished.

Alexander thus emerges as a new global leader who can appeal both to his old and his new subjects, to those from the West and from the East. In other words, the poet does not only present to us, like most of his fellow authors from past and present, an idealized military ruler who manages to push his way far into the East, but also an individual who understands what all people’s basic needs are, that is, justice and peace, and thus, personal happiness. By performing as a good ruler, the cultural differences quickly fade away, and the Greek hero thus becomes fully accepted in the new world. Whether eastern audiences, especially in Persia, perceived it that way, I cannot confirm, but the western perspective was certainly predicated on the idea of good government under any circumstances all over the world (BEJCZY; NEDERMANN, 2007; LUCE, 2015).

Moreover, Alexander then marries Darius’s daughter Roxanie with the explicit purpose of strengthening the cultural ties between both cultures and peoples (v. 3982–3984). At the same time, he sends letters to his mother back in Greece and to his people there to inform them about his decision and to invite them to participate in the wedding ceremonies. While before he had made his way far into the East, now he turns his attention back to the West so that he does not lose his connection and can truly operate as a global leader, thereby overcoming long-term cultural tensions, political and military conflicts: “*ubir manige riche mere / wiz ime irgangen were / in persischen riche*” (v. 4014–4016; he sent the letters throughout many countries to tell them how he had performed in the Persian empire). Greece, in the present context, has to be read as a representative of the entire western world, and Persia as a representative of the eastern world. The narrative thus projects a merging of both, as constituted by Alexander, who thereby earned the moniker of ‘the Great,’ the first major leader in establishing global connections.

Of course, for the medieval audiences, the events described in the many different versions of Alexander’s life, whether in Latin or in any of the many vernaculars, were actually situated in the distant past, in antiquity, and in a distant world, Greece, Persia, India, and neighboring countries. Nevertheless, the narrative discourse as it evolved in the early and high Middle Ages, such as in Lambrecht’s *Alexanderlied*, signaled most importantly already to the European readers/listeners that a parochial worldview, a confined human existence within their own small community, and the status within

their monolingual, religiously homogenous context was entirely insufficient and actually incorrect, not in synch with the actual reality of a much wider, hence global world. And this is precisely the very aspect which makes this and many other medieval *Alexander* narratives so valuable to us today, in the twenty-first century, with globalism having a huge impact on us in many different ways. Studying Lambrecht's poem, for instance, illustrates significant antecedents of globalism already in the Middle Ages, at least in literary, fictional terms.

Military leaders often do not only conquer a neighboring country and are then satisfied; instead, they have always tended to keep going and to take over ever more countries, whether we think of most of the Roman emperors, Attila the Hun, Charlemagne, William the Conqueror, Genghis Khan, the Spanish conquistadors, Napoleon, or particularly monstrous Hitler. Ironically, they have thereby opened the window toward many new worlds and contributed, although in a negative fashion, to the further development of globalism. This is also the case, even though only indirectly, with Alexander, who is suddenly challenged by the ruler of India, Porus, which thus brings three worlds into a clash and contact: Greece, Persia under Alexander, and India.

This clash gains additional interest for us because the poet, again drawing from his Latin source, incorporates a race element because King Porus receives much help from black leaders who bring elephants with him as military means to overcome Alexander's army (v. 4225–4355). But the poet does not say anything else about those allies. Already the famous anonymous anthology with allegorical descriptions of animals and mythical beasts, the *Physiologus*, perhaps from the fourth century C.E., certainly known to Lambrecht as an educated cleric, contained a chapter on the elephant, which considerably colored the description of this animal provided here (CURLEY, 1979, p. 29–32). Of course, Alexander conceives of a war stratagem to overcome this threat, which makes the elephants turn crazy and race through the Indian army, trampling many to death. Subsequently, because the fighting kills too many of the men, Alexander suggests a duel with Porus, which he wins, whereupon new fighting breaks out, but again the Greeks and their affiliated Persians remain victorious.

While the details do not concern us here, the protagonist's subsequent exploration of further countries deserves more detailed attention. Alexander and his men discover, for example, Occidratia, where the people walk around naked (v. 4765–4771) and do not know of any particularly developed civilization, which adds to the standard othering of those distant countries in cultural terms. This effort to exoticize the world to the East ever more becomes then particularly evident in the long letter which Alexander composes, relating to his mother and his teacher, Aristotle, of his many adventures. While many of these elements have already been discussed many times by previous scholars, we can trace here more in detail the extent to which the narrator emphasizes the complexity, the geophysical dimension, and the potency of the wide world far beyond the ordinary European mental horizon.

Again, probably in the vein of the *Physiologus* and other learned treatises, Alexander reports of many exotic animals and describes giants, plants, the bird Phoenix, and many other extraordinary creatures and phenomena, which was rather common throughout the pre-modern era (MITTMAN; DENDLE, 2013). Those invoked, of course, a wide range of fantasies about the Orient, and this long before the phenomenon was recognized we are calling since Edward Said's seminal study from 1978, *Orientalism*. For Alexander in Lambrecht's version, those are "wundir" (v. 5161; miracles), and they populate, of course, very similar to numerous other literary

examples filled with the excitement about the monstrous Orient, the distant edge of the known world, or in remote locations, such as the famous episode with the flower girls, whom the protagonist and his men encounter and enjoy for the summer months until the arrival of colder weather makes them all fade away, as happens to all flowers (CLASSEN, 2020b).

Alexander reports of all kinds of other adventures and wonders, and includes numerous references to various countries which they discovered somewhere in the East. The world is open to this protagonist, and the narrator invites us to come along with him in an ever more extending trail of perspectives about other peoples and kingdoms, the list of which does not seem to come to an end, whether Brasiacus (v. 5476), Meroves (v. 5513; primarily a castle), or Amazonia (v. 6472).

Lambrecht creates a kind of mental map, similar to a *mappamundi*, whether populated by realistic features or not, and thus suggests to his audience in unmistakable terms that Alexander forged a path into the far distance where many exciting adventures awaited him. Although we are dealing here with an ancient-classical hero, the high popularity of the Alexander myth confirms the strong awareness, at least among the literary-minded audience, that their own world was not limited at all and that explorations of the exotic countries of Persia and even India was certainly possible (CLASSEN, 2008a). Wisely, Alexander avoids fighting against the Amazon women and comments only “daz ih irvaren wolde / di manicfalden wunder / di mir dicke besunder / von u waren gesagit” (v. 6370–6373; that I wanted to learn the many different miracles which I have heard told about you many times).¹

Of course, this mythical account does not carry much realistic weight and does not suggest concrete ways to build specific connections with the various peoples in Persia, India, and the neighboring kingdoms. Instead, Alexander returns home after he has besieged in vein the enwalled Paradise, bringing with him a stone handed over to him by the gatekeeper. But only an old Jew is capable of interpreting its secret property by placing it on a scale balanced by gold. Irrespective of the amount of the latter, however, the stone always weighs more; however, when a feather and a handful of soil are placed on the other scale, they are much heavier than the stone. The Jew then explains that the stone teaches Alexander always to observe humility irrespective of all of his triumphs (gold), whereas the feather and the soil symbolize the imminent presence of death even in the midst of the most splendid life.

TURNING AWAY FROM THE WORLD AT THE END?

The irony of this literary account and many other versions is thus directly driven home to us, as the world explorer and founder of a global empire ultimately has to remember his true identity and meaning in life, which takes him completely back from the world into his own self, a very theological retraction which was very common for medieval literature at large, commonly promoted by the best and most influential authors, such as St. Augustine, Bishop of Hippo, though he is not mentioned here by name (v. 7235–7246). Nevertheless, despite the final admonishment always to keep the afterlife in mind, the entire narrative is predicated on the excitement and intrigue

¹ For Spanish perspectives on the Amazons, see Jiménez (2020).

which the individual can find in the distant countries of this world and that a true hero can overcome all challenges of military or political kind and can thus establish himself as the ruler of a mighty empire, in this case Persia. Alexander performs exceedingly well, embraces the principles of a good and virtuous ruler, and avoids, despite his final attempt to conquer even Paradise with violent means, a catastrophic transgression. Just in time, he breaks of the siege upon the enjoinder of an old man, the guardian of this unique location, and returns home, where he enjoys nothing more than twelve more years and then dies.

As much as the poet endeavors to observe the standard expectation to undermine the value of this world, and especially warning about the exotic fascination exerted by the East when he reminds everyone of the supreme value of eternal life, as much does the entire narrative reveal an innovative sense of globalism and a deep interest in getting to know different parts of this world far away from the own home. Undoubtedly, the German or French audiences of any of these *Alexander* versions were probably not capable or willing to follow suit, to depart from home, to travel to Persia and India. Until today, for most people such a move seems equally most unlikely and impossible, but the literary discourse both then and today makes the projection of an open world a potential reality.

ALEXANDER AND GLOBALISM

To talk about globalism in this context requires, of course, a rather loose definition since we do not learn much at all about exchanges between Alexander and the various peoples in the exotic East. Nevertheless, Lambrecht imagines, based on his classical sources, the likelihood of personal contacts, marriage, travel, and life in the Orient, without any cultural frictions, tensions, or other problems once the military issues are solved – conquest by the western king over the eastern emperor. Alexander, once having defeated Darius and later Porus, proves to be an ideal ruler, both over the Greeks and over the Persians/Indians. Of course, since he is constantly on the move and never really settles, we do not learn much about him in terms of his role as an ruler/administrator, about his personal preferences, friendships, love affairs, and other fundamental cultural aspects that would have connected him with the new subjects. But this literary account does not aim for in-depth discussions, and only projects early forms of globalism, even though Alexander operates more like a colonizer than a harbinger of peace and justice during the conquest. The latter, however, also happens, at least as viewed by this Middle High German poet, as soon as the young man has established his authority and sets up law and order under his leadership. For most authors of the countless *Alexander* narratives, however, the Emperor Darius deserved to be defeated because of his tyrannical attitude and politics. Young Alexander was thus projected, both in western and in eastern sources, as a liberator and promoter of peace, though he always operated primarily as a military leader. By pushing so far east, including parts of India, Alexander is, and this already since antiquity, consistently projected as a mythical leader (BRÄUER, 1996), who opened many doors and created, already in antiquity, a model for globalism we are today still far away from.



CONCLUSION

What this all means in the end is nothing less than the realization that already the twelfth-century audience was exposed to a classical-based form of globalism, impressively couched in the canonical narrative of Alexander the Great. Although Persia and India were certainly far away on the mental map of most medieval Europeans, Lambrecht brought both worlds close to his audience's home and thus laid, to some extent, the foundations for medieval globalism before globalism. I would not go so far as to suggest that Lambrecht wanted to encourage his audience to follow the model set by Alexander and to embark on colonizing strategies.

However, the literary framework insinuated the possibility also for European readers/listeners to envision the world of Persia, India, and Amazonia, among other places, as part of their own, in their learned imagination. Fiction, after all, removes all possible barriers and projects unforeseen possibilities, such as the opening up of the parochial doors and windows toward a global universe. We could continue with this investigative approach by examining also such medieval narratives as Wolfram von Eschenbach's *Parzival* (ca. 1205) and the anonymous *Reinfried von Braunschweig* (ca. 1290), where new worldviews are developed as well (CLASSEN, 2008b). Yet, still at the end of the Middle Ages, it was pretty obvious that most Europeans would not make their way to India and that most Indians would not even want to visit Europe because of the too high cost factor, dangers and challenges on the way, inclement weather (for Indians), and lack of interest (at least in India). That, at least, is the outcome of the reflections by the anonymous narrator in *Fortunatus* (1509), although things then rapidly changed, once Vasco da Gama had found the way to India around Cape Horn in 1499 and an increasing number of European merchants, explorers, and diplomats made their way to India (CLASSEN, 2015).

Nevertheless, Lambrecht had already outlined in concrete and virtually feasible fashion that a political and military joining – not colonization in the modern sense of the word – of East and West could be possible, which would bring justice and peace to all people and unify them, so to speak, in one world where neither linguistic nor religious differences, not even to speak of ethnic or political ones, seem to matter. Of course, we are dealing here with a kind of Orientalism *avant* Edward Said (1978), and yet without the later colonialist brand since the sixteenth century. We also should keep in mind the high popularity of the Alexander sage in the eastern countries, which makes this account really to a document of global interests, and this a very long time before the rise of modernity. The account of Alexander the Great, as popular it was both in East and West, does not, of course, suggest that there were direct connections and exchanges between both parts of the world. However, in terms of imagology, we have here great evidence for global perspectives.

REFERENCES

ARCHIBALD, Elizabeth. *Apollonius of Tyre: Medieval and Renaissance themes and variations*. Including the text of the *Historia Apollonii Regis Tyri* with an English translation. Cambridge: D. S. Brewer, 1991.



BEJCZY, István; NEDERMAN, Cary J. (ed.). *Princely Virtues in the Middle Ages, 1200–1500*. Turnhout: Brepols, 2007. (Disputatio, 9).

BENTLEY, Jerry H.; BRIDENTHAL, Renate; WIGEN, Kären (ed.). *Seascapes: Maritime Histories, Littoral Cultures, and Transoceanic Exchanges*. Honolulu: University of Hawai'i Press, 2007. (Perspectives on the Global Past).

BERSCHIN, Walter. *Griechisch-lateinisches Mittelalter: von Hieronymus zu Nikolaus von Kues*. Bern; Munich: Francke, 1980.

BLOCK FRIEDMAN, John; MOSSLER FIGG, Kristen (ed.). *Trade, Travel, and Exploration in the Middle Ages: An Encyclopedia*. New York; London: Garland, 2000.

BLOOMFIELD, Morton W. *The Seven Deadly Sins: An Introduction to the History of a Religious Concept, with Special Reference to Medieval English Literature*. East Lansing: Michigan State College Press, 1952.

BOŁTUĆ, Piotr. Conscious AI at the Edge of Chaos. *Journal of Artificial Intelligence and Consciousness*, Singapore, v. 7, n. 1, p. 25–38, Mar. 2020.

BOŁTUĆ, Piotr. Subject is no object: complementary basis of information. In: BURGİN, Mark; DODIG-CRNKOVIĆ, Gordana (ed.). *Philosophy and Methodology of Information: the study of information in the transdisciplinary perspective*. Singapore: World Scientific, 2019. p. 3–39. (World Scientific Series in Information Studies, 10).

BRÄUER, Rolf. Alexander der Große: Der Mythos vom unbesiegbaren Eroberer der Welt als Vorbild, Warnung und pejoratives Exempel. In: MÜLLER, Ulrich; WUNDERLICH, Werner (ed.). *Herrscher, Helden, Heilige*. St. Gallen: UVK-Fachverlag für Wissenschaft und Studium, 1996. p. 3–19. (Mittelalter Mythen Band 1).

BUMKE, Joachim. *Geschichte der deutschen Literatur im hohen Mittelalter*. Munich: Deutscher Taschenbuch Verlag, 1990.

BYCROFT, Michael; DUPRÉ, Sven (ed.). *Gems in the Early Modern World: Materials, Knowledge and Global Trade, 1450-1800*. Cham: Springer, 2019. (Europe's Asian Centuries).

CASTAING, Anne (ed.). *Raconter la Partition de l'Inde*. Brussels: Peter Lang, Éditions Scientifiques Internationales, 2019. (Comparatisme & Société, 38).
CHANDLER, John H. (ed.). *The King of Tars*. Kalamazoo: Medieval Institute Publications, 2015. (Middle English Texts Series).

CLASSEN, Albrecht. Persia in German Baroque Literature: Sa'di's Rose Garden and Adam Olearius's Embassy to Persia. *Global History and World Literature from a Pre-Modern Perspective*. *Orbis Litterarum*, Oxford, v. 76, n. 2, p. 51-66, Apr. 2021.



CLASSEN, Albrecht (ed.). *Imagination and Fantasy in the Middle Ages and Early Modern Times: Projections, Dreams, Monsters, and Illusions*. Berlin; Boston: Walter de Gruyter, 2020a. (Fundamentals of Medieval and Early Modern Culture, 24).

CLASSEN, Albrecht. The world of hybrid women in Medieval and Early Modern German Literature: fantasy images, fascination, and terror. Fairies, mermaids, undines, flower girls, and nixies as reflections of popular subconsciousness. In: CLASSEN, Albrecht (ed.). *Imagination and Fantasy in the Middle Ages and Early Modern Times: projections, dreams, monsters, and illusions*. Berlin; Boston: Walter de Gruyter, 2020b. p. 437–468. (Fundamentals of Medieval and Early Modern Culture, 24).

CLASSEN, Albrecht (ed.). *Travel, Time, and Space in the Middle Ages and Early Modern Time: explorations of worldly perceptions and processes of identity formation*. Berlin; Boston: Walter de Gruyter, 2018. (Fundamentals of Medieval and Early Modern Culture, 22).

CLASSEN, Albrecht. *India Perceived Through the Eyes of Sixteenth-Century Readers: Ludovico de Varthema's bestseller on the early modern book markets – a narrative landmark of the emerging positive evaluation of curiositas*. In: POLLEICHTNER, Wolfgang; GLEI, Reinhold F.; TOMASZEWSKI, Nina (ed.). *Medievalia et Humanistica*. v. 40. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2015. p. 1–24.

CLASSEN, Albrecht. A global epistolary network: eighteenth-century Jesuit Missionaries write home. With an emphasis on Philipp Segesser's correspondence from Sonora/Mexico. *Studia Neophilologica*, London, v. 86, n. 1, p. 79–94, 2014.

CLASSEN, Albrecht. Indien: Imagination und Erfahrungswelt in Antike und Mittelalter. In: MÜLLER, Ulrich; WUNDERLICH, Werner (ed.). *Burgen, Länder, Orte*. Konstanz: UVK, 2008a. p. 359–372. (Mittelalter-Mythen, 5).

CLASSEN, Albrecht. The crusader as lover and tourist: utopian elements in Late Medieval German Literature; From Herzog Ernst to Reinfried von Braunschweig and Fortunatus. In: JEFFERIS, Sibylle (ed.). *Current Topics in Medieval German Literature: texts and analyses (Kalamazoo papers 2000-2006)*. Göppingen: Kümmerle, 2008b. p. 83-102. (Göppinger Arbeiten zur Germanistik, 748).

CLASSEN, Albrecht. Edited, translated, and commented by Albrecht Classen. *“Mai und Beaflo”*. Frankfurt a. M.: Peter Lang, 2006. (Beihefte zur Mediaevistik, 6).

CLASSEN, Albrecht. The amazing east and the curious reader: twelfth-century world exploration through a writer's mind: Lamprecht's *Alexander*. *Orbis Litterarum*, Odense, v. 55, n. 5, p. 317–39, 2000.

CÖLLN, Jan, FRIEDE, Susanne; WULFRAM, Hartmut (ed.). *Alexanderdichtungen im Mittelalter: Kulturelle Selbstbestimmung im Kontext literarischer Beziehungen*. Göttingen: Wallstein, 2000. (Veröffentlichung aus dem Göttinger Sonderforschungsbereich 529 “Internationalität Nationaler Literaturen”, A, 1).



CONRAD, Sebastian. *What is Global History?* Princeton: Princeton University Press, 2016.

CURLEY, Michael J. (trans.). *Physiologus: a Medieval book of nature lore*. Chicago; London: University of Chicago Press, 1979.

DAMROSCH, David. *How to read World Literature*. New York: Wiley and Sons, 2009.

DOUFIKAR-AERTS, Faustina. *Alexander Magnus Arabicus: a survey of the Alexander tradition through seven centuries; from Pseudo-Callisthenes to Sūrī*. Paris; Leuven: Peeters, 2010. (Mediaevalia Groningana, New Series, 13).

FORDE, Simon. *The Encyclopedia of the Global Middle Ages*. London: ARC Humanities Press, 2019. Available at: <https://www.bloomsburymedievalstudies.com/encyclopedia?docid=b-9781350990005>. Accessed: 30 Aug. 2021.

GOODMAN, Nelson. *Ways of worldmaking*. Indianapolis: Hackett, 1978.

HANDSCHRIFTENCENSUS. Pfaffe Lambrecht: 'Alexanderlied' [page]. Handschriftencensus (<http://www.handschriftencensus.de>), Philipps University of Marburg, Marburg, c2021. Available at: <https://handschriftencensus.de/werke/217>. Accessed: 18 Oct. 2021.

HAMMEL-KIESOW, Rolf; PUHLE, Matthias. *Die Hanse*. Darmstadt: Primus Verlag, 2009.

HENG, Geraldine. Reinventing race, colonization, and globalisms across deep time: lessons from the *longue durée*. *PMLA*, New York, v. 130, n. 2, p. 358–66, 2015.

HERWEG, Mathias (ed., trans.). *Herzog Ernst: Mittelhochdeutsch/Neuhochdeutsch*. In der Fassung B. Stuttgart: Reclam Philipp Jun., 2019. (Reclams Universal-Bibliothek).

JIMÉNEZ, Isidro Luis. The Myth of the Amazons in Medieval Spain. In: CLASSEN, Albrecht (ed.). *Imagination and fantasy in the Middle Ages and Early Modern Times: projections, dreams, monsters, and illusions*. Berlin; Boston: Walter de Gruyter, 2020. p. 469–85. (Fundamentals of Medieval and Early Modern Culture, v. 24)

LIENERT, Elisabeth (ed., trans.). *Pfaffe Lambrecht: Alexanderroman*. Mittelhochdeutsch/Neuhochdeutsch. Stuttgart: Reclam, Philipp, jun., 2007. (Reclams Universal-Bibliothek).

LINDE, Sjoerd J. van der (ed.). *European archaeology abroad: global settings, comparative perspectives*. Leiden: Sidestone Press, 2012.

LUCE, Mark David. Mirrors for Princes (Islamic). In: CLASSEN, Albrecht (ed.). *Handbook of Medieval Studies: Terms – Methods – Trends*. 3 v. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 2010. p. 1916–1920.

MAY, Timothy. *The Mongols*. Leeds: Arc Humanities Press, 2019. (Past Imperfect).

MCTURK, Rory (ed.). *A Companion to Old Norse-Icelandic Literature and Culture*. Oxford: Blackwell, 2005.

MITTMAN, Asa Simon; DENDLE, Peter J. (ed.). *The Ashgate Companion to Monsters and the Monstrous*. Abingdon: Routledge, 2013. (Ashgate Research Companions).

MÖLK, Ulrich (ed.). *Herrschaft, Ideologie und Geschichtskonzeption in Alexanderdichtungen des Mittelalters*. Göttingen: Wallstein Verlag, 2002. (Internationalität nationaler Literaturen, Serie A: Literatur und Kulturräume im Mittelalter).

MÜLLER, Jan-Dirk (ed.). *Romane des 15. und 16. Jahrhunderts*. Frankfurt a. M.: Deutscher Klassiker Verlag, 1990. (Bibliothek der frühen Neuzeit, 1).

MÜLLER, Sabine. *Alexander der Große: Eroberung – Politik – Rezeption*. Stuttgart: Kohlhammer, 2019. (Urban-Taschenbücher).

NEUHAUSER, Richard; RIDYARD, Susan J. (ed.). *Sin in Medieval and Early Modern Culture: the tradition of the Seven Deadly Sins*. Woodbridge: York Medieval Press, 2012.

OHLER, Norbert. *Reisen im Mittelalter*. Munich: Artemis-Verlag, 1986.

O'HOGAN, Cillian. The Greek Language in the Latin West. Greek Manuscripts Online. *British Library* [online], London, 2016. Available at: <https://www.bl.uk/greek-manuscripts/articles/knowledge-of-greek-in-the-medieval-latin-west>. Accessed: 30 Aug. 2021.

REICHERT, Folker. *Erfahrung der Welt: Reisen und Kulturbegegnung im späten Mittelalter*. Stuttgart: Kohlhammer, 2001.

RUOTSALA, Antti. *Europeans and Mongols in the middle of the thirteenth century: encountering the other*. Helsinki: The Finnish Academy of Science and Letters, 2001. (Suomalaisen Tiedeakatemia Toimituksia, Humaniora, 314).

RUTTMANN, Irene (ed.). *Das Alexanderlied des Pfaffen Lamprecht (Straßburger Alexander)*. Text, Nacherzählung, Worterklärungen. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1974.

SAID, Edward. *Orientalism*. London: Routledge & Kegan Paul, 1978.

SCHMITZ-ESSER, Romedio. Travel and Exploration in the Middle Ages. In: CLASSEN, Albrecht (ed.). *Handbook of Medieval Culture: Fundamental Aspects and Conditions of the European Middle Ages v. 3*. Berlin; Boston: Walter de Gruyter, 2015. p. 1680–1704.

SCHULZE, Ursula (ed.). *Das Nibelungenlied: Mittelhochdeutsch/Neuhochdeutsch*. Nach der Handschrift B. [Translated and commented by:] Siegfried Grosse. Stuttgart: Philipp Reclam jun., 2010.

SEIGNEURIE, Ken (ed.). *A Companion to World Literature*. 6 v. Hoboken; Chichester: Wiley Blackwell, 2020.

SHEEN, Fulton J. *The Seven Virtues*. Garden City: Garden City Books, 1940. Available at: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uc1.31158000217629&view=1up&seq=9>. Accessed: 31 Aug. 2021.

SHORT, William R. 2010. *Icelanders in the Viking Age: the people of the Sagas*. Jefferson; London: McFarland & Company, 2010.

SMITH, Andrew (ed.). Alexander Romance ("Pseudo-Callisthenes") [Translations]. Attalus: Over 30,000 links to Greek & Latin authors on the web, s.l. (online), c2016. Available at: <http://www.attalus.org/info/alexander.html>. Accessed: 29 Jan. 2021.

STOCK, Markus (ed.). *Alexander the Great in the Middle Ages: transcultural perspectives*. Toronto: University of Toronto Press, 2016.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Europe's India: words, people, empires, 1500–1800*. Cambridge: Harvard University Press, 2017.

WALAKER NORDEIDE, Sæbjørg; EDWARDS, Kevin J. *The Vikings: Past Imperfect*. Leeds: Arc Humanities Press, 2019.

WEISS, Roberto. *Medieval and humanist greek: collected essays*. Padua: Ed. Antenore, 1977. (Medioevo e umanesimo, 8).

WELSH, Sean. *Ethics and security automata*. Abingdon: Routledge, 2018.

WENZLHUEMER, Roland. *Doing Global History: an introduction in six concepts*. London: Bloomsbury Academic, 2020.

WIKIPEDIA-AUTOREN. Alexander der Große [Seite]. *Wikipedia, Die freie Enzyklopädie*, San Francisco [Online], Jan. 2021 Available at: https://de.wikipedia.org/w/index.php?title=Alexander_der_Gro%C3%9Fe&oldid=216375669. Accessed: 30 Jan. 2021.

WIKIPEDIA CONTRIBUTORS. Seven deadly sins [Page]. *Wikipedia, The Free Encyclopedia*, San Francisco [Online], Sept. 2021. Available at: https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Seven_deadly_sins&oldid=1043318964. Accessed: 24 Jan. 2021.

WIKIPEDIA CONTRIBUTORS. Alexander Romance [Page]. *Wikipedia, The Free Encyclopedia*, San Francisco [Online], Sept. 2021. Available at: https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Alexander_Romance&oldid=1045902994. Accessed: 29 Jan. 2021.

AUTHOR'S NOTES

AUTHOR DETAILS

Albrecht Classen: University Distinguished Professor. Director of Undergraduate Studies, University of Arizona, Department of German Studies, Tucson, AZ, United States.

CORRESPONDING ADDRESS

Dept. of German Studies, 301 LSB, 1512 E. 1st St., University of Arizona, Tucson, AZ 85721, USA.

FUNDING

Not applicable.

ETHICS COMMITTEE APPROVAL

Not applicable.

CONFLICT OF INTEREST

There is no conflict of interest.

LICENSE OF USE

© Albrecht Classen. This article is licensed under the Creative Commons License CC-BY. With this license, you can share, adapt, create for any purpose, as long as the authorship is properly attributed.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Graduate Program in History. UFSC Journal Portal. The ideas expressed in this article are the sole responsibility of its authors, and do not represent, necessarily, the opinion of the editors or the University.

EDITORS

Flávia Florentino Varella (Editor-in-chief)
Tiago Kramer de Oliveira
Waldomiro Lourenço da Silva Júnior

HISTORY

Received on: January 2, 2021

Approved on: April 26, 2021

How to cite: CLASSEN, Albrecht. Globalism before Globalism: the Alexander legend in medieval literature (Priest Lambrecht's account as a pathway to early global perspectives). *Esboços*, Florianópolis, v. 28, n. 49, p. 813-833, Sept./Dec. 2021.



“EU SOU UMA CIDADE”: PERSPECTIVAS DE ANÁLISE SOBRE EDUCAÇÃO, URBANIZAÇÃO E SANITARISMO NAS AMÉRICAS A PARTIR DA ANIMAÇÃO *ENVIRONMENTAL SANITATION* (1945)

“I am a city”: perspectives of analysis on education, urbanization, and sanitation in the Americas based on the animated short film *Environmental Sanitation* (1945)

Michele Aparecida Siqueira Dias^a

 <https://orcid.org/0000-0001-8376-1531>

E-mail: dias.micheleas@gmail.com

Paula de Castro Broda^b

 <https://orcid.org/0000-0001-5036-0635>

E-mail: paulabroda@gmail.com

^a Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Campinas, SP, Brasil

^b Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História Social, São Paulo, SP, Brasil

RESUMO

Durante a Segunda Guerra Mundial, o governo dos Estados Unidos criou o *Office of the Coordinator of Inter-Americans Affairs* (OCIAA), órgão direcionado para trabalhar nas estratégias de aproximação e consolidação das relações entre o país e a América Latina. Para tanto, a direção do escritório ficou a cargo de Nelson Rockefeller, empresário ligado à Fundação Rockefeller, que já atuava na região. Debates deste período apontavam que o problema de saúde e falta de sanitarismo era crônico nos locais que apresentavam maiores índices de analfabetismo. Para resolver esse entrave, Rockefeller convidou Walt Disney para produzir curtas-metragens educativos sobre tais questões e, desta forma, criar um mecanismo que auxiliasse na instrução e letramento da população. Esse artigo tem por objetivo explorar as formas como essas constatações e preocupações aparecem no curta *Environmental Sanitation* (1945), parte da série *Health for the Americas* (1944-1945). O desenho, que tem como personagem principal uma cidade, parte deste ponto de vista particular para contar sobre sua transição de vila simples e sem recursos em um espaço moderno e urbanizado. Verificaremos, assim, por meio de uma análise de alguns aspectos do curta, de que maneira a animação sintetiza as várias problemáticas ressaltadas em relatórios realizados tanto pelo Estúdio Walt Disney, quanto pelo OCIAA, e que também foram amplamente discutidas por governos e intelectuais da época, principalmente em reuniões que discutiam tais questões sobre a urbanização das cidades.

PALAVRAS-CHAVE

Fundação Rockefeller; Walt Disney; Relações Estados Unidos-América Latina.

ABSTRACT

During the Second World War, the US government created the Office of the Coordinator of Inter-Americans Affairs (CIAA), an agency that worked on strategies to approach and consolidate the relations between the country and Latin America. For this mission, Nelson Rockefeller, related to the Rockefeller Foundation, was put in charge. Debates from this period pointed out that health and the lack of sanitation were chronic issues in places with high illiteracy rates. Therefore, to solve this obstacle, Rockefeller invited Walt Disney to produce educational animated short films about these concerns, and create a mechanism to assist the education and literacy programs for the Latin-American population. This paper aims to explore the animation “Environmental Sanitation”, part of the “Health for the America” series (1944-1945), which uses the point of view of the City to narrate its transition from a small and poor village into a modern and urbanized place. By analyzing some aspects of the short film, we want to verify how the animation synthetizes the problems highlighted by Walt Disney and CIAA reports, which were also widely discussed by governments and intellectuals in meetings during the 1940s.

KEYWORDS

Rockefeller Foundation; Walt Disney; US-Latin American Relations.

“Eu sou uma cidade” é a primeira frase da narradora do curta-metragem *Environmental Sanitation*, produzido pelos Estúdios Walt Disney, no ano de 1945. Tal afirmação abre um leque de importantes considerações a serem feitas pelo espectador. A primeira e mais importante é que a história será contada e conduzida pela personagem principal: a própria cidade. Aqui, o espaço não é apenas o local onde a história acontece, mas também o principal agente da narrativa. O segundo fato a ser observado, é que não estamos falando de qualquer personagem, mas da cidade latino-americana, observada e retratada pelos Estados Unidos.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a percepção estadunidense sobre a importância da América Latina para construção de uma identidade panamericana¹ (na qual todos seriam irmãos, colaboradores ou parceiros em prol das Américas) aumentou consideravelmente, ainda que as relações entre os Estados Unidos e os países ao sul já acontecessem com maior afinco desde o começo do século (ATIQUE, 2010; DIAS, 2019; MARINHO, 2001). O vínculo entre os países das Américas permitiu a circulação de ideias, agentes e propostas, que foram amplamente potencializadas por esta postura transnacional,² no final da década de 1930.³

Em tempos de conflito, esse foi o momento chave para o aumento da hegemonia estadunidense e seu posicionamento como líder do continente. Para ajudar nessa missão, estratégias foram projetadas e agências governamentais criadas, como o *Office of the Coordinator of Inter-Americans Affairs* (OCIAA)⁴ um dos principais responsáveis pela transformação da visão estadunidense sobre a população latino-

¹ O termo “panamericanismo” surge a partir das ideias de James Blaine, político republicano. Segundo Blaine, a única maneira de superar a crise de superprodução da década de 1870 seria buscando novos mercados consumidores, o que se daria ampliando as relações comerciais dos Estados Unidos, principalmente com a América Latina. O termo “Pan-americanismo” começou, então, a circular na imprensa estadunidense como um conceito, e desde então passou a denominar o conjunto de políticas, cooperação econômica e incentivos à integração continental, do Canadá à Patagônia e que possuiu diversos significados durante a primeira metade do século XX (ATIQUE, 2010, p. 27-44; GIMENES, 2016, p. 68-87).

² Compreendemos aqui uma análise em perspectiva transnacional, “que enfatiza questões para as quais o país não é a principal arena de interação ou conflito. A história transnacional também tem iluminado os problemas da história comparativa, com sua tendência a comparar dois casos nacionais estáveis separadamente e ignorar a circulação e a interação. No entanto, a intenção da história transnacional não é apagar a história nacional, mas complicá-la” (WEINSTEIN, 2013, p. 10). A opção por uma abordagem transnacional é a de enfatizar a circulação de ideias e saberes pelo território sobre a educação sanitária e o urbano, mas principalmente de nos desvencilharmos de análises simplistas que diminuem as relações entre Estados Unidos e América Latina como imperialismo, sem questionar como tais relacionamentos foram dadas. Cabe salientar que não estamos negando tal postura dos estadunidenses, mas sim defendendo que é preciso avaliar primeiro as relações para que então possamos chegar em tal resposta.

³ Reforçamos que, embora a temática da Política de Boa Vizinhaça não seja nova na historiografia brasileira, ainda há poucas pesquisas em português que discutam os curtas-metragens produzidos pela parceria Disney-Rockefeller nesse período, com as atenções mais voltadas para os longas *Alô, Amigos* (1942) e *Você já foi à Bahia?* (1944). O mesmo acontece em língua inglesa sobre tais animações, sendo a maioria dos trabalhos (listada na bibliografia ao final) datada entre 1970 e 1990.

⁴ Optamos por chamar o *Office of the Coordinator of Inter-Americans Affairs* como OCIAA ou *Office*. Em 1940, o órgão foi criado como *Office for the Coordination of Commercial and Cultural Relations between the American Republics*. Em seguida, mudou para *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*, ressaltando a importância do coordenador (Nelson Rockefeller). No final de 1944 o OCIAA mudou novamente o nome para *Office of Inter-American Affairs*, quando Rockefeller saiu do cargo (DIAS, 2019, p. 89).

americana, apresentando-as agora como repúblicas progressistas e irmãs, ao mesmo tempo que construía um discurso em prol da segurança hemisférica.

Neste momento, alguns nomes foram fundamentais para ajudar a elaborar projetos e laços. Para dirigir o OCIAA, o então presidente Franklin Delano Roosevelt nomeou Nelson Aldrich Rockefeller, da família de empresários e principais acionistas da petrolífera *Standard Oil*, um notório filantropo com grande conhecimento sobre a América Latina e ligado à uma fundação que há muito já se encontrava presente nesses países.⁵ Rockefeller, por sua vez, muito influente em diversos setores e grande entusiasta do poder educacional do cinema, fez uma parceria com o também empresário e cineasta Walt Disney, para produção de curtas-metragens cuja intenção era disseminar informações sobre saúde pública e higiene para as populações pobres latino-americanas.

Este artigo, assim, tem como objetivo analisar *Environmental Sanitation*, parte de uma série de animações denominada *Health for the Americas*, lançada entre 1944 e 1945, que circulou por países como México, Honduras, Equador, Bolívia, Cuba, Guatemala, entre outros.⁶ Ao todo, a produção soma dez capítulos, que não possuem relações narrativas entre si, mas que se observados em conjunto, contam uma história que tende a um acúmulo de conhecimentos, os quais esperava-se que os espectadores fossem adquirindo conforme assistiam cada episódio em uma determinada ordem.⁷ Os curtas têm duração entre oito e dez minutos, com temáticas que falam sobre saúde pública, insetos vetores de doenças, alimentação saudável e hábitos de higiene — problemas comuns ao continente.

Dentro dos assuntos apresentados, doenças como malária, febre amarela e ancilostomose foram abordadas de forma clara e direta, explicando de maneira didática questões científicas — ainda que com uso de linguagem simples: o que eram as enfermidades, como eram transmitidas e de que maneira os hábitos das populações (representada por diversos personagens), mesmo que decorrentes de costumes e tradições locais, acabavam contribuindo para proliferação dos vetores e a manutenção de epidemias. Estas animações, custeadas pelo OCIAA, deveriam circular entre a população latino-americana com o apoio fundamental das atividades da Fundação Rockefeller.

⁵ De forma resumida, John Davison Rockefeller Senior (1839-1937), foi um dos maiores filantropos dos EUA e o principal acionista da *Standard Oil Company*, uma companhia de refinamento, armazenamento, transporte e distribuição de petróleo. Segundo Gabriela Marinho, as atividades filantrópicas sempre fizeram parte das ações de John D. Senior, e passaram para o filho, John D. Junior, que trabalhou junto com o Pastor Frederick Gates nas ações de criação e desenvolvimento das juntas filantrópicas da família, com a Fundação Rockefeller. Nelson Aldrich Rockefeller (1908-1979) foi um dos filhos de John D. Rockefeller Jr, e se estabeleceu como administrador do Rockefeller Center, em Nova York, e com o passar dos anos construiu sua imagem de filantropo e político (MARINHO, 2001, p. 14-16).

⁶ Embora os relatórios de produção confirmem a dublagem dos desenhos em espanhol e português, até o momento não foram encontrados indícios documentais que comprovem a circulação da série no Brasil.

⁷ De acordo com o documento "*A guide to Health for the Americas: A series of instructional films*", o curta analisado deveria ser o sexto a ser exibido para suas audiências. Esse manual foi produzido pelo OCIAA para os profissionais que fossem lidar com os desenhos, sugerindo abordagens e aplicações do método. O guia também apresentava uma defesa do cinema como ferramenta educativa atrativa, já que sua linguagem seria simples, com amplo alcance, sem restrições (faixa etária, conhecimentos prévios, origem) para instruir, o que reforça a crença do *Office* de que os hábitos higiênicos da população seriam completamente alterados após a utilização dos curtas (CIAA, 1944, p. 2-5).

Dentro do conjunto destas animações, *Environmental Sanitation*, oficialmente produzido em 1945, mas exibido na América Latina somente em 1946, representaria o ápice da modernização e desenvolvimento proposto pelos desenhos. Como dito anteriormente, os produtores esperavam que as audiências já tivessem absorvido ideias como funcionamento do corpo humano e ação de doenças de episódios anteriores. Uma vez compreendidas essas questões, acreditava-se que a população estabeleceria uma conexão entre vida saudável e força para trabalhar — e, conseqüentemente, que o trabalho levaria a uma transformação positiva de sua comunidade. Por isso, este curta apresenta um caráter excepcional. Enquanto os demais possuem um narrador em terceira pessoa, que interage com as personagens, esta é a única história narrada em primeira pessoa, do ponto de vista próprio, tecendo considerações sobre a sua trajetória, desde uma pequena vila rural, até se transformar em um território grande e totalmente urbanizado. As considerações apresentadas neste curta, como veremos a diante, reúnem diversos debates realizados durante este período, como os Congressos Pan-americanos de Arquitetos, a XI Conferência Sanitária Pan-americana e a 3ª Reunião de Ministros de Relações exteriores da América Latina, ambos realizados no Rio de Janeiro em 1942 (CEJUDO, 2016, p. 43).

Deste modo, pretendemos expor aqui uma análise do curta, concatenando discussões sobre a urbanização que eram debatidas naquele momento. Consideramos importante, antes mesmo de apresentar a descrição do documento em si, apontar algumas questões fundamentais sobre a sua produção, como por exemplo as pesquisas da Fundação Rockefeller e seus programas de pesquisa e educação sanitária, apresentados a seguir, e que são de extrema importância para compreender a elaboração da série *Health for the Americas*.

A FUNDAÇÃO ROCKFELLER E OS PROGRAMAS DE PESQUISA E EDUCAÇÃO SANITÁRIA

Fundada em 1913 por John D. Rockefeller Senior, e presidida por seu filho, John D. Rockefeller Junior, a Fundação Rockefeller foi fruto da reorganização das ações e juntas filantrópicas mantidas por esta família desde o final do século XIX (CAMPOS; MARINHO, 2015, p. 19). Tinha como missão ajudar os Estados Unidos e outros países na disseminação do saber e da filantropia científica,⁸ melhorar a saúde pública e incentivar pesquisas e educação em saúde (VALIM, 2011, p. 48). Isso porque, de acordo com as diretrizes da Fundação, ter alguma doença era entendido como a principal desgraça da vida, fonte de todos os males que poderia acometer um indivíduo: pobreza, crime, violência, ignorância, vício ou taras hereditárias (LÖWY, 2006, p. 123).

No entanto, é interessante observar que antes da concepção da Fundação, foi criado, em 1901, o Instituto Rockefeller para Pesquisas Médicas, e a Junta para Educação em 1903, organizações que contribuíram para a formação do *The Rockefeller Sanitary Commission*, em 1909, que tinha como meta erradicar a ancilostomíase (também

⁸ Sobre o conceito de filantropia, destacamos a definição apontada por Marinho “destinação de recursos privados para a atuação em atividades de interesse público. No caso específico da filantropia científica, há destinação de recursos privados para a produção de conhecimento científico” neste último caso, envolvem atividades como doações, financiamento e fomento de pesquisas (MARINHO, 2001, p. 14).

conhecido no Brasil como “Amarelão”) do sul dos EUA (CAMPOS; MARINHO, 2015, p. 19). Para coordenar esse projeto, foi escolhido Wickliffe Rose, famoso nome do mundo da educação estadunidense no período, mas com poucos conhecimentos médicos ou biológicos. De acordo com a historiadora Ilana Löwy, essa escolha demonstra a importância central que a educação em saúde tinha para a Fundação e suas intervenções sanitárias posteriores. (LÖWY, 2006, p. 124).

Em primeiro lugar, a ancilostomíase — que também tem um episódio dedicado na série *Health for the Americas* — foi escolhida pois o sul dos EUA enfrentava uma epidemia grave da doença e, em segundo, porque erradicá-la seria simbólico para a relação entre regiões quentes e uma suposta preguiça natural da população desses lugares, apresentando uma proposta de progresso. Segundo Löwy,

A ancilostomíase é uma doença induzida por um verme que sobrevive nos intestinos, que enfraquece consideravelmente os indivíduos atingidos e reduz sua capacidade de trabalho. A preguiça natural das populações das regiões quentes, sua falta de entusiasmo para o trabalho, especialmente nas plantações, encontrou, desse modo, uma explicação científica e a esperança de um tratamento eficaz. Os ovos do verme que induz essa doença estão presentes nos excrementos e podem sobreviver no solo; a contaminação ocorre, portanto, principalmente quando se anda descalço. Para os médicos, a solução do problema da transmissão da ancilostomíase era simples: administração de um medicamento, o timol associado a sais purgativos (os sais de Epsom) para curar as pessoas infectadas, seguida da introdução de meios preventivos capazes de evitar a recontaminação das latrinas e, finalmente, o uso de calçados (LÖWY, 2006, p. 124).

Ainda para a historiadora, esta primeira campanha acabou reverberando para os demais projetos da Fundação Rockefeller e suas missões pela América Latina, estabelecendo alguns postulados na atuação, como: a “convicção de que a pobreza está ligada à ignorância e a má saúde”, o que provaria que a educação seria a solução para erradicar essa condição; a relação entre “a capacidade de trabalho dos indivíduos e seu estado de saúde e bem-estar”; a importância da “difusão da civilização por meio da mudança de hábitos e o abandono do estado selvagem próximo da natureza” (representado na situação descrita acima como o uso do calçado); há, ainda, a pureza como ideal, em oposição à sujeira (LÖWY, 2006, p. 124-125). Como veremos adiante, todos esses apontamentos são abordados pelos desenhos, em especial ao curta analisado. A educação e o progresso podem ser vistos, em outros episódios, na atenção detalhada dada ao ensino da construção adequada da latrina (e que, posteriormente em *Environmental Sanitation*, se transforma em um banheiro com encanamento separado de esgoto e água).

Em 1913 a campanha de erradicação da ancilostomíase foi encerrada, já que se entendia que a doença se extingiria com as medidas socioeducativas ensinadas para a população (o que, na verdade, não aconteceu até a década de 1960). No ano seguinte, iniciou-se uma ofensiva contra a febre amarela. Segundo Gabriela Marinho e Cristina de Campos, a partir da experiência da Comissão Rockefeller para Erradicação da Ancilostomíase, foi criada uma *International Health Commission*, que funcionou entre os anos de 1913 e 1916, sendo depois substituído pelo *International Health*

Board. Para as autoras, tais comissões sobre pesquisa médica acabaram elevando a posição da Fundação Rockefeller no controle da saúde internacional (CAMPOS; MARINHO, 2015, p. 20).

A *International Health Commission*, já pensada para América Latina (como também uma forma de contenção sanitária que protegesse os EUA), teve suas intervenções realizadas com apoio dos governos locais e do Departamento do Estado estadunidense. No entanto, as campanhas esbarram, muitas vezes, nas dificuldades das regiões, como a falta de estrutura que forçava as equipes a atuarem, também, como os serviços de saúde locais (LÖWY, 2006, p. 127).

Para a Fundação Rockefeller, a ancilostomíase, a febre amarela e a malária seriam doenças demonstrativas, isto é, enfermidades que teriam rápida eliminação,⁹ servindo como um bom exemplo da demonstração da superioridade da ciência estadunidense, sem a necessidade de atacar problemas sociais e econômicos (como no caso da tuberculose). Além disso, conforme sugere Löwy, eliminar esses três males era interessante tanto para fundação, quanto para governo dos EUA, já que ambos possuíam a intenção de aumentar a circulação de bens e pessoas no continente, enquanto criaria uma barreira sanitária que protegeria o país de novas ondas de epidemias vindas do Sul (principalmente por conta do trânsito de pessoas e a crença de que as doenças eram carregadas por portadores que infectavam os vetores, os mosquitos). Ao mesmo tempo, “os governos de alguns países da América Latina, preocupados com os estragos provocados pela febra amarela no seu comércio e imagem, manifestaram, por iniciativa própria, desejo de receber ajuda da Fundação Rockefeller nessa área” (LÖWY, 2006, p. 130).

Como vemos, a relação entre educação, saúde pública e sanitarismo era entendida como o principal problema dos vizinhos do sul. William L. Schurz, historiador especialista em América Latina, destacou em relatório de 1941 que já no final da década anterior a preocupação dos governos latino-americanos com o bem-estar da população havia se intensificado, o que aumentou a reflexão sobre as prioridades e investimentos nos recursos humanos. Isso porque uma das principais dificuldades estava justamente na questão da saúde, com altos índices de epidemias de malária, tuberculose, ancilostomíase, mortalidade infantil (por doença ou desnutrição), febre amarela, entre outros. No entanto, para o autor, muitos dos obstáculos poderiam

⁹ Para os pesquisadores da Fundação Rockefeller, as doenças que tinham vetores conhecidos (como parasitas e mosquitos) seriam fáceis de serem erradicadas uma vez que seus transmissores fossem completamente eliminados. Para tanto, as teorias que pautavam as atuações dos sanitaristas estadunidenses partiam da *teoria do foco-chave*. De modo pragmático, a tese afirma que os agentes dessas doenças (como a febre amarela, por exemplo) se mantêm em número limitado entre duas epidemias. Um local só poderia ser considerado “foco-chave” se possuir um trânsito muito grande de viajantes ou recém-chegados, já que a população local já teria superado a última crise e, portanto, estaria imune, ao contrário dos novos indivíduos. Assim, o mosquito só transmitiria a enfermidade se picasse uma pessoa infectada e, em seguida, contaminar alguém não-imune. Se o número de pessoas novas no local for muito grande, isso desencadearia novas epidemias. Para a Fundação Rockefeller haveria apenas um único foco-chave na América Latina: o porto de Guayaquil, no Equador. Essa teoria, que se baseava em fórmulas e projeções matemáticas que considerava o tamanho de aglomerações e as densidades populacionais em uma comunidade, ia contra as teses de médicos latino-americanos e da Missão Pasteur, que formularam suas hipóteses a partir de observações e atendimentos *in loco*, afirmando que o continente como um todo era um foco de febra amarela, com picos de ressurgimentos e momentos “silenciosos” (LÖWY, 2006, p. 128-129).

ser resolvidos através de simples medidas sanitárias, que refletiriam na solução das questões econômicas da América Latina (SCHURZ, 1942, p. 153).

Assim, os trabalhos da Fundação Rockefeller na área da saúde não são marcados apenas por grandes investimentos em filantropia científica, mas também na circulação de profissionais e estudantes que se dedicavam a estudar tais temas. Podemos ver que já nos primeiros anos de atividade, a Fundação promove a criação da Cadeira de Higiene na Faculdade de Medicina e Cirurgia em São Paulo, no Brasil, no ano 1916. A criação de uma cadeira, que mais tarde resultou no Instituto de Higiene, fazia parte de um projeto do *International Health Board* de conseguir ampliar as relações da Fundação Rockefeller, por meio da atuação e das relações brasileiras com os outros países da América do Sul (CAMPOS; MARINHO, 2013, p. 21).

Entre 1941 e 1942, outras importantes conexões entre a Fundação e países latinos foram tecidas, em um programa de parceria com a Universidade de Tulane, em Nova Orleans, com a abertura de um curso de pós-graduação em medicina tropical. Na sua primeira turma, nove dos 17 pós-graduandos eram latino-americanos, financiados com bolsas de estudo do Departamento de Estado. A intenção era que esses alunos voltassem para seus países e trabalhassem na administração pública, desenvolvendo programas de saúde para regiões carentes em assistência médica (BRODA, 2013, p. 53). Tal esforço, em conjunto com investimentos no ensino superior, possibilitou a descoberta de diferentes agentes transmissores de uma mesma doença como, por exemplo, a identificação de que a Febre Amarela, em algumas regiões da América Central é transmitida pelo mosquito *Haemagogus*, enquanto na América do Sul é o *Aedes Aegypti* (SCHURZ, 1942, p. 154).

Tal troca de informações e o trânsito de pesquisadores pelo continente permitiram a circulação de publicações médicas que, além de disseminar o conhecimento, possibilitou uma maior aproximação e aprofundamento sobre a realidade desses países por parte dos EUA. De certa maneira, essas pesquisas aumentaram o avanço científico na medicina latino-americana. No entanto, é preciso ressaltar que, muitas vezes, tais informações eram interpretadas nas correntes intelectuais (tanto de elites locais, quanto do governo estadunidense) como sinônimo de atraso, implicando na necessidade urgente de desenvolvimento do hemisfério.

Deste modo, podemos inferir que a preocupação de unir educação e saúde era parte de uma agenda da Fundação Rockefeller, do governo estadunidense e das atividades de Walt Disney durante a década de 1940. As produções cinematográficas eram consideradas por Nelson Rockefeller uma arma potente na divulgação de informações sobre saúde e disseminação de propaganda pró-estadunidense. Por isso, o *Office* tinha uma divisão de cinema que era considerada se não a principal, pelo menos uma das mais importantes do órgão, cujas obras eram basicamente divididas em dois tipos: as que eram destinadas a projeção em circuito comercial e as que eram apresentadas em escolas, clubes, associações, eventos, igrejas e ao ar livre (através de um equipamento que o próprio *Office* montava), voltada para fins educativos. Internamente, a divisão de cinema se subdividia em outras três seções: produção e adaptação dos roteiros para o português e espanhol; seção de curtas, responsável pelos cinejornais, animações e documentários; e a seção de distribuição dos filmes (BRODA, 2013, p. 27-28).

Como dito anteriormente, Rockefeller convidou Walt Disney para realizar algumas produções para o governo estadunidense. Esta não seria a primeira vez do estúdio, que já tinha feito filmes para o Departamento de Estado, Departamento de

Agricultura e até para o governo do Canadá. A sugestão do nome do animador partiu do próprio presidente Roosevelt, devido à sua grande popularidade na América do Sul. Ao todo, entre 1941 e 1943 foram realizadas cinco viagens pelo continente, sendo as que contaram com a presença de Disney as mais famosas. As demais foram feitas por equipes de animadores e desenhistas para recolher material que renderam dois longas-metragens, 15 curtas e um documentário. As expedições foram todas pagas pelo governo dos Estados Unidos, sendo a primeira totalmente custeada pelo OCIAA, além de um contrato de 100 mil dólares pelas produções (BRODA, 2013, p. 43).

É nesse contexto que o material para produção de *Health for the Americas* começa a ser coletado. A pedido do *Office*, foi definido que a narração seria fundamental, visto que a audiência para quem a produção se destinava era, em sua maioria, analfabeta (o que impediria uso de placas com dizeres, como é comum nos desenhos). Em uma das viagens da equipe, que visitou países como El Salvador, México e Guatemala, foi realizado um levantamento com entrevistas de profissionais da educação e saúde, frequentadores e líderes de centros comunitários, que apontou quais eram os assuntos considerados mais importantes pela população local. De acordo com o documento, existia uma necessidade urgente do letramento dos mais pobres e sua instrução em questões a respeito de saúde pública e higiene. Perguntados se consideravam que os filmes ajudariam nessa missão, os entrevistados confirmaram e sugeriram temáticas para serem tratadas, como saneamento, fisiologia e doenças. Além disso, afirmaram que as produções deveriam “entreter e informar na mesma proporção” (CIAA, 1944, p. 1).

Assim, alinhados à ideia da Fundação Rockefeller de equilibrar cultura, educação e diversão em suas ações, as diretrizes das animações foram estabelecidas no seminário *On Visual Education*, organizado pela OCIAA entre maio e junho de 1943, nos estúdios Walt Disney, em Burbank, Califórnia. Representantes de diversos países da América Latina foram convidados para debater temáticas e estratégias para os curtas-metragens que procurassem informar, entreter e convencer a população latino-americana sobre as medidas necessárias para redução das epidemias (e, de quebra, promover uma ideia de Estados Unidos como modelo de progresso a ser seguido). Para a ocasião, Disney disponibilizou parte da sua equipe, que deveria acompanhar as discussões e transformar todas as sugestões em desenhos, facilitando a compreensão visual (SHALE, 1977, p. 54).

Assim, *Health for the Americas* foi pensado em uma estrutura simples, sem que fosse necessário um grande orçamento para sua produção. Além da presença do narrador (que seria dublado em espanhol e português), os filmes deveriam ser informativos, porém leves, de fácil compreensão, visto que sua exibição visava populações rurais que possivelmente assistiriam após um dia de jornada. Outro ponto levantado na conferência foi a exclusão de elementos que distraíssem e tirassem o foco, como a presença de personagens famosos (que poderiam levar ao excesso de piadas e situações cômicas) e muitos elementos de fantasia (SHALE, 1977, p. 55). Por essas razões, a série é sempre situada em ambiente rural, revelando uma pobreza crônica, e apresentado por personagens genéricos, que raramente possuem nomes.

Após uma sequência de temas trabalhados, como alimentação saudável, hábitos higiênicos (construção adequada de latrinas, importância da boa higienização das mãos e alimentos antes das refeições, uso de mosquiteiros para dormir, etc.) e a explicação sobre doenças e seus vetores, temos os capítulos finais que apresentam um nível de instrução mais elaborados. *Environmental Sanitation*, assim, apresenta

a consequência “natural” do aprendizado passado: a transformação do vilarejo em cidade urbanizada.

ENVIRONMENTAL SANITATION: A REPRESENTAÇÃO DAS CIDADES LATINAS EM UMA ANIMAÇÃO

Para realizar a análise do curta, partimos das considerações de Luis Nogueira, que afirma que a análise da animação requer atenção especial porque esta desestabiliza categorias como tempo e espaço. A animação, assim, convive bem com a irrealidade, subverte e desafia leis da física ou normas de conduta. Em outras palavras, um desenho não precisa, necessariamente, ambientar seus acontecimentos em uma cidade real. Apenas valendo-se de poucos elementos que caracterizem o cenário como uma cidade ou que lembrem algum lugar que para o espectador já é suficiente para que a narrativa contada seja, pelo menos, verossímil a quem a assiste. Nogueira defende a ideia de que a animação permite proximidade e compreensão da lógica da sociedade, dada a sua extrema liberdade criativa. Por meio da metamorfose, qualquer elemento pode se tornar algo diferente e fascinante (NOGUEIRA, 2010, p. 61).

A continuidade entre seres animados, animais e objetos inanimados transformam ideias, personagens e acontecimentos, o que dá um caráter novo à sua identidade original do próprio desenho. É por essa razão que é possível que uma cidade narre sua própria história, apontando as transformações, contradições e desafios de sua jornada de pequena vila a um espaço moderno. Em suas falas, a protagonista deixa claro suas preocupações — como saneamento e higiene —, apontando claramente os deveres de seus filhos (os habitantes daquele lugar) para que seu destino seja saudável, feliz e próspero — isto é, urbanizado.

Dentro dessa proposição, também consideramos como alicerce metodológico as considerações de W. J. T. Mitchell sobre os estudos visuais. Partindo da psicanálise e dos estudos subalternos, Mitchell defende que as imagens necessitam ser perguntadas sobre o que elas realmente querem, utilizando o léxico de Jacques Lacan e Frantz Fanon (MITCHELL, 2017). Deste modo, priorizamos em nossa análise sempre nos questionarmos o que a imagem quer nos dizer, circunscrevendo nossa observação as questões concernentes à cidade (tanto aquela representada pela imagem, quanto aquela que narra e faz suas próprias considerações) e as ações de seus habitantes.

O curta se inicia com a primeira afirmação da narradora deixando claro que a história será contada do ponto de vista da testemunha direta. “Eu sou uma cidade”, ela diz. “Eu dou abrigo e protejo meu povo. Eles são meus filhos, e nós somos uma família ocupada, saudável e feliz” (ENVIRONMENTAL, 1945, 37s). Nessa relação paternalista, a cidade vai, então, apontar todo o percurso para chegar até aquele momento da história, afirmando que o crescimento próspero e forte foi fruto de um longo, difícil e doloroso aprendizado: o de saber conviver uns com os outros.

Enquanto era um pequeno vilarejo, os moradores daquele lugar eram felizes, pois viviam tranquilamente suas vidas simples. Ao encerrarem seus ciclos, se mudavam para “outra” cidade — o cemitério —, disposta bem ao lado. No entanto, conforme a cidade se desenvolvia, novas pessoas se mudaram, procurando proteção e acolhimento. O número populacional aumentou e, com ele, os problemas: o primeiro a surgir foi o abastecimento de água. A fonte central já não dava conta de suprir todas as famílias, e o rio não era um bom local de fornecimento, uma vez que estava

contaminado pelo sabão das lavagens de roupa e dos que ali se banhavam, bem como pelo lançamento de esgoto. O curta, assim, joga a responsabilidade da poluição das águas exclusivamente para os latino-americanos, ignorando que a crise sanitária se agravou em muitos países pela falta de infraestrutura provocada na instalação de indústrias estadunidenses, processo que ocorria desde a virada do século (CARTWRIGHT; GOLDFARB, 1994, p. 177).

O crescimento populacional também não acompanhou o fornecimento adequado de alimentos. Mercadinhos e lojas de rua vendiam comida sem se preocupar com a sujeira ao redor, como a presença de lixo e da dispensa inadequada dos dejetos humanos. Essa combinação resultava em ratos e mosquitos que trazem doenças (já vistas em outros curtas da série), afirmando que mesmo com a presença de latrinas na cidade, a falta de cuidado e atenção as transformaram em uma ameaça. Logo, com o crescimento desorganizado e a falta de planejamento, a população partilhava de sofrimentos e epidemias, elevando o número de mortes. Para a narradora, as “epidemias eram comuns, deixando incontáveis vítimas em seu rastro. Vítimas do descuido” (ENVIRONMENTAL, 1945, 3min23s) e, por conta dessa desatenção (e egoísmo dos indivíduos), a “outra” cidade crescia junto. Essa fala revela uma redução de questões mais complexas de saneamento básico a ideia de “cuidado”, além da responsabilização do indivíduo por problemas coletivos, sem sequer mencionar a ausência ou obrigações do Estado.

A cidade, então, continua lamentando o suposto destino sombrio de seus filhos se nada mudasse. Para ela, há apenas uma solução: a limpeza. Notamos, assim, que a solução para a principal transformação da cidade se daria — de acordo com a narrativa — por meio de um projeto amplo de sanitarismo, ainda que este conceito fosse expresso de maneira genérica como “limpeza”. A narradora continua apontando que o primeiro passo para mudança deveria ser a construção de um reservatório e uma barragem, com uma estação de tratamento, adicionado substâncias que purificavam a água — alertando que estas não provocariam outras doenças. Por meio de um sistema de encanamento moderno que previne vazamentos, desperdício e evita contaminações, o suprimento chegaria à casa das pessoas. Essa melhora na distribuição permitiria e ampliaria a higienização correta das mãos e o banho adequado em um banheiro disposto agora dentro das residências. Vale ressaltar que, embora o curta tenha uma preocupação de instruir de que maneira a água seria depurada e levada novamente para os habitantes, assuntos específicos como que tipo de substância seria utilizada no sistema hídrico ou quais os materiais “modernos” para a nova tubulação nunca eram especificados, por acreditar-se que este seria um conteúdo muito complexo para as audiências.

Resolvida essa questão, o segundo problema a ser enfrentado era a respeito do descarte correto dos dejetos: com sistema de coleta de esgoto subterrâneo, levado por canos para além dos limites da cidade, o qual seria alocado de “forma científica e segura” (ENVIRONMENTAL, 1945, 5m3s). Como observamos, novamente, a narradora não menciona em momento algum, informações mais detalhadas sobre o tratamento desse esgoto. Por outro lado, nos lugares onde ainda não houvesse urbanização, a água pura seria levada por hidrantes, assim como latrinas em locais adequados, bem cuidadas, sanitárias e limpas, para manter os arredores livres de doenças perigosas, o que nos aponta uma contradição entre espaços, já que parece esperar-se que nem todas as regiões latino-americanas teriam acesso ao sanitarismo com sistemas de encanamento modernos anteriormente comentado. Deste modo, o curta retoma

continuamente a necessidade de uma série de medidas para que a cidade conquiste um sistema sanitário eficiente, mas em nenhum momento as imagens nos indicam quem seria o responsável para a consolidação dessas ações — como o Estado, ou a discussão de políticas públicas de saneamento —, reforçando que esta seria uma atuação exclusiva (e individual) de seus moradores em prol de um bem coletivo maior.

Assim, os dias obscuros de descuido ficariam para trás. Agora as mulheres lavam suas roupas em uma lavanderia comunitária, com compartimentos separados, evitando que usem a mesma água. A cidade e seus habitantes, desta forma, se tornam pouco a pouco uma família limpa, sem lixo e restos de comida na rua, sem ratos e moscas. A partir daqui o lixo é colocado em lixeiras com tampa, coletado de cada casa e dispensado com o método apropriado (ainda que não seja especificado qual). As ruas foram pavimentadas e equipadas com sistema de drenagem da chuva, evitando enchentes. (ENVIRONMENTAL, 1945, 5m15s). O mais interessante ao notar esta passagem de uma cidade imprópria para a comunidade para esta nova cidade, é que ao retratarem o *skyline*, podemos observar que todos os edifícios possuem a mesma altura, exceto um com uma cúpula, remetendo à uma prefeitura estadunidense, um lembrete à importância da democracia.

As lojas e vendas de rua se transformaram em mercados que “refletem a vigilância dos vendedores na segurança da saúde dos meus filhos” (ENVIRONMENTAL, 1945, 7m), com um bom pavimento e calçamento para os habitantes. Ali é vendido vegetais frescos e protegidos da desidratação do sol, cortes de carne para serem escolhidos em expositores com vidro, assim como a separação dos laticínios e pães. Orgulhosa, a cidade afirma: “comida limpa, comida chique, uma infinidade de variedade, mas nada expostos às moscas perigosas” (ENVIRONMENTAL, 1945, 7m20s). A população não está mais preocupada a respeito da segurança e limpeza da comida, das ruas, das casas e de seus corpos.

As características urbanas da cidade são um tópico que deve ser comentado. É nítida a diferença entre os espaços antes e depois da educação sanitária de seus moradores, porém é necessário destacar alguns elementos da nova cidade que surge, como uma praça principal, o tamanho dos edifícios e o padrão entre as casas habitáveis, com área para jardins e recreação, mostrando aos espectadores não apenas uma cidade salubre e arejada, mas um desejo urbano comum a todos — locais aprazíveis e com qualidade de vida.

O curta se encaminha para o final, confirmando que aquele lugar agora é um ambiente alegre e saudável (focando em um parquinho com crianças brincando), e esta seria a recompensa do cuidado. “Sim, minhas crianças aprenderam a lição bem. Eles aprenderam que para viver uns com os outros, eles devem proteger uns aos outros. E que o descuido de um, ameaça a segurança de todos” (ENVIRONMENTAL, 1945, 7min46s), diz. Encerrando seu discurso, a narradora reafirma que a luta contra doenças nunca termina, mas que se cada um dos habitantes se mantiver “sempre vigilantes, nós encaramos o futuro confiantes pois sabemos que uma cidade que protegerá seu povo enquanto seu povo proteja sua cidade” (ENVIRONMENTAL, 1945, 8m8s). O desenho se encerra com uma vista noturna da cidade, com luz elétrica iluminando as janelas das casas, indicando a chegada do progresso naquele antigo vilarejo.¹⁰

¹⁰ É interessante observar que, segundo Atique, a vida urbana na passagem dos séculos XIX e

Como é possível notar, a narrativa tem uma preocupação em individualizar os problemas, reduzindo a sua origem ao “descuido” e a solução ao “cuidado”. Nesta cidade, o Estado está ausente como agente que organiza a sociedade civil — não apenas de obrigações quanto ao espaço, mas até de uma possível liderança. Em todos os momentos, o curta nos oferece uma solução baseada na ação individual dos seus moradores, mas que perpassa o coletivo, já que a cidade segura e acolhedora só é possível de se alcançar com todos fazendo a sua parte. Essa situação dualista também reflete a filosofia da Fundação Rockefeller de que a pobreza estaria relacionada à preguiça e a falta de cuidado e, para superar essa condição, bastaria o afincamento ao trabalho e o conseqüente progresso seria alcançado — desde que hábitos fossem mudados, a transformação da vila em cidade seria completa.

O exemplo máximo dessa lógica seria a possibilidade de escolher diversos alimentos em um mercado. O curta parece dizer, assim, que o progresso transforma o habitante rural em cidadão, já que ele ganha status de consumidor. Ainda que o dinheiro não seja sequer citado em nenhuma das animações de *Health for the Americas* — o que nos dá a entender o quanto as sociedades latino-americanas são peculiares, talvez até “atrasadas”, uma vez que cada família pode produzir exatamente aquilo que precisa para sobreviver — *Environmental Sanitation*, aponta para o pico do progresso: o supermercado, local onde os trabalhadores (agora consumidores, ainda que não sejam assim chamados) podem escolher os melhores alimentos sem necessariamente precisar labutar arduamente para cultivá-los. Com esse tempo “livre”, agora podem dedicar-se a novas atividades como o lazer, a educação e outros tipos de ofícios que não os diretamente relacionados à terra. O trabalho, assim, serve para a manutenção do progresso. A civilização apresentada no desenho parece ser sedutora e fácil de conquistar.

Nesse sentido, de acordo com Lisa Cartwright e Brian Goldfarb, a animação promove a saúde como mérito, mesmo em lugares em que empresas estadunidenses causaram diretamente crises e epidemias, como a cólera e a disenteria. Essa transferência de responsabilidades é colocada no discurso da animação quase como um sentimento cívico, apelando para preocupação individual para zelar pelo coletivo. Além disso, não há qualquer menção sobre a presença de indústrias — representada pela presença dos Estados Unidos e suas companhias. Para alcançar a prosperidade da América Latina, bastaria a saúde e felicidade dos habitantes (CARTWRIGHT; GOLDFARB, 1994, p. 178).

PENSAR AS APROXIMAÇÕES DAS CIDADES NAS AMÉRICAS

Deste modo, cabe apontar aqui, a pertinência do tema levantado pela animação *Environmental Sanitation* às questões discutidas pelos países do continente americano, não apenas sobre sanitarismo, mas também sobre a urbanização nas cidades latino-americanas.

XX, enfatizou a iluminação como uma das conquistas da modernidade. No Brasil, a iluminação e o fornecimento de energia elétrica estiveram atrelados à ação de profissionais estadunidenses, além da incorporação de tecnologias produzidas ou patenteadas pelos EUA, Alemanha e França (ATIQUE, 2010, p. 87).



Fica evidente, em toda a narração, que a cidade só pode contar sua história porque seus moradores aprenderam uma lição importante: a do saneamento. O senso de coletividade é importante para que a cidade continue evoluindo e sendo um lugar aprazível para todos, porém, é preciso destacar aqui que tal coletivo só é atingido quando todos executam sua parte, individualmente. Embora o desenho se coloque como uma meta a ser atingida, em momento algum é apresentado ao espectador a melhor maneira de chegar nesse objetivo, senão por uma atitude voluntarista. Cada um deve fazer sua parte para influenciar o próximo e, se a cadeia quebra, todos falham. Não é colocado para a audiência a possibilidade de discussões de projetos, nem pleito de lideranças locais ou conselhos que possam levantar quais as melhorias são efetivamente necessárias ali. As obrigações do Estado ficam totalmente ausentes, caindo no indivíduo a responsabilidade de transformar aquela comunidade em um lugar “saudável” e “feliz”.

Como viemos apontando desde o início deste artigo, há uma questão de expor um modelo — e este nos é apresentado pelo curta —, que está localizado em uma esteira de discussões sobre as cidades que foi presente em todo o século XX, mas, principalmente, na primeira metade do século. Como apontado por Josianne Cerasoli, podemos verificar que uma das potencialidades para se compreender o panamericanismo está no âmbito da circulação dos conhecimentos científicos e técnicos, em diversos campos do saber (CERASOLI, 2012, p. 6). Dentro desta afirmação, as cidades foram um importante elemento de debate entre os países nas Américas. Segundo Fernando Atique, os Congressos Pan-americanos de Arquitetos foram um espaço privilegiado de trocas de experiências profissionais e de assimilação de diversos modelos que estavam presentes no continente, sendo o primeiro congresso realizado na cidade de Montevideu, no Uruguai, no ano de 1920. Apesar das primeiras edições tratarem sobre temas como a regulamentação da profissão dos arquitetos nos países, as reuniões também tangenciavam outros temas, como, por exemplo, o da habitação (ATIQUE, 2005). Sobre a quinta reunião deste Congresso, no ano de 1940, Atique faz importantes considerações:

O evento [...] fechou um ciclo de vinte anos, permitindo a leitura de uma discussão muito interessante sobre temas sociais, quer seja sobre a resolução do crescimento desordenado das cidades, quer sobre o problema habitacional da população de baixa renda, ou, ainda sobre a necessidade de se lutar por fundos de aposentadoria para os arquitetos (ATIQUE, 2010, p. 55).

Assim, podemos estabelecer que os debates sobre as condições das cidades americanas eram pauta nas discussões entre os países e seus profissionais. Algumas destas considerações aparecem no livro do urbanista estadunidense Francis Violich, *Cities of Latin America: Planning and Housing in the South*, uma publicação de 1944, que foi um resultado da viagem de que o autor fez pelas Américas, analisando a ocupação urbana de cidades de países como México, Guatemala, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, Chile, Argentina, Uruguai, Brasil, Venezuela e Paraguai (VIOLICH, 1944, p. X).¹¹

¹¹ Francis Violich aponta que a viagem que ele realizou pela América Central e na região do Caribe teve que ser encurtada por causa de problemas que surgiram com a Segunda Guerra Mundial (VIOLICH, 1944, p. X).

Ao analisar questões sobre o planejamento urbano e habitação das cidades latino-americanas, Violich dedica um de seus capítulos para abordar os problemas urbanos que são enfrentados por estas cidades, os dividindo em categorias: problemas em termos sociais, políticos e físicos. De modo geral, podemos ver algumas zonas de contato, a partir das análises de Violich e do que foi comentado sobre as ações da Fundação Rockefeller e do *Office* nas ações de aproximação com a América Latina.

Os problemas de ordem política apontados por Violich, são causados pelo fato de que os países da América Latina possuem uma democracia muito jovem e imatura, sendo agravado pela “ignorância” dos governos quanto a importância de técnicos no planejamento das cidades (VIOLICH, 1944, p. 58). Tais questões são somadas as sociais, para os quais a falta de investimentos e dinheiro aparece como um dos primeiros a serem elencados. Mas, como aponta o autor, a partir de conversa com técnicos de serviços urbanos locais, o maior problema social era educacional. Segundo Violich:

Juntamente com a baixa renda, a falta geral de educação foi apontada, repetidamente, pelos técnicos de planejamento e habitação da América Latina como a principal causa de diversos problemas sociais, que impossibilitavam o tipo de programa de planejamento e moradia que tais técnicos almejavam. Esses homens e mulheres perceberam, e deixaram claro para mim, que a única razão pela qual conseguimos, nos Estados Unidos, desenvolver um processo de planejamento na medida em que temos, é porque geralmente nosso povo e funcionários são orientados pela educação e por uma ilustração geral. O grau de esclarecimento da população na América Latina varia muito de um país para o outro, mas geralmente há uma relutância em aceitar novos métodos. [...] a educação do povo é um processo gradual, mas essencial para a democracia sobreviver (VIOLICH, 1944, p. 52).

Assim, a educação é apontada como o principal meio de sobrevivência das comunidades e da democracia. Por fim, os problemas de ordem física estavam centrados em questões fundamentais: a saúde e o saneamento. Sobre estes problemas, Violich aponta:

Os problemas de saúde e saneamento, geralmente, são os que mais precisam de solução, nas cidades latino-americanas. Os sistemas de saneamento, garantidos nas cidades dos Estados Unidos, ainda não foram totalmente desenvolvidos em muitas cidades ao sul de nossas fronteiras. A falta de um sistema de drenagem de esgoto adequado é a fonte de condições de vida precárias, frequentemente encontradas em regiões tropicais e semitropicais. Os programas de planejamento urbano na América Latina surgem, frequentemente, da necessidade de eliminar uma condição de saneamento que afeta a saúde da comunidade (VIOLICH, 1944, p. 47).

Deste modo, alinhando às considerações propostas por Francis Violich e sabendo que o continente americano possuía um fluxo contínuo de circulação de saberes, discussões sobre saúde (fomentados pela Fundação Rockefeller) e problemas

urbanos (presente em congressos sobre este saber técnico), é possível compreender que o curta *Environmental Sanitation* carrega em si uma série de questões presentes nas Américas, principalmente sobre a importância do saneamento e do planejamento na construção de uma comunidade saudável, e que se influenciada pelo modelo estadunidense, poderia ser uma democracia.

Verificamos que havia, na primeira metade do século XX, vários debates sobre as cidades nas Américas pautados por assuntos sobre a urbanização, melhoramentos e a importância do sanitário. Em seu texto, Violich considera que “a limpeza urbana acompanha diretamente a estabilidade econômica e política” (VIOLICH, 1944, p. 48). Podemos inferir, então, que tal consideração está presente no curta, e que a limpeza urbana só seria garantida pela educação da comunidade latina, seguindo um modelo proposto pelos EUA. Por essa razão, os problemas sobre educação expostos na animação eram entendidos como uma sina da América Latina. Resolvê-los seria uma maneira de superar o atraso crônico e desembocar, quase que naturalmente, no progresso, representado aqui pelas cidades estadunidenses, formando assim laços de uma identidade pan-americana representada pelo urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que os trabalhos realizados pelo *Office of the Coordinator of Inter-Americans Affairs* alinhavam diversos debates que ocorriam em diferentes esferas do conhecimento, como o da saúde e do urbano. Ao analisarmos o curta animado *Environmental Sanitation* (1946) da série *Health for the Americas*, produzido pelos Estúdios Walt Disney, temos aqui elementos que apresentam tais discussões, e que possuem um eixo condutor muito claro: o da educação da comunidade para atingir um progresso moldado pelos Estados Unidos.

Cabe ressaltar que esses desenhos foram promovidos juntamente com um programa de letramento, que foi planejado em conjunto e acompanhado de perto por alguns governos latino-americanos, como a Secretaria de Educação Pública do México (CEJUDO, 2016, p. 7). Nesse sentido, gostaríamos de salientar aqui que as relações entre EUA e América Latina, observadas a partir da atuação do *Office* ou das produções de Disney vão além dos longas-metragens tão bem conhecidos pela historiografia brasileira. Há certamente muitas perguntas e materiais sobre este período que, alinhados com a perspectiva da circulação de saberes e profissionais nas Américas, podem dar materialidade às relações panamericanas, como apontado por Josianne Cerasoli (2012, p. 6).

Ao mostrar os diversos problemas que devem ser superados por uma comunidade, a cidade guia seus moradores de uma simples vila para um espaço urbanizado, com uma praça central, edificações que seguem o mesmo gabarito de altura, ruas asfaltadas e limpas, com iluminação. De certo modo, a cidade que se alcança através da educação e da higiene da comunidade, é uma cidade modelo.

O discurso, no entanto, ainda parecia muito longe da prática, visto que algumas das audiências rurais consideraram mais fantasia ver suas vilas transformadas em ruas pavimentadas, casas com luz elétrica e mercados com vitrines envidraçadas do que as famosas animações de Walt Disney (SHALE, 1982, p. 58). Apesar disso, é interessante notar que a partir de tal discurso, o que nos é apresentado por *Environmental Sanitation*, vai além das discussões sobre urbanização e sanitário,

propostos pela Fundação Rockefeller e por debates em esferas técnicas, e chega em uma representação do *American way of life* de forma literal: aqui, o caminho americano — pautado pela educação e higiene — leva a comunidade a um modo de morar e de viver essencialmente dos Estados Unidos. Percebemos, assim, que o principal objetivo do curta, e da série como um todo, está em educar sobre as formas de construção de uma sociedade (americanizada).

REFERÊNCIAS

ATIQUÉ, Fernando. Arquetizando a “boa vizinhança”: *Arquitetura, cidade e cultura nas relações Brasil–Estados Unidos (1876-1945)*. São Carlos: Editora Pontes, 2010.

ATIQUÉ, Fernando. O debate sobre habitação nos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos: 1920-1940. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 11., 2005, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: ANPUR, 2005. Disponível em: www.xienanpur.ufba.br/524.pdf. Acesso em: 6 out. 2021.

BRODA, Paula de Castro. *Health for the Americas: As animações dos Estúdios Walt Disney voltadas para as famílias latino-americanas no contexto da Política da Boa Vizinhança (1940-1946)*. 2013. 222 f. Monografia (Bacharelado e Licenciatura em História) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos, 2013.

CAMPOS, Cristina de; MARINHO, Maria Gabriela S. M. C. A Fundação Rockefeller e a Institucionalização da Higiene em São Paulo: da cadeira ao Instituto de Higiene (1918-1922). In: MARINHO, Maria Gabriela S. M. C.; MOTA, André. *Racionalidades em Disputa: Intervenções da Fundação Rockefeller na ciência, medicina e práticas médicas do Brasil e da América Latina*. São Paulo: Casa de Soluções e Editora, 2015. p. 11-34.

CARTWRIGHT, Lisa; GOLDFARB, Brian. Cultural Contagion: On Disney’s health education films for Latin America. In: SMOODIN, Eric. *Disney Discourse: producing the Magic Kingdom*. Nova York: Routledge, 1994. p. 169-180.

CEJUDO, María Rosa G. Disney Health Films in Mexico. *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*. Oxford University Press, Oxford, 7 jul. 2016 (*online*). Disponível em: <https://oxfordre.com/latinamericanhistory/view/10.1093/acrefore/9780199366439.001.0001/acrefore-9780199366439-e-318>. Acesso: 25 nov. 2019.

CERASOLI, Josianne França. O lugar da América: Por uma expressão arquitetônica moderna, panamericana e universal nos anos 1920. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA – ANPUH-SP, 11., Campinas, 2012. *Anais [...]*. Campinas: ANPUH–SP, set. 2012. Disponível em: http://www.encontro2012.sp.anpuh.org/resources/anais/17/1342390117_ARQUIVO_Cerasoli_ANPUH_texto2012.pdf. Acesso em: 6 out. 2021.

DIAS, Michele A. S. *Conexões Ocultas na Casa Paulista: A Caixa Estadual de Casas para o Povo (CECAP) e suas relações com os EUA por meio da International Basic*



Economy Corporation (IBEC). 2019. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2019.

ENVIRONMENTAL Sanitation. [série] Health for the Americas. Produtor: Walt Disney. Distribuído por: Coordinator of Inter-American Affairs. Los Angeles: Walt Disney Productions, 1945. online (8 min). color. Disponível em: <https://archive.org/details/HealthForTheAmericasEnvironmentalSanitation>. Acesso em: 6 out. 2021.

ESTADOS UNIDOS. Coordinator of Inter American-Affairs (CIAA). *A survey conduted for the Coordinator of Inter-American Affairs by the Walt Disney Studio on the subject of health and sanitation*. NR papers, series O, Box 13, folder 104. Nova York: Rockefeller Archive Center, 1944a.

ESTADOS UNIDOS. Coordinator of Inter American-Affairs (CIAA). *A guide to Health for the Americas: a series of instructional films*. NR papers, series O, Box, 13, folder 106. Nova York: Rockefeller Archive Center, 1944b.

GIMENES, Gabriela Xabay. *Estados Unidos e América Latina nas páginas do Chicago Tribune: pan-americanismo e Exposição Universal de Chicago (1889-1894)*. 2016. 217 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

LÖWY, Ilana. A Febre Amarela e a “saúde pública” norte-americana: a Fundação Rockefeller no Brasil (1920-1945). In: LÖWY, Ilana. *Vírus, mosquitos e modernidade: A febre amarela no Brasil entre ciência e política*. Tradução de Irene Ernest Dias. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. p. 123-195.

MARINHO, Maria Gabriela S. M. C. *Norte-americanos no Brasil: uma história da Fundação Rockefeller na Universidade de São Paulo (1934-1952)*. São Paulo: Universidade São Francisco, 2001.

MITCHELL, W. J. T. O que as imagens realmente querem? In: ALLOA, Emmanuel (org.). *Pensar a Imagem*. Belo Horizonte: Editora Autentica, 2017. p. 165-190.

NOGUEIRA, Luís. *Manuais de cinema II: Géneros cinematográficos*. Covilhã: Livros LabCom, 2010.

SCHURZ, William L. Public health, social welfare and labor. In: WHITAKER, Arthur P. *Inter-American Affairs 1941: an annual survey*. n. 1. Nova York: Columbia Universty Press, 1942. p. 140-170.

SHALE, Richard. *Donald Duck joins up: the Walt Disney Studio during World War II*. Ann Arbor: Umi Research Press, 1982.

VALIM, Alexandre B. Da boa vizinhança à cortina de ferro: política e cinema nas relações Brasil-EUA em meados do século XX. In: MUNHOZ, Sidnei J.; SILVA,

Francisco Carlos Teixeira da. (org.). *As relações Brasil-Estados Unidos: séculos XX e XXI*. Maringá: Eduem, 2011. p. 389-426.

VIOLICH, Francis. *Cities of Latin America: planning and housing in the South*. Nova York: Reinhold Publishing Corporation, 1944.

WEINSTEIN, Barbara. Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional. *Revista Eletrônica Da ANPHLAC*, São Paulo, n. 14, p. 10-31, 2013.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Michele Aparecida Siqueira Dias: Mestre. Doutoranda, Universidade Estadual de Campinas, Instituto Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Campinas, SP, Brasil.

Paula de Castro Broda: Mestre. Doutoranda, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo, SP, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

Michele Dias e Paula Broda. CAPP, Estrada do Caminho Velho, 333 – Sala 330, 07252-312, Guarulhos, SP, Brasil.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: BRODA, P. C.; DIAS, M.A.S.

Coleta de dados: BRODA, P. C.; DIAS, M.A.S.

Análise de dados: BRODA, P. C.; DIAS, M.A.S.

Discussão dos resultados: BRODA, P. C.; DIAS, M.A.S.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não houve conflito de interesses.

LICENÇA DE USO

© Michele Aparecida Siqueira Dias e Paula de Castro Broda. Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)

Tiago Kramer de Oliveira

Waldomiro Lourenço da Silva Júnior



HISTÓRICO

Recebido em: 14 de novembro de 2020

Aprovado em: 19 de março de 2021

Como citar: DIAS, Michele A. S.; BRODA, Paula C. "Eu sou uma cidade": Perspectivas de análise sobre educação, urbanização e sanitário nas Américas a partir da animação *Environmental Sanitation* (1945). *Esboços*, Florianópolis, v. 28, n. 49, p. 834-853, set./dez. 2021.





INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS NO MUNDO PERIFÉRICO: UM ESTUDO DE CASO DA CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT

**Firm internationalization in the peripheral world: a case study of
Construtora Norberto Odebrecht**

Pedro Giovannetti Moura^a

 <https://orcid.org/0000000301046417>
E-mail: pedrogmoura@hotmail.com

^a Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, SP, Brasil

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo colocar em debate possíveis paradigmas que joguem luz ao processo de internacionalização da Construtora Norberto Odebrecht (CNO). Argumentamos que o modelo, hoje, mais difundido pelos grandes meios de comunicação é ancorado no conceito de Capitalismo de laços, sintetizados em obra de Sérgio Lazzarini. Buscamos nos distanciar dessa chave analítica e propor uma outra que, com base em uma compreensão global da história e na primazia de condicionantes locais, situa a atuação internacional da construtora em dois momentos chave. Em um primeiro, nos anos 1980 e 1990, entendemos que a empreiteira opta pela região latino-americana devido a uma somatória de fatores como: (a) o aproveitamento dos gargalos de infraestrutura da região latino-americana — condicionados aqui pelo próprio modelo de desenvolvimento periférico da região; (b) os benefícios de atuar sobre uma região que é órbita de influência geopolítica brasileira; e (c) sua proximidade geográfica. Já a partir dos anos 2000, defendemos que essa prática de internacionalização passa por uma mudança. Consolidada enquanto empresa transnacional, a CNO passa a se valer da estratégia do governo brasileiro de conformação de grupos ‘campeãs nacionais’ como forma de ampliar sua inserção no mercado internacional. Para embasar essa linha argumentativa, nos valem da combinação entre obras que tratam do desenvolvimento periférico junto à análise de fontes públicas e internas — como a Revista Odebrecht Informa —, disponibilizadas pela empresa. Dessa forma, pretendemos historicizar a internacionalização da empreiteira, construindo, para tanto, paradigmas interpretativos de análise desse processo que coloquem em relevo a relação entre condicionantes do subdesenvolvimento e a internacionalização de empresas.

PALAVRAS-CHAVE

História empresarial; História econômica; História contemporânea.

ABSTRACT

This article aims to discuss paradigms that might shed some light on the process of internationalization of Construtora Norberto Odebrecht (CNO). We argue that this model — currently more widely disseminated on account of the great means of communication — is underpinned by the concept of “capitalismo de laços” [networked capitalism], which is outlined in the work of Sérgio Lazzarini. We aim to disengage from this analytical perspective and propose another one, based on a global understanding of history and on the primacy of local constraints. This new approach perceives CNO’s international practice in two key moments. From 1980 to 1990, the construction company chooses the Latin-American region due to a series of factors, such as: (a) to benefit from the infrastructure of the Latin-American region — resulting from its specific peripheral-based model of development; (b) to work in a region greatly influenced by Brazilian geopolitics; (c) the geographical proximity. On the other hand, we believe that from 2000 onwards this internationalization practice changes. Consolidated as a transnational firm, CNO starts to draw on the Brazilian government’s strategy of forming “national champions” as a means to enhance its presence in the international market. To support this argumentation, we draw on the combination of works that approach the peripheral development in addition to an analysis of public, internal sources — such as the Odebrecht Informa newsletter — made available by CNO. Thus, we intend to historicize the internationalization of this construction company, based on the elaboration of interpretive paradigms to analyze this process by emphasizing the relation between underdevelopment constraints and the internationalization of firms.

KEYWORDS

Business history; Economic history; Contemporary history.

A simbiótica atuação entre a Operação Lava-Jato e os grandes meios de comunicação trouxe ao centro da arena pública a discussão sobre a atuação internacional da Construtora Norberto Odebrecht (CNO), e, sob um mais amplo diapasão, das empresas brasileiras e daquelas oriundas das periferias da economia mundial como um todo. A importância da CNO, especificamente, se explica por, na primeira década dos anos 2000, a empreiteira chegar ao posto de principal construtora de engenharia pesada brasileira e do continente americano (NORBERTO ODEBRECHT..., 20 jul. 2012), além de — no ano de 2008 — deter o segundo posto em ranking elaborado pela Fundação Dom Cabral acerca do índice de transnacionalidade das empresas nacionais (FUNDAÇÃO DOM CABRAL, 2008).

Essa ampla inserção internacional da empreiteira foi analisada, especialmente nos grandes meios de comunicação latino-americanos, como decorrente de um *modus operandi* calcado na construção de vínculos pessoais entre representantes da empresa e agentes dos Estados (GASPAR, 2020) do qual decorreria uma prática capitalista deturpada, corrompida e ‘mafiosa’ (GIUFFRA, 2015; ROLDÓS, 2017; ROSSI, 2017). Assim, um dos grandes motivos para o sucesso da empreiteira estaria na construção de relações □ não republicanas □, pautadas na pessoalidade entre empresas privadas e agentes públicos, que garantem condições privilegiadas à empresa, conformando aquilo que Sergio Lazzarini conceitua enquanto “capitalismo de laços”.¹

Os textos dos jornalistas, assim, não devem ser diminuídos enquanto ensaios de opinião pessoal, mas vistos como espécie de ponta de lança pública de um conceito criado num espaço acadêmico, que reforça uma construção argumentativa que ganha força no debate. Na visão de Lazzarini, esse Capitalismo de laços se trata de um modelo assentado no uso de relações particulares para explorar oportunidades de mercado ou para influenciar determinadas decisões de interesses. Conforma-se, assim, em um □ emaranhado de contatos, alianças e estratégias de apoio gravitando em torno de interesses políticos e econômicos □ (LAZZARINI, 2018, p. 4).

De forma que, corrupção, clientelismo, privilégios e favorecimentos, escassez de crédito e burocracia ineficiente, além de ingerência estatal nas transações próprias do mercado são, na visão do autor, pedras angulares do nosso “capitalismo de laços”, maculado e disfuncionado pela atuação estatal (GUIOT, 2012, p. 94). Essa amálgama entre esfera privada e pública, por sua vez, seria decorrente da ausência de “instituições que promovam e facilitem o funcionamento de seus mercados”, instituições capazes de intermediar as relações entre vendedores e compradores, o que torna essa relação “menos transparente e mais dificultosa”. É justamente a ausência desses intermediários que abriria caminho aos *Institucional Voids*, espécies de *gaps* que representam a singularidade primordial das economias emergentes nessa visão (KHANNA; PALEPU, 2010, p. 19).²

¹ A formulação de Lazzarini não deve ser vista como um raio em céu azul. Há uma vasta tradição intelectual brasileira, e mesmo estrangeira, que, historicamente, acaba por conformar uma espécie de corrente de pensamento que interpreta que o Estado abriga uma “elite corrupta que vampirizaria a nação”, segundo a crítica empregada por Jessé Souza. (SOUZA, 2017, p. 12). André Guiot, em resenha do livro de Lazzarini, aponta como o autor e os teóricos tributários do patrimonialismo como ferramenta de articulação da dinâmica Estado e Sociedade, acabam por converter o Estado como um sujeito de si mesmo, entidade quase a parte da atuação das classes sociais (GUIOT, 2012, p. 95).

² Aqui, novamente, os postulados dos autores dialogam com uma cristalizada matriz teórica. Alexandre Barbosa argumenta haver uma tradição recente de pensamento “*mainstream*” ocidental que articula

Não corroboramos, no entanto, com essa chave de analítica. Primeiro, porque não interpretamos o “capitalismo original” como um “capitalismo sem laços”, enquanto uma espécie de ‘sistema etéreo’, livre da ação e atuação de agentes sociais particulares historicamente constituídos. Julgamos mais interessante, aqui, nos valer da visão de Braudel, para quem o elemento definidor do capitalismo encontra-se na camada do ‘contramercado’, que representa, em realidade, a manipulação da própria economia de mercado, ao ser capaz de alterar rotas, especular, estocar e sabotar o “ordenamento natural do mercado” (BRAUDEL, 1987, p. 38-46) e se converter, assim, no “reino da esperteza e no direito do mais forte” (BRAUDEL, 2009, p. 197).³

Assim, mais do que lócus capacitador de instituições que garantiriam a imparcialidade estatal para o bom funcionamento da “mão invisível” do mercado, livre de interferências externas, pretendemos argumentar em favor da compreensão desse espaço de interconexões entre grandes empresas e Estado enquanto uma *visible hand*, nos valendo aqui dos termos de Chandler (1999). Logo, nos parece inerente à economia capitalista a articulação entre agentes das grandes empresas multinacionais e aparatos do Estado.

Em segundo lugar, não nos valem, nesse artigo, dos postulados sintetizados pelo conceito do “Capitalismo de laços”, pois a análise histórica da internacionalização da CNO nos aponta para outros fatores enquanto eixos estruturantes desse processo. Resumidamente, enxergamos na internacionalização da CNO um movimento de atuação exitoso — do ponto de vista empresarial — que se estrutura em dois momentos cruciais.

Projetamos demonstrar como o primeiro deles foi o preenchimento, por parte da empreiteira — a partir dos anos 1980 — de um gargalo de obras infra estruturais e integrativas na região latino-americana. A partir de alguns postulados cepalinos, enxergamos, na região, um quadro de: (a) limitação do progresso técnico; (b) baixa produtividade; e (c) deficiência de obras de infraestrutura (FURTADO, 1969; PREBISCH, 2011; RODRÍGUEZ, 2009). Assim, junto às facilidades logísticas propiciadas pela proximidade geográfica e o suporte dado pelo Estado brasileiro, a construtora se vale desse hiato local para espraizar sua atuação pela região. que lócus capacitador

Já como segundo momento desse processo de internacionalização da empreiteira, aponta-se como — a partir dos anos 2000, durante os governos Lula — é empregada pelo governo brasileiro uma política de grupos “campeões nacionais”, projetando empresas com atuação internacional já consolidada a ampliar sua inserção mundial.⁴ Já consolidada em fins dos anos 1990 enquanto uma empresa transnacional, — além de obras em diversos países latino-americanos, nesse momento a CNO já

determinados tipos de desenvolvimentos à adoção (ou não) de determinadas instituições organizativas. Como exemplos aponta as obras de Douglas North e sua crítica às instituições ineficientes, e na diferenciação conceituada por Daron Acemoglu entre Espanha e Inglaterra no contexto da Revolução Industrial (BARBOSA, 2020).

³ Essa relação umbilical entre grandes empresas capitalistas — que atuavam na camada do ‘contramercado’, valendo-se dos termos braudelianos — e Estado foi tema de vasta literatura que, em comum, explicita como os grandes conglomerados não decorrem unicamente de um êxito empresarial particular, mas, pelo contrário, se associam em diferentes níveis com instâncias estatais que lhes garantem acesso a contatos, ativos e condições privilegiadas não acessadas pelos ocupantes dos demais “andares”. Ver, por exemplo: Schumpeter (2010, p. 143), Galbraith (1982, p. 59), Dicken (1998, p. 223) e Mazzucato (2019, p. 29).

⁴ Sobre o tema dos grupos campeões nacionais, ver: Aghion (2011), Amsden (2009) e Coutinho (2002).

estava presente em países de outros continentes, como Angola, Portugal, Estados Unidos —, a empresa vê seu grau de inserção mudar de patamar devido ao acesso a maiores fontes de financiamento e novos clientes.

Em suma, pretendemos explicitar como, mais do que a constituição de uma rede de vínculos pessoais ‘não republicanos’ com agentes estatais, o êxito da internacionalização da construtora reside em práticas “eminentemente capitalistas”: uma correta adequação de táticas empresariais a partir de condicionantes particulares de sua principal base de atuação — a América Latina. Ora se valendo dos gargalos, ora aproveitando-se de uma readequação da postura do Brasil frente ao processo integrativo regional, a CNO é capaz de ampliar sua atuação e se postar enquanto importante *player* regional.

Portanto, partimos de uma visão segundo a qual nossa lente opera entre o total e o local a todo instante, reforçando interconexões entre aspectos empresariais, de política nacional e condicionantes do subdesenvolvimento regional. Projetamos, assim, realizar uma história de caráter global que compreenda o aspecto desigual assumido pelo desenvolvimento em diferentes espaços (AMIN, 2010, p. 2) e que, por extensão, nos lembre que as conexões — no caso entre agentes capitalistas e Estados — são precedidas por condicionantes e que, sem o entendimento dessas, se torna impossível a compreensão daquelas (CONRAD, 2016, p. 69-70). Ao não hierarquizar espaços segundo instituições fracas ou insuficientes, mas sim enquadrá-los enquanto áreas com complementariedade, interdependência e desiguais atividades econômicas (RIOJAS; RINKE, 2016, p. 11) que logramos construir paradigmas capazes de melhor auxiliar no objetivo de esmiuçar a internacionalização de empresas em países subdesenvolvidos.

Tendo em vista esse objetivo, nas páginas subsequentes nos debruçamos sobre a análise desses dois grandes momentos da internacionalização da CNO. A partir do cruzamento e balanço entre bibliografia sobre a CNO, fontes públicas e fontes internas disponibilizadas pela empresa, se projeta uma breve historicização da internacionalização da construtora. Na primeira parte analisamos os anos 1980-1990, com as lentes voltadas para a atuação da empreiteira na América Latina, base de sua atuação internacional; já na segunda parte, tratamos dos anos 2000 e o cenário de ampliação de escopo geográfico e escala de atuação da construtora a partir da política de grupos líderes nacionais dos governos Lula.

CHARCANI, COLBÚN-MACHICURA E SANTA ELENA: O PRIMEIRO MOMENTO

Quem viaja para a América do Sul ou viaja muito pelo Brasil, normalmente, encontra a mão da Odebrecht em alguma coisa. Eu penso que não são muitos os quilômetros de estradas brasileiras que a gente pode percorrer sem passar por um quilômetro de asfalto feito pela Odebrecht. [...] Eu acho, Emílio, que a Odebrecht é motivo de orgulho para qualquer brasileiro que viaje o mundo. Acho que a Odebrecht, em competência, não deve à país nenhum do mundo, a escola de engenharia nenhuma do mundo [...] (Discurso do Presidente Lula *apud* GASPAR, jan. 2020, p. 25).



Excetuando os adjetivos da declaração do ex-Presidente Lula, os quais estão à cargo de juízo de valor particular, seu discurso no aniversário de sessenta anos da Holding Odebrecht traz consigo dois aspectos importantes. Iniciamos pelo fim: a Construtora Norberto Odebrecht, parte integrante e mais antiga da Holding Odebrecht, é uma empresa do ramo da engenharia pesada⁵ que, historicamente, promoveu obras no Brasil, América Latina e em países centrais.

Embora oriunda de um país no qual não são desenvolvidas, primordialmente, atividades que controlam uma grande parte do excedente total produzido dentro da cadeia de mercadorias — isto é, de uma área central —, podemos situar o Brasil em uma posição intermediária dentro da economia mundial. Consideramos, aqui, o Estado brasileiro enquanto integrante daquilo que Arrighi conceituou como região semiperiférica, isto é, uma região caracterizada pela convivência entre atividades típicas do núcleo central e periférico em seu interior. Ou: “Estados [que] têm o poder de resistir a periferização, embora não [tenham] poder suficiente para superá-la completamente e passar a fazer parte do núcleo orgânico” (ARRIGHI, 1997, p. 140).

Porém, essa condicionante não justifica, sozinha, o fortalecimento da indústria da construção pesada no país. À parte características particulares da história do país — como os projetos de desenvolvimento capitaneados por Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, que ampliam a demanda por empresas desse porte (DRAIBE, 1985, p. 13 e 84-88) — Ferraz Filho salienta a existência de “especificidades” do ramo industrial da engenharia pesada. Ao nosso ver, esses particularismos desse ramo industrial são determinantes para justificar seu desenvolvimento em países não dotados de grande desenvolvimento técnico-científico.

Tal singularidade pode ser explicada por três pontos. Em primeiro lugar, na construção pesada, há a possibilidade de se fragmentar obras ou contratar outras empresas para serviços específicos que não exigem da construtora uma grande mobilização de capital. Em segundo lugar, a própria garantia de um contrato pode significar os meios de conseguir recursos para a aquisição de alguns equipamentos. Por fim e, talvez mais significativamente, Ferraz considera que a questão tecnológica não representa uma barreira à entrada do capital privado no ramo:

além de a tecnologia vir embutida no próprio equipamento, é possível absorver técnicas de construção no próprio ato de construir. No caso da necessidade em adquirir conhecimentos mais avançados, é sempre possível a contratação de uma consultora ou firmar alianças com firmas estrangeiras (FERRAZ FILHO, 1981, p. 86-87).

Em suma: para o ramo da construção pesada, mais importante que a atividade tecnológica em si, está a capacidade da companhia se relacionar com os diferentes agentes estatais, logrando um espaço de atuação privilegiado. Em outros termos, por ser a construção pesada uma área de atuação que não carrega em si grande

⁵ Compreendemos a indústria da construção pesada (também chamada de empreiteiras) como o setor econômico que abrange as empresas dedicadas às obras de infraestrutura. Tais empresas são responsáveis por empreendimentos contratados comumente pelo Estado, sendo responsáveis por obras de transporte, energia, saneamento, urbanização, obras industriais, dutos, além de portos e aeroportos (CAMPOS, 2014, p. 2).

complexidade tecnológica (FERRAZ FILHO, 1981, p. 94), é historicamente possível e observável a ocupação desse ramo industrial por empresas oriundas de zonas semiperiféricas. Assim sendo, sublinhar a competitividade da CNO junto à demais empresas estrangeiras da área no discurso supracitado não nos parece um equívoco.

Em segundo lugar, nos detemos ao início da afirmação do ex-Presidente: quem viaja para o Brasil ou América Latina, principalmente, encontra a “mão da Odebrecht em alguma coisa”. Voltemo-nos agora, então, à compreensão dos fatores que balizam essa larga presença da empresa na região.

Com início de sua trajetória em 1945, na Bahia, a CNO operava enquanto uma empresa de engenharia pesada de alcance regional até finais dos anos 1950. Essa situação começa a se alterar quando, em 1954, a empresa se torna cliente da Petrobras com a obra do oleoduto Catu-Candeias. Sequencialmente, a empresa volta a realizar obras de construção de instalações de apoio, estações de tratamento de água, plataformas marítimas, pontes, canais, barragens, armazéns, casas de força, dragagens, laboratórios, residências, clubes, oficinas e rodovias (NOVONOR, c2020).⁶

A despeito de algumas inovações que garantiram seu crescimento, como, por exemplo, a realização simultânea de todas as etapas de suas construções — substituindo a então consagrada técnica de levantamento de estrutura primeiro, paredes e rebocos depois — responsável por maior agilidade na entrega das obras (DANTAS, 2007, p. 77), é notório que os vínculos políticos estabelecidos com os órgãos de governos estatais⁷ foram condição imperiosa para a ascensão da Construtora. No início dos anos 1970, a então 19ª maior construtora brasileira (atrás, entre outras, da também nordestina Queiroz Galvão) muda de patamar, deixando de ser uma construtora com respaldo regional para se “nacionalizar” (CAMPOS, 2015, p. 100).

As vitórias em licitações no Rio de Janeiro para a construção do campus da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), do edifício-sede da Petrobras (aproveitando-se de ligação estabelecida com Geisel, ex-comandante da Petrobras e então Presidente do Brasil), do Aeroporto Internacional do Galeão e da Usina Termonuclear Angra, entre 1970 e 1976, alçam a CNO a um novo status (NOVONOR, c2020).

Embora nacionalmente consolidada e vivendo um ciclo de grandes obras no país — como o Complexo Hidrelétrico Pedra do Cavalo, em Cachoeira, na Bahia, o Sistema de Abastecimento de Água Riachão Potengi, no Ceará, e o Complexo siderúrgico da Açominas, em Ouro Branco, Minas Gerais —, o Grupo Odebrecht se encontrava ante um cenário de dificuldades com a retração do mercado da construção pesada no país. O montante de obras encurtara pela metade entre 1975 e 1976, passando de cerca de U\$14 bilhões para U\$7 bilhões (ODEBRECHT INFORMA, 1988a, p. 19).

Conforme refletia retrospectivamente o então Presidente do grupo, Emílio Odebrecht (2008, p. 8), a organização se encontrava ante um impasse: seguir a opção por diversificar os negócios, fortalecer a posição de engenharia no país mediante aquisições ou ir para o exterior. A opção foi pelos três: entre 1979 e 1985, a então

⁶ Com a mudança recente de nome da *Holding* Odebrecht para Novonor, os materiais de seu antigo site migraram para um novo domínio.

⁷ Malu Gaspar aponta como Norberto Odebrecht, então presidente da CNO, e o General Geisel, homem forte da Petrobras e futuro presidente da estatal entre 1969 e 1973, passam a deter um canal aberto de diálogo após as primeiras obras realizadas pela construtora para a estatal (GASPAR, 2020, p. 48-50).

construtora adentra no negócio da petroquímica, convertendo-se, assim, em uma *Holding*; adquire construtoras concorrentes, como a Tenenge e a CBPO; e, por fim, assinava seu primeiro contrato internacional (ODEBRECHT INFORMA, 2004b).

Definida a internacionalização enquanto estratégia empresarial, nos atemos, agora aos porquês da escolha da região sul-americana como ponto de partida e principal base de atuação da construtora. Renato Martins, então responsável pelo Desenvolvimento de Negócios na Holding Odebrecht, afirma que:

Vários fatores determinaram nossa caminhada rumo a outros países a partir da América do Sul: proximidade geográfica, melhor possibilidade de coordenação e apoio, maior suporte do Governo brasileiro naquela época e proximidade de idioma e cultura. Identificamos países que desejavam receber uma colaboração, efetivada por meio de nosso trabalho e da aplicação de nossa tecnologia [...] (ODEBRECHT INFORMA, 1995, p. 4).

Segundo o executivo, assim, três são os principais fatores pela escolha da região: (a) proximidade cultural; (b) proximidade geográfica; (c) maior suporte do governo. Quanto ao primeiro, uma análise de outras publicações da organização denota como, na prática, foi necessário a conformação de equipes compostas majoritariamente de trabalhadores locais para contribuir com essa “aclimatação cultural”, de forma que a citada proximidade cultural não nos parece um fator tão definidor como os demais (ODEBRECHT INFORMA, 1981; 1987; 1988a).

Nos debruçemos agora sobre o segundo fator. Proximidade geográfica não deve ser restrita à distância das viagens a serem realizadas pelos engenheiros, mas, principalmente, reforça-se seu impacto na agilidade de transporte de equipamentos e redução de custos operacionais envolvidos. Nesse sentido, uma análise sobre o tamanho e a importância assumidas pelas bases de apoio internacionais da empresa reforçam esse entendimento.

O volume 112 da Revista Odebrecht Informa traz um especial sobre a Base de Apoio Internacional (BAI) da *Holding*, localizada na zona norte do Rio de Janeiro. São 2 mil m² só de área coberta, nos quais se despacham desde peças, materiais e equipamentos destinados à execução de obras, tais como tratores ou vigas, até objetos de uso particular, como frutas ou objetos de higiene pessoal (ODEBRECHT INFORMA, 2004a, p. 30). Dessa forma, o estabelecimento de contratos em localidades próximas constitui enorme facilitador à logística do transporte dessa vasta gama de materiais necessários e à continuidade das atividades da empresa em solo estrangeiro.

Por fim, analisemos o último fator apontado por Martins, de ordem mais geopolítica: o estímulo e o suporte oferecidos pelo governo brasileiro para o crescimento interno e externo da Construtora, seja através do fornecimento de recursos mediante o convênio de crédito recíproco, seja mediante o estabelecimento de contatos privilegiados junto à governos locais.

Luiz Almeida, responsável por Desenvolvimento de Negócios e integrante do Conselho de Administração da Odebrecht S.A. também reforça esse elo entre empresa e governo brasileiro: “A atuação se baseava na visão estratégica de que deveríamos buscar boas oportunidades e, especialmente, onde houvesse interesse do governo brasileiro em estreitar relações com o país cliente” (ODEBRECHT INFORMA, 1994, p. 19).

A respeito dessa vinculação entre empresa e governo brasileiro, não é acaso que a assinatura do primeiro contrato internacional da CNO — a construção da Hidrelétrica de Charcani, na região de Arequipa, no Peru — seja parte integrante da declaração conjunta entre os presidentes João Figueiredo (1979-1985) e Morales Bermúdez (1975-1980), do Peru, durante visita deste ao Brasil. Objetivando reafirmar a importância de se manter a integração dos países latino-americanos, o contrato assinado entre a Electroperu e a CNO, em consórcio com a Harrison Overseas Construction (Canadá) — que detinha 10% da obra —, estipula um crédito entre o Banco do Brasil e o Governo do Peru, no valor de US\$ 89 milhões (ODEBRECHT INFORMA, 1980, p. 11).

Situada 35km a nordeste de Arequipa, segunda cidade mais importante do Peru, a Usina Charcani V, com capacidade geradora de 135Mw, rapidamente torna-se a principal Usina do Rio Chili, importante veio local. A demanda pela obra, por parte do governo peruano, é explicada pela incapacidade das cinco outras Usinas da região (Charcani I, II, III, IV e VI) de abastecer Arequipa e as indústrias de mineração locais, já que totalizam um potencial de 35Mw, insuficiente para uma demanda local ao redor de 60Mw. A obra foi considerada de grande dificuldade técnica: 95% das atividades realizadas seriam subterrâneas, em uma região da Cordilheira dos Andes constantemente sujeita a abalos sísmicos (ODEBRECHT INFORMA, 1980, p. 12).

A segunda obra internacional da CNO se dá no Chile, em 1981, com a realização do desvio do Rio Maule, na região de Maule, zona central do país andino, para a construção da Hidrelétrica de Colbún-Machicura. Esta abastecia a região central do Chile, entre Santiago e Concepción, e era responsável por um terço da demanda energética do país. A “conquista” da obra se deu através de um consórcio no qual, junto à Odebrecht, participou a brasileira Engesa e que teve a coordenação de Otávio Medeiros — chefe do Serviço Nacional de Informações no governo Figueiredo. (GASPAR, 2020, p. 69).

A obra inicia-se com a construção de dois túneis paralelos, revestidos de concreto, com seção livre de 220m², e culmina na construção final de duas Hidrelétricas, com capacidade geradora final de 890Mw. Como resultado da obra, há um substancial aumento do potencial energético regional, que possibilita irrigar uma vasta região agrícola (ODEBRECHT INFORMA, 1981, p. 14). Marc Altit — líder da negociação para assinatura de contrato no Peru —, afirma que “Charcani e Colbún-Machicura foram nosso jardim de infância” (ODEBRECHT INFORMA, 1994, p. 18).

Por fim, seguindo a ordem cronológica dos países nos quais a CNO passa a atuar e, reforçando a proximidade junto ao governo brasileiro como eixo de importância para explicar essa internacionalização da Construtora, analisemos o caso equatoriano. Em um país definido por pensadores cepalinos como uma espécie de “economia de enclave” (FAJNZYLBBER, 1983, p. 157), com um modelo econômico baseado na exportação de matérias-primas, o Equador era então um país cuja área propícia para agricultura era de apenas 6% — com culturas como banana, cacau, café, mandioca e batata. Esse setor representava 12% do PIB local e era responsável por absorver metade da população economicamente ativa do país (ODEBRECHT INFORMA, 1988a, p. 15).

É tendo em mente esse contexto que o governo local adota um amplo programa de irrigação para o país, com destaque especial para a península de Santa Elena, na costa equatoriana, área considerada de importância estratégica para o país. Com 45 mil hectares, a região enfrenta fortes problemas climáticos, já que 90% de suas

chuvas se dão entre os meses de janeiro e abril. Aproveitando as águas do Rio Daule, o projeto buscou o alargamento das fronteiras agropecuárias do país, atendendo à crescente demanda interna de alimentos (ODEBRECHT INFORMA, 1988a, p. 17).

A obra da península de Santa Elena não só marca a entrada da CNO em mais um país latino-americano, como consolida uma forma de atuação característica, pautada pelo envolvimento direto de órgãos do Estado brasileiro como facilitadores dessa empreitada. Orçada, à época, em US\$ 200 milhões, a obra conta com financiamento do Banco do Brasil, através da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX). Como contrapartida, além da projeção de uma empresa nacional no exterior e o posterior pagamento do financiamento, ela gera exportações brasileiras de bens de capital de aproximadamente US\$ 48mi, e de bens intermediários e de consumo durável de quase US\$ 33mi. (ODEBRECHT INFORMA, 1988b, p. 9). Mas não só: o apoio dado pelo Estado brasileiro não se restringe apenas ao aporte financeiro, como assinalado por Roberto Abdenur, então embaixador brasileiro em Quito. A exportação de serviços manufaturados, assim, transforma o Brasil em um dos quatro principais parceiros comerciais do Equador.

A diplomacia brasileira, logo, mantém atuação direta no apoio aos exportadores de produtos e serviços. A própria obra de Santa Elena é detectada e comunicada pela embaixada brasileira em Quito às empresas nacionais de construção pesada. Ademais, completa o embaixador, a embaixada é responsável direta pela criação de redes de contato entre o empresariado nacional e o governo equatoriano, ao promover missões comerciais e eventos como feiras de catálogos, bem como, principalmente, por importante lobby junto ao governo brasileiro, o que facilita a importação de produtos equatorianos (evitando uma possível retaliação comercial por parte dos andinos). Isso culmina em um acordo em que a Petrobras se responsabiliza pela compra de dez mil barris/dia de petróleo provenientes daquela nacionalidade (ODEBRECHT INFORMA, 1988b, p. 11).

Conseqüentemente, em fins dos anos 1980, mais de 1/3 de todo conjunto de obras da CNO se encontrava em mercados internacionais (NOVONOR, c2020).

É a partir desses três países que a presença da CNO se irradia para o continente, entre os anos 1980 e 1990: Argentina, com a construção da Hidrelétrica de Pichi Picún Leufú, em 1987; México, Venezuela e Colômbia, com as obras da barragem de Los Huítes, o Centro Comercial de El Lago e a ferrovia La Loma — Santa Marta, respectivamente, em 1992, além de novas obras no Peru, como os canais de Chavimochic, em 1995. Mas não só: esse período assiste à chegada da construtora em mercados de países centrais, como Portugal e Estados Unidos. (ODEBRECHT INFORMA, 1987, p. 22).

Ao longo de 30 anos, assim, a CNO passará a atuar em boa parte do continente americano, conforme podemos observar pelo mapa abaixo (Figura 1), que identifica países e período de início da atuação da construtora no local.

Figura 1 – Países americanos com obras da CNO cronologicamente. 1980-2010



Fonte: Elaboração do autor (ODEBRECHT INFORMA, 1980, 1981, 1987, 1988a, 1994, 2004b; NOVONOR, c2020).

Por fim, cabe aqui apontarmos um último e preponderante fator que explica essa priorização à região latino-americana: sua demanda por obras de infraestrutura. Com um processo histórico que conformou países não dotados de sequer uma integração nacional, a América Latina era um grande celeiro de obras. Para se ter uma ideia: a primeira obra peruana, por exemplo, projetava solucionar o déficit energético da segunda maior cidade do país; Colbún-Machicura, no Chile, tratava-se de 1/3 da energia elétrica de Santiago, capital nacional; e Santa Elena, no Equador, almejava contribuir para as colheitas de uma área estratégica em um país que 12% de seu PIB decorre da agricultura. Assim sendo, as obras não representam pequenos detalhes, mas sim eixos centrais para a conformação de uma infraestrutura regional.

Para se ter ideia desse “déficit de infraestrutura”, a primeira obra de ligação energética na América do Sul foi um gasoduto ligando Argentina e Bolívia somente em 1988. E, até os anos 2000, não havia nenhum oleoduto interligando dois países na região (NARCISO; SENNES, 2009). Assim, é justamente sobre esse contexto de vazios de projetos robustos que as empresas da engenharia pesada e, especialmente a CNO, se valem para atuar regionalmente.

Dessa forma, podemos assumir, inicialmente, que a internacionalização da CNO decorre de uma estratégia traçada pela construtora com o objetivo de ampliar e diversificar seus ativos em um cenário de retração do mercado de obras nacional. A escolha de sua principal “base” internacional recai, entre os anos 1980 e 1990, sobre a região latino-americana. E isso se explica por, simultaneamente, a região apresentar

facilidades logísticas decorrentes de uma proximidade geográfica; se configurar enquanto órbita de influência da geopolítica brasileira, facilitando a construção de uma rede de contatos e financiamentos; e, primordialmente, por ser uma região com um grande gargalo de obras de infraestrutura, sobre o qual a empresa se vale nesses anos para consolidar sua atuação regional.

ANOS 2000: DA CONSOLIDAÇÃO INTERNACIONAL À “CAMPEÃ NACIONAL”

A partir de fins dos anos 1990 passamos a considerar a CNO enquanto uma empresa transnacional. As definições sobre os conceitos de internacionalização e transnacionalização variam de forma recorrente entre os mais diversos autores. Alguns, como Dalla Costa (2011, p. 10), optam pela simplificação ao enquadrá-las sob um mesmo espectro. Já outros optam por uma hierarquização em diferentes estágios, a depender do grau de inserção internacional da empresa.

Em um primeiro momento teríamos a estruturação da empresa enquanto grande empresa nacional, em um processo de concentração de capital. Em um segundo a diversificação — assumindo-se como *Holding* e atuando em distintos negócios — e o início da atividade internacional — ancorada na contribuição de seu Estado nacional.⁸ Por fim, teríamos a empresa transnacional, atuando em escala mundial, com: (a) coordenação e controle de vários estágios de cadeias produtivas em diferentes países; (b) habilidade de tomar vantagens geográficas e políticas estatais para ampliar sua capacidade produtiva; (c) flexibilidade geográfica para mudar suas fontes de operações entre diferentes localizações geográficas (CHESNAIS, 1996, p. 73-74; DICKEN, 1998, p. 177; DOELINGER; CAVALCANTI, 1979, p. 9).

Ora, o processo abordado ao longo do artigo dialoga de forma direta com a processualidade apontada pelos autores: (i) o fortalecimento nacional da CNO, garantido pelo estabelecimento de redes de contatos privilegiados junto ao aparelho estatal durante o período da Ditadura Militar no Brasil; (ii) sua diversificação nos anos 1970, ampliando sua gama de atuação — primeiro, a partir da entrada no ramo da Petroquímica, convertendo-se, assim, em uma *Holding* —, concomitantemente a processos de aquisição de outras grandes empresas — das quais se destacam a CBPO e a Tenenge; (iii) a contribuição do Estado brasileiro para sua internacionalização, sendo peça-chave no primeiro contrato firmado com o governo de outro país — o Peru — e atuando enquanto ponte com o Estado equatoriano, nos anos 1980; (iv) por fim, sua organização em escala mundial, expressa por sua presença em quatro continentes já nos anos 1990 com coordenação de vários estágios de cadeias produtivas em diferentes países, capacidade de tomar vantagens geográficas e de políticas, e flexibilidade geográfica.

É nesse cenário, já enquadrada enquanto empresa transnacional, que analisamos as modificações dos anos 2000. Primeiramente, em 1999, é lançada a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), um

⁸ A importância dessa base nacional é também salientada por Peter Dicken. O autor argumenta de forma contrária à tese de que a transnacionalização de empresas representa uma desnacionalização destas, ao apontar o quão, mesmo após consolidada sua atuação internacional, as empresas se mantêm fortemente afetadas pelas especificidades de seu país base (DICKEN, 1998, p. 193).

programa conjunto dos governos dos 12 países da América do Sul. Buscava-se, com o programa, mediante a conformação de uma infraestrutura física desses países (modernização dos transportes, energia, telecomunicações), ampliar seu grau de integração mundial. (MARIANO, 2014, p. 247).

A adoção de um programa com dinheiro do BID, CAF, FONPLATA e, principalmente, do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), resultando na realização de obras essenciais para as economias, é de grande importância para a região. Afinal, ampliam-se obras nacionais de infraestrutura que são pré-requisitos para promover uma integração capaz de sair da abstração teórica a nível continental. Evidentemente, nesse cenário, a CNO, então construtora brasileira com maior presença e adensamento nas economias locais devido ao seu número de obras na região e à sua presença nas sociedades nacionais, vale-se da IIRSA para ampliar seu repertório de obras.

Para ilustrar: apenas no Peru, nos anos 2000, a *Holding* passa a atuar com quatro concessionárias: a IIRSA Norte, IIRSA Sur, Ruta del Sol e Rutas del Lima.⁹ Essas sucursais foram responsáveis, a título de exemplo, pela pavimentação dos trechos Iñapari-Puerto Maldonado-Inambari; Inambari-Juliaca; Inambari-Cusco, partes integrantes da construção do Corredor Viário Interoceânico Sul. Além dessas obras, podemos apontar, no país andino, a ampliação da capacidade das rodovias Tarapoto-Yurimaguas e Paita-Tarapoto, concluídas em 2009 e 2011, respectivamente. Os dois projetos somam 1.041 km de rodovias e contam com 10 pontos de pedágio, conectando da Amazônia ao pacífico.

Concomitante a abertura desse amplo mercado de obras — sobre o qual a CNO se debruçará —, destaca-se uma mudança na política industrial brasileira que pode ser vista enquanto uma tentativa de fortalecer alguns setores estratégicos nacionais. Inicialmente, podemos mensurar essa mudança pela criação de órgãos públicos de promoção do desenvolvimento industrial e, principalmente, na adoção de uma nova linha política adotada pelo BNDES.

Para Saulo de Almeida, medidas estabelecidas pelos governos Lula (2003-2010) — como, a título de exemplo, a reformulação da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX); a instituição do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP); a criação do Comitê de Financiamento e Garantia de Exportações (COFIG); o lançamento da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE); (ALMEIDA, 2012, p. 15-16) — seriam indicativas da preocupação do Governo com a ampliação da capacidade e da competitividade de nossas indústrias. Aponta o autor que:

é possível observar que nos últimos anos nos aprofundamos um pouco sobre o simplório conceito de que uma política industrial é um conjunto de medidas estatais que afetam direta ou indiretamente o desempenho industrial através de efeitos sobre variáveis microeconômicas e iniciamos um novo movimento, em que o objetivo da nossa política industrial não parece mais querer apenas maximizar a renda real média das empresas, mas contornar os custos e as incertezas na geração de inovações

⁹ Todas as informações referentes às obras dessas quatro concessionárias da CNO podem ser extraídas do site: <http://www.odebrechtlatinvest.com/activos/iirsa-sur.html>. Acesso em: 28 mar. 2020.

tecnológicas, *inserindo os nossos agentes como reais players do mercado global* (ALMEIDA, 2012, p. 12, grifos do autor).

Assim, mais que fomentar a ampliação da atividade industrial nacional, as políticas dos governos Lula objetivavam, a partir do reconhecimento de quais setores detinham potencialidade para uma inserção externa, dotá-los de maior capacidade para consolidar e ampliar seu nível de atuação na arena externa — grupos “campeões nacionais”. Essa intervenção estatal, mediante subsídios para indústrias nascentes ou proteção para indústrias maduras, pode ser justificada, segundo Philippe Aghion, como um meio de acelerar as externalidades da produção, ponto nodal para o desenvolvimento dessas indústrias, sobretudo para países que se encontram atrás da corrida tecnológica do mercado mundial — ou países subdesenvolvidos (AGHION, 2011, p. 25-26; AMSDEN, 2009).¹⁰

Em textos e apresentações promovidas por importantes economistas do BNDES — como Demian Fiocca e Luciano Coutinho, presidentes do Banco, entre 2006 e 2016 — percebe-se o desenho dessa nova política industrial. Para Demian Fiocca, em apresentação na Firjan, a adoção de medidas por parte do BNDES, que objetivassem o fortalecimento de empresas nacionais com grande potencial e a promoção de sua internacionalização, alçando-as ao posto de multinacionais, se explica por essas representarem mais de 75% do comércio mundial, além de serem principais fontes de financiamento privado à pesquisa e ao desenvolvimento (FIOCCA, 2006, p. 4).¹¹ Dessa análise, resulta um salto de liberações do banco para empresas nacionais: de uma média anual de US\$100 milhões, no início dos anos 1990, para US\$ 4 bilhões no início deste século; em 2005, desembolsos de apoio ao comércio exterior totalizam US\$ 5,86 bilhões, com crescimento de 51,8% em relação a 2004 (FIOCCA, 2006, p. 18).

Em 2002, Luciano Coutinho também já desenhava essa mudança paradigmática do BNDES. Para o autor, cumprir com o objetivo de acelerar a obtenção de ganhos de competitividade às empresas brasileiras — o que contribuiria com o desempenho do saldo comercial ao longo dos próximos anos — tem, como pré-requisito, a implementação de uma política industrial mobilizadora e bem estruturada, voltada para o comércio exterior. Nas palavras do autor: “A política industrial deve dar suporte à capitalização e à internacionalização das empresas brasileiras, especialmente nos setores em que o investimento direto no exterior é indispensável à expansão das exportações” (COUTINHO, 2002, p. 10).

Naturalmente, esse suporte à capitalização e à internacionalização das empresas brasileiras não se faz sem contrapartidas exigidas pelo Banco, buscando a garantia do desenvolvimento “nacional”. Fiocca, em sua apresentação, defende o emprego de dispositivos contratuais que protejam o investimento do BNDES e promovam a adoção de práticas adequadas de governança corporativa (FIOCCA, 2006, p. 17). Estudo da LCA Consultoria aponta como aportes governamentais diretos e indiretos (através de concessões, benefícios, empréstimos via BNDES, entre outros) levam

¹⁰ Sobre a intervenção do Estado com o intuito de gerar grupos campeões nacionais, ver, para estudos de caso, Eaton (2013) e Sudekum (2010). Já para um balanço global dessas políticas, sua definição e impactos, ver Amsden (2009, p. 335-400).

¹¹ Por ser uma apresentação disponibilizada na internet, não temos maiores informações sobre o dia/local da mesma, tampouco sobre o público ao qual foi destinada.

a uma exportação dos serviços de engenharia para diversos países — merecendo destaque os países do Mercosul e os africanos (LCA CONSULTORIA, 2014).

Para melhor ilustrar: de 2007 a 2015, o apoio do BNDES a exportações do setor de construção gera encomendas para 4.044 diferentes fornecedores brasileiros de bens e serviços. Nesse mesmo período, o número de pessoas empregadas nessa cadeia quase dobra, passando de 402 mil para 788 mil.¹²

Esmiuçando o papel jogado pelo CNO, especificamente: o Relatório Anual de 2007 aponta que o crescimento da construtora possibilita a geração de 190 mil empregos diretos e indiretos; contribui para o crescimento de 2.300 empresas brasileiras, fornecedoras de bens e serviços para as obras da Odebrecht no exterior; e gera US\$ 817 milhões em divisas para o Brasil. Já o Relatório Anual de 2009 aponta para um total de 1.598 empresas fornecedoras de bens para obras realizadas no exterior, sendo que, destas, 40% são formadas por pequenas e médias empresas. Com relação à prestação de serviços em geral, as obras no exterior da CNO contam 1.219 empresas; 2.817 é o número de empresas que a internacionalização da CNO mobiliza diretamente (ODEBRECHT S.A., 2007, 2009).

Se, até então, os financiamentos eram realizados mediante operações de renda variáveis, constituindo-se, assim, em investimentos indiretos sem destinação específica, a partir de 2002, é realizada uma alteração estatutária no BNDES. Esta é responsável por criar uma linha capaz de estimular a inserção e o fortalecimento de empresas nacionais no mercado internacional, desde que estas resultassem em estímulo à exportação de produtos domésticos (ALEM; CAVALCANTI, 2005. p. 68).

Conseqüentemente, a CNO, enquanto uma das grandes brasileiras de engenharia, vive um aumento de seu *backlog*. Para exemplificar: na Venezuela, a construtora recebe financiamento para realizar obras no Metro de Caracas, na construção das linhas dois e cinco, bem como do trecho El Valle-La Rinconada. No Equador, o financiamento contribui para as obras de transposição dos Rios Chone e Portoviejo, aproveitamento hidroelétrico do Rio San Francisco, construção da Usina de Manduriacu, construção e pavimentação de rodovias, e para o projeto de irrigação Trásvase Daule Vinces, a fim de otimizar o aproveitamento dos recursos hídricos próximos ao Rio Daule. Já na Argentina, financia: a ampliação da capacidade de transporte do Gasoduto General San Martín e dos gasodutos operados pela distribuidora Cammesa, a construção da Planta de tratamento e do sistema de distribuição de água de Paraná de Las Palmas; entre diversos outros.¹³

No ano de 2007, seu Relatório Anual destaca que a construtora atua diretamente em 18 países de quatro continentes, em 16 estados do Brasil, tocando mais de 160 obras simultâneas. Esse poderio da construtora é importantíssimo por catapultar os ativos totais do Grupo para ordem dos R\$ 23.094 milhões, com um lucro líquido anual de R\$ 127 milhões (ODEBRECHT S.A., 2007, p. 3, 2009, p. 2).

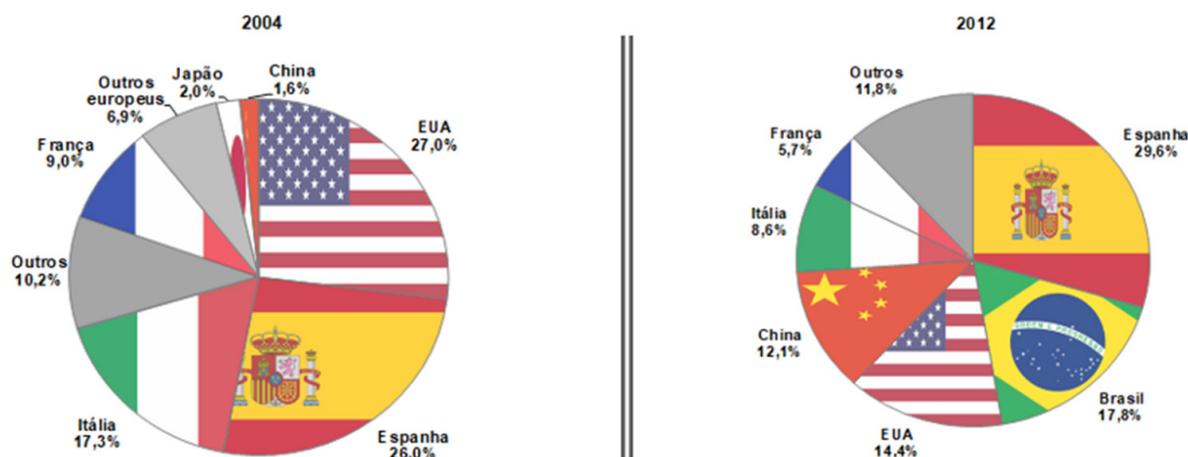
Assim, as obras arrematadas em consórcios relacionados à IIRSA junto à disponibilização de linhas de crédito pelo BNDES, somado a capacidade de atuação desenvolvida pela construtora desde os anos 1979, com obras na região, são responsáveis por dois efeitos. Em primeiro lugar, por um aumento no tamanho da construtora, ampliando exponencialmente seu patamar de atuação. Mas não

¹² Disponível em: bndes.gov.org. Acesso em: 5 maio 2020.

¹³ Disponível em: bndes.gov.org. Acesso em: 8 maio 2020.

só: em nível regional, a escala desse crescimento impacta o próprio “mercado das construtoras”, alterando de forma substancial a composição da carteira de obras de infraestrutura a nível regional. O mapa abaixo (Figura 2) contrasta o mercado de obras regional latino-americano antes e depois desse contexto de mudanças nos anos 2000:

Figura 2 – Obras de engenharia pesada realizadas na América Latina por origem nacional das empresas. 2004 x 2012



Fonte: Elaboração do autor (LCA Consultoria 2014, p. 31).

Assim que, embora a partir de fins dos anos 1990 já possamos caracterizar a CNO como uma empresa transnacional, os anos 2000 veem uma ampliação de alcance e escala significativa. Esses fatos podem ser expressos quando analisamos o número de países em que a construtora está presente (Figura 1), seu aumento de receitas — e da indústria da construção pesada como um todo — e, ainda, quando analisamos a composição do mercado latino-americano de atividades para empreiteiras ao longo dos anos 2000.

Notamos, portanto, naquilo que consideramos um segundo momento de atuação da construtora, como determinadas políticas industriais instituídas tendo em vista maior projeção de empresas em um contexto de subdesenvolvimento lograram uma ampliação significativa das atividades da empreiteira. Projeta-se, assim, uma narrativa não linear da internacionalização da construtora, amparado por condicionantes e particularidades específicas de cada momento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tivemos por objetivo com esse artigo colocar em pauta a discussão sobre paradigmas sobre o processo de internacionalização da Construtora Norberto Odebrecht. Para tanto, buscamos, nas páginas acima, nos distanciar do modelo proposto por Lazzarini com seu conceito de *Capitalismo de laços*.

Aqui, cabe salientar que não negamos que muitos dos contratos firmados pela CNO prescindem do estabelecimento de relações ditas “não republicanas” envolvendo agentes de uma empresa transnacional e representantes dos órgãos de Estado. Pontuamos, por outro lado que, primeiramente, esse elemento sozinho não dá conta de explicar o processo de internacionalização da construtora e, em segundo lugar,

que essas relações não se constituem enquanto singularidade do capitalismo latino-americano, pautado por supostos “laços pessoais”. Pelo contrário, vemos, nessas relações entre grandes empresas e Estado, “contrárias aos preceitos da imparcialidade do mercado”, senão um aspecto constituinte do modelo capitalista como um todo, abarcando desde economias centrais a periféricas.

Assim, ao longo dessa página, nos propusemos, tendo em vista essa amálgama entre condicionantes regionais, atuação do Estado brasileiro e decisões empresariais, pontuar um outro modelo que levasse em conta a complexidade dessa atuação internacionalização a partir de uma chave de análise particular. Foi, assim, que construímos uma interpretação que balizou a internacionalização da CNO em dois momentos, marcados por condicionantes e especificidades históricas.

Sem a pretensão de esgotar o tema, esse artigo se propôs a contribuir com a história global contemporânea, reforçando o entendimento de que o estudo das empresas, de suas práticas de internacionalização e condicionantes particulares são fundamentais para o desenvolvimento de nossa disciplina nos tempos atuais.

REFERÊNCIAS

AGHION, Philippe. Some Thoughts on Industrial Policy and Growth. *In*: FALCK, Oliver; GOLLIER, Christian; WOESMANN, Ludger. *Industrial policy for National Champions*. Cambridge: The MIT Press, 2011. p. 13-31. (CESIFO Seminar Series).

ALEM, Ana Cláudia; CAVALCANTI, Carlos E. de Siqueira. O BNDES e o apoio à internacionalização das empresas brasileiras: algumas reflexões. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 43-77, 2005.

ALMEIDA, Saulo F. Caldeira. *Campeões Nacionais: o papel do BNDES e a atuação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência*. 2012. 85 f. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) – Direito econômico, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012.

AMIN, Samir. *Global history: a view from the south*. Oxford: Pambazuka Press, 2010.

AMSDEN, Alice H. *A ascensão do “resto”*: os desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

BARBOSA, A. de Freitas. Ao invés de interpretá-lo, a esquerda edulcorou o capitalismo. Entrevista concedida ao *Instituto Humanitas UNISINOS*, São Leopoldo, 14 ago. 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/601895-ao-inves-de-interpreta-lo-a-esquerda-edulcorou-o-capitalismo-brasileiro-sem-perceber-suas-complexidades-entrevista-especial-com-alexandre-de-freitas-barbosa>. Acesso em: 20 out. 2020.

BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.



BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: Séculos XV-XVIII, os jogos das trocas*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

CAMPOS, Pedro H. Pedreira. O processo de transnacionalização das empreiteiras brasileiras, 1969-2010: uma abordagem quantitativa. *Tensões mundiais*, Fortaleza, v. 10, n. 18/19, p. 103-123, 2014.

CAMPOS, Pedro H. Pedreira. *Estranhas catedrais: As empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar (1964-1988)*. Rio de Janeiro: EDUFF, 2015.

CHANDLER, Alfred D. *The visible hand: the managerial revolution in American business*. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã Editora, 1996.

CONRAD, Sebastian. *What is global history?* New Jersey, Princeton University Press, 2016.

DALLA COSTA, Armando J. *Internacionalização de empresas brasileiras: Teorias e experiências*. Curitiba: Juruá Editora, 2011.

COUTINHO, Luciano G. Marcos e desafios de uma política industrial contemporânea. In: CASTRO, Ana Célia (org.). *Desenvolvimento em debate: painéis do desenvolvimento brasileiro I*. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2002. v. 2, p. 191-209.

DANTAS, Ricardo M. de Almeida *Odebrecht: A caminho da longevidade saudável?* 285 f. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração) – Instituto COPPEAD de Administração, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

DICKEN, Peter. *Global shift: transforming the world economy*. New York: The Guilford Press, 1998.

DOELLINGER, Carlos von; CAVALCANTI, Leonardo C. *Empresas multinacionais na Indústria Brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA, 1979.

DRAIBE, Sônia M. *Rumos e metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil, 1930-1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

EATON, Sarah. Political Economy of the Advancing State: the case of China's airlines reform source. *The China Journal*, Chicago, n. 69, p. 64-86, jan. 2013.

FAJNZYLBER, Fernando. *La industrialización trunca de América Latina*. México, D.F.: Editorial Nueva Imagen, 1983.

FERRAZ FILHO, Galeno T. *A transnacionalização da grande engenharia brasileira*. 1981. 327 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1981.



FIOCCA, Demian. O BNDES e a Internacionalização das Empresas Brasileiras. *As novas multinacionais brasileiras*, 2006, Rio de Janeiro. 29 maio 2006. 27 slides. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/6926>. Acesso em: 19 set. 2020.

FUNDAÇÃO DOM CABRAL. *Ranking FDC das multinacionais brasileiras*. São Paulo: Fundação Dom Cabral, 2008. 16f. Relatório de pesquisa FDC.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo da Cultura, 1969.

GALBRAITH, John K. *O Novo Estado Industrial*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

GASPAR, Malu. História de uma amizade. *Revista Piauí*, São Paulo, Edição 160, p. 16-26, jan. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/historia-de-uma-amizade>. Acesso em: 28 mar. 2020.

GIUFFRA, Franco. Fala, Marcelo, por Franco Giuffra. *El Comercio*, Lima, 25 jun. 2015. Disponível em: <https://elcomercio.pe/opinion/mirada-de-fondo/fala-marcelo-franco-giuffra-166641-noticia/>. Acesso em: 1 maio 2020.

GUIOT, André Pereira. Relações intercapitalistas e Estado no Brasil recente: novas pesquisas, antigos receituários. *Revista História & Luta de Classes*, s.l. (online). n. 13, p. 94-96, 2012.

KHANNA, Tarun; PALEPU, Krishna G. *Winning in the emerging markets: a road map for strategy and execution*. Boston: Harvard Business Press, 2010.

LAZZARINI, Santiago G. *Capitalismo de laços: os donos do Brasil e suas conexões*. São Paulo: Bei Editora, 2018.

LCA CONSULTORIA. *Exportação de Serviços de Engenharia no Brasil: benefícios para a economia brasileira e mecanismos de apoio*. São Paulo, jan. 2014.

MARIANO, Marcelo Passini. O papel do Brasil na integração da infraestrutura da América do Sul: limites institucionais e possibilidades de mudança. In: DESIDERÁ NETO, Walter A. (org.). *O Brasil e novas dimensões da integração regional*. Rio de Janeiro: IPEA, 2014. p. 229-291.

MAZZUCATO, Mariana. *O Estado empreendedor: Desmascarando o mito do setor público vs. setor privado*. Tradução de Elvira Serapicos. São Paulo: Editora Schwarcz, 2019.

NOVOMOR. A Novonor. História. Salvador: Grupo Novonor, c2020 [online]. Disponível em: <https://www.novonor.com.br/pt-br/a-novonor/historia>. Acesso em: 5 out. 2021.

ODEBRECHT S.A. Relatório Anual 2007/2008. [Salvador]: Odebrecht S.A., 2007. 52 p. Disponível em: https://www.novonor.com.br/sites/default/files/port_ra_impresao_05_jun_2007.pdf. Acesso em: 4 out. 2021.

ODEBRECHT S.A. Relatório Anual 2008/2009. [Salvador]: Odebrecht S.A., 2009. 69 p. Disponível em: https://www.novonor.com.br/sites/default/files/relatorio_anual_2009_portugues.pdf. Acesso em: 4 out. 2021.

NORBERTO ODEBRECHT é a maior empresa de engenharia e construção da América Latina, aponta ranking. *Portal VGV*, s.l. [online], 20 Jul. 2012. Disponível em: <https://www.portalvgv.com.br/site/norberto-odebrecht-e-a-maior-empresa-de-engenharia-e-construcao-da-america-latina-aponta-ranking> . Acesso em: 8 maio 2020.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. In: GURRIERI, Adolfo (org.). *O manifesto Latino-Americano e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011a. p. 95-153.

ODEBRECHT INFORMA. n. 25, Salvador: Odebrecht S. A., 1980.

ODEBRECHT INFORMA. n. 27, Salvador: Odebrecht S. A, 1981.

ODEBRECHT INFORMA. n. 39, Salvador: Odebrecht S. A., 1987.

ODEBRECHT INFORMA. n. 40, Salvador: Odebrecht S. A., 1988a.

ODEBRECHT INFORMA. n. 41, Salvador: Odebrecht S. A., 1988b.

ODEBRECHT INFORMA. n. 61, Salvador: Odebrecht S. A, 1994.

ODEBRECHT INFORMA. n. 68, Salvador: Odebrecht S. A., 1995.

ODEBRECHT INFORMA. n. 112, Salvador: Odebrecht S. A., 2004a.

ODEBRECHT INFORMA. Edição Histórica 60 Anos. Salvador: Odebrecht S. A., 2004b.

RIOJAS, Carlos; RINKE, Stefan (org.). *Historia global: perspectivas y tensiones*. Guadalajara: Instituto de estudios latinoamericanos, 2016.

RODRÍGUEZ, Octavio. *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ROLDÓS, León. ¡A mí que me rebusquen! *El Universo*, Guayaquil, 18 set. 2017. Disponível em: <https://www.eluniverso.com/opinion/2017/09/18/nota/6387238/mi-que-me-rebusquen/>. Acesso em: 1 maio 2020.



ROSSI, Clovis. Pactos de sangue mundo afora. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 set. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/clovisrossi/2017/09/1917194-pactos-de-sangue-mundo-afora.shtml>. Acesso em: 1 maio 2020.

SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SENNES, Ricardo U.; NARCISO, Thais. Brazil as an International energy player. In: BRAINARD, Lael; MARTINEZ-DIAZ, Leonardo (ed.). *Brazil as an economic superpower? understanding Brazil's changing role in the global economy*. Washington: The Brookings Institution, 2009. p. 17-55.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava-Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SÜDEKUM, Jens. National champions and globalization. *The Canadian Journal of Economics/Revue canadienne d'Économique*, Ottawa, v. 43, n. 1, p. 204-231, fev. 2010.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Pedro Giovannetti Moura: Mestre. Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, SP, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua Diana, 231. Ap. 94, 05019-000, São Paulo, SP, Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

Extraído da dissertação de Mestrado “A internacionalização da Construtora Norberto Odebrecht: desenvolvimento e integração latino-americana”, apresentada ao programa de Pós-Graduação em Cultura e Identidades Brasileiras, do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), da Universidade de São Paulo, em 2020.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador Alexandre de Freitas Barbosa, além dos professores que participaram da banca de defesa – Professores Alvaro Comin, Pedro Henrique Campos e Tatiana Berringer.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não houve conflito de interesses.

LICENÇA DE USO

© Pedro Giovannetti Moura. Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.



PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)
Tiago Kramer de Oliveira
Waldomiro Lourenço da Silva Júnior

HISTÓRICO

Recebido em: 14 de março de 2021
Aprovado em: 28 de junho de 2021

Como citar: MOURA, Pedro Giovannetti. Internacionalização de empresas no mundo periférico: um estudo de caso da construtora Norberto Odebrecht. *Esboços*, Florianópolis, v. 28, n. 49, p. 854-875, set./dez. 2021.





esboços

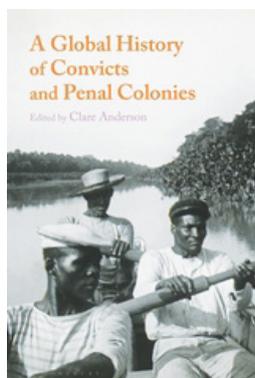
histórias em contextos globais

FOR A GLOBAL HISTORY OF PENAL COLONIES AND CONVICT LABOR

Peter M. Beattie^a

 <https://orcid.org/0000-0002-0890-9791>
Email: beattiep@msu.edu

^a Michigan State University, History Department, East Lansing, MI, United States



ANDERSON, Clare (ed.). *A Global History of Convicts and Penal Colonies*. London: Bloomsbury Academic, 2020. 408 p.

KEYWORDS: Prisons; Penal Colonies; Forced Labor.

This expansive edited volume complements a number of recent attempts to bring together a growing body of research on convict labor and penal colonies in a wide variety of empires and post-colonial nation states from the fifteenth to the twentieth centuries. Eleven chapters are case studies of different global penal transportation systems. One of the main preoccupations of most of these case-study chapters is to quantify the size and evolution of the convict labor flows to examine their relative importance to imperial and national state building projects. Depending on the sources available and the consequent state of regional historiographies, these chapters offer analyses of available data while pointing the way forward for needed research to fill historiographical gaps. These chapters also examine, to varying degrees, the lives of convict laborers and the roles they played in the development of frontier, colonial, and post-independence nation states. The editor Clare Anderson contributes an introductory assessment chapter that highlights the common and divergent themes in the case-study chapters and their collective interventions in and implications for ongoing debates on the nature of penal transportation and the development of criminal justice practices more generally. Anthropologist Laura Ann Stoler provides some concluding reflections on the volume and the emerging field of migratory convict labor systems and penal colonies.

Many of the readers of this journal will perhaps be most interested in Chapters 2, 3, and 9 which survey penal transportation in the colonial Portuguese and Spanish Empires and post-colonial Latin America respectively. But I would strongly suggest that those interested in the broader contours of global penal transportation systems to read chapters on other world regions from Britain and Ireland and within British colonial Asia as well as French, Dutch, Danish, and Scandinavian empires. Separate chapters explore mostly internal penal migration in Japan, Russia, and modern Europe. Those interested in the African slave trade, free Africans, military impressment, and Indigenous Brazilian slavery will find parallels between these migratory coercive labor systems as well as intersections between their roles in colonial and national development strategies.

Historian Joel Coates synthesizes his ongoing pioneering work on Portuguese colonial penal transportation both within Portugal and to Brazil, Africa, and Asia. Portugal's rather diminutive population compared to its European imperial rivals, not to mention the large indigenous populations of its far-flung colonial territories, led imperial authorities to utilize their sparse human resources covetously. Clearly, the African slave trade and indigenous slavery in Brazil constituted much larger streams in terms of coercive labor migration but Coates demonstrates that Portuguese penal transportation constituted an important part of its colonial settlement and development strategies. While internal exile to Portugal's frontiers and service on Mediterranean galleys was important in the medieval period, more and more Portuguese authorities sought to exile convicts to strategic colonial territories. By the twentieth century Portugal's African possessions became the primary destination for Portuguese convicts. From 1823 to 1932, some 16,000 to 20,000 Portuguese convicts and vagrants disembarked in Africa. Because of the uneven documentary record on convict migrants, Coates makes these estimates based on years where documentation is available and uses them as a basis to cautiously estimate what numbers may have likely been over a broader sweep of time. As most of the case-study chapters across the globe demonstrate, when frontier areas became more settled locals resented the relocation of convict laborers and there was a reorientation of convict migration flows. From 1415 to 1961, Anderson estimates

that the Portuguese exiled as many as 100,000, mostly Portuguese convicts, internally and abroad (ANDERSON, 2020, p. 25).

The Spanish also exiled many convicts from home to its territories in the Americas, Africa, the Philippines, and Mediterranean galleys as well as many convicted in its colonial possessions. Historian Cristian G. de Vito argues that in the early colonial convicts authorities commonly sent penal exiles to build military infrastructure. These convicts resided alongside free and other unfree laborers in presidio towns. Later in some of these presidios, like Ceuta in North Africa, Spanish convicts and vagrants came to dominate the population living there. As with Portuguese convicts, many of these Spanish exiles came to serve in the colonial Spanish army, particularly during the tumultuous conflicts of the late eighteenth and early nineteenth centuries. He identifies three principal destinations for penal exiles: presidios, mines, and *obrajes*. Unlike the British and Dutch East India Companies, de Vito argues that Spanish officials sought to relocate convicts as part of its project to exert control over inland indigenous and slave populations. While documentation of convict laborers in the Americas is sparse, he contends that it was much larger and more significant than heretofore depicted in the historiography. Indeed, he notes that some 63,000 Spanish vagrants were exiled within Spain and across the Spanish empire from 1730-1789, and some 19,410 convicts exiled to presidios from 1703 to 1813 with smaller standing numbers in various localities from Pensacola to Valdivia, Guayaquil, Martín García, and Patagonia in different years. He finds that within the Spanish empire there were nine different regional presidio-related regions of the Spanish empire that reflected the polycentric nature of its different viceroyalties. Convicts traveled mostly on merchant ships alongside free passengers their families and dependents, including their slaves. Once they landed, convicts often had to march overland with ropes around their necks (*cuerdas*) to their determined destinations. He convincingly concludes that convict migrations flows both shaped and were shaped by the networks of Spanish empire. Anderson estimates that Spanish authorities transported some 110,000 convicts from 1550 to 1950 (ANDERSON, 2020, p. 25).

Historian Ryan Edwards provides a peripatetic overview of penal colonies and penitentiaries in post-colonial Latin America. This is a daunting task given the breadth of the topic, and the author does an admirable job of synthesizing a burgeoning body of literature. Because of sparse documentation and the state of the historiography, he does not venture an overall estimate of the number of convicts sent to penal colony presidios on islands and interior frontier outposts versus those held in mostly urban penitentiaries. He observes that the emergence of modern penitentiaries modeled, to one degree or another, on Jeremy Bentham's panopticon design did not replace penal colonies that continued to be important parts of Latin American nations' state building efforts. Rather the two were complementary parts of the whole. Because of the chapter's breadth, Brazil gets a rather brief summation that highlights the penal colony of Fernando de Noronha and the establishment of Latin America's first penitentiary project (construction began in 1834) in its then capital, Rio de Janeiro. The bulk of the chapter deals with penal justice in the twentieth century when periodically political prisoners under authoritarian regimes swelled the capacity of prisons who often overflowed into newly and recommissioned island presidios as well as soccer stadiums and other impromptu locations. Perhaps worthy of note, but doubtless not mentioned due to the need for brevity, is that the housing of twentieth-century political prisoners and ordinary convicts together helped to spawn the emergence of new organizations

forged both on island penal colonies and new maximum-security penitentiaries such as Comando Vermelho and Primeiro Comando da Capital. In both cases, imprisonment resulted in new powerful entities that resisted oppression in both the carceral and penal colonies where they originally organized and subsequently spread their activities well beyond the bounds of their confinement.

Rather than attempt to comment on every chapter in this fine edited volume in a brief review, it is perhaps better to note some of the larger patterns that emerge from a joint reading of the case-study chapters. From 1415 when the Portuguese sent the first known European expedition abroad, partially composed of convicts, to take the North African outpost of Ceuta until the closing of Europe's last penal colony in Guiana in 1953, Anderson estimates that authorities transported some 9 million men, women, and children as convicts and vagrants. These numbers go up when one considers the internal exile during the Russian Empire from 1590 to 1917 (nearly two million) and the USSR (10 to 25 million). If one considers the massive relocation of political, religious, ethnic, and sexually-identified prisoners during the World War II era, some 5 million more were relocated to labor and extermination camps. Clearly the size of these coercive migratory labor systems when considered on a global scale and over a broad sweep of time were massive and merit greater consideration alongside other coercive labor and free migration systems across the world. But as Anderson emphasizes the study of penal transportation in many parts of the world such as the Spanish, Portuguese, Japanese, and Dutch empires as well as post-colonial Latin America, remains fledgling. Archival records on penal transportation are more robust for the British, French and Japanese penal colonies, but they are less well preserved and organized in other parts of the world.

The case studies in this volume reveal that penal colonies arose before and continued to flourish alongside the rise of penitentiaries. As Anderson opines, "by the nineteenth century, in numerous global contexts, penal transportation blended convict mobility with carceral immobility" (ANDERSON, 2020, p. 28). The case studies support critiques of Michel Foucault's hypotheses that the advent of the modern penitentiary constituted the most important transition in penal practices moving away from corporal punishments and gruesome executions to carceral confinement intended to promote the rehabilitation of convicts. Indeed, one might further argue that Britain's penal transportation of convicts to Australia made it possible to construct a system of penitentiaries capable of accommodating prisoners at home. Clearly the evidence examined here by numerous authors and other scholarly production indicates that the mobility of convicts continued to be crucial to the imperial and national ambitions of government authorities who sought to utilize their labor to extend territorial gains, develop trade and economic growth, man depleted military forces, and punish and reform "dangerous" subjects and citizens. Indeed, convict transportation and labor touched every continent in the world save Antarctica, yet its global significance remains in many cases little explored.

Across the globe, convict laborers often worked and lived alongside other coerced laborers, from slaves to men pressed into army and naval forces, free Africans, and indentured servants. As Peter Beattie has argued in the case of Fernando de Noronha, the methods that military officers used to discipline convict workers on this agricultural penal colony more closely resembled those employed by slave owners to incentivize, castigate, and terrorize slave laborers and that military officers often used to discipline their soldiers most of whom had been pressed into service. They did not come close to



those practices Jeremy Bentham prescribed for penitentiary discipline. Thus, “modern” penal methods existed as part of the same system that perpetuated “premodern” ones in penal colonies. These case studies suggest the need to see penal transportation as part of a continuum of coercive labor practices that proved highly flexible given circumstances, experiences, and the goals of imperial and national authorities. As Anderson contends, they need to be studied more solidly under the rubric of labor history than they have been to this point.

Anderson notes that in Britain’s colonies, authorities continued to use capital punishment with much greater frequency than they did domestically after the reform of the so-called Black Laws (1723 to 1823) that had prescribed the death penalty for more than 50 crimes including those against property. Though this goes unremarked upon in the volume, it helps us to understand different attitudes toward the death penalty in different empires and their former colonies. As Coates notes in the case of Portugal, this was in part because of Portugal’s small population led its courts to sentence convicts to penal exile rather than the gallows whereas enclosure and Britain’s comparative larger population led its courts to execute many more of its subject. Even in post-colonial Brazil foreign travelers remarked on the fact that public executions were relatively rare. Indeed, Pedro II would implement a *de facto* abolition of capital punishment in 1876 through his powers of commutation, in part, because of Brazil’s pariah status as the last independent nation in the Americas to tolerate slavery which sullied his nation’s international image. With the promulgation of the Brazilian Republic in 1889, its new 1890 Penal Code made capital punishment’s abolition *de jure*. Britain, France, and Spain would only abolish the death penalty in the second half of the nineteenth century. This indicates how necessity and politics shaped policies toward penal transportation and related practices and attitudes toward the death penalty. I offer this observation less as a critique of this volume than as an example of how it opens avenues for comparative histories of criminal justice. Certainly, when one compares the practice and public attitudes toward capital punishment in Brazil and the United States, it highlights the importance of the legal legacies of their imperial founders in shaping their post-independence practices. Though both the US and Brazil share a deep history of chattel slavery (an argument frequently invoked to explain why so many US states tolerate and practice capital punishment), the legal standing of the death penalty in each offers an interesting contrast that leads one to look beyond, without losing sight of, the significance of slavery as an explanation.

This volume makes a more comparative history of coercive migratory labor systems possible, and for that, the editor and contributors are to be commended. It also brings together a rich bibliography in its notes that will allow future researchers to more easily follow their lead.

REFERENCE

ANDERSON, Clare (ed.). *A global history of convicts and penal colonies*. London: Bloomsbury Academic, 2020.



AUTHOR'S NOTES

AUTHOR DETAILS

Peter M. Beattie: PhD. Associate Professor, Michigan State University, History Department, East Lansing, MI, United States.

CORRESPONDING ADDRESS

Department of History, 506 E. Circle Dr., Room 256 – Old Horticulture Building, 48824, East Lansing, MI, United States.

FUNDING

Not applicable.

ETHICS COMMITTEE APPROVAL

Not applicable.

CONFLICT OF INTEREST

There is no conflict of interest.

LICENSE OF USE

© Peter M. Beattie. This review is licensed under the Creative Commons License CC-BY. With this license, you can share, adapt, create for any purpose, as long as the authorship is properly attributed.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Graduate Program in History. UFSC Journal Portal. The ideas expressed in this review are the sole responsibility of its authors, and do not represent, necessarily, the opinion of the editors or the University.

EDITORS

Beatriz Mamigonian
Flávia Florentino Varella (Editor-in-chief)

HISTORY

Received on: March 22, 2021

Approved on: April 1, 2021

How to cite: BEATTIE, Peter M. For a global history of penal colonies and convict labor. *Esboços*, Florianópolis, v. 28 n. 49, p. 876-881, Sept./Dec. 2021. Review [Section]. Review of: ANDERSON, Clare (org.). *A global history of convicts and penal colonies*. London: Bloomsbury Academic, 2020. 408 p.



PAISAGENS VULNERÁVEIS DO CAFÉ: UMA HISTÓRIA GLOBAL DE AGÊNCIAS HUMANAS E NÃO HUMANAS

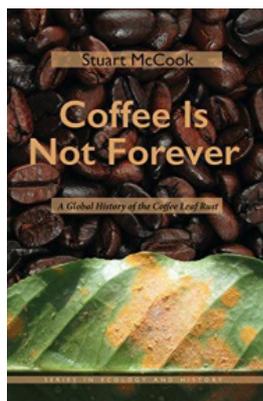
Vulnerable ‘coffeescapes’: a global history of human, and non-human agencies

Jo Klanovicz ^{a,b}

 <https://orcid.org/0000-0002-5110-9028>
E-mail: jo@unicentro.br

^a Universidade Estadual do Centro-Oeste, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, Guarapuava, PR, Brasil

^b Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Chapecó, SC, Brasil



MCCOOK, Stuart. *Coffee is Not Forever: A Global History of Coffee Leaf Rust*. Athens: Ohio University Press, 2019. 306 p.

PALAVRAS-CHAVE: História Ambiental; Vulnerabilidade; Café (*Coffea spp.*).

KEYWORDS: Environmental History; Vulnerability; Coffee (*Coffea spp.*).

Coffee is not forever, do historiador Stuart McCook, redimensiona o debate sobre as agências humana e não humana na história ambiental global a partir de uma commodity que se tornou, desde a modernidade, não apenas um produto, mas também foco de dinâmicas biológicas e históricas interconectadas: o café. McCook articula a ecologia do café como planta, o café como commodity e os sistemas políticos, econômicos e sociais, narrando-os a partir das interconexões humanos-não humanos proporcionada pela epidemia de ferrugem-do-cafeeiro causada pelo fungo *Hemileia vastatrix* e sua itinerância mundial, do século XV até ter-se tornado uma ameaça global a plantações entre o século XX e XXI. O autor aproveita os processos de abandono de plantações, os dilemas socioambientais da sobrevivência de pequenos e médios produtores de café – especialmente na América Latina entre o final do século XX e XXI – para dimensionar essa realidade nas interações entre agroecologia do café e sociedades que estão no centro das mudanças climáticas. Nesse sentido, percebe como populações do sul global têm se preparado e respondido a mudanças cada vez mais repentinas e catastróficas em seus ambientes.

O autor argumenta que a cafeicultura global pode ser interpretada pelas interações biológicas e históricas que a planta, a commodity e *H. vastatrix* apresentam em meio às instituições humanas. Em qualquer epidemia, argumenta o autor, existe uma tríade que apresenta interações biológicas e históricas, que é formada por três elementos: um patógeno, um hospedeiro suscetível e um ambiente. Ao cobrir um longo período, a obra historiciza a *plantation* cafeeira global como uma sucessão de tentativas e erros, por meio das histórias de abandono e retomada de variedades, deslocamento de pessoas e saberes, de equipamentos e tecnologia, bem como arregimentação política em torno da cultura a partir dos problemas e limites apresentados pelo fungo. Dessa forma, para McCook, ao discutir a agência de um fungo numa história de difusão global de uma monocultura, não seria mais possível historicizar monoculturas apenas sob a ótica sociopolítica ou econômica ou cultural, uma vez que essas histórias às vezes diminuem ou apagam “o papel importante de outros dois elementos no triângulo da doença” (MCCOOK, 2019, p. 17). Por outro lado, a atenção à tríade “serve para lembrar que epidemias são fundamentalmente históricas, produto de processos de longa duração que produzem ecossistemas vulneráveis” (MCCOOK, 2019, p. 17).

O livro está dividido em 10 capítulos, apresentando, de início, uma discussão cuidadosa da ecologia das variedades importantes de café – especialmente o *Coffea arabica* – nos ecossistemas de origem do continente africano. A expansão da produção e do consumo do café se deu a partir da Etiópia em direção ao mundo islâmico no século XV, sendo a seguir impulsionada a partir das rotas comerciais do império turco-otomano, até o século XVIII, de maneira contínua, desenhando um período que McCook chama de *Pax arabica* ecológica, na medida em que o fungo causador da ferrugem não representava uma ameaça significativa à produção do grão. Ao contrapor essa realidade agroambiental àquela apresentada pela crise continuada da cafeicultura na América Latina, o historiador salienta as transformações ecológicas e históricas da cafeicultura em flashbacks que permitem visualizar as diferentes dinâmicas de plantio, circulação e consumo de uma commodity ameaçada a partir da mudança climática.

Na medida em que a comodificação do café vai acontecendo desde o século XVIII, em meio à justaposição territorial de impérios europeus em outros continentes, pautada tanto pela securitização como pela captura de ecossistemas para a expansão de agriculturas lucrativas, o cafeeiro, o fungo e a doença por ele causada nas plantações

passarão a desenhar novas histórias de vulnerabilidade em torno da atividade, com implicações políticas.

É a partir do século XIX que o fungo começa a desenhar um quadro de implicações significativas para a cultura do café. O epicentro desse processo foi o Ceilão. Entre os anos 1820 e 1830, houve maior adensamento da produção, com vistas a incrementar a produção local e sua produtividade, o que envolveu desmatamento de áreas mais altas, e conversão de áreas para o plantio. Na década de 1870, o Ceilão, que era o terceiro maior produtor mundial de café, passa a ser assolado pela ferrugem-do-cafeeiro, justamente na época em que começam a ser desenvolvidos processos de adensamento do plantio visando ao aumento da produção e da produtividade de cafezais, um cenário que favoreceu a propagação de doenças. Necessário notar, também, que isso se encontra com o aumento do valor do café na Europa e na América. Na mesma época, uma nova área de conhecimento também veio a se encontrar com os dilemas do café no Ceilão, a fitopatologia amparada numa nova perspectiva de botânica difundida pela Alemanha, especialmente a partir de trabalhos como os de Liebig, que buscava estudar plantas vivas e não mais herbários. A aproximação de laboratórios científicos com plantações é trabalhada pelo autor a partir de fontes que mostram o interesse de produtores do Ceilão em pedir cientistas em suas propriedades com vistas a verificar o que estava acontecendo com as plantas. A fitopatologia nascente, por sua vez, começava a investigar doenças também considerando registros históricos sobre chuvas, temperaturas anuais médias, além de se preocupar com cenários de diferentes resiliências quando se comparavam grandes e pequenas propriedades produtoras.

A ferrugem-do-cafeeiro começa a desarticular modos de vida, desafiar seriamente cientistas e pressionar governos, e essa agência que posso qualificar como político-biológica do fungo passaria a chamar atenção na medida em que novas configurações surgiam no mundo agrícola, tais como os difíceis processos de substituição de culturas, desenvolvimento de novas variedades versus desconfiança de produtores, e alterações na tríade histórico-biológica de epidemias, ou seja, no equilíbrio entre ambiente, patógeno e hospedeiro. O café do Ceilão, nesse sentido, colapsaria em duas fases, com produtores locais sofrendo menos que europeus, e com o desvelamento, por parte de cientistas, de alternativas ao café, tais como a conversão de áreas de cultivo para a introdução de alguns chás ou cultivo de coco (*Cocos nucifera*).

A partir da segunda metade do século XIX, o *Coffea arabica* passa pelo que McCook chama de diásporas interconectadas, onde a ferrugem viaja e se espalha seguindo a expansão das ferrovias, das infecções, que passam a formar, inclusive, um cinturão epidêmico entre os oceanos Índico e Pacífico. Chuva, vento, topografia, padrões de plantio, altitude são identificadas como fatores para a severidade de uma doença agrícola, mas eles também são criados a partir de respostas individuais e coletivas. O capítulo 4, dessa forma, trabalha com um tema relevante para as monoculturas, qual seja o controle químico de doenças. No caso do café, as primeiras tentativas industriais de controle são baseadas no mercúrio, no tabaco, no ácido bórico, sulfato de carvão, quinino, calda bordalesa, que vieram a desenhar novas complexidades, como a transferência e adaptação de tecnologias e equipamentos entre uma cultura agrícola e outra, mas também, entre um continente e outro, na diversidade sociobiocultural.

Esse capítulo mostra, também, o impacto do Brasil no complexo jogo de escala de produção global de café no final do século XIX, especialmente no que diz respeito à queda mundial do preço do produto. Enquanto a América desempenhava papel preponderante no café global, uma variedade indígena que começava a ser impulsionada na Libéria como promessa de futuro de um país construído por ex-escravos majoritariamente oriundos dos EUA, foi expandida fortemente desde 1870. Não duraria muito tempo para que *H. vastatrix* tomasse conta dessas plantações, que colapsaram na década de 1890, bem como os cafezais plantados com o *Coffea liberica* na Índia e na Malásia.

Tanto para produtores como para estados nacionais e grupos científicos, o final do século XIX e o início do século XX foi pautado pela busca de um café resistente à ferrugem. Hospedeiros e patógenos estavam se transformando e, em meio à Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Ásia, que chegou a produzir 30% do café mundial na metade do século XIX, já representava só 5% desse produto. O Brasil era um dos responsáveis, junto com a ferrugem, pelo colapso asiático e o arábica passava a conviver cada vez mais com o café robusta (*Coffea canephora* var. robusta). O café estava intimamente ligado a interesses convergentes de produtores e de estados. No caso do Brasil, a expansão da produção cafeeira marca políticas estatais como a de valorização do café brasileiro no mercado internacional, com tentativas de controle global do preço. Na medida em que a primeira metade do século XX avança, e que a Ásia vai se reorganizando em termos de produção de café a partir do robusta, a paisagem geopolítica do café também irá mudar, no emaranhado de instituições humanas e de agência não humana.

O capítulo 7 discute o café em meio a processos de modernização na Guerra Fria. Nesse sentido, o autor observa os desafios criados pela descolonização na África e na Ásia aos institutos de pesquisa do café. A pesquisa continuou, raramente sendo desarticulada, mas tendo de se adaptar a novos sistemas de financiamento, novas pressões políticas e novos interesses. Ao mesmo tempo, o café era politicamente importante na Guerra Fria, na medida em que uma possível desarticulação de sistemas produtivos podia abrir caminho para tensões sociais e movimentos políticos. O problema era especialmente sensível em locais nos quais a sombra da revolução cubana era mais próxima, como El Salvador, Guatemala, Nicarágua ou ainda Colômbia. No caso do Brasil, a expansão de obras de infraestrutura para o interior fez com que a *H. vastatrix* viajasse das regiões produtoras para o exterior, chegando na Bolívia. A Colômbia, que no final do século XX era o segundo maior produtor de café e que estava relativamente isolada geograficamente do fungo, viu-se acantonada entre o fungo que chegava pela Bolívia e o que vinha das plantações da América Central. O país conseguiu escapar da epidemia até 1983.

A América Latina foi produzindo estratégias formais e informais de convivência com o fungo a partir daí até o início do século XXI, quando a “coexistência frágil de agricultores e ferrugem também colapsou” (MCCOOK, 2019, p. 272). Especialmente desde os anos 1990, estados latinoamericanos passam a adotar uma abordagem neoliberal de governo, justamente no momento em que pequenos e médios produtores de café estavam mais vulneráveis, tendo de negociar novas técnicas de produção, novos cultivares e novos investimentos com queda nos lucros e a voracidade da ferrugem em altitudes impensáveis, como os cafezais colombianos acima de 2000 metros. É o período, também, em que o investimento em pesquisa e desenvolvimento transita do setor público para o privado, e que cada vez mais produtores são sequestrados para o

uso de químicos sistêmicos para controlar a ferrugem, agora concentrados em novas relações de poder ecológico-político ditadas por empresas como BASF, Syngenta, Bayer e Adama.

McCook observa que a circulação da ferrugem é a história do ecossistema do café em sua totalidade, já que seu cultivo foi expandido e intensificado em combinações não intencionais de forças humanas e naturais que constituíram paisagens vulneráveis. A economia global foi baseada numa única variedade, o arábica, que vai sendo cultivado cada vez mais em ambientes mais quentes e mais úmidos onde a ferrugem floresceu (MCCOOK, 2019, p. 199).

O café foi criando ameaças e problemas em alguns lugares mais do que em outros, com impactos diferenciados em cadeias de produção, negócios, hábitos de consumo e modos de vida. Foi criando, também, desafios para articulações interinstitucionais e para as relações entre estados e seus cidadãos. Uma epidemia como essa pode vir a causar problemas globais na medida em que mudanças climáticas têm sido atreladas à leitura de sua expansão ou limitação históricas.

O livro redimensiona a história ambiental do café, posicionando essa monocultura no campo de uma história agroambiental caracterizada pela profunda atenção às dimensões ecológicas e econômicas da agricultura. Esse esforço tem sido pautado desde 2010 por historiadoras como Sara Gregg (2010), Frank Uekötter (2014) ou na coletânea editada por Francesca Bray (2015) ao chamar atenção para a necessidade de transpor uma leitura sociopolítica da agricultura para prestar atenção aos seus processos biológicos que, mesmo agora, ainda escapam às expectativas de controle humanos. Ler uma história agroambiental do café a partir de McCook significa, assim, ler uma história de complexas interações biológicas e históricas entre instituições humanas e paisagens vulneráveis.

Outro elemento que chama atenção na obra diz respeito à forma global de história ambiental que é construída pelo autor. Ao trilhar os caminhos da ferrugem-do-cafeeiro, McCook não busca escrever uma história mundial do café, da sua expansão de um local de origem para outras regiões, mas sim das interconexões que vão sendo estabelecidas entre importantes atores históricos, que não são apenas humanos, e que vão de regimes de pluviosidade, altitude, ecossistemas mais ou menos úmidos, mais ou menos quentes, que se encontram com cientistas, produtores agrícolas, estados nacionais e ainda conjunturas político-econômicas. Trata-se, assim, de uma história global onde os fenômenos e processos de um lugar têm impacto profundo no cotidiano de outro, às vezes próximo, às vezes distante.

Ao mesmo tempo em que a obra mostra uma cafeicultura que tem desafios ligados ao regime de monocultura que é assumido por produtores em vários lugares do mundo, é importante considerar que o autor deixa subjacente a multiplicidade de formas que essa atividade agrícola assume, nas variações que aparecem inclusive em uma mesma região produtora. Isso significa que os processos de industrialização da agricultura da primeira metade do século XX ou aqueles ditados por pacotes tecnológicos, quimicalização e mecanização delineados pela segunda industrialização da agricultura (a partir da discussão realizada sobre a Revolução Verde por Bernhard Glaeser [2011]) não são suficientes para ler a paisagem da plantation do café.

O livro também chama a atenção, ainda mais em tempos pandêmicos de Covid-19, para a dimensão arriscada das agriculturas globais e para uma história de epidemias que aparentemente estabelecem dimensões semelhantes para seres humanos e para plantas quando falamos de arregimentação de instrumentos ou de

imaginação para lidar com elas. A dimensão pragmática da agricultura moderna, especialmente ao longo do século XX, considerando o primado da produtividade e da globalização de algumas commodities em detrimento de formas tradicionais de cultivo e de outras plantas, constituem uma faceta da modernização global que ainda tem muito a oferecer do ponto de vista de quem estuda as radicais mudanças de padrões de produção e consumo na Grande Aceleração desde os anos 1950. As vastas extensões de cafezais e seu espraiamento em regiões como Ásia ou América Latina retroalimentaram as visões de simplificação e redução conceitual de fenômenos naturais nas plantações, perfazendo caminhos importantes para a ciência e a tecnologia agrícolas bem como para estados que se envolveram e ainda se envolvem com esse café moderno. Essas plantações trilham o caminho da tecnologia como instrumento para tornar as sociedades, seus hábitos de produção e consumo, mais duráveis (LATOURE, 1990). Ao mesmo tempo, as idas e vindas de um fungo em meio à expansão da atividade agrícola tem mostrado que esse modernismo agrícola que busca reduzir conceitualmente a natureza não dá conta de produzir novas certezas para projetos e sonhos agrícolas em longo prazo, ainda mais frente ao cenário de incertezas climáticas globais. No âmbito de um capitalismo tecnovegetal (KLANOVICZ, 2020) que parece metabolizar os processos produtivos, uma epidemia como a ferrugem-do-cafeeiro é um fenômeno histórico que pode vir a construir uma barreira para as radicais acelerações de agriculturas globais no presente e no futuro. A ameaça da redução global do café pode ser uma espécie de momento interessante do descompasso que começa a ser percebido entre o decréscimo do lucro de uma atividade capitalista que se apodera de elementos que até pouco tempo eram baratos ou quase gratuitos para uma produção eficiente (no caso do café, as condições de altitude, umidade, calor) e o aumento do preço e a maior raridade dos lugares adequados para a manutenção desse agroecossistema. O livro de McCook poderia ser dimensionado, nesse sentido, a partir de uma perspectiva de ecologia-mundo, proposta por Jason Moore (2016), haja vista que a ferrugem-do-cafeeiro não deixa de ser pensada em meio a um capitalismo global do café que não opõe mundo natural e interesses humanos, mas sim toma a globalização como modo de organizar as interações entre humanos e não humanos. Pensar as paisagens vulneráveis e uma agricultura arriscada, nesse sentido, é um elemento fundamental na obra.

O tema da agência na história ambiental é central no livro e apresenta-se articulando a ecologia de um fungo, a fitopatologia de uma doença e a ação humana por meio de documentos de natureza humana e de ordem biológica. Nesse sentido, a abordagem interdisciplinar realizada no livro permite a quem está escrevendo história adentrar os processos naturais que o café – como planta em seus tempos sincrônicos com fauna e flora – apresenta. O autor se aproxima do conhecimento biológico e agrônômico do café e retira daí uma agência histórica e fúngica que mostra que os processos sociais, políticos e científicos também são bio-historicamente construídos. Essa abordagem mostra que, em história ambiental global, as interações interespecíficas são biohistóricas (CORONA, 2008), e que para uma dada ordem de fontes que precisamos usar, devemos considerar que apenas ampliamos o tecido teórico-metodológico e o suporte das narrativas humanas para captar fenômenos que acontecem nos tempos de encontro entre uma planta, um ecossistema e um dado grupo humano e lugar.

Um ponto a ser notado, contudo, é a pouca atenção dada a uma relação fundamental para a expansão do café como atividade agrícola global na segunda

metade do século XIX, que diz respeito ao uso de mão de obra escravizada, tanto no continente africano, como no Brasil, bem como o pouco acionamento do conceito de trabalho nesse processo, também marcado por violências. Monoculturas como a do café grassaram em diferentes ecossistemas no período também a partir de uso intensivo de mão de obra, que provavelmente articulava outras relações com as plantações e com a modificação das paisagens, tecendo interações diferentes com o próprio fungo, com padrões em seus corpos hierarquicamente inferiorizados, inclusive com relação ao próprio conhecimento agrícola. Que ligações podem ser realizadas, nesse sentido, entre conhecimento agrícola interessado em melhoramento de plantas, e as hierarquias de raça, de classe e de gênero nas lavouras ao redor do mundo? Em meio a paisagens vulneráveis, o café também marca uma história de corpos igualmente vulneráveis, tanto à monocultura como ao conhecimento e às relações de poder.

Nas *assemblages* de vontades, projetos e sonhos humanos, de fungos, variedades mais ou menos resistentes a eles, de altitudes, relevos e estados, de pequenos, médios e grandes produtores e da maior ou menor umidade incidindo sobre as plantações, *Coffee is Not Forever* apresenta uma narrativa fluida, bem documentada, com muitos insights para a história agroambiental global e mostra a importância renovada do tema das commodities para pensar a contemporaneidade de escolhas sobre o que, como e por que produzir e consumir em um mundo de paisagens vulneráveis tanto para agroecossistemas como para nossos próprios hábitos de consumo e modos de viver.

REFERÊNCIAS

BRAY, Francesca (ed.). *Rice: global networks and new histories*. New York: Cambridge University Press, 2015.

CORONA, Gabriella *et al.* What is Global Environmental History? Conversation with Piero Bevilacqua, Guillermo Castro, Ranjan Chakrabarti, Kobus du Pisani, John R. McNeill, Donald Worster. *Global Environment*, Winwick, v. 2, p. 228-249, 2008.

GLAESER, Bernhard (ed.). *Green Revolution Revisited*. New York: Routledge, 2011.

GREGG, Sara M. Cultivating an Agro-Environmental History. In: SACKMAN, Douglas C. (ed.). *A Companion to American Environmental History*. New York: Blackwell, 2010. p. 425-441.

KLANOVICZ, Jo. Tecnologia de força bruta e a agropaisagem da soja transgênica no Paraná. *XVII Encontro de História – ANPUHR*. 2020. Disponível em: «https://www.encontro2020.pr.anpuh.org/simposio/view?ID_SIMPOSIO=589» Acesso em: 23 nov. 2020.

LATOUR, Bruno. Technology is Society Made Durable. *The Sociological Review*, London, v. 38, n. 1, p. 103-131, 1990. Supl.

MCCOOK, Stuart. *Coffee is Not Forever: A Global History of Coffee Leaf Rust*. Athens: Ohio University Press, 2019.



MOORE, Jason (ed.). *Anthropocene or Capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism*. Oakland: PM Press, 2016.

UEKÖTTER, Frank (ed.). *Comparing Apples, Oranges, and Cotton: Environmental Histories of the Global Plantation*. Frankfurt: Campus, 2014.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Jo Klanovicz: Doutor. Docente, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, Laboratório de História Ambiental, Guarapuava, PR, Brasil. Professor Visitante, Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Mestrado em História, Chapecó, SC, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua Frei Caneca, 2035, apto 704. 85012-000, Guarapuava, PR, Brasil.

AGRADECIMENTOS

A Claiton Marcio da Silva (UFFS) pelo intercâmbio de olhares sobre a produção historiográfica do autor da obra analisada e à editoria da *Esboços* pela remessa do livro para leitura.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não houve conflito de interesses.

LICENÇA DE USO

© Jo Klanovicz. Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Beatriz Mamigonian
Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)

HISTÓRICO

Recebido em: 30 de novembro de 2020.

Aprovado em: 23 de março de 2021.

Como citar: KLANOVICZ, Jo. Paisagens vulneráveis do café: uma história global de agências humanas e não humanas. *Esboços*, Florianópolis, v. 28, n. 49, p. 882-889, set./dez. 2021. [Seção] Resenha. Resenha da obra: MCCOOK, Stuart. *Coffee is Not Forever: A Global History of Coffee Leaf Rust*. Athens: Ohio University Press, 2019. 306 p.





LISTA ALFABÉTICA DOS PARECERISTAS QUE COLABORARAM COM A *ESBOÇOS: HISTÓRIAS EM CONTEXTOS GLOBAIS* EM 2021: VOLUME 28, NÚMEROS 47, 48 E 49

Alphabetical list of reviewers who contributed to *Esboços: histórias em global contexts* in 2021: Volume 28, Numbers 47, 48, and 49

Flávia Florentino Varella^{a,b}

 <https://orcid.org/0000-0001-7123-8807>

E-mail: flavia_varella@hotmail.com

Victor Leão Wobeto^{a,d}

 <https://orcid.org/0000-0003-1443-0338>

E-mail: victorlwobeto@gmail.com

^a Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas,
Departamento de História, Florianópolis, SC, Brasil

^b Editora-chefe de *Esboços: histórias em contextos globais*

^d Estagiário de *Esboços: histórias em contextos globais*

Abbas Jong, Humboldt-Universität zu Berlin, Berlim, Alemanha

Adelaide Maria Muralha Vieira Machado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Agnès Pellerin, Université Paris 8 Vincennes-St Denis, Saint-Denis, França

Alain El Youssef, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Alessandro Batistella, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, Brasil

Alexandre Andrade da Costa, Fundação Educacional de Fernandópolis, Fernandópolis, SP, Brasil

Alexandre Maccari Ferreira, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil

Aline dos Santos Lima, Instituto Federal Baiano, Santa Inês, BA, Brasil

Aline Duarte da Graça Rizzo, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, DF, Brasil

Amilcar Torrão Filho, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Ana Maria Alves, Instituto Politécnico de Bragança, Bragança, Portugal

Andra Brosy Chastain, Washington State University, Pullman, Estados Unidos

André Fabiano Voigt, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, Brasil

André Luiz Morais Zuzarte Bravo, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Andrea Mariuzzo, Scuola Normale Superiore, Pisa, Itália

Anne Garland Mahler, University of Virginia, Charlottesville, Estados Unidos

Anne Rush, University of Maryland, College Park, Estados Unidos

Antonio Gámiz Gordo, Universidad de Sevilla, Sevilha, Espanha

Aristeu Elisandro Machado Lopes, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil

Arno Sonderegger, Universität Wien, Viena, Áustria



Beatriz Juana Bissio Staricco Neiva Moreira, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Carlile Lanzieri Júnior, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MS, Brasil

Carolina Marotta Capanema, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil

Carolina Junqueira, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Case Watkins, James Madison University, Harrisonburg, VA, Estados Unidos

Celine Ugolini, University of New Orleans, Nova Orleans, LA, Estados Unidos

Charles Monteiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil

Clarissa Franzoi Dri, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Daniel Pinha Silva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Diego Galeano, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Êça Pereira da Silva, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO, Brasil

Eliane Cristina Deckmann Fleck, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina

Emilio de Antuñano, Trinity University, San Antonio, Estados Unidos

Fábio da Silva Sousa, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, Brasil

Fabrcio Antnio Antunes Soares, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, Brasil

Felipe Paiva Soares, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil

Filipe Queiroz de Campos, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil

Flávia Cesarino Costa, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil

Flavia Fernandes de Souza, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil



Francisco Carlos Jacinto Barbosa, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

Francisco Carlos Palomanes Martinho, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Frederico Ágoas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal

Gilles Paché, Aix-Marseille Université, Aix-en-Provence, França

Glaucia Cristina Candian Fraccaro, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Gustavo Soranz Gonçalves, Centro Universitário Fametro, Manaus, AM, Brasil

Haila Manteghi Amin, Westfälische Wilhelms-Universität Münster, Münster, Alemanha

Helen Scorsatto Ortiz, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil

Hugo Antonio Fazio Vengoa, Universidad de los Andes, Bogotá, Colômbia

Jacqueline Ly, Yale University, New Haven, Estados Unidos

Jan Hansen, Humboldt Universität zu Berlin, Berlim, Alemanha

Jayme Lúcio Fernandes Ribeiro, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, RJ, Brasil

Joana de Moares Monteleone, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

João Klug, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Johnni Langer, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil

José Augusto Miranda, Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

José Carlos Vildaraga, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, SP, Brasil

José Lins Duarte, Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, Brasil

Juliana Manzoni Cavalcanti, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Júlio Barnez Pignata Cattai, Instituto de Educação e Ensino Superior de Campinas, Campinas, SP, Brasil

Karina Kriegesmann, Freie Universität Berlin, Berlim, Alemanha



Karine Varley, University of Strathclyde, Glasgow, Reino Unido

Karl Schurster Veríssimo de Sousa Leão, Universidade de Pernambuco, Recife, PE, Brasil

Kasper Braskén, Åbo Akademi University, Turku, Finlândia

Leandro Calbente Câmara, Pesquisador autônomo, Brasil

Leandro Duarte Rust, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil

Licínio Miranda, University of Florida, University of Florida, Gainesville, Estados Unidos

Lindener Pareto Júnior, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP, Brasil

Lise Fernanda Sedrez, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Luciana de Oliveira Dias, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil

Luis Guilherme Assis Kalil, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, Brasil

Luis Ruiz Padrón, Universidad de Málaga, Málaga, Espanha

Luíza Beatriz Amorim Melo Alvim, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Marcelo de Sousa Neto, Universidade Estadual do Piauí, Teresina, PI, Brasil

Marcelo Rosanova Ferraro, Brown University, Providence, Estados Unidos

Márcia Regina Romeiro Chuva, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Marcos Gerhardt, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, Brasil

Maria do Rosário Rolfsen Salles, Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, SP, Brasil

Mariana Rangel Joffily, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Mariana Libânio de Rezende Dantas, Johns Hopkins University, Baltimore, Estados Unidos



Martha Campos Abreu, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil

Mateus Henrique de Faria Pereira, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG, Brasil

Mercedes García Ferrari, Universidad Nacional de General Sarmiento, Malvinas Argentinas, Argentina

Michel Gherman, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Monique Sochaczewski Goldfeld, Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, São Paulo, SP, Brasil

Murillo Dias Winter, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Myrian Sepúlveda dos Santos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Nikelen Acosta Witter, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil

Nino Vallen, Freie Universität Berlin, Berlim, Alemanha

Odair da Cruz Paiva, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, SP, Brasil

Odilon Caldeira Neto, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil

Paula Chamy Pereira da Costa, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil

Paula Rafaela da Silva, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil

Pedro Afonso Cristovão dos Santos, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, PR, Brasil

Pedro Jimenez Cantisano, University of Nebraska, Omaha, Estados Unidos

Pedro Henrique Pedreira Campos, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, Brasil

Rafael Simone Nharreluga, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique

Raissa Brescia dos Reis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Raquel Schefer, Université de Paris III Sorbonne-Nouvelle, Paris, França

Raul da Silva Ventura Neto, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil,



Renato Júnio Franco, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil

Ricardo Sequeiros Coelho, Universidade do Porto, Porto, Portugal

Robert Kramm, Ludwig-Maximilians-Universität München, Munique, Alemanha

Rodrigo Octavio D'Azevedo Carreiro, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil

Rodrigo Perla Martins, Universidade FEEVALE, Novo Hamburgo, RS, Brasil

Rodrigo Turin, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Ryan Thomas Devlin, Columbia University, Nova Iorque, Estados Unidos

Sabrina Steinke, Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, Brasil

Samira Peruchi Moretto, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, SC, Brasil

Stella Paresa Krepp, Universität Bern, Berna, Suíça

Steven Eric Byrd, University of New England, Biddeford, Estados Unidos

Telma Maria Gonçalves Menicucci, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

Theo Williams, Durham University, Durham, Reino Unido

Thiago Juarez Ribeiro da Silva, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Thiago Nascimento Krause, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Valéria Aparecida Alves, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

Vitor Eduardo Schincariol, Fundação Universidade Federal do ABC, Santo André, SP, Brasil

Vitor Izecksohn, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Wagner Pinheiro Pereira, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Washington Santos Nascimento, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil



NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Flávia Florentino Varella: Doutora. Professora adjunta, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Florianópolis, SC, Brasil.

Victor Leão Wobeto: Graduando, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Florianópolis, SC, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Flávia Florentino Varella. Departamento de História, CFH, Bloco E, 6º andar, Campus Universitário da UFSC, Trindade, 88040-970, Florianópolis, SC, Brasil.

LICENÇA DE USO

© Flávia Florentino Varella e Victor Leão Wobeto. Esta lista de pareceristas está licenciada sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)

Como citar: VARELLA, Flávia Florentino; WOBETO, Victor Leão. Lista alfabética dos pareceristas que colaboraram com a *Esboços: histórias em contextos globais* em 2021: volume 28, números 47, 48 e 49. *Esboços*, Florianópolis, v. 28, n. 49, p. 890-897 set./dez. 2021.

